

# PROJETO DE INCIDÊNCIA POLÍTICA<sup>1</sup>

RUMO A UMA EDUCAÇÃO  
PARA TODOS E TODAS  
EM 2015



Foto: João Zincar / CLADE

## Um relato sobre o trabalho de incidência da sociedade civil

Relatório de Documentação e Avaliação  
encomendado pela Campanha Global pela Educação, 2010

<sup>1</sup> N. da T.: O nome original do projeto em inglês é: Real World Strategies (RWS), mas considerando que a tradução literal ao espanhol bem como ao português não expressa exatamente a mesma ideia, as coalizões participantes da América Latina e do Caribe, no âmbito da Campanha Latinoamericana por el Derecho a la Educación, optaram por chamá-lo Projeto de Incidência Política (PIP)

**Autores**

A pesquisa e a redação do relatório estiveram a cargo de Kate Moriarty, com estudos de caso regionais pesquisados e redigidos por Barbara Fortunato (Ásia e Pacífico), Omar Ousman Jobe (África) e Ilich León Ortiz Wilches (América Latina e Caribe). O estudo de caso colombiano foi pesquisado e redigido por Yenny Carolina Ramírez.

**Reconhecimentos**

Os autores desejam reconhecer e agradecer ao grupo de referência de avaliação e documentação do Projeto de Incidência Política - PIP – Jill Hart, Giovanna Modé, Solange Akpo, Limbani Nsapato e Raquel Castillo – pelo assessoramento e apoio no processo de pesquisa e edição.

**Agradecimento especial**

Desejamos dar um agradecimento especial a todos os membros das coalizões nacionais de educação na África, Ásia e América Latina que dedicaram seu tempo e compartilharam suas experiências de trabalho.

Também queremos agradecer a todas aquelas pessoas que participaram neste processo de pesquisa, inclusive à equipe da Secretaria da CME, aos membros do Conselho Diretivo da CME, e à equipe das ONGs internacionais, Nações Unidas e Governos, que participaram na pesquisa externa.

Finalmente, um agradecimento ao Governo da Holanda por financiar a pesquisa e a elaboração deste relatório.

**Informações sobre a publicação**

Tradução ao português: Fernanda Sucupira e Marina Gonzales

<b>CONTEÚDO</b>	<b>PÁGINA</b>
Siglas e abreviaturas utilizadas neste relatório	6
Prólogo	9
Resumo Executivo	10
Introdução	13
Propósito, alcance e limitações metodológicas	15
Nota para a leitura deste relatório	16
Parte 1: Projeto de Incidência Política – rumo à EPT em 2015: uma avaliação	19
Seção 1: Antecedentes do PIP II	19
O fundamento teórico do trabalho de incidência do PIP	19
Origens e objetivos do PIP II	20
Quadro 1: Objetivos do PIP II	20
O PIP em funcionamento	23
Âmbito e alcance do PIP II	23
O contexto do projeto	24
Seção 2: Ação local, mudança global	26
Cenários variáveis no trabalho de incidência nacional a favor da EPT	26
Quadro 2: O PIP II trabalha para e com as crianças e pessoas adultas cujo direito à educação tenha sido negado.	26
Dimensão e resultados	28
Quadro 3: Observações gerais das atividades das coalizões do PIP 2006-2010 que não estão compreendidas nos estudos de caso	28
Mudança de políticas	30
Processo	31
Estruturas e sistemas	32
Preservando o ativismo através da reflexão	33
Redes regionais: ¿construtoras, iniciadoras, ou facilitadoras?	34
A CLADE y o PIP	35
Quadro 4: Observações gerais das atividades 2006-2010 da CLADE	36
Quadro 5: Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación: uma história exitosa do PIP II	38
A ANCEFA e o PIP	42
Quadro 6: Aspectos destacados do apoio 2006-2010 da ANCEFA para o desenvolvimento de capacidades	42
Quadro 7: Observações gerais das atividades 2006-2010 da ANCEFA	44

AASPBAE e o PIP	46
Quadro 8: Observações gerais das atividades 2006-2010 da ASPBAE	47
O PIP e as regiões	48
Quadro 9: Construindo uma influência de alto nível através de uma ação regional	49
Ação e coordenação global do PIP	52
Quadro 10: PIP II e VI CONFINTEA: uma experiência coordenada de incidência global	54
Seção 3: Funcionou?	59
Seção 4: Lições globais	61
Lições chave:	63
O conceito de “ação local, mudança global” é válido, mas requer uma estratégia.	63
Construção de instituições	64
Limitar o foco do trabalho de incidência	64
Diálogo construtivo, mas sem comprometer os direitos	65
Financiamento flexível e confiável para a sustentabilidade	65
Pesquisa e geração de conhecimentos	66
Aprendendo para a prática futura	66
Parte 2: Incidência a favor da EPT no mundo real: estudos de caso por país	69
Introdução	69
América Latina	70
Contexto	70
Estudo de caso: A experiência de incidência política do Coletivo de Educação para Todos e Todas de Guatemala em busca da Gratuidade na Educação Básica	70
Estudo de Caso: Campanha Brasileira pelo Direito à Educação. Liderando a iniciativa pelo financiamento de uma educação de qualidade e fortalecendo a sociedade civil em defesa da educação	76
Estudo de caso: a Colômbia. Advocacia para o reconhecimento da educação básica gratuita	82
Estudo de caso: A experiência da CLADE na incidência contra as diversas formas de discriminação na educação	86
Lições aprendidas	91
África	94
Contexto	94
Estudo de Caso: Malauí – Influência da sociedade civil nos processos de eleições e do ciclo orçamentário	94
Estudo de Caso: Tanzânia, a participação efetiva das ONG na Reforma Política	99
Estudo de caso: Quênia – quando o financiamento da educação sim importa	102
Estudo de caso: Uganda - A busca da transparência na	106

implementação das políticas	
Pontos em comum nos enfoques das campanhas a favor da EPT, lições aprendidas, ações de lobby e incidência e desafios operativos:	109
Uma amostra das contribuições específicas do Projeto de Incidência na África – construindo, revivendo e fortalecendo coalizões nas circunstâncias específicas de cada país:	110
1. Zimbábue	110
2. A metodologia de construção de coalizões da ANCEFA	111
3. Quênia	112
4. Senegal	112
5. Gâmbia	113
Desafios Gerais	113
Recomendações Gerais	114
Ásia	116
Estudo de Caso: Coalizão Nacional para a Educação (NCE) da Índia fazendo campanha pela Lei do Direito à Educação	118
Estudo de Caso: Coalizão pelo Desenvolvimento Educativo (CED) do Sri Lanka – Campanha a favor da educação das mães	127
Estudo de caso: Associação de ONGs de Educação (NEP), Camboja campanha contra as cotas escolares informais	133
Estudo de caso: E-Net – Mobilizar a juventude não escolarizada para defender o financiamento da educação	141
PIP II na Ásia e no Pacífico: resumo dos sucessos e desafios pendentes	148
Parte 3: Conclusão	156
Avançando	156
Recomendações	156
Para as Coalizões Nacionais	156
Para as Redes Regionais	158
Para o centro global da CME	159
Material de referência	
Bibliografia	160
Anexos	
Anexo 1: Nota sobre a metodologia	162
Anexo 2: Informações biográficas sobre a equipe de pesquisa	164
Anexo 3: Coalizões envolvidas no Projeto de Incidência Política	166

## Siglas e abreviaturas utilizadas no relatório

<b>Siglas e abreviaturas:</b>
A&E – Certificação e Equivalência
ADPI – Atenção e Desenvolvimento da Primeira Infância
AEA – Aprendizagem e Educação de Pessoas Adultas
AEPI – Atenção e Educação da Primeira Infância
ADP – Associação de Docentes e Pais
ANCEFA – African Network Campaign on Education for All / Campanha de Redes Africanas pela Educação para Todos/as
AOD - Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
APU – Aliança Progressista Unida
ASEAN – The Association of Southeast Asian Nations / Associação de Nações do Sudeste Asiático
ASPBAE – Asia South Pacific Association for Basic and Adult Education / Associação de Educação Básica e de Adultos da Ásia e do Pacífico Sul (anteriormente Asia South Pacific Bureau of Adult Education - Escritório de Educação de Adultos da Ásia e do Pacífico Sul)
BBA - Bachpan Bachao Andolan (movimento Save the Children), Índia
CADH – Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CAE – Comitês de Administração Escolar
CAQi –Custo-Aluno Qualidade Inicial, Brasil
CBDE - Campanha Brasileira pelo Direito à Educação
CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina
CED – Coalition for Educational Development / Coalizão pelo Desenvolvimento Educativo, Sri Lanka
CEF - Commonwealth Education Fund / Fundo de Educação dos Países da Commonwealth
CEJIL - The Centre for Justice and International Law / Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional
CLADE – Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación
CME – Campanha Mundial pela Educação
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação do Brasil
CONEB - Conferência Nacional sobre Educação Básica
CONAE - Conferência Nacional sobre Educação
CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos
COSYDEP - Coalition des Organisations en Synergie pour la Défense de l'Éducation Publique /Coalizão de Organizações em Sinergia para a Defesa da Educação Pública
CSCQBE - Civil Society Coalition for Quality Basic Education/ Coalizão da Sociedade Civil para a Educação Básica de Qualidade, Malawi
DESC – Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
DGF – Discussão do Grupo Focal
DHE – Direito Humano à Educação
DPI – Desenvolvimento da Primeira Infância
ECDM - Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento de Malawi
ECOWAS - The Economic Community Of West African States / Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
ECOZI - Education Coalition of Zimbabwe / Coalizão de Educação de Zimbabwe
Ed Watch – Education Watch / Observatório da Educação
E-Net - Civil Society Network for Education Reforms, Philippines / Rede da

Sociedade Civil para as Reformas da Educação, Filipinas  
 EPT – Educação para Todos/as  
 ERP - Estratégias de Redução da Pobreza  
 EYC – Elimu Yetu Coalition, Kenya / Coalizão Elimu Yetu, Quênia  
 FAWE - Forum for African Women Educationalists / Fórum de Mulheres Pedagogas Africanas  
 FCTP - Formação Comercial Técnica e Profissional  
 FECN - Fundo de Educação da Comunidade de Nações  
 FECODE – Federação Colombiana de Educadores  
 FENU - Forum for Education NGOs of Uganda / Fórum para as ONGs de Educação de Uganda  
 FISC – Fórum Internacional da Sociedade Civil (na CONFINTEA VI)  
 FRESCE - Fundo Regional da Sociedade Civil para a Educação  
 FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
 GAT – Grupos de Apoio Técnico  
 GCDE - Grupo de Coordenação de Doadores para a Educação  
 GTSE - Grupo de Trabalho do Sub-setor da Educação  
 GTTC - Grupo de Trabalho Técnico Conjunto  
 ICAE – International Council for Adult Education / Conselho Internacional para a Educação de Pessoas Adultas  
 IDS – Institute of Development Studies / Instituto de Estudos do Desenvolvimento, Universidade de Sussex  
 IE – Internacional da Educação  
 IMC - Iniciativa de Melhoramento da Qualidade  
 IMS - Relatório Mundial de Acompanhamento (UNESCO GMR)  
 IVR – Iniciativa da Via Rápida  
 JNE - Juventude Não Escolarizada  
 MEA - Materiais de Ensino e Aprendizagem  
 MEJD - Ministério de Educação, Juventude e Esportes  
 NASCECZ - National Civil Society Education Coalition of Zimbabwe / Coalizão Nacional de Educação da Sociedade Civil de Zimbábue  
 NCE - National Coalition for Education / Coalizão Nacional pela Educação, Índia  
 NEP - NGO Education Partnership, Cambodia / Associação de ONGs de Educação, Camboja  
 NEPAD – New Partnership for Africa's Development / Nova Aliança para o Desenvolvimento da África  
 OBC – Organizações de Base Comunitária  
 OC – Organizações Confissionais  
 ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio  
 ONGs – Organizações Não Governamentais  
 ONGIs – Organizações Não Governamentais Internacionais  
 OSAA – Escritório de Sistemas de Aprendizagem Alternativo  
 OSC – Organizações da Sociedade Civil  
 OSISA – Open Society Initiative for Southern Africa / Iniciativa Aberta da Sociedade para a África do Sul  
 PASEC - Programme d'appui des systemes educatifs des pays de la CONFEMEN/ Programa de Apoio para os Sistemas Educativos em países francófonos  
 PASEK - Programa de Apoio ao Setor da Educação do Quênia  
 PCE - Pakistan Coalition for Education / Coalizão Paquistanesa da Educação  
 PEAN - Papua Education Advocacy Network / Rede de Incidência pela Educação de

Papúa

PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PINASAMA – Pinagsamang Samahan ng Magulang Youth Organisation/

Organização de Jovens Pinagsamang Samahan ng Magulang, Filipinas

PIP – Projeto de Incidência Política

PROPAG - Pro-Poor Advocacy Group/Grupo de Incidência a Favor das Pessoas

Pobres

Rede EPT - Rede da Campanha ETP

REPEM - Rede de Educação Popular entre Mulheres

SAA - Sistemas Alternativos de Aprendizagem

SAARC – South Asian Association for Regional Cooperation / Associação do Sul

da Ásia para a Cooperação Regional

SADC – Southern African Development Community / Comunidade de

Desenvolvimento da África do Sul

SAM – Semana de Ação Mundial da CME

SD - Sócios para o Desenvolvimento

SEAMEO – South East Asian Ministers of Education Organization / Organização de

Ministros da Educação do Sudeste Asiático

SWAPs - Enfoques Setoriais

TEN/MET – Rede de Educação da Tanzânia/Mtandao wa Elimu

UA – União Africana

UNDIME - União União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPE – Educação Primária Universal

VCEFA – Vietnam Coalition for Education for All / Coalizão Vietnamita pela

Educação para Todos/as

VSO – Serviço Voluntário de Ultramar



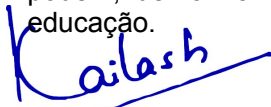
## Prólogo:

A Campanha Global pela Educação (CME) tem o prazer de compartilhar esta documentação e este relatório de avaliação sobre o Projeto de Incidência Política II. Durante os últimos cinco anos, a CME colaborou com nossas redes regionais na África, Ásia e América Latina, para desenvolver este projeto de forma exitosa, outorgando um apoio consistente e ao mesmo tempo flexível, para o trabalho das coalizões nacionais de educação. Nós os convidamos a explorar a análise das conquistas e dos desafios do PIP II na Parte 1, e a ler e aprender sobre os 12 estudos de caso na Parte 2. A última parte do relatório apresenta um breve resumo das recomendações para as coalizões nacionais, para as redes regionais, assim como para a Secretaria da CME e para seu Conselho Diretivo.

O PIP II foi um apoio fundamental para as coalizões nacionais de educação que lutam pelo direito à educação nos espaços locais, nacionais, regionais e globais. As coalizões nacionais e as redes regionais utilizaram o financiamento do PIP II, outorgado pelo governo da Holanda, para adotar ações diversas e criativas a favor da educação: ampliaram seu alcance para chegar às crianças excluídas, às pessoas jovens e adultas, envolvendo-as nas ações de campanha; participaram de processos orçamentários e de eleições nacionais; tiveram a coragem de dar um novo passo adiante, ao utilizar a ação legal para questionar as violações do direito à educação. Por meio do PIP II, as coalizões fortaleceram suas capacidades para conduzir um trabalho importante de pesquisa, como as publicações *Education Watch* (Observatório da Educação), brindando provas claras aos governos sobre a real situação da educação, e exercendo pressão com o objetivo de obter mudanças nas políticas, nas práticas e nas destinações orçamentárias que marcarão a diferença nas vidas de crianças, mulheres e homens em seus países.

As provas reunidas neste relatório levam à conclusão geral de que o PIP II foi um sucesso. O relatório não se mantém à margem dos defeitos e dos desafios que o projeto experimentou, mas os apresenta de forma aberta, a modo de aprendizagem. As análises e os estudos de caso apresentados nas páginas a seguir revelam “grande quantidade de conquistas, algumas substanciais, outras menores”, que apontam à necessidade urgente de mantê-las, não apenas em termos das próprias capacidades das coalizões, como também no “mundo real”<sup>2</sup>. As coalizões não existem por acaso, mas sim para conseguir mudanças positivas para o conjunto da cidadania, lutando por uma educação para todas as pessoas, um direito que se encontra sob ameaça no atual clima de austeridade. As coalizões da sociedade civil podem e realmente conseguem fazer a diferença. Mas não podem fazê-lo sem recursos. Portanto, é necessário um contínuo apoio dos financiadores.

Este relatório destaca a forma com que, citando a autora, “projetos como o PIP II são a base para construir um movimento global forte e democrático de ativistas, que poderão juntos demandar a mudança necessária para alcançar a EPT”. Faltam menos de cinco anos para 2015 e devemos alcançar a agenda da EPT acordada em Dakar com uma renovada determinação. Tomemos como inspiração os aprendizados deste relatório e reafirmemos nossa crença de que, apesar das complexidades e dos desafios do mundo real, a sociedade civil, os governos e os financiadores podem, de forma conjunta, transformar a sociedade para que todos e todas se beneficiem da educação.



**Kailash Satyarthi**

**Presidente, Campanha Global pela Educação**

---

<sup>2</sup>N.T.: No original em inglês, há uma constante referência à expressão “mundo real”, já que ela se referia diretamente ao nome do projeto. Em português, entende-se, pelo contexto, como o conjunto de políticas e práticas com efeitos diretos nas bases e em especial nas chamadas comunidades escolares.

## Resumo Executivo

A participação da sociedade civil é um elemento chave das sociedades democráticas: o povo precisa de oportunidades e espaços para fazer com que seus governos prestem contas. O “Marco de Ação de Dakar, educação para todos: cumprir nossos compromissos coletivos com os seis Marcos de Ação Regional” (2000) reconheceu esse fato e incluiu a participação da sociedade civil como estratégia chave para acompanhar os avanços da EPT e exigir mudanças. O “Projeto de Incidência Política – Rumo a uma Educação Para Todos e Todas em 2015” se propõe a honrar esse princípio, voltando-se a apoiar as coalizões nacionais de educação no sul global, a fim de que possam desenvolver agendas estratégicas de incidência e aumentar suas capacidades de fazer com que os governos prestem contas do progresso realizado em relação à EPT. Financiado pelo governo da Holanda e coordenado pela Campanha Global pela Educação, esse projeto, desenvolvido entre 2006 e 2010, apoiou a um total de 52 coalizões.

Este relatório nos oferece uma compreensão da implementação das conquistas do projeto em nível nacional, regional e global, destacando algumas das lições compartilhadas e oferecendo recomendações sobre o futuro trabalho de incidência em relação à EPT.

No começo da segunda fase do Projeto de Incidência Política (PIP II), a capacidade da sociedade civil para exigir de seus governos uma prestação de contas em muitos países do sul global ainda era limitada, no caso de muitas coalizões que se encontravam em uma etapa crítica e ainda frágil de seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os desafios colocados para alcançar as seis metas da EPT eram grandes, com muitos países ainda muito longe do previsto para 2015.

Gestado e implementado através dos sócios regionais da CME – *Africa Network Campaign on Education for All* (ANCEFA), Asia South Pacific Association for Basic and Adult Education (ASPBAE) e a Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE) – o projeto aumentou a incidência dirigida aos governos nacionais e aos organismos regionais em relação à EPT. Convencido de que é preciso localizar a mudança a favor da EPT em nível nacional, próximo ao lugar onde o direito à educação está sendo negado, o projeto buscou desenvolver e fortalecer a voz e as capacidades dos e das ativistas do sul.

Num contexto de capacidade interna limitada e de desafios externos significativos, o PIP II levou à produção de mudanças importantes na habilidade das coalizões de educação da sociedade civil do sul global para influenciar mudanças em seus contextos nacionais. Do mesmo modo, como consequência de sua atuação, produziram-se algumas mudanças valiosas em matéria de políticas e abriram-se espaços para que haja um diálogo mais fluido entre a sociedade civil e o governo em torno ao tema da EPT.

O PIP II apoiou o estabelecimento de novas coalizões e contribuiu ao desenvolvimento da capacidade de incidência de novas coalizões e de outras já existentes. O aumento da capacidade das coalizões de planejar e atuar a favor da mudança na EPT fica claro tanto nos produtos como nos resultados apoiados através do projeto. A pressão realizada em todas as ramificações do governo – Executivo, Legislativo e Judiciário – tem sido chave para influenciar resultados positivos, tal como um incremento na destinação orçamentária à educação, assim como na formulação de novas políticas, e mudanças na legislação de apoio ao direito à educação. A construção de relações construtivas com governantes e funcionários públicos, outra estratégia adotada extensamente, teve como resultado o estabelecimento de um diálogo de política em torno à EPT e tudo indica que continuarão sendo produzidas outras mudanças positivas. O uso vanguardista dos marcos de direitos humanos e do sistema legal põe de relevo

que a adoção de novos enfoques inovadores pode oferecer uma estratégia útil para alcançar as metas da EPT e defender o direito à educação.

O relatório nos oferece uma compreensão do projeto através de 12 estudos de caso sobre campanhas que foram possíveis com o apoio do Projeto de Incidência Política. Eles examinam o trabalho de 11 coalizões nacionais no Quênia, Malawi, Tanzânia e Uganda; Camboja, Índia, Filipinas e Sri Lanka; Brasil, Colômbia e Guatemala. Um décimo segundo estudo detalha o caso sobre discriminação de pessoas com deficiência, levado pela CLADE ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Este relatório também examina a força crescente das redes regionais, uma contribuição inesperada, mas importante, do PIP II. Através do PIP II as redes regionais cresceram em relação a sua força institucional e suas capacidades, aumentando suas intervenções de incidência. A CLADE foi a que demonstrou as mudanças mais significativas ao longo do PIP II, começando como uma pequena organização e passando a ser um centro regional de atividades de incidência a favor da EPT. Cada região escolheu modelos ligeiramente diferentes na implementação do PIP II e no modo de oferecer às coalizões nacionais as ferramentas para o desenvolvimento de suas capacidades.

A mudança de poder, deslocando-se do centro global em relação à implementação dia a dia do projeto, fica clara no papel da Secretaria e do Conselho da CME, administrativo em sua maior parte. Uma participação central limitada deixou brechas na administração do conhecimento e no fomento das relações entre os países nas diferentes regiões.

Em sua totalidade, a evidência recolhida para este relatório destaca claramente que o PIP II foi uma experiência valiosa para aqueles que participaram dela. Põe em evidência uma infinidade de conquistas, algumas substanciais, outras menores, que nos levam a concluir que o PIP II teve êxito, embora ainda exista margem para levar a cabo políticas e práticas mais efetivas em todos os níveis. O PIP II incrementou a incidência em escala global (por exemplo, em vários países do mundo), entretanto, o ritmo dessas mudanças é diferente em cada país, e as diferentes regiões, pessoas e contextos confluem para criar diferentes cenários com diferentes resultados. O trabalho de incidência é, contudo, um processo, e o impacto do PIP II ainda está em curso.

Dessa análise do PIP II surgiu um determinado número de aprendizados sobre os quais é preciso refletir ao ter em conta práticas futuras. Esses aprendizados sugerem que; (i) “ação local, mudança global” é um conceito válido, mas requer uma estratégia e não será alcançado sem um caminho deliberado da incidência nacional à incidência internacional; (ii) o desenvolvimento das capacidades técnicas é obviamente importante, mas insustentável a menos que vá acompanhado pelo fortalecimento institucional; (iii) no desejo de ser inclusivas e refletir todos os interesses de seus membros, as coalizões estão dispersando demais seus recursos quando de fato deveriam limitar seu foco de incidência; (iv) a estratégia de diálogo construtivo com o governo é importante, mas não se deve ceder em relação aos direitos; também o uso das leis e dos direitos humanos nas negociações pode cobrar uma alta conta na luta pela EPT; (v) as coalizões precisam de financiamento flexível e confiável para ser sustentáveis; e (vi) a pesquisa realizada para por em evidência demandas chave de incidência é uma ferramenta importante, e através do desenvolvimento de novos saberes as coalizões podem levar sua incidência para novas direções, criando novas formas de trabalho e demandando a mudança em relação à EPT em seu contexto nacional.

Faltando menos de cinco anos para alcançar os Objetivos da EPT acordados em Dakar, fica claro que a realidade da EPT estará muito longe do prometido. As coalizões nacionais da sociedade civil, junto com seus sócios regionais, precisarão atuar com renovado vigor nos anos que restam, e projetos como o PIP II são chave para isso. É preciso que a CME, as redes regionais, as coalizões nacionais e seus financiadores abordem as debilidades identificadas neste trabalho de investigação e possam seguir construindo sobre seus pontos fortes, a fim de assegurar uma incidência mais efetiva e sustentável a favor da EPT. Projetos como o PIP II estabelecem o cimento para construir um movimento global forte e democrático de ativistas, que poderão exigir juntos e juntas as mudanças necessárias para conquistar a EPT.

## Introdução

A cada dia, milhões de meninas, meninos, homens e mulheres enfrentam desafios práticos, sociais e econômicos, devido a seu déficit educacional. Ler um simples conjunto de instruções ou conseguir o trabalho que desejam se vê determinado em grande medida por seu nível de educação e pelo status socioeconômico que ele lhes proporciona. Ainda que isso possa soar como um clichê, a realidade é que a educação é importante, e afeta de maneira fundamental suas trajetórias.

A educação é uma arma poderosa na luta por justiça e pela redução da pobreza mundial<sup>3</sup> e sua importância é reconhecida nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio<sup>4</sup> acordados internacionalmente (ODM 2 e 3). Sem que se produzam melhorias no acesso a uma educação de qualidade, não será possível a erradicação da pobreza mundial, da mortalidade infantil evitável, da iniquidade e da discriminação<sup>5</sup>. Ser excluído/a dos benefícios da educação por motivo de classe, etnia, casta, gênero, deficiência física ou intelectual, crença religiosa ou localização geográfica é desnecessário, inaceitável e uma violação do direito universal à educação.

Os governos têm o poder para mudar essa situação. No ano 2000, mais de 164 governos se comprometeram a fazer da educação para todos uma realidade até 2015, redigindo os seis objetivos da Educação para Todos (EPT).<sup>6</sup> Infelizmente, devido a conveniências políticas foram rompidas promessas e inclusive há direitos – que são universais e indivisíveis, e em relação aos quais todos os signatários têm obrigações – que têm sido frequentemente ignorados.

*Um problema subjacente é a incapacidade de muitos governos para outorgar mais prioridade às políticas que façam extensivas as oportunidades de educação aos setores mais marginalizados da sociedade. Se esse panorama não muda, a comunidade internacional não cumprirá as promessas que formulou em Dakar no ano 2000.<sup>7</sup>*

Além de não cumprir suas próprias promessas feitas em Dakar, os governos de muitos países estão também descumprindo suas obrigações, referentes ao direito internacional, de proteger, respeitar e realizar o direito à educação de suas cidadãs e de seus cidadãos.<sup>8</sup> O fato de que a maioria dos grupos marginalizados esteja excluída de uma educação de qualidade perpetua a desigualdade existente, provocando um impacto significativo sobre centenas de milhões de pessoas diariamente. A face humana do fracasso dos governos na abordagem desse problema se vê refletida nas 69 milhões de crianças que nunca atravessam os portões da escola; nos milhões de crianças que se encontram em salas de aula abarrotadas, com docentes pouco qualificados e com recursos inadequados para o aprendizado; naquelas crianças que nunca desfrutarão do prazer de aprender nem das oportunidades que oferece a educação;<sup>9</sup> nos milhões de jovens que se encontram fora da escola, correndo riscos muito mais evidentes de

<sup>3</sup> Isso é assim em tal medida que é frequentemente manipulado e/ou sujeito a ataques violentos por motivos políticos, ver O'Malley, 2010.

<sup>4</sup> Visite <http://www.undp.org/mdg/basics.shtml> para mais detalhes sobre os ODM e sua história.

<sup>5</sup> Ver uma recente publicação conjunta da UNESCO, do UNICEF, O Estado do Qatar e Save the Children, onde se discute o papel da educação para atingir os ODM - 'The Central Role of Education in the Millennium Development Goals'

<sup>6</sup> Ver [http://www.unesco.org/education/efa/ed\\_for\\_all/dakfram\\_spa.shtml](http://www.unesco.org/education/efa/ed_for_all/dakfram_spa.shtml)

<sup>7</sup> UNESCO, Relatório de acompanhamento da EPT no mundo 2010 p. 60

<sup>8</sup> Ver Anistia Internacional 2005, p.20

<sup>9</sup> Ver IMS 2007 da UNESCO (GMR)

violência e exploração laboral,<sup>10</sup> entregues a uma vida de pobreza por causa das barreiras na educação; na menina e no menino pequeno que aos cinco anos de idade têm suas oportunidades de vida seriamente limitadas porque lhes são negadas a atenção e a educação na primeira infância;<sup>11</sup> nas meninas forçadas a crescer antes do tempo, casadas ou responsáveis por irmãos e irmãs, em vez de estar desfrutando dos benefícios de uma educação igual à que receberam os meninos de suas comunidades;<sup>12</sup> nos 776 milhões<sup>13</sup> de mulheres e homens que enfrentam uma humilhação reiterada, presos em vidas de pobreza e exclusão por causa do analfabetismo. Essas cifras e frases tão repetidas não conseguem transmitir a tragédia humana que gera a negação da educação: perpetua os ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão<sup>14</sup>, gerando iniquidade social e econômica, tensões sociais que podem, e de fato o fazem, levar a transbordamentos de violência<sup>15</sup>. A vontade política de priorizar a educação, acompanhada por recursos adequados, é central para conseguir a EPT. Os governos nacionais e os financiadores têm a responsabilidade de que assim ocorra. Entretanto, o preço a pagar pelo conflito de interesses nas demandas, pela debilidade nos sistemas e pela existência de corrupção é que os avanços se deem muito mais lentamente, chegando inclusive a reverter-se em alguns casos.

Contudo, mediante uma observação atenta e pressionando aos governos se pode conseguir que estes últimos se recordem de suas promessas, impulsionando-os a revisar suas práticas e a implementar novas políticas. À maioria dos políticos – inclusive aos corruptos – lhes custa muito ignorar uma opinião pública articulada, eloquente e persistente. Foi por essa razão e porque meninos, meninas e pessoas adultas têm o direito de expressar suas opiniões e o direito a participar em seu próprio desenvolvimento<sup>16</sup> que o Marco de Ação de Dakar incluiu dentro das estratégias centrais para atingir os seis objetivos: “velar pelo compromisso e a participação da sociedade civil na formulação, na aplicação e no monitoramento das estratégias de fomento da educação”.<sup>17</sup>

A participação do povo na exigência de seus direitos é a pedra angular das sociedades democráticas e é essencial para acelerar o progresso da EPT. Este relatório documenta uma dessas experiências, o *Projeto de Incidência Política – Rumo a uma Educação para Todos e Todas em 2015* da Campanha Global pela Educação. Compartilhando histórias de sucesso, inovações e desafios na luta pela EPT, o relatório nos conta como a sociedade civil na África, na Ásia e na América Latina, motivada por uma visão de igualdade e justiça, fez e segue fazendo conhecer sua opinião e encontrando os pontos de pressão para multiplicar a mudança em torno à EPT nos espaços políticos locais, nacionais, regionais e internacionais. Ao ler essas histórias compartilhadas, muitas pessoas se sentirão inspiradas, e em algumas ocasiões frustradas; os altos níveis de energia, compromisso e pressão demonstrados tiveram como

---

<sup>10</sup> Collier 2003

<sup>11</sup> Ver GTZ 2009

<sup>12</sup> A Action Aid estima que ao menos 55% das crianças que se encontram fora da escola são meninas, excluídas através da discriminação e da violência. Ver <http://www.actionaid.org/main.aspx?PageID=168> (Outubro 2010)

<sup>13</sup> 16% da população adulta do planeta segundo dados da UNESCO, cifras obtidas em outubro de 2010 em

<http://www.unesco.org/en/efa/efa-goals/adult-literacy/>

<sup>14</sup> Bivens et al. 2009

<sup>15</sup> A violência e o conflito têm um grande impacto no acesso à educação. Estima-se que um terço de todas as crianças fora do sistema escolar vive em países afetados por conflitos (ver a investigação da Save the Children e o Relatório de Acompanhamento da EPT no Mundo 2011). Outros milhões de crianças, especialmente meninas, são vítimas de violência a caminho de suas escolas, impactando em seus níveis de concorrência e aprendizagem (ver o trabalho de investigação da Anistia Internacional).

<sup>16</sup> Ver Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU.

<sup>17</sup> UNESCO 2000, p.8.

resultado muita instâncias exitosas, mas em algumas ocasiões levaram à desilusão, ao não se haver concentrado os esforços nos lugares indicados.

O escritor uruguaio Eduardo Galeano sugere que se aferrar a uma visão de uma sociedade melhor ajuda ao ativismo a seguir adiante, ainda quando os avanços pareçam lentos: “A [utopia](#) está no [horizonte](#). Aproximo-me dois passos, ela se distancia dois passos. Caminho dez passos e o horizonte se desloca dez passos mais adiante. Por mais que caminhe, nunca a alcançarei. Então, para que serve a utopia? Para isso, serve para caminhar.”<sup>18</sup>

A luta pela EPT não começou ou terminou com as histórias que compartilhamos aqui, mas é justo dizer que foi moldada por elas e que seu legado constitui um passo para assegurar mais e melhor educação em todo o mundo.

### **Propósito, alcance e limitações metodológicas**

O objetivo deste relatório e da pesquisa que o avaliza é documentar e avaliar a segunda fase do Projeto de Incidência Política (PIP II), que esteve em curso desde meados de 2006<sup>19</sup> até dezembro de 2010.<sup>20</sup> Tenta oferecer aos leitores uma compreensão do funcionamento, dos produtos e dos resultados desse projeto de grande escala, inter-regional, que abarca vários países, e desenhado para fazer mais potente a voz da sociedade civil em seu trabalho de incidência e em suas campanha a favor da EPT. Propõe-se a identificar conquistas e boas práticas sobre o fortalecimento da capacidade da sociedade civil para desenvolver processos, com o objetivo de incidir sobre políticas públicas orientadas a conseguir os objetivos da EPT, e de maneira mais ampla, para mover-se em direção à plena realização do direito à educação.

A pesquisa teve como objetivo examinar o enfoque específico proposto pelo PIP para apoiar o trabalho de incidência da sociedade civil a favor da educação e destacar exemplos específicos de como se aplicou esse enfoque, usando estudos de caso a partir de boas práticas desenvolvidas por atores diversos. Como resultado, este relatório oferece várias percepções generalizadas sobre a maneira com que a sociedade civil pode jogar um papel importante em influenciar o progresso em direção a atingir a EPT, compilando um conjunto interessante de experiências em profundidade da África, da Ásia e da América Latina. Espera-se mostrar como pessoas comuns de todas as profissões e posições sociais podem se unir para fazer com que suas demandas sejam escutadas pelas autoridades dos governos locais e nacionais, órgãos regionais, a ONU e outros atores internacionais para incrementar assim as oportunidades e a qualidade da educação para todos e todas. Espera-se que a inovação e a flexibilidade que caracterizaram o projeto, junto com a atenção posta em seus pontos fortes e suas debilidades, estimulem a reflexão e conduzam a uma ação renovada e mais efetiva.

A pesquisa para este relatório foi levada a cabo por quatro pesquisadores/as<sup>21</sup> independentes entre julho e setembro de 2010, seguindo o desenvolvimento de um marco metodológico<sup>22</sup> para a recopilación de dados, segundo o formato acordado para os estudos de caso. A recopilación

<sup>18</sup> Extraído de <http://www.sabidurias.com>

<sup>19</sup>O PIP II deveria ter começado em janeiro de 2006, entretanto, uma demora na liberação dos fundos significou que o projeto não começasse a estar operativo até meados daquele ano. Isso teve um efeito em cadeia, em que se produziram mais demoras na liberação dos fundos nos anos seguintes, o que também impactou na implementação do projeto, incluindo a perda de integrantes valiosos da equipe de trabalho.

<sup>20</sup> A Fase II do Projeto de Incidência Política esteve ainda operativa durante o trabalho de pesquisa e de elaboração deste relatório.

<sup>21</sup> Esta pesquisa foi levada a cabo por uma equipe formada por quatro pesquisadores. Ver Anexo I para obter mais informação.

<sup>22</sup> Ver Anexo 2: “Metodologia” para obter mais informação.

de dados combinou uma revisão da literatura pertinente, entrevistas pessoais, discussões de grupos focais e enquetes. Os e as informantes na pesquisa foram selecionados entre os integrantes da equipe de trabalho e do Conselho da CME, ativistas, contatos externos da sociedade civil, a ONU, funcionários/as do governo, a chamada comunidade escolar<sup>23</sup> e sindicatos docentes. O desenho da pesquisa foi pensado cuidadosamente e a recopilação de dados foi realizada de forma sistemática nas três regiões. Entretanto, a equipe de investigação reconhece que existem limitações tanto no alcance da pesquisa levada a cabo quanto nos achados apresentados neste relatório. O relatório não levou em conta todas as experiências do PIP, escolhendo aprofundar-se em 12 dos 52 países possíveis. Esses 12 estudos de caso foram pré-selecionados por integrantes da equipe de trabalho da Secretaria da CME, ANCEFA, ASPBAE e CLADE, responsáveis também pela gestão da implementação do projeto, deixando aberta a possibilidade de que se assinalasse que houve parcialidade na seleção dos estudos de caso desta pesquisa, com o fim de destacar os resultados positivos. Também se corre o risco de perder informação importante dos outros países que fizeram parte do PIP II. Com o objetivo de neutralizar essa probabilidade foi enviado um questionário a todos os países participantes do PIP II; entretanto, a porcentagem de respostas foi baixa, deixando dessa forma lacunas importantes na informação.<sup>24</sup> Mais ainda, nem todos os atores selecionados para as entrevistas estavam disponíveis e o número e a amostra de participantes da pesquisa poderia ser um fator limitante. Apesar dessas limitações, a equipe de pesquisa sente que a evidência apresentada é admissível e informativa. A equipe se esforçou em refletir de forma concisa os pontos de vista compartilhados e buscou destacar não apenas os temas em que foram obtidas conquistas, mas também aqueles que poderiam haver limitado o êxito geral do trabalho do PIP.

Não é a intenção deste relatório oferecer uma avaliação detalhada de todos os aspectos do projeto, mas sim capturar uma seleção de relatos únicos através de estudos de caso que possam constituir a base para o aprendizado coletivo de todos aqueles que participaram no PIP II. Para todas aquelas pessoas que participaram na pesquisa e na elaboração deste relatório e, mais importante ainda, para aquelas cujas decisões e ações alimentaram estas páginas, esperamos que este relatório lhes estimule a levar adiante um ativismo redobrado e mais potente a favor da EPT.

### **Nota para a leitura deste relatório**

Este relatório está estruturado em três partes separadas:

#### **Parte 1**

Propõe-se a relatar a história do PIP e a apresentar uma visão geral do projeto desde 2006, proporcionando alguns antecedentes básicos sobre a forma de funcionamento do projeto, seu alcance e o contexto em que se realiza. Oferece uma visão generalizada de cada nível do projeto - nacional, regional e mundial – com o objetivo de ressaltar as conquistas e chamar a atenção sobre temáticas que requerem reflexão.

#### **Parte 2**

A segunda parte do relatório apresenta 12 estudos de caso, assim como uma visão geral do contexto de cada região onde se implementou o projeto: África, Ásia e o Pacífico, e América Latina e o Caribe. É nos estudos de caso detalhados onde surge uma imagem completa do trabalho apoiado pelo PIP II e onde também é possível compreender as linhas comuns que

<sup>23</sup> Eles incluem: docentes, estudantes, pais e mães, funcionários escolares assim como sindicatos de docentes.

<sup>24</sup> Em conjunto, a participação na pesquisa foi de menos de 50% do total, sendo a porcentagem mais alta (em relação ao número de coalizões na região) a da Ásia, seguida pela África e nenhuma da América Latina. Os questionários foram traduzidos ao francês e ao espanhol, de modo que o idioma não foi um fator limitante para a participação na pesquisa.



aparecem ao longo de todo o trabalho. A Parte 2 se divide em três seções, escritas por cada pesquisador ou pesquisadora regional.

### **Parte 3**

A terceira parte do relatório apresenta as conclusões, a revisão de alguns dos aprendizados globais e recomendações para o futuro, dirigidas aos níveis nacional, regional e mundial.

### **Material de referência**

Os materiais de referência para a parte 1 e 2 do relatório, tais como a bibliografia, uma nota sobre a metodologia e os anexos, podem ser encontrados ao final do documento.

# PARTE 1

## Parte 1: Projeto de incidência política – rumo a uma EPT em 2015: uma avaliação

### Seção 1: Antecedentes do PIP II

#### O fundamento teórico do trabalho de incidência do PIP

Em 2008, a Oxfam se converteu na primeira das grandes organizações não governamentais internacionais (ONGI) que tentou explicar, em profundidade, sua teoria de como ocorre a mudança social, em seu livro *Da pobreza ao poder*.<sup>25</sup> O subtítulo do livro identificava o que se via como os dois componentes chave para construir um mundo mais justo e equitativo: cidadãos/ãs ativos/as e estados eficazes.<sup>26</sup> Essas duas ideias podem encontrar-se em numerosas publicações relacionadas com a educação para todos, incluído o Marco de Ação de Dakar. O primeiro componente, a cidadania ativa em sua forma organizada, está no coração do enfoque do Projeto de Incidência Política para acelerar o avanço em direção à EPT.

A teoria da mudança que conduziu o PIP (I e) II se baseia na noção de que a incidência para a mudança de políticas e práticas sobre a EPT necessita localizar-se em nível nacional, próximo de onde se está produzindo a negação do direito à educação. A ANCEFA e a ASPBAE se deram conta, logo depois do Fórum Mundial de Educação de Dakar no ano 2000, de que era essencial fundar a ação para a mudança na EPT no “*mundo real*” e realizar trabalho de incidência para a mudança em nível nacional, mais que confiar unicamente num efeito de generalização da incidência internacional.<sup>27</sup>

Mais que as agendas centralizadas de incidência desenvolvidas nos escritórios centrais das grandes ONGs internacionais, ou inclusive na secretaria da CME, é fundamental que as coalizões nacionais<sup>28</sup> sejam as condutoras da mudança em seu contexto. Como advertiu um informante da pesquisa, ainda que as intenções das grandes ONGI fossem boas e de fato “atuassem como um importante catalisador nos primeiros dias das coalizões, que necessitavam possuir sua própria agenda”.<sup>29</sup> Essa ideia se vê reforçada pelos resultados do trabalho do Instituto de Estudos do Desenvolvimento (IDS, sigla em inglês) da Universidade de Sussex, intitulado “Reimaginando o desenvolvimento”, que concluiu que: “uma ideia que ressoou em todos os locais de pesquisa de todas as partes do mundo é que os modelos de desenvolvimento gerados no Norte frequentemente não são duplicáveis, sustentáveis ou desejáveis no Sul”.<sup>30</sup>

A teoria da mudança que respalda o PIP afirma a importância fundamental de que os ativistas do Sul sejam capazes de definir suas próprias mensagens e aprender fazendo, ainda que o progresso não seja sempre linear.<sup>31</sup> A ideia era construir um movimento, uma equipe de ativistas que analisasse e articulasse as injustiças que viam diariamente em suas vidas. Encorajar pessoas que sabiam que havia crianças que não estavam escolarizadas em um povoado local

---

<sup>25</sup> Green, 2008.

<sup>26</sup> Ainda que não esteja diretamente vinculado ao livro, vale esclarecer que a Oxfam é membro da CME e ocupa um posto no Conselho da CME.

<sup>27</sup> Essa opinião se viu refletida em entrevistas com Maria Khan e Gorgui Sow, líderes das redes regionais da Ásia e da África incluídas no PIP.

<sup>28</sup> Neste trabalho se utiliza o termo coalizão em seu uso entendido comumente de aliança de diferentes grupos para conseguir um objetivo comum, tais como grupos da sociedade civil ou partidos políticos (como o atual governo do Reino Unido). A fim de simplificar e clarificar, o trabalho utiliza o termo coalizão ao referir-se a agrupações e redes, para descrever os organismos regionais envolvidos neste trabalho. Para uma discussão interessante e fundada sobre coalizões, ver Tomlinson e Macpherson, 2009.

<sup>29</sup> Janice Dolan, Conselheira principal do fundo fiduciário de CfBT.

<sup>30</sup> Para mais informação, ver o relatório anual 2010 de IDS, pág. 8.

<sup>31</sup> Diversas entrevistas

a que acreditassem que tinham a capacidade de mudar essa situação.<sup>32</sup> Para usar uma terminologia comum: tentar e criar as bases da mudança de baixo para cima, a partir de onde as violações ao direito à educação eram sentidas mais fortemente, conectando com ações em diferentes arenas no Norte e no circuito internacional da EPT. A mudança que o PIP II buscou fazer se baseia em uma compreensão teórica de que a luta pela EPT, ainda que seja global e esteja ligada ao trabalho de incidência regional e internacional, se origina na ação local e nacional.

### **Origens e objetivos do PIP II**

Quando a CME e dois de seus sócios regionais – a ANCEFA e a ASPBAE – apresentaram a proposta de financiamento do PIP II ao Ministério Holandês de Assuntos Exteriores, foi descrito que o projeto apontava a: “proporcionar facilitação estruturada e apoio para o desenvolvimento das capacidades para grupos da sociedade civil do Sul que desejem melhorar o foco, a coerência e a criatividade de seu trabalho de incidência a fim de aumentar o impacto em nível nacional e para que os países tomem o rumo certo para conseguir todas as metas e objetivos da EPT”.<sup>33</sup>

O objetivo central do projeto foi fortalecer o potencial de incidência e fazer uma campanha das organizações da sociedade civil no Sul global com a esperança de que isso acelerasse os avanços em direção aos seis objetivos da EPT estabelecidos em Dakar, que naquele momento já haviam desviado seu rumo.<sup>34</sup> Segundo uma fonte interna da CME vinculada à redação do esboço do projeto, reconheceu-se um objetivo de “ordem superior” para mobilizar a vontade política em torno à EPT e que era uma peça chave do quebra-cabeça, a capacidade da sociedade civil para fazer com que os governos se responsabilizem, ainda era “irregular”.<sup>35</sup>

A aplicação do projeto se referia à sociedade civil no Sul global como sócios e defensores vitais do trabalho de incidência que, através do apoio massivo do público a suas ações e mediante a apresentação de evidências, podia fazer com que os governos se responsabilizassem sobre os avanços em direção à EPT. O projeto tinha uma série de objetivos específicos (ainda que não necessariamente SMART<sup>36</sup>) que se centravam em desenvolver a capacidade de grupos da sociedade civil para contribuir ao trabalho de incidência sobre a EPT (ver o quadro 1 abaixo com a lista completa de objetivos).

#### **QUADRO 1**

##### **Objetivos do Projeto PIP II**

- Fortalecer e aprofundar o trabalho de coalizões de educação da sociedade civil existentes, para que sejam capazes de mobilizar a demanda e a preocupação públicas em torno à Educação para todos e todas, gratuita e de qualidade

<sup>32</sup> Geoffrey Odaga, ex-Coordenador Global do projeto do PIP e atual Coordenador Global do Fundo Regional da Sociedade Civil para a Educação (FRESCE) na Secretaria da CME falou de uma visão do PIP como um “movimento” e não um projeto discreto.

<sup>33</sup> Formulário de solicitação da CME Final SALIN 2006-2010, p.14.

<sup>34</sup> Ver página 1 do Resumo do Relatório de Acompanhamento da EPT no Mundo 2006 da UNESCO para ter um panorama completo dos avanços da EPT no começo do PIP II.

<sup>35</sup> Entrevista com Lucia Fry, atual Coordenadora de Políticas Globais na Secretaria da CME.

<sup>36</sup> Em inglês, a palavra “smart” significa “inteligente”. A sigla em inglês, comumente utilizada, “objetivos SMART” se refere a objetivos que são específicos, quantificáveis, acessíveis, pertinentes e de duração determinada.

- Construir mais coalizões de educação em países e regiões onde não existe nenhuma
- Alinhar o trabalho das coalizões de educação com outras redes, coalizões e movimentos
- Apresentar estratégias de incidência de duração determinada, coerentes, nacionais e regionais
- Contribuir à apresentação de trabalho de incidência global efetivo por parte da CME, assegurando consistência, coerência e um intercâmbio fecundo entre planos de incidência nacionais e estratégias regionais/globais
- Criar movimentos amplos com outros grupos de interesse, vinculando os interesses educativos com outros que trabalham no setor público, com temas de prestação de serviço, ajuda, dívida e da infância
- Provocar mudanças específicas de políticas em nível global, regional e nacional, consistentes com os objetivos gerais da Estratégia Global da CME

A aplicação do projeto do PIP II reafirmou o conceito da apresentação de mudança através do “*enfoque do mundo real*” com campanhas ampliadas e expandidas, um aumento da coordenação a diferentes níveis, e fortalecendo alianças<sup>37</sup>. A proposta do projeto insistiu na centralidade do projeto para o trabalho de incidência geral da CME, expondo que: “as coalizões da CME são a voz de meninas e meninos excluídos, mulheres analfabetas e famílias pobres, e com o apoio do PIP podem ser uma força de luta verdadeiramente efetiva para exigir uma mudança definitiva”.<sup>38</sup>

O PIP II foi desenhado para agregar e expandir os avanços realizados durante o PIP I, que havia aumentado a quantidade e a capacidade de coalizões da sociedade civil do Sul, permitindo-lhes tomar mais medidas de lobby e realizar campanhas. Também se diz que o PIP I fortaleceu laços de trabalho de incidência desde o nível local ao internacional.<sup>39</sup> Entretanto, ao final do PIP I, havia a opinião da CME de que: “As capacidades de liderança e institucionais (humanas e financeiras) das coalizões de educação para manter campanhas de educação e trabalho sobre políticas em nível nacional e regional ainda seguem sendo escassas e frágeis”.<sup>40</sup> Devido a isso e à confiança no papel crítico do trabalho de incidência em nível nacional, a CME sentiu que era necessário continuar essa linha de trabalho em uma segunda etapa.

Apesar do fato de que o PIP II era a continuação de um projeto existente, o planejamento para a implementação da segunda fase era frágil. Foram formulados claramente planos para o ano inicial e até a metade do projeto; entretanto, para o resto do projeto foram descritos como “bastante vagos”. Mais que ser uma debilidade, a falta de planos totalmente articulados, junto com a extraordinária flexibilidade mostrada pelo Ministério de Assuntos Exteriores da Holanda (como provedores de financiamento) foi, de fato, positiva e significou que o PIP II fora capaz de desenvolver-se mais organicamente.<sup>41</sup> Ainda que o trabalho seguisse sendo fiel a seu

<sup>37</sup> Vale a pena fazer notar desde o princípio que o PIP II (como foi o caso com o PIP I) foi entregue ao governo holandês em conformidade com suas Alianças Estratégicas com o programa de subsídios de ONGs Internacionais (SALIN), como um aspecto da proposta de projeto conjunto com a Internacional da Educação, e como tal, os sindicatos de professores e professoras nos países foram vistos como parceiros estratégicos desde o princípio do projeto (ainda que essa relação se manifestasse de forma diferente em contextos diferentes).

<sup>38</sup> Formulário de solicitação da CME Final SALIN 2006-2010, p.20

<sup>39</sup> Para mais informação sobre os resultados finais do PIP I ver: relatório narrativo final do PIP 2003-2005 (RWS final narrative 2003-2005, em inglês).

<sup>40</sup> Formulário de solicitação da CME Final SALIN 2006-2010, p.14

<sup>41</sup> Lucia Fry, Coordenadora de Políticas Globais, Secretaria da CME.

componente central de desenvolvimento das capacidades, essa flexibilidade permitiu às regiões desenvolver o projeto em diferentes direções. Na África, o foco do trabalho continuou fortemente arraigado à formação de capacidade técnica; na Ásia, a pesquisa complementar e o monitoramento da EPT em nível nacional cresceram, e na América Latina (que se uniu ao PIP na segunda fase) o fato de haver se centrado na justiciabilidade do direito à educação abriu precedentes (ver mais adiante a seção sobre trabalho regional e estudos de caso de países para ter um panorama mais detalhado).

A flexibilidade mostrada pelo Governo holandês também permitiu que o aumento da quantidade dos fundos permanecesse em nível regional nos anos seguintes.<sup>42</sup> Essa forte dimensão regional dentro do PIP II se distingue de outros projetos tais como o Fundo de Educação da Commonwealth<sup>43</sup> ou o mais recente Fundo da Sociedade Civil para a Educação.<sup>44</sup>

O Governo holandês reconhece a flexibilidade do subsídio comparando-o com o financiamento principal.<sup>45</sup> De acordo com um representante do Ministério de Assuntos Exteriores, está na tradição holandesa investir em trabalho de incidência e fortalecer o apoio para as atividades de desenvolvimento, e o Ministério de Assuntos Exteriores tinha supremo interesse em financiar a continuação do PIP. O projeto seguia a linha de suas prioridades sobre políticas: aumentar o apoio público para a EPT e fortalecer a incidência da sociedade civil. Também se fundamentou em uma relação existente com a CME, que depois de Dakar foi reconhecida como uma importante organização de pressão política. O governo holandês acreditou que a CME podia ajudar a desenvolver políticas e fortalecer o trabalho de incidência da sociedade civil em diversos países.<sup>46</sup>

As ambições do projeto, apesar de ter um orçamento comparativamente pequeno de €5 milhões,<sup>47</sup> eram grandes em escala. O projeto apontava a aumentar a quantidade e o alcance das coalizões nacionais, estimulando a formação de alianças estratégicas com outras redes de campanha contra a pobreza e grupos de direitos humanos. Aspirava a mudar as políticas e a prática para impulsionar o avanço rumo à EPT. O objetivo era construir um "movimento global" de ativistas de EPT.<sup>48</sup>

Os subsídios do PIP (I & II) foram parte de um subsídio maior outorgado à Internacional da Educação (IE) e através dela à CME.<sup>49</sup> Os dois aspectos do projeto haviam coincidido

---

<sup>42</sup> Entrevista com Owain James, Coordenador Mundial da CME.

<sup>43</sup> Fundo de Educação da Commonwealth (CEF, sigla em inglês) proporcionou assessoramento e financiamento a grupos de educação em 16 países da Commonwealth para a promoção de educação primária gratuita. Ver <http://www.commonwealtheducationfund.org>

<sup>44</sup> Em 2008, a Iniciativa da Via Rápida - IVR de EPT combinou de apoiar à CME para ampliar o apoio a coalizões nacionais de educação da sociedade civil em países que reúnem os requisitos para a IVR através do Fundo Regional da Sociedade Civil para a Educação (FRESCE, coordenado pela CME em nível mundial). Ver <http://www.educationfasttrack.org/financing/epdf/csef>

<sup>45</sup> Entrevista com Yvonne van Hees, Assessora Principal sobre Políticas, Divisão de Educação e Investigação (Departamento de Desenvolvimento Social) Ministério de Assuntos Exteriores da Holanda.

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> Por exemplo, comparado com o FSCE que é de USD 17,6 milhões para dois anos (2009-2011), o PIP II é de aproximadamente USD 6.793.267 para 5 anos.

<sup>48</sup> Geoffrey Odaga, ex-Coordenador Global do PIP II e atual Coordenador Global do Fundo Regional da Sociedade Civil para a Educação (FRESCE) na secretaria mundial da CME.

<sup>49</sup> Ao princípio, o subsídio estava destinado diretamente à CME com "rendimento" à IE; entretanto, devido à identidade legal da CME naquele momento, isso não foi possível e foi feito ao contrário – entrevista com Lucia Fry.

parcialmente; entretanto, como muito do trabalho central da CME, estimulou a inclusão de sindicatos de docentes como membros chave das coalizões nacionais.<sup>50</sup>

### **O PIP em funcionamento**

A coordenação central estava limitada, com a gestão diária e a implementação do PIP II dirigido pelo pessoal das redes regionais a ANCEFA, a ASPBAE e a CLADE.<sup>51</sup> Na Ásia e na África foram criados grupos diretos regionais constituídos por, entre outros, membros de redes regionais e membros da IE.<sup>52</sup> O posto de Coordenador Global do PIP era o único para o projeto dentro da Secretaria da CME; em retrospectiva, isso é visto (por mais de um entrevistado) como pouco demais. As redes regionais foram responsáveis pela gestão do projeto em suas regiões; isso incluiu o desenvolvimento de estratégias de incidência regionais e apoio a coalizões nacionais.

Os fundos foram designados através de redes regionais a coalizões nacionais para apoiar o desenvolvimento de suas capacidades e atividades de incidência. A designação desses fundos foi, em grande parte, em função da demanda. As coalizões identificavam uma atividade de campanha particular ou a necessidade de desenvolver as capacidades e enviavam uma proposta às redes regionais. Sobre a base da avaliação da secretaria regional ou dos comitês de direção sobre a capacidade de absorção da coalizão em cada ano, fez-se uma subvenção. Em outras ocasiões, a rede regional identificava a necessidade e depois promovia o estabelecimento de uma coalizão ou ajudava a desenvolver e apoiar ações de coalizões já existentes. Em anos posteriores, permaneceram cada vez maiores os totais de financiamento no nível regional e foram utilizados para desenvolver a capacidade organizativa das redes regionais e/ou para financiar iniciativas de incidência regionais.

Não parece haver um mecanismo articulado formalmente para a tomada de decisões operativas, mas foram implementados relatórios e planejamentos anuais, incluídos relatórios financeiros, para monitorar o avanço do projeto. O coordenador internacional do PIP era responsável por facilitar e supervisionar esses processos.

A responsabilidade final do projeto recai no Conselho da CME<sup>53</sup> que supervisiona todo o trabalho e os projetos financiados através da Secretaria da CME. As três redes regionais e dois dos países do projeto do PIP estão representados no Conselho.<sup>54</sup> Só esteve disponível uma quantidade limitada de cópias dos relatórios que se deram ao Conselho sobre o PIP II, e não foi vista nenhuma documentação relativa à tomada de decisões no âmbito do Conselho sobre a direção estratégica do PIP ou destinações do orçamento do PIP II. De acordo com as entrevistas, o conselho da CME opera sobre a base de consensos, e as decisões sobre o PIP II foram tomadas amigavelmente apesar de que cada uma das três regiões responde por uma porcentagem do total dos fundos.

### **Âmbito e alcance do PIP II**

---

<sup>50</sup> A Internacional da Educação tem um assento permanente no Conselho da CME e, como tal, todas as coalizões afiliadas à CME são encorajadas a incluir sindicatos nacionais de docentes.

<sup>51</sup> A CLADE se uniu ao PIP já na segunda fase e não esteve envolvida no desenho do projeto.

<sup>52</sup> Sentiu-se que esses grupos funcionaram melhor na Ásia do que na África devido a uma maior diversidade de opiniões /enfoques entre o pessoal regional e representantes da IE.

<sup>53</sup> Uma lista completa dos membros atuais do Conselho está disponível na página virtual da CME – <http://www.campaignforeducation.org/en/about/board/>

<sup>54</sup> Cabe destacar que existem duas vagas ocupadas por coalizões nacionais na composição do Conselho da CME, elegíveis através do processo da Assembléia Geral, e não estão vinculadas à agrupação do projeto do PIP.

O PIP II não se limita ao trabalho de incidência em um objetivo específico da EPT, mas sim permite às coalizões nacionais e às redes regionais identificar e abordar o(s) tema(s) mais urgente(s) em seu contexto entre todo o espectro de objetivos da EPT. A maior parte do PIP II se concentra na educação básica, em particular em temas relacionados com as barreiras de acesso tais como custo e discriminação. A alfabetização e a educação não formal também são áreas nas que se concentra. A Atenção e Educação da Primeira Infância (AEPI) também foi um dos focos, e na América Latina está conseguindo mais centralidade, surgindo como o tema prioritário no Peru e com uma prioridade maior no trabalho da CLADE.

Além do trabalho de apoio através do espectro da EPT, o PIP II apoiou diversas formas de ação que refletem diferentes tradições e uma diversidade de enfoques para provocar a mudança. Abarcam desde o exercício clássico de pressão política baseada na evidência (os relatórios do *Education Watch - Observatório da Educação*), manifestações públicas massivas (Índia), defensores de jovens não escolarizados (Filipinas), programas de rádio com participação telefônica do público (Uganda), até a busca de recursos legais contra a violação do direito à educação (Colômbia). A gama de atividades e medidas tomadas com o apoio do PIP II, algumas das quais se detalham nos estudos de caso na Parte 2, mostram exemplos de métodos testados e aprovados junto com ações inovadoras que, apesar da especificidade do contexto, podem proporcionar uma base de aprendizado de contexto múltiplo. Também mostram a amplitude do PIP II e reafirmam o conceito de ações que ocorrem no “mundo real”, onde a necessidade de compreensão específica profunda do contexto deve fundamentar a prática.

### **O contexto do projeto**

Para entender totalmente por que e como se desenvolveu e operou o PIP II, é necessário localizá-lo dentro do mais amplo contexto do discurso e o avanço da EPT durante os últimos 5 anos, marcados por períodos de otimismo e de frustração. O PIP II começou no ano seguinte à campanha mundial “Façamos da Pobreza História!”, quando parecia iminente que as promessas de financiadores e governos se traduzissem em uma mudança real. O poder de pessoas comuns para unir esforços e conseguir a mudança criou uma sensação de otimismo e energia renovada entre os grupos da sociedade civil em muitos países. Mal haviam passado dois anos do projeto, quando a crise bancária e as medidas de austeridade que se seguiram a ela mudaram dramaticamente o contexto global, como observou a reunião da equipe de trabalho da EPT em Paris ao final de 2009.

"A crise financeira mundial proporcionou uma dura advertência das realidades da interdependência global. Atualmente existe o perigo de que, depois de uma década de alentadores progressos, a continuação dos avanços em direção aos objetivos de 2015 para a educação se obstruam ante o aumento da pobreza, a desaceleração do crescimento econômico e a crescente pressão sobre os orçamentos dos governos".<sup>55</sup> A crise, que coincidiu com um aumento do foco nos resultados da aprendizagem, também alterou o discurso, pondo ênfase não mais no direito à educação, mas sim na educação como um investimento para a recuperação da economia.

Apesar do aumento desses desafios, não resta dúvida de que houve progresso durante o PIP II. Contudo, não se alcançaram importantes objetivos<sup>56</sup>. Em 2006, o Relatório de

---

<sup>55</sup> Décima reunião da Equipe de Trabalho sobre Educação para Todos (EPT). "Documento conceitual sobre as repercussões da crise econômica e financeira na Educação". Paris, 9-11 de dezembro de 2009.

<sup>56</sup> Cem países não atingiram o objetivo de igualdade de gênero para 2005, de acordo com as cifras analisadas no IMS da UNESCO de 2006, e muitos não atingirão o objetivo para 2015. 72 milhões de crianças ainda não estavam escolarizadas de acordo com dados apresentados no IMS da UNESCO de 2010, apesar do fato de que 2009 era o último ano no qual todas as crianças deveriam estar matriculadas na escola para conseguir a educação primária universal para 2015.



Acompanhamento da EPT no Mundo da UNESCO estimou que aproximadamente 100 milhões de crianças não estavam matriculadas na escola primária<sup>57</sup>. O Relatório de Acompanhamento da EPT no Mundo da UNESCO mais recente colocou a cifra total de não escolarizados em 69 milhões<sup>58</sup> e fica claro que com os índices atuais de progresso, mais de 56 milhões de meninas e meninos ainda não estarão escolarizados em 2015.<sup>59</sup>

A realidade para os grupos de crianças mais pobres e marginalizados é que ainda lhes é negado seu direito à educação. Por que isso é assim? Seguramente, os recursos globais – ainda frente à atual crise econômica – são suficientemente abundantes para assegurar suficientes salas de aula, com suficientes professoras e professores capacitados para todas as crianças em idade escolar. Seguramente, existe dinheiro para cuidar e estimular o desenvolvimento de crianças pequenas e oferecer-lhes oportunidades quando cheguem à adolescência. Se o desenvolvimento econômico está tão estreitamente ligado aos níveis educativos como sugere a pesquisa, então seguramente devem ser postos à disposição os fundos para atacar o analfabetismo. A maior barreira para conseguir a EPT não é a falta de recursos ou conhecimentos técnicos: é a vontade política – simplesmente, muito frequentemente a educação não é uma prioridade nem para os governos nem para os doadores. Com isso, não se pretende subestimar os desafios reais existentes: crenças culturais sobre meninas e meninos com deficiência, contextos de guerra, desastres naturais ou zonas rurais remotas e estilos de vida nômades; entretanto, essas barreiras podem ser abordadas quando a vontade política está presente. Onde os governos nacionais *estão* enfrentando sérias restrições financeiras, a ajuda para o desenvolvimento proveniente do exterior pode colaborar para paliar os déficits, e o compromisso assumido na reunião de Dakar não deveria ser esquecido: “Nenhum país que se comprometa seriamente com a educação para todos se verá frustrado por falta de recursos em seu empenho para atingir essa meta”.<sup>60</sup>

Apesar dessa promessa, lá onde os orçamentos nacionais não são suficientes, os doadores internacionais não estão paliando os déficits. De acordo com o Relatório Mundial de Acompanhamento da EPT mais recente: “Ainda que a ajuda global tenha aumentado, os compromissos de ajuda não bastam para obter os 50 bilhões de dólares prometidos em 2005. A África enfrenta o maior déficit de financiamento previsto, estimado em US\$18 bilhões”.<sup>61</sup>

Além do fracasso dos governos e dos doadores em cumprir as promessas feitas em Dakar, as obrigações legais relativas à lei de direitos humanos (às que os governos subscreveram livremente) estão sendo, frequentemente, ignoradas. Muitos países ainda cobram matrículas<sup>62</sup> e a discriminação contra grupos de crianças, incluídas as meninas, as crianças com deficiência, as de minorias linguísticas e étnicas (para nomear alguns), é um lugar comum.

Os contextos econômicos e políticos nos quais o PIP II esteve e está operando são claramente desafiantes e destacam vividamente a necessidade de continuar exercendo pressão sobre governos e doadores por igual se deseja-se avançar na realização da educação para todos e todas.

---

<sup>57</sup>UNESCO 2006, IMS

<sup>58</sup> IMS 2011

<sup>59</sup> Relatório principal do IMS 2010, p.1

<sup>60</sup>Ver o Marco de Ação de Dakar, p.3 <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121147e.pdf>

<sup>61</sup>Resumo do IMS de EPT 2010, p.5 <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001865/186525E.pdf>

<sup>62</sup>Um relatório de vanguarda de Katarina Tomaševski em 2006 revelou que mais da metade dos países ainda cobram por educação, violando o artigo 28 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança. Ainda que alguns países tenham detido essa prática, como se destaca nos estudos de caso na Parte 2 deste relatório, ainda é um lugar comum.

## Seção 2: Ação local, mudança global

O PIP II buscava arraigar a mudança em nível local e, ao fazer isso, gerar uma mudança em escala mundial. Em seu centro, o PIP II esteve preocupado em empoderar pessoas comuns para que levem adiante a mudança para a EPT em seus contextos locais e nacionais. Isso não é novo em si mesmo ou por si mesmo; a ação local realizada por gente local tem uma longa tradição em movimentos por transformação social. Por exemplo, as ações de Rosa Parks, uma mulher comum cuja negativa de deixar seu assento no ônibus para uma pessoa branca impactou fundamentalmente na luta pelos Direitos Civis das Pessoas Afrodescendentes; ou Chico Mendes, o seringueiro brasileiro cujo ativismo e trágico assassinato ajudaram a chamar a atenção do mundo para a luta por preservar nosso meio ambiente. Esses são apenas dois exemplos entre os milhões de mulheres e homens que, no curso da história, atuaram para fazer do mundo um lugar mais justo.

Em última instância, o PIP II deve ser avaliado a partir de quais novas ou fortalecidas capacidades existem agora para exigir – e conseguir – a ação do governo sobre a EPT entre as coalizões nacionais da sociedade civil do Sul. Entretanto, o papel das redes regionais e do centro global da CME não pode ser ignorado, e uma parte importante desta pesquisa será para destacar os pontos fortes e as debilidades do projeto em todos os níveis.

Esta seção do relatório oferece uma sinopse das conquistas do PIP e destaca áreas que requerem atenção adicional em cada um dos níveis do projeto: nacional, regional e global.

### **Cenários variáveis no trabalho de incidência nacional a favor da EPT**

A pesquisa levada a cabo para este relatório foi qualitativa. Não apenas se propôs a documentar e avaliar os resultados concretos em relação ao tamanho e à quantidade de coalizões e mudanças de políticas, mas também se propôs a trazer à tona resultados menos tangíveis como o aumento dos níveis de confiança nos grupos da sociedade civil para exigir seus direitos, dos níveis de consciência e do valor outorgado à educação por parte de grupos beneficiários, e da sensibilidade dos governos à luz do aumento do escrutínio público.

#### **QUADRO 2**

##### **O PIP II trabalha para e com as crianças e pessoas adultas cujo direito à educação tenha sido negado.<sup>63</sup>**

*Jamaica Malapit tinha 15 anos quando abandonou a escola. “Acabo de terminar o segundo ano do ensino médio”, contou. Com vários filhos na escola ao mesmo tempo, seus pais foram obrigados a pedir um empréstimo para cobrir seus gastos, mas não foi suficiente. Para dar lugar a dois irmãos mais velhos, Jamaica e uma irmã mais nova abandonaram a escola “só por um tempo”, ao menos era isso que esperavam. Sua mãe, uma professora de educação infantil em sua comunidade urbana pobre, lhes ensinou a valorizar a educação, assim que essa foi uma decisão dolorosa para todos.*

*Depois de um ano vendendo verduras no mercado, Jamaica economizou o*

<sup>63</sup>A informação apresentada aqui fazia parte de dados recolhidos na Ásia por Barbara Fortunato. Mais informação sobre E-Net Filipinas pode ser encontrada na Parte 2 deste relatório.

*suficiente para ajudar sua irmã mais nova a voltar à escola. A própria Jamaica ainda não podia voltar ao ensino médio, por isso se inscreveu em cursos de formação gratuitos em seu povoado. Havia um curso de conhecimentos básicos de computação de dois meses, e outro de inglês. Também se inscreveu para duas semanas de capacitação para trabalhar em centros de atenção telefônica, ainda que suas possibilidades de obter um trabalho em um centro de atenção telefônica sem um diploma de ensino médio fossem nulas.*

*Em 2009, se uniu à Organização Juvenil Pinagsamang Samahan ng Magulang (PINASAMA), o braço jovem de uma organização comunitária que trabalha em prol dos direitos das pessoas em situação de pobreza em zonas urbanas e dos direitos da mulher. Membro por um longo tempo do E-Net Filipinas, a PINASAMA iniciou seu próprio programa de Sistemas Alternativos de Aprendizagem (SAA). A resposta foi assombrosa, dezenas de jovens não escolarizados se inscreveram, entre eles Jamaica.*

*Depois de alguns meses, a PINASAMA começou a ter problemas. Não tinham nenhum financiamento para os SAA e tiveram que começar a cobrar para xerocar o material dos módulos, o que muitos estudantes não podiam pagar. Alguns tinham filhos ou trabalhos de meio período que os deixavam cansados demais e distraídos durante as aulas de sábado o dia todo. Os professores também estavam cansados depois de suas responsabilidades diárias durante a semana. Depois de 3-4 meses, a PINASAMA decidiu suspender o programa SAA. “Nossa maior lição foi que o SAA não funcionará sem um orçamento, sem dinheiro para material didático. Realmente precisamos nos preparar mais”, disse a presidenta da PINASAMA, Estrella Soriano.*

*Para Jamaica, a porta da educação estava, outra vez, fechada temporariamente.*

*Mais tarde, Jamaica se uniu à campanha de E-Net ‘Reclamemos nosso futuro hoje!’ (‘Claiming Our Future Today!’) como jovem voluntária. “Me uni devido a minha própria experiência de ter sido obrigada a abandonar os estudos”. A capacitação em liderança e aptidões para trabalho de incidência e campanha era divertida, disse. “A atmosfera era alegre, brincávamos muito. Os formadores não eram rigorosos como nossos professores na escola. No final da capacitação, nos deram a oportunidade de dizer o que pensávamos. Também aprendi outras coisas como os direitos das mulheres e das crianças.”*

*Jamaica foi uma dos cinco jovens voluntários convidados para dialogar com representantes do Escritório de Sistemas Alternativos de Aprendizagem do Departamento de Educação. “[. . .] Falei sobre abandonar a escola, sobre ter que gastar dinheiro para fotocopiar módulos para os Sistemas de Aprendizagem Alternativos de PINASAMA. Também lhes pedi que apoiem a E-Net. A equipe de governo foi amável, eles estavam dispostos a escutar.”*

Que mudança se produziu? O PIP II fortaleceu a voz coletiva das coalizões de educação do Sul e elas puderam levar a cabo mudanças concretas em políticas e práticas educativas?

Analisando os testemunhos recolhidos durante essa pesquisa e revisando a documentação existente, a resposta é que foi produzida uma grande mudança. Há mais coalizões, coalizões mais fortes e algumas mudanças importantes nas políticas, que foram possíveis devido ao PIP II. Para compreender totalmente a dinâmica e as conquistas (assim como as debilidades) é

necessário envolver-se com os estudos de caso na Parte 2 deste relatório. Inclusive dando apenas uma olhada, há alguns desenvolvimentos impressionantes para comemorar, como destaca o resumo a seguir.

### **Dimensão e resultados**

Houve um forte crescimento da quantidade de novas coalizões<sup>64</sup> desenvolvidas através do apoio do PIP, a maioria na África. O PIP II apoia atualmente 51 coalizões, comparadas com os 25 países da África e da Ásia que apoiou o PIP I.<sup>65</sup> Tomados juntos, a base de afiliados do PIP II inclui milhões de ativistas em todo o mundo,<sup>66</sup> uma crescente pressão que os governos não podem simplesmente ignorar. Isso só oferece uma imagem parcial, porque ainda que a dimensão seja importante, o que importa é o que essas organizações fazem com seu status recém adquirido ou sua capacidade recém criada.

Para complementar a imagem criada pelo aumento nos números, também temos que analisar os resultados gerados pelas coalizões. Dada a quantidade de coalizões envolvidas no PIP II, não é factível fazer uma lista dos resultados. Entretanto, é importante oferecer uma ideia dessas diversas, criativas e inovadoras atividades. Elas vão desde uma marcha pública na Índia, que envolveu milhares de pessoas, até a apresentação de um caso ante a corte constitucional na Colômbia e a produção de uma agenda para as eleições em Malawi. Além disso, existe muita informação sobre políticas, espaços na imprensa e relatórios em profundidade como os da Iniciativa do Observatório da Educação (*Education Watch*). Também houve oficinas sobre políticas para membros na Tanzânia, consultas com ativistas no Brasil e uma convenção de mães no Sri Lanka. Na Guatemala, documentação conjunta da violação do direito à educação com o Relator Especial sobre o Direito à Educação, e na Tanzânia associações com o governo. Essas são algumas das atividades de apenas algumas das coalizões nacionais das que podem ser lidas mais detalhadamente nos estudos de caso na Parte 2 deste relatório.

Apenas 12 coalizões são apresentadas nos estudos de caso, ainda que 51 países façam parte do PIP II. O quadro a seguir apresenta uma imagem global do que ocorreu em outras coalizões que o PIP apoia:

#### **QUADRO 3**

##### **Observações gerais das atividades das coalizões do PIP 2006-2010 que não estão compreendidas nos estudos de caso**

2006 **Lesoto:** A ZANEC, a sólida coalizão da Zâmbia, ajudou a convocar para uma oficina em Lesoto e em Botsuana a princípios de novembro de 2006, co-financiada pelo CEF. Isso ajudou a nascente coalizão de Lesoto (Coalizão da Campanha de Educação de Lesoto) a começar a se mover em direção à implementação de uma estratégia de campanha no país.

2007 **Papua Nova Guiné:** Depois da finalização do relatório do *Education Watch* (*Observatório da Educação*) de PNG, a Secretaria do Departamento de Planejamento e Monitoramento concordou em lançar o Relatório e anunciou

<sup>64</sup> Isso significa novos grupos constituídos com uma estrutura formalizada, registrados legalmente, com uma visão e uma missão acordada.

<sup>65</sup> Relatório da CME: relatório final do PIP 2003-2005. (*RWS final narrative 2003-2005*, em inglês)

<sup>66</sup> Esta cifra se baseia nos afiliados de todas as OSC e sindicatos de docentes que fazem parte das coalizões nacionais que participam no PIP II.

publicamente que gostaria que seu departamento iniciasse uma colaboração formal com a Rede de Incidência pela Educação de Papua (PEAN) e a ASPBAE para estender o estudo a *todas* as províncias de PNG. Também estimulou que a PEAN fosse convidada para o Comitê de Direção de Enfoques Setoriais (SWAP) como representante das OSC, ampliando assim o lobby com a comunidade de doadores em PNG.

2008 **Burundi:** A coalizão nacional sobre educação, chamada BAFASHEBIGE, publicou um relatório sobre *A qualidade da educação em Burundi*, o resultado do estudo realizado pelo Education Watch em 2007. O relatório indicava o "sistema de turnos duplos e aulas simultâneas de vários graus" adotado pelo governo para aumentar o acesso. As provas alegadas indicavam que os resultados do aprendizado mal estão sendo atingidos e que as salas de aula superlotadas e a grave escassez de docentes comprometem a qualidade da educação. A BAFASHEBIGE, ao mobilizar o apoio de sindicatos de docentes e ONGs para que participem no diálogo sobre políticas com o governo, embarcou em uma campanha agressiva para abordar as inquietudes relativas à qualidade da educação.

2009 **Chile:** O PIP possibilitou as seguintes atividades: um processo participativo para a elaboração do Documento de posicionamento do Fórum sobre o financiamento da educação no país, a publicação e distribuição da publicação do Fórum, o Caderno sobre a educação pública, a capacitação dos membros de dez Conselhos escolares; a elaboração e difusão da Declaração "Rumo à Reforma da Educação Superior"; a apresentação das propostas do Fórum sobre educação a representantes dos candidatos presidenciais e o debate subsequente, e o apoio dos Fóruns regionais de Valparaíso e Maule.

2010 **Paquistão:** A Coalizão Paquistanesa da Educação (PCE, sigla em inglês) imprimiu e lançou uma AOD para o estudo da educação em 22 de janeiro de 2010. Houve uma exitosa presença de participantes e a participação deles foi de boa qualidade, gerando um importante debate em torno a temas como a efetividade da ajuda e a destinação justa para zonas desatendidas. Participaram cerca de 175 pessoas, incluídos diretores e executivos de diferentes ONGI, doadores, etc. Foi feita uma grande cobertura midiática do lançamento, divulgado em todos os principais periódicos do Paquistão nos idiomas urdu, inglês e sindhi.

Esses resultados estão moldando o debate nacional sobre educação e movendo o tema da educação para todos ao alto da agenda política, mudando o discurso de "se" para "como" levar a cabo a mudança. Além disso, como essas coalizões crescem em capacidade organizativa e de incidência e aumentam seu compromisso coordenado com atores regionais e internacionais, sua influência em nível nacional crescerá. As coalizões nacionais também têm desempenhado um papel central em muitas atividades dirigidas por redes regionais, tais como: a pressão política dirigida pela CLADE na Conferência de Revisão de Durban em Genebra em 2009, informação sobre a Revisão de Metade do Prazo para a EPT convocada pela UNESCO e coordenada pela ASPBAE em 2007, e a pressão política coordenada pela ANCEFA para promover o aprendizado de pessoas jovens e adultas em 2008, às vésperas da Conferência Regional Africana em apoio à Alfabetização Global.<sup>67</sup>

Os números e inclusive as atividades não necessariamente dão como resultado mudanças nas políticas governamentais; entretanto, é razoável alegar que a maioria dos governos começam a prestar atenção quando seus cidadãos e suas cidadãs se unem e tomam medidas para exigir

<sup>67</sup>A própria reunião foi convocada pelo Instituto da UNESCO para o Aprendizado ao longo de toda a vida e organizada pelo governo de Mali; para mais detalhes sobre a pressão da ANCEFA ver o quadro sobre a CONFINTEA VI mais adiante.

mudanças. Escutam mais se seus cidadãos o fazem em grande número e de forma consistente ao longo do tempo. Como disse um ex-parlamentar asiático: “Se for possível gerar a demanda por uma educação de qualidade, então o sistema terá que responder a essa demanda”.<sup>68</sup>

É claro que o apoio do PIP II permitiu que as coalizões nacionais aumentassem seu tamanho, capacidade e nível de atividade. No entanto, o êxito do PIP II se torna visível quando examinamos alguns dos impressionantes resultados do trabalho ressaltado mais adiante e descrito em detalhes na Parte 2 deste relatório.

### **Mudanças nas políticas**

Na Guatemala, o PIP II possibilitou que se continuasse com um esforço de longa data para evitar a cobrança de cotas e taxas escolares, que culminou em 2008 quando as matrículas escolares foram declaradas ilegais. A pressão exercida pela coalizão também levou à criação de transferências condicionais de fundos para a educação para as famílias mais marginalizadas. Em agosto de 2009, a câmara baixa do Parlamento da Índia promulgou a “Lei sobre o Direito das crianças à educação gratuita e obrigatória”, depois de uma ampla pressão das OSC, incluída uma importante participação da coalizão nacional pela educação, com o apoio do PIP II. Mais recentemente, o financiamento do PIP II possibilitou à coalizão colombiana levar um caso ante a Corte Constitucional da Colômbia. Obteve um resultado exitoso, garantindo o direito a uma educação básica gratuita e obrigatória. No Camboja, o apoio do PIP II proporcionou à coalizão nacional os recursos para fazer uma campanha para acabar com as cotas escolares informais. A coalizão vinculou a cobrança de cotas escolares informais ao tema dos baixos salários dos e das docentes e contribuiu à mudança em duas frentes: a emissão de um subdecreto sobre a conduta profissional dos professores e das professoras, convertendo em delito a cobrança de cotas, e uma declaração do Primeiro Ministro Hun Sen de que os salários de professores e professoras aumentariam em 20% a cada ano, começando em 2010. O PIP II da Tanzânia possibilitou à coalizão nacional continuar construindo uma relação de trabalho positiva com o Ministério de Educação e jogar um importante papel no desenvolvimento do novo Projeto de Lei de Educação, que logo seria promulgado.

O PIP II contribuiu também com muitas outras importantes mudanças nas políticas nos últimos cinco anos. No Brasil, a coalizão nacional utilizou recursos adicionais postos a disposição através do PIP II para exercer pressão para a adoção de seu *Custo-Aluno Qualidade Inicial* (CAQi)<sup>69</sup> por parte da Conferência Nacional de Educação Básica; agora, o CAQi é aceito pelo Conselho Nacional de Educação do Brasil como uma referência para o financiamento público da educação. A coalizão nacional das Filipinas aumentou a atenção e o ativismo em torno ao tema de sistemas alternativos de aprendizagem (SAA) para jovens que abandonaram a escola; mobilizaram vários jovens que abandonaram a escola e convenceram legisladores de que esse tema requeria um aumento do investimento. Seus esforços levaram a um aumento do orçamento de 2010 de mais 40 milhões de PhP<sup>70</sup> que no ano anterior e, ainda que tenha sido menos do que se pretendia mesmo obtendo o apoio dos legisladores, para a SAA pode ser considerado um grande passo. Em Malawi, o trabalho de incidência da coalizão nacional se concentrou no ciclo orçamentário do país. Trabalharam em associação com o Ministério de Educação para exercer pressão política ante o Ministério da Fazenda, o que levou a um incremento da destinação de recursos para o setor da educação. Na Parte 2 se oferecem mais detalhes dessas histórias e de outras do PIP II.

<sup>68</sup>Ver a visão geral regional da Ásia na parte 2 deste relatório.

<sup>69</sup>A ferramenta de financiamento dispõe o mínimo custo de educação de qualidade por estudante. Para mais informação sobre essa ferramenta em inglês ver: [http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/publicacoes/CAQi\\_ingles.pdf](http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/publicacoes/CAQi_ingles.pdf)

<sup>70</sup>Aproximadamente US\$ 911.161

O papel do PIP II no desenvolvimento da capacidade de pesquisar e de analisar políticas tem sido crítico para conseguir esses benefícios. As coalizões regionais investiram uma importante quantidade de recursos em formação nesta área. Esses eventos e formações de desenvolvimento da capacidade, junto com somas nominais para desenvolver pesquisa e outras ações, levaram a uma mudança significativa nesse terreno.

### **Processo**

Os resultados concretos são apenas parte da equação e é útil recordar a frase frequentemente citada de que “nem tudo que se pode contar conta, e nem tudo que conta se pode contar”.<sup>71</sup> O processo é uma parte importante da história do PIP II. Por quê? Porque o fortalecimento do processo é o que ao final assegurará a sustentabilidade.

O processo de construção de conhecimentos, habilidades, experiência e confiança da coalizão em si mesmo, mais que apenas concentrar-se nos resultados a curto prazo, é o que assegurará a pressão a longo prazo para conseguir os objetivos da EPT mais além da duração do projeto. E ainda que em alguns países o PIP II não tenha provocado mudanças concretas nas políticas, iniciou e criou mudanças no nível do discurso político, uma parte importante do processo de mudança nas políticas.

Ao mesmo tempo em que se discutem, com razão, que outras mudanças poderiam vir do PIP II, também deveríamos reconhecer que as mudanças levam tempo e que se constroem com o transcurso do longo processo da luta social em cada país. A natureza da mudança das políticas frequentemente vai mais além de uma intervenção ou projeto. Tratam-se de processos a longo prazo, que dependem fortemente do contexto político do país. Trata-se de alfabetização política, de alianças e momentos oportunos para aumentar a pressão para incrementar a influência. Um ator ou uma intervenção raras vezes exercem influência sobre a mudança. Os êxitos ou fracassos do PIP II não são, pois, somente os das coalizões; entretanto, a estrutura e a prática laboral das coalizões e sua habilidade para ler o contexto político são fatores críticos no estabelecimento de uma plataforma sólida para mobilizar ativistas e fazer com que a pressão caia sobre o governo.

Uma pesquisa da Universidade de Amsterdam que será divulgada em breve, também financiada pelo Governo da Holanda e vinculada ao projeto do PIP II, analisa as coalizões integrantes da CME e o trabalho de incidência transnacional para a EPT, e chega a conclusões similares. Sua investigação ressaltou três tipos de mudanças externas das coalizões da CME: de impacto político, de procedimento e simbólico.<sup>72</sup> Relacionam-se estreitamente com as políticas (político) e os processos (procedimento) como se discutiu anteriormente. Sua terceira categoria, do impacto simbólico – a mudança de atitudes e de consciência públicas – pode ser vista nos estudos de caso, por exemplo, o Empoderamento das Mães no Sri Lanka ou os jovens não escolarizados nas Filipinas. No entanto, as provas foram muito mais implícitas que explícitas. Em outras palavras, ainda que seja provável que tenham sido produzidas mudanças de atitude durante as diferentes atividades de mobilização, elas não foram medidas pelas coalizões de forma sistemática. Por exemplo, no Sri Lanka, a coalizão nacional abordou o tema da educação das mães, documentando o alcance do problema, despertando consciência e organizando uma grande convenção nacional de 600 pessoas, lançando um tema até então invisível ao domínio público. É bem provável que muita gente, para além das 478 mães com

<sup>71</sup>Uma frase anônima que, de acordo com mais de uma página virtual, estava colocada na parede do escritório de Einstein.

<sup>72</sup>A pesquisa foi conduzida por estudantes de mestrado sob a orientação dos professores Mario Novelli e Antoni Verger, que fizeram trabalho de campo baseado nas coalizões de educação no Brasil, Equador, Índia, Filipinas, Gana e Zâmbia. O PIP II também ofereceu apoio às coalizões para que se comprometessem com esse processo de investigação, por exemplo, organizando oficinas nacionais/regionais para discutir as conclusões.

que trabalharam e outras que estiveram presentes na convenção, compreenda melhor agora os problemas que enfrentam as mulheres pobres em comunidades marginalizadas como resultado da cobertura da imprensa e do trabalho comunitário; entretanto, não há medições do alcance disso.

### **Estruturas e sistemas**

O recente discurso e a prática do desenvolvimento insistem na necessidade de investir em escutar e permitir que ativistas no Sul falem e guiem, em particular onde interessa, o trabalho de incidência e as campanhas. Entretanto, isso não significa que as coalizões devam ser tratadas com reverência incontestável. Onde foram produzidas falhas, elas devem ser identificadas e tratadas. Esta pesquisa lançou alguns exemplos sobre onde as personalidades, junto com as lealdades políticas, podem criar (e criaram) tensões que reduziram a efetividade do trabalho e levaram divisões nas coalizões. O caso da coalizão nacional no Quênia é um exemplo disso.

A coalizão nacional do Quênia se constituiu formalmente em 2006, quando se registrou como Fundação em novembro daquele ano. Antes disso esteve funcionando por sete anos como rede de OSC, e desde 2002 havia recebido o apoio do CEF. A coalizão foi hospedada no escritório da ActionAid no Quênia esteve submetida às mesmas “políticas, sistemas e procedimentos financeiros e contábeis sólidos para a gestão efetiva de suas atividades, recursos e informação”.<sup>73</sup> No entanto, quando a coalizão saiu da órbita de controle da gestão da ActionAid Quênia, surgiram tensões entre o conselho e o coordenador, o que levou a uma crise que quase a destruiu. A pesquisa levada a cabo para este relatório conclui que a culpa foi dos sistemas de gestão frágeis. Felizmente, a crise se resolveu e agora a coalizão trabalha olhando para o futuro.

A experiência não é exclusiva do Quênia, e nos ensina que é imperativo estabelecer sistemas e estruturas de gestão fortes. Privilegiar a visibilidade e a ação acima da eficácia institucional pode comprometer a incidência efetiva (tanto a curto quanto a longo prazo) e é uma lição importante para coalizões nacionais e estruturas regionais e globais que as apóiam. A capacidade de gestão deveria ser uma área chave para investir no desenvolvimento e fortalecimento das coalizões. A tentação de mover-se demasiado rápido em direção à ação pode criar problemas de sustentabilidade e de práticas de trabalho efetivas. Superar o fracasso nas coalizões quando surgem diferenças requer sistemas democráticos e fortes de tomada de decisões e desenvolvimento da capacidade na área de gestão.

O tema dos sistemas de gestão adequados está intrinsecamente ligado ao modelo operativo das coalizões que, diferentemente das ONGs e das OBC, têm que representar a diversidade de vozes que realizam trabalho de incidência sobre a EPT em seu país. Como tais, suas estruturas devem assegurar responsabilidade democrática interna. O caso da coalizão Colombiana oferece um modelo positivo: em relação à tomada de decisões organizativas se estabeleceu uma estrutura organizativa. Está constituída por cinco organismos [de tomada de decisões] principais: (i) a Assembléia geral; (ii) o Comitê de apoio ao Conselho; (iii) a Secretaria; (iv) os Comitês temáticos; e (v) os Centros de coordenação regionais, todos vinculados para criar uma estrutura circular em lugar de piramidal. Isso significa que as decisões e as ações que desenvolve a Coalizão são o resultado de discussões da participação de todas as organizações.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup>Extraído do estudo de caso do Quênia na Parte 2.

<sup>74</sup>Essa descrição se baseia em informação do estudo de caso colombiano na Parte 2



Alguns critérios são fundamentais para a legitimidade institucional e para a eficácia geral da coalizão. No marco do PIP II, a definição das coalizões parece ter sido tida como certa, o que levou a variadas práticas em que algumas coalizões eram simplesmente pequenas secretarias que operavam como ONG e não eram, necessariamente, representantes da diversidade das organizações que trabalham com educação no país, ou dos beneficiários deste trabalho.

Existe uma tendência, entre as coalizões e as ONGs em geral, a centrar-se para fora e assegurar a participação externa, às vezes às custas de estruturas e sistemas internos que assegurariam a sustentabilidade a longo prazo das redes. É preciso colocar mais atenção e recursos na funcionalidade interna da coalizão para conseguir êxito a longo prazo.

### **Preservando o ativismo através da reflexão**

Apesar de algumas limitações, é evidente que o PIP II ajudou a aumentar o espaço e o ativismo em políticas sobre a EPT em nível nacional. Contribuiu para construir um movimento de ativistas pela EPT, ainda que se necessite fazer mais para assegurar ações conjuntas ao longo das fronteiras regionais. As coalizões cometeram erros, mas atuaram (no principal) de boa fé, com o compromisso de produzir uma mudança positiva que permita a todas as crianças e pessoas adultas desfrutar de seu direito à educação. As coalizões são compostas por mulheres e homens muito motivados, mas mesmo os mais comprometidos são apenas humanos, e perderam oportunidades e ainda sobraram debilidades que devem ser abordadas. Isso deve ser feito com o apoio de regiões e/ou centros globais, e também através do aprendizado de sua própria prática e a dos demais.

Como foi dito anteriormente, um dos objetivos dessa pesquisa era captar algumas das histórias do PIP II em nível nacional e assim facilitar um processo de aprendizagem coletivo<sup>75</sup>. É importante que todos os envolvidos no PIP II queiram refletir sobre os temas que surgem aqui como um modo de aprender e fazer crescer seu ativismo no futuro. Como o educador brasileiro Paulo Freire aponta em *Pedagogia do oprimido*: "Olhar para o passado só pode ser um meio para compreender mais claramente o quê e quem somos, para assim poder, mais sabiamente, construir o futuro".<sup>76</sup>

As ideias sobre o pensamento e a reflexão críticos (desenvolvidos a partir do trabalho de Freire) têm instruído sobre os processos de educação progressiva de pessoas adultas e educação transformadora<sup>77</sup> por muitos anos. As coalizões podem se beneficiar enormemente se refletirem sobre as maneiras de trabalhar e suas conquistas; ativismo sem reflexão tem menos possibilidades de ser sustentável. Esse ponto também se coloca na pesquisa antes mencionada da Universidade de Amsterdam:

*A reflexão crítica permite à coalizão avaliar e aprender de experiências passadas, revisar estratégias e formular nossas estratégias de acordo com mudanças contextuais. Esse aprendizado estratégico pode contribuir a ter melhores oportunidades e mais impacto para E-Net. A reflexão crítica está entrelaçada com todos os aspectos da pesquisa, já que os integrantes devem*

---

<sup>75</sup> Isso concorda com a ideia articulada por Coe e Mayne em sua publicação de 2008 (p.11) de que "Um enfoque participativo de monitoramento e avaliação pode promover um aprendizado vital e o empoderamento da equipe e das comunidades para e com quem se faz campanha. Ao avaliar as conquistas e os problemas, os participantes envolvidos no monitoramento e na avaliação melhoram sua capacidade analítica e consciência crítica. Também pode aumentar sua motivação para participar na planificação e implementação de futuras atividades e responsabilizar-se por suas próprias vidas".

<sup>76</sup> Citação de [http://www.goodreads.com/author/quotes/41108.Paulo\\_Freire](http://www.goodreads.com/author/quotes/41108.Paulo_Freire)

<sup>77</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Jack Mezirow; ver também Oswald e Moriarty 2009 para a discussão sobre educação transformadora e de qualidade.

*refletir-se no contexto político e educativo, na rede e em si mesmos.*<sup>78</sup>

À medida que as coalizões avançam com seu trabalho, é importante que aprendam a partir de suas experiências enquanto constroem seus conhecimentos e suas capacidades sobre temas chave, respaldadas por estruturas e sistemas institucionais fortes. Este relatório está concebido como um bloco nesse aprendizado. Ao avançar, as redes regionais e o centro global (que se discute mais adiante) também têm um importante papel ao apoiar esse processo mais além do PIP II.

### **Redes regionais: construtoras, iniciadoras, ou facilitadoras?**

As redes regionais – a ANCEFA, a ASPBAE e a CLADE – se confundem às vezes com uma simples extensão regional da Secretaria da CME. Elas são, na verdade, organizações autônomas com suas próprias histórias, em alguns casos várias décadas mais antigas que a CME. As três redes regionais afiliadas são membros centrais da CME e estão representadas no Conselho Diretivo e, como tal, são responsáveis em última instância pelo trabalho da CME em sua totalidade, e pela gestão da equipe da Secretaria mundial. A ANCEFA e a ASPBAE faziam parte do PIP I, e tiveram um papel decisivo no desenvolvimento da proposta de financiamento do PIP II. Levando em conta suas identidades específicas, não surpreende que cada região tenha traduzido a execução do projeto PIP de diferentes maneiras, com base em suas capacidades e no contexto, com recursos de apoio a uma série de atividades tanto em nível regional como nacional. As três regiões utilizam os fundos do projeto para cobrir parte de seus gastos de equipe e dos escritórios regionais.

Em cada região, o PIP II representou uma proporção importante do total de fundos regionais. Por exemplo, em 2010 representou 50% no da África, 45% no caso da América Latina e 25% na Ásia<sup>79</sup>, permitindo levar a cabo um trabalho importante. Os fundos se dividem entre as três regiões, a África recebe a maior parte, seguida da Ásia. A América Latina recebeu uma parte dos fundos significativamente menor. O centro global recebeu só um pouco menos que a América Latina ao longo do projeto.

Antes de olhar um pouco mais de perto o trabalho das redes regionais é preciso levar em consideração os diferentes contextos socioeconômicos e políticos de cada região. Para tomar a educação primária universal (EPU) como um indicador de progresso em direção à EPT, as diferenças encontradas são evidentes: a América Latina, com muitos países de ingressos médios, tem os melhores indicadores regionais no nível primário, o mais alto entre as três regiões. É, contudo, um continente de extrema desigualdade, que enfrenta desafios pendentes em relação às taxas de permanência e conclusão escolar e à qualidade da educação em toda a região.<sup>80</sup> A Ásia, lar de dois dos chamados BRICs<sup>81</sup>, realizou avanços díspares em relação à EPU, com uma diminuição das taxas líquidas de matrícula nos últimos anos.<sup>82</sup> A África tem os piores indicadores na educação primária universal, com quase 45% da população mundial que

---

<sup>78</sup> Joosje Hoop, Universidade de Amsterdam, Dissertação de Mestrado sobre E-Net Filipinas, p. 113

<sup>79</sup> Na Ásia representava previamente 45% até este ano.

<sup>80</sup> IMS 2010. Resumo Regional sobre a América Latina e o Caribe.

<sup>81</sup> BRICs é o termo cunhado pelo economista da Goldman Sachs, Jim O'Neill, para descrever as quatro maiores economias em vias de desenvolvimento (Brasil, Rússia, Índia e China), que se prevê que dominarão cada vez mais os mercados financeiros mundiais.

<sup>82</sup> IMS 2010: Resumo Regional sobre o Sudeste Asiático e o Pacífico

se encontra fora da escola.<sup>83</sup> Também é um continente com muitos países pobres e um grande número de Estados frágeis, muitos deles afetados por conflitos.

Cada contexto traz seus próprios desafios particulares. Essas diferenças contextuais desempenham seu papel no tipo e na velocidade das mudanças que os grupos da sociedade civil - incluindo as redes regionais – podem gerar, inclusive se entram também em ação as decisões estratégicas e a eficácia.

O que se depreende desta pesquisa é que parecem haver surgido diferentes modelos operativos em cada região. Eles podem ser divididos em três categorias: (i) construtor, (ii) facilitador e (iii) iniciador<sup>84</sup>, ainda que tais distinções tenham muitos matizes e cada rede reflita características das outras duas.<sup>85</sup>

- A ANCEFA parece basear sua atividade em um modelo “*construtor*”, concentrando a parte mais importante de seus esforços na construção de um número de coalizões e em sua capacidade para estabelecer as bases a partir das quais possa gerar trabalho de incidência em nível nacional.
- O modelo da ASPBAE é o de “*facilitador*”, assumindo um papel menos visível e ajudando a desenvolver as capacidades de um pequeno número de coalizões nacionais para realizar trabalho de incidência a favor da EPT em seu próprio contexto nacional e nas plataformas regionais.
- Na América Latina, por outro lado, se desenvolveu um modelo em que a CLADE é um “*iniciador*”, iniciando e dirigindo o trabalho de incidência em nível regional e, na obtenção dessa agenda, trabalhando e aumentando as capacidades das coalizões nacionais.

Esses modelos podem ser um reflexo da dinâmica cultural do ativismo de cada região, ou das raízes da própria rede, que se desenvolveram tanto de forma deliberada quanto de forma orgânica. As breves descrições e análises que são apresentadas a seguir oferecem mais detalhes sobre como cada uma das partes interpretou seu papel na implementação do PIP II.

## **A CLADE e o PIP**

Durante o funcionamento do PIP II, a CLADE se desenvolveu a partir de uma pequena organização com um alcance limitado, passando a ser um centro neurálgico do trabalho de incidência no âmbito regional da EPT. A criação de fortes vínculos gera um fluxo de trabalho conjunto entre seus membros e são adotadas medidas inovadoras em torno ao direito à educação nos espaços regionais. O PIP II representa aproximadamente 45% do orçamento da CLADE e o apoio e a oportunidade que isso implica constituiu o fator principal em seu rápido desenvolvimento em apenas uns poucos anos.<sup>86</sup>

O desenvolvimento da capacidade de incidência em nível regional é um objetivo explícito do PIP II e a CLADE esteve à altura desse desafio, realizando bons avanços e apoiando a

---

<sup>83</sup>Estas cifras de 2007 são mencionadas no IMS 2010. Resumo Regional sobre a África Subsaariana, p.4.

<sup>84</sup>Essas categorias são tomadas e desenvolvidas a partir de um documento sobre redes da sociedade civil elaborado por Smith, 2007

<sup>85</sup>Não se faz nenhum juízo de valor aos modelos e requer-se mais trabalho de investigação para validar completamente a tipologia e compreender as implicações de cada um para a prática futura.

<sup>86</sup>A CME deu à CLADE 9.409.33 Euros (aproximadamente USD 12.779) de fundos que não eram do PIP para por em marcha o programa do PIP em 2006 (informação extraída do Relatório Anual 2006).

mudança em matéria de políticas, através de seu trabalho regional de incidência. Esteve na vanguarda da "justiciabilidade" do direito à educação,<sup>87</sup> levando um caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Trabalhando em associação com uma diversidade de atores, incluindo o Relator Especial da ONU sobre o Direito à Educação. A CLADE liderou esse trabalho, levando também a cabo ações conjuntas com as coalizões nacionais.

São membros da CLADE 18 coalizões nacionais (10 das quais são apoiadas através do PIP II) e nove redes regionais às que é oferecida orientação sobre boa governança assim como apoio no desenvolvimento da capacidade institucional e técnica. A CLADE abre muitas oportunidades de aprendizado coletivo,<sup>88</sup> que reforçam tanto a incidência regional quanto nacional. Apesar disso, a CLADE não considera que sua função principal seja a de desenvolver as capacidades. A CLADE, certamente, tem clareza de que não é possível realizar trabalho de incidência e formulação de políticas sem fortes coalizões nacionais, no entanto, se vê mais como uma sócia que trabalha lado a lado com as coalizões nacionais. Nesse sentido, a CLADE talvez seja diferente das outras duas redes regionais.

#### QUADRO 4

##### Observações gerais das atividades 2006-2010 da CLADE

**2006** – A CLADE começou a tarefa de estabelecer alianças políticas e associações, assinalar o marco programático e identificar as atividades que seriam realizadas, implementando estruturas institucionais adequadas, capazes de levar adiante todos os processos envolvidos e elaborando também critérios claros para a seleção das coalizões nacionais que fariam parte do PIP.

**2007** – A CLADE realizou sua IV Assembléia Regional no Panamá, feito que foi muito importante para reunir todas as coalizões nacionais. Permitiu o desenvolvimento de uma Carta de Princípios e de uma agenda política de dois anos, baseada no consenso. A Assembléia também produziu a Declaração do Panamá, uma declaração política que apresenta a visão coletiva acordada pelas redes regionais e pelos fóruns nacionais para trabalhar em torno à educação na América Latina.

**2008** - Depois da adoção do marco conceitual e operativo, foi estabelecido um subgrupo regional de incidência a favor da educação pública, gratuita e de qualidade, constituído por cinco coalizões nacionais que já haviam priorizado a temática em suas agendas de política nacional. Esse grupo permitiu à CLADE promover uma ação coletiva na região, que teve uma dimensão nacional e ao mesmo tempo regional. Os cinco países que se focaram nessa campanha foram Paraguai, Peru, Colômbia, Guatemala e Haiti.

**2009** – A CLADE desempenhou um papel protagonista ao reunir as coalizões nacionais e outras redes regionais e seus membros para fazer um trabalho de pressão política na reunião da CONFINTEA VI realizada em Belém, no Brasil, em dezembro desse ano. A CLADE aproveitou a oportunidade da CONFINTEA VI para fortalecer suas relações com os ministérios de educação da região. Através de sua delegação, integrada por quatro fóruns nacionais, a CLADE trabalhou diretamente com as delegações oficiais que representavam seus governos para advogar pela

<sup>87</sup>Não apenas na América Latina, poderia também argumentar-se que foi pioneira nesse trabalho em nível mundial.

<sup>88</sup>Por exemplo, o Seminário de Financiamento (Buenos Aires 2007 e São Paulo 2010), o Seminário sobre Discriminação (São Paulo 2010), sobre Primeira Infância (São Paulo 2010), etc.

reafirmação dos compromissos assumidos. A CLADE também teve uma participação notável em torno à criação do Fórum Internacional da Sociedade Civil (FISC) e no trabalho realizado conjuntamente com o Conselho Internacional para a educação de Pessoas Adultas (ICAE), seus membros e o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL).<sup>89</sup>

**2010** – A CLADE, conjuntamente com um grupo de redes regionais da América Latina e do Caribe e ONGs espanholas, elaborou um documento conjunto com o objetivo de influenciar no debate e no resultado final do Congresso Iberoamericano de Educação, realizado em Buenos Aires em setembro, evento que contou com a presença de todos os ministros de educação da América Latina e do Caribe, que debateram as recentemente estabelecidas "Metas Educativas 2021".

Surgem duas áreas como pontos de reflexão para o futuro: estão relacionadas à sustentabilidade e ao equilíbrio no trabalho da CLADE. A primeira é uma questão de sustentabilidade institucional. Repetidas vezes nas entrevistas realizadas para esta pesquisa são reiterados os nomes de pessoas que fazem parte da equipe de trabalho da secretaria da CLADE, que se mantêm como uma força fundamental de seu sucesso, existindo certa preocupação em relação a se esse impulso pode ser sustentado no caso de que essas pessoas optem por novos postos de trabalho. Além disso, o próprio pessoal da equipe admite que não tem sido muito minuciosa a documentação (de forma sistemática) de processos, ações e resultados, o que significa que grande parte da memória institucional se apoia somente em duas pessoas. A CLADE tomou medidas para enfrentar essa situação através de seus boletins e relatórios anuais e de um recente evento de aprendizagem realizado em Buenos Aires em setembro de 2010,<sup>90</sup> mostrando um maior impulso nesse âmbito.

A segunda área de debilidade potencial é a necessidade da CLADE de conseguir um equilíbrio de pesos e contrapesos entre as iniciativas regionais e as nacionais. É importante assegurar-se de que o trabalho de incidência em nível regional não seja priorizado em detrimento do fortalecimento das coalizões em nível nacional. A CLADE reconhece a necessidade de aumentar sua presença e promover mais coalizões nacionais, em particular no Caribe. Dos 41 Estados-nação na região, a CLADE trabalha com apenas 18 coalizões nacionais, nove das quais fazem parte do PIP II com uma agrupação sub-regional adicional de países da América Central<sup>91</sup>.

Essas duas áreas de vulnerabilidade potencial devem ser temas de reflexão entre o Comitê Diretivo da CLADE (composto por seis Coalizões Nacionais, duas redes regionais e duas redes de ONGs internacionais) e a equipe da secretaria.

É importante destacar que essa pesquisa considera que o crescimento da CLADE e o desenvolvimento de uma estratégia de incidência efetiva no transcurso de poucos anos é motivo de celebração e deve ser observado como uma grande conquista do PIP II.

---

<sup>89</sup>A informação para essas observações gerais das atividades foi obtida dos relatórios anuais do PIP para os respectivos anos mencionados. Esses relatórios oferecem uma revisão em profundidade do PIP a cada ano, junto com as listas de atividades para cada região.

<sup>90</sup>Pode-se encontrar mais informação sobre esse encontro em <http://www.campanadireitoeducacion.org/action.php?i=507&L=es>

<sup>91</sup>Para uma lista completa das coalizões que apoiam o PIP na América Latina e em outras regiões ver o Anexo 3 do presente relatório.

(Como nova rede que se somou ao PIP em sua segunda fase, a CLADE foi escolhida para um exame mais em profundidade, como parte desta documentação e do processo de avaliação; por favor, ver quadro mais abaixo).

#### **QUADRO 5**

##### **Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación: uma história exitosa do PIP II**

Das três regiões envolvidas no projeto do PIP fica bastante claro que a comunidade da EPT, em especial os governos doadores de mais poder, destinam à América Latina uma prioridade menor que à Ásia ou à África. Essa opinião foi também "naturalizada" em certa medida no Conselho da CME, e uma olhada nos indicadores – tais como os relativos à educação primária universal – nos leva facilmente a essa conclusão. Se olharmos debaixo da superfície, entretanto, logo fica em evidência que a América Latina ainda enfrenta muitos desafios na conquista dos objetivos da EPT. Continua havendo importantes obstáculos em matéria de qualidade, discriminação e alfabetização de pessoas adultas, o que socava o direito à educação para todos e todas na região. Existe também uma profunda brecha em matéria de equidade.

No início da segunda fase do PIP II, a Campanha Brasileira pelo Direito à Educação ocupava uma vaga no Conselho da CME (vaga que ocupará até fevereiro de 2011) e foi capaz de abrir a discussão para convencer o conselho de que a América Latina poderia se beneficiar de sua inclusão no PIP II. Como resultado, a América Latina se uniu ao PIP em 2006 em um processo descrito no relatório anual do PIP daquele ano nos seguintes termos: "[. . .] o processo de implantação de uma iniciativa tão complexa e desafiante e a ampliação dos membros da CME no continente foi em si mesmo um importante esforço".<sup>92</sup>

Apesar da magnitude do desafio, ocorreu a inclusão da América Latina no PIP II, e como resultado isso permitiu à CLADE converter-se na rede regional forte que é hoje. De fato, o desenvolvimento da CLADE é uma conquista que deve muito ao PIP e, sem dúvida, deve ser destacada como uma das histórias de grande êxito do PIP II.

A CLADE nasceu em 2002, formada por um grupo de organizações da plataforma da Rede Interamericana de Direitos Humanos, que decidiram que era necessário um enfoque específico na educação depois de Dakar. Hoje o conjunto de membros da CLADE está composto por 18 coalizões nacionais – dez das quais receberam financiamento do PIP de forma direta – e nove redes regionais.

Só em 2006 se contratou uma coordenadora e, em novembro de 2006, foi realizada uma reunião de planejamento estratégico em Lima, no Peru, da qual participaram os associados chave, entre eles CEAAL, ActionAid Brasil e a Campanha Brasileira pelo

<sup>92</sup>Relatório anual do PIP 2006 (em inglês)- *RWS 2006 annual report p.11*

## Direito à Educação.

O ano de 2007 marcou um acontecimento importante no desenvolvimento da organização quando todos os seus membros se reuniram no Panamá para participar da IV Assembléia Regional. A CLADE aproveita essa reunião – possível graças ao apoio do PIP II – para lançar sua missão e visão, e para tomar decisões operativas a respeito do trabalho futuro. Entre os temas da reunião, discutiu-se como deveriam ser usados os recursos do PIP, acordando em compartilhar os fundos entre as ações regionais e as pequenas subvenções para o trabalho de incidência das coalizões nacionais, com um máximo de 10.000 dólares americanos. A CLADE continua – como as outras redes regionais – realizando assembléias anuais que, nas palavras de uma pessoa entrevistada, oferecem um espaço democrático para a tomada de decisões e para o planejamento. A CLADE também mudou a composição de seu comitê diretivo: de seus dez membros, seis são coalizões nacionais, dois são redes regionais e dois são ONGs internacionais, assegurando dessa forma a presença de perspectivas diversas no processo de tomada de decisões.

Desde sua criação – e antes de sua incorporação ao PIP – a CLADE se via claramente como um ator político por direito próprio: uma rede regional que havia estabelecido um consenso com as coalizões nacionais, mas mantendo sua própria agenda política. A CLADE continua se vendo nesses termos e essa visão deu forma a seu trabalho e ao uso estratégico dos fundos do PIP. Das três redes regionais que fazem parte do PIP, a CLADE se dedicou em um grau muito maior ao trabalho de incidência em nível regional, com resultados positivos a partir dos quais poderia surgir um modelo (tendo em conta as diferentes estruturas regionais e as respectivas cartas de direitos humanos<sup>93</sup>) para as ações futuras da ASPBAE e da ANCEFA.

O marco internacional de direitos humanos é um aspecto central na missão e no enfoque da CLADE. A educação de qualidade é um direito fundamental que os governos têm a obrigação de respeitar, proteger e cumprir<sup>94</sup>; quando damos uma rápida olhada na missão, nos princípios e nos objetivos da CLADE, observa-se que todos eles colocam os direitos humanos em um lugar central de seu trabalho.<sup>95</sup> Sua compreensão desse marco, e mais importante ainda, o fato de ir mais além do mero reconhecimento da existência desse direito, considerando também sua exigibilidade, deu lugar a uma de suas iniciativas de incidência mais inovadoras financiadas pelo PIP II – enfrentar a discriminação na educação através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (um relato detalhado desse trabalho está incluído nos relatórios de estudo de caso latinoamericanos na Parte 2). O trabalho da Clade sobre a justiciabilidade da educação está abrindo caminhos; é apenas o segundo

---

<sup>93</sup>A Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos supervisiona e interpreta a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Foi adotado um protocolo da Carta em 1998 mediante o qual se criaria a Corte Africana de Direitos Humanos e Direitos dos Povos. O protocolo entrou em vigor dia 25 de janeiro de 2005. Diferentemente das demais regiões, a Ásia e o Pacífico não implementaram um sistema regional intergovernamental - como os tribunais regionais, comissões e instituições afins - para monitorar e proteger os direitos humanos.

<sup>94</sup>Para obter mais informação sobre direito internacional, direitos humanos e educação pode-se visitar a página virtual do 'Right to Education Project' <http://www.right-to-education.org/node/234>.

<sup>95</sup>Visitar a página virtual da Clade, <http://www.campanadireitoeducacion.org>, para mais informação.

caso sobre educação levado ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Proporciona um exemplo de inovação e prepara o caminho para a ação futura na América Latina, convertendo-se em um modelo para a ação em outros lugares.

A CLADE proporciona um aprendizado interessante que mostra como as vias legais podem obrigar os governos a cumprir suas obrigações em áreas que antes eram consideradas firmemente como questões de desenvolvimento e assuntos de decisão política e não de direito. Seu trabalho constrói uma ponte entre o mundo da EPT e o mundo dos direitos humanos, e como tal poderia oferecer um exemplo interessante para as grandes ONGs internacionais que trabalham em temas de desenvolvimento, que poderiam adotar um enfoque baseado em direitos, e da mesma forma as grandes organizações de direitos humanos poderiam adotar um enfoque de direitos econômicos, sociais e culturais. O caso da Colômbia e a mudança no direito constitucional para proporcionar educação gratuita é outro exemplo (veja a seção de estudos de caso latinoamericanos na Parte 2 para uma análise detalhada desse trabalho).

Esta pesquisa demonstrou que a CLADE causou uma impressão muito favorável em muitos organismos externos na região, incluindo a UNESCO, o ex-Relator Especial sobre o Direito à educação, e organizações de direitos humanos. Essas organizações elogiaram a CLADE por dar uma grande visibilidade a temas como a discriminação e defender o direito a uma educação de qualidade. Uma pessoa entrevistada externa à organização disse que "nunca havia encontrado uma rede com tal nível de sofisticação e organização", destacando seus "materiais bem preparados" e seu "site atraente". O que também se fez evidente nesses testemunhos é que essas alianças não apenas permitiram à CLADE avançar sua agenda de incidência, como também foram de grande valor para as outras partes envolvidas. Por exemplo, a relação com Vernor Muñoz, o ex-Relator Especial sobre o Direito à Educação<sup>96</sup>, significava um recurso para a CLADE, mas também um recurso para o próprio Muñoz.<sup>97</sup>

Com esse trabalho de incidência regional externa, a CLADE adquiriu uma reputação muito positiva entre os atores externos na região. Não é essa, entretanto, a única motivação da CLADE, especialmente no marco do PIP II, que tem como uma de suas maiores preocupações o fortalecimento das coalizões nacionais. Nesse ponto, o enfoque da CLADE também se diferencia de outras redes regionais envolvidas no PIP, principalmente pela forma com que vê a si mesma e por sua relação com as coalizões nacionais. Ao descrever-se, a CLADE afirma ter uma relação horizontal com as coalizões nacionais e embora apóie o desenvolvimento das capacidades não considera que esse seja seu papel principal. Em vez disso, dá prioridade às ações conjuntas, que são tomadas em relação aos temas identificados tanto pela CLADE quanto pelas coalizões nacionais e são levados pela CLADE às plataformas regionais e inclusive internacionais. Foi difícil formar uma imagem completa de como a CLADE é vista pelas coalizões nacionais, já que nenhuma das coalizões respondeu ao questionário (a pesar de haver sido traduzido ao espanhol), ainda que a evidência disponível das fontes entrevistadas sugere que essa relação é, em geral,

<sup>96</sup>Vernor Muñoz, acadêmico costarricense, ocupou o cargo de Relator Especial sobre o Direito à Educação durante o período compreendido entre julho de 2004 e agosto de 2010.

<sup>97</sup> Entrevista com Vernor Muñoz.



boa.

É importante para a CLADE manter um equilíbrio em seu trabalho e, nas palavras de um membro de uma coalizão nacional, *"a CLADE poderia... deveria ter uma relação mais estreita com as coalizões nacionais, não apenas para criar espaços onde possam se reunir, mas também para conhecer realmente as coalizões a fim de que a CLADE siga ampliando-se."*<sup>98</sup>

Em outras respostas também se insistiu na necessidade de incrementar o desenvolvimento das capacidades. Coalizões nacionais mais fortes não apenas terão como resultado uma maior eficácia no trabalho de incidência em nível nacional como também serão capazes de apoiar e liderar (se necessário) a incidência regional da perspectiva dos conhecimentos e dos pontos fortes.

Esta pesquisa não teve a missão de encontrar falhas em qualquer dos pontos do PIP, mas tampouco fugiu ou ignorou as deficiências ou pontos fracos que foram encontrados. No caso da CLADE, a mensagem é admiravelmente positiva e esta pesquisa expôs as poucas áreas passíveis de crítica. Entretanto, a questão da sustentabilidade e da memória institucional constitui uma preocupação séria, que surge do fato de muitos considerarem que grande parte do êxito da CLADE se deve à sua extraordinária equipe:

*"Boa parte do sucesso [da CLADE] se deve a sua equipe de trabalho: o fator humano é muito evidente, mas isso coloca a questão da sustentabilidade quando haja mudanças na equipe."*<sup>99</sup>

Obviamente, seria um erro criticar a excelência da equipe - algo destacado em várias ocasiões como um fator importante no sucesso da CLADE -, o que se necessita, no entanto, é o desenvolvimento de sistemas e estruturas que permitam uma transição fluida no caso de que as pessoas da Secretaria passem a ocupar outros cargos. A construção da memória institucional dos processos e estratégias de sucesso, junto com a gestão do conhecimento, são áreas que a CLADE deve abordar para assegurar a manutenção de seus progressos. Embora a CLADE goste muito da ideia de ser uma organização de aprendizagem, já se deu conta através desse processo de documentação e de avaliação que a maior parte desses aprendizados é oral, que *"até o momento a documentação dos aprendizados constituiu um ponto fraco, mas estamos utilizando esse [processo] para sistematizar os aprendizados."*<sup>100</sup>

Isso não é algo por que se alarmar, já existem na CLADE estruturas e mecanismos – tais como o comitê diretivo, grupos de trabalho temáticos, e as assembléias – que garantem uma difusão do conhecimento e um manejo dos processos. Nas palavras de um membro do Comitê Diretivo, o funcionamento democrático da CLADE "é um aspecto muito importante" e o comitê diretivo e a equipe estão em "permanente

<sup>98</sup>Tradução da autora do original em espanhol

<sup>99</sup>Tradução da autora

<sup>100</sup> Entrevista com Camilla Croso, Coordenadora Geral da CLADE.

comunicação".<sup>101</sup> Por outro lado, o aprendizado inicial desta pesquisa é tomar agora outras medidas para preservar o "aprendizado" que se produz e assegurar uma memória institucional forte.

Outras sugestões de fora da CLADE seriam de aumentar a influência nos meios de comunicação da América Latina, não apenas para chegar aos encarregados de formular as políticas, como também para conscientizar à população em geral a fim de combater as falsas crenças e as atitudes negativas.<sup>102</sup>

Com mais da metade de seus fundos provenientes do PIP - incluídos os salários, gastos de escritório, atividades regionais e dinheiro para as coalizões nacionais – está claro que o PIP II foi "absolutamente decisivo", "muito importante", "chave" no desenvolvimento da CLADE, e que apesar de algumas áreas de debilidade potencial, o crescimento da CLADE como organização e seu trabalho de incidência exitoso podem ser destacados como uma grande conquista para o PIP II.

### **A ANCEFA e o PIP**

A missão da ANCEFA é: "Promover, facilitar e fortalecer a capacidade da sociedade civil africana para incidir e fazer campanha a favor do acesso à educação gratuita e de qualidade para todos e todas".<sup>103</sup>

Fiel a essa declaração e ao objetivo central do PIP II, a ANCEFA utilizou os recursos do PIP II para se dedicar a levar a cabo uma expansão massiva do número de coalizões nacionais da região. Os esforços realizados pela ANCEFA para apoiar as coalizões nacionais são impressionantes, aumentando de 19 para 35 o número de coalizões que apoiou na região no período em que o PIP II esteve operativo, 16 das quais fizeram parte do PIP I e 31 do PIP II.

A ANCEFA foi fundada oficialmente no ano 2000, como resposta à reunião de Dakar sobre EPT e tem contribuído bastante para apoiar o progresso rumo à consecução da EPT, à luz do contexto extremamente difícil em que trabalha. A ANCEFA descreve seu trabalho no PIP II como "orientado pelas demandas": construindo plataformas nacionais e alianças estratégicas quando um país solicita tal apoio. Durante o PIP II, identificou suas conquistas na construção de novas coalizões e se orgulha do desenvolvimento das capacidades técnicas que apoiou, tais como competências de pesquisa e monitoramento do orçamento (ver o quadro abaixo). Elas são vistas como ferramentas importantes para o trabalho de incidência nacional, permitindo às coalizões realizar um monitoramento do gasto público em educação e demandar incrementos a partir de uma posição mais informada.

### **QUADRO 6**

#### **Aspectos destacados do apoio 2006-2010 da ANCEFA para o desenvolvimento das capacidades**

<sup>101</sup>Entrevista com Nélide Céspedes, Presidenta do CEAAL e integrante do Comitê Diretivo da CLADE.

<sup>102</sup> Isso significaria, no marco utilizado pela Universidade de Amsterdam, que a CLADE se basearia em seu impacto simbólico (meios de comunicação, opinião pública), assim como nas áreas de impacto político e procedimentais.

<sup>103</sup>Como estava descrito em sua página virtual em outubro de 2010 - [http://www.ancefa.org/english/index.php?rub=about\\_mission](http://www.ancefa.org/english/index.php?rub=about_mission)

- Prestação de assistência financeira inicial às coalizões de 2006 a 2010, por exemplo, a coalizões em Botsuana e Moçambique no sul da África, Quênia e Somália no leste da África, e Senegal, Camarões e Togo na África Ocidental e Central. Em muitos casos, o apoio financeiro deu lugar à criação de uma secretaria, à contratação de pessoal e à coordenação das atividades da coalizão.
- A ANCEFA também contribuiu com fundos e apoio técnico às coalizões nacionais para levar a cabo projetos do ciclo eleitoral e orçamentário. Por exemplo, em 2008 e 2009 a ANCEFA prestou apoio a coalizões de Malawi e Quênia para realizar processos eleitorais e projetos do ciclo orçamentário; em 2009 a ANCEFA proporcionou fundos a coalizões da Zâmbia, Senegal e Mali para a Avaliação de Gênero da EPT e para realizar trabalho de incidência; e em 2008 e 2009 ofereceu apoio a coalizões da Tanzânia, Nigéria e Gana para concretizar iniciativas de incidência política. Esse apoio melhorou as habilidades das coalizões para influenciar nas políticas relativas a financiamento da educação, gênero e educação inclusiva.
- A ANCEFA prestou apoio à realização de oficinas sobre desenvolvimento das capacidades de coalizões de todas as regiões da África. Por exemplo, a Oficina da África do Sul sobre incidência política e mobilização de recursos realizada na Zâmbia em 2006; a Oficina sobre Educação para Todos, para países de língua portuguesa, realizada em Moçambique em 2008; a oficina com Parlamentares da ECOWAS<sup>104</sup> e Jornalistas, realizada no Senegal em 2009, e as Oficinas Sub-regionais de Financiamento da educação no Quênia, Malawi e Gâmbia em 2010. Essas oficinas dotaram as coalizões de habilidades em diversas áreas que reforçaram seu trabalho de coordenação e incidência.
- A ANCEFA entrou no desenvolvimento de manuais de capacitação, conjuntos de ferramentas e folhetos em determinadas áreas tais como a construção da Coalizão, o monitoramento orçamental, a análise e a incidência em matéria de políticas. Isso proporcionará às coalizões os recursos para que possam levar a cabo atividades de desenvolvimento das capacidades com seus membros em nível nacional.
- Em 2010, a ANCEFA proporcionou uma visita de estudo para os integrantes da equipe de trabalho da ANCEFA e 15 representantes das coalizões nacionais do Senegal e Mali na ferramenta ASER<sup>105</sup> para a avaliação das habilidades de aprendizado de meninos e meninas, colocada em prática pela PRATHAM, na Índia. Isso foi feito com o objetivo de oferecer à sua equipe e às coalizões "orientação e habilidade para monitorar os resultados do aprendizado em nível de país, na tentativa de promover um ensino e um aprendizado de qualidade".

O PIP II foi significativo no apoio ao trabalho e ao desenvolvimento da ANCEFA - representando, como mencionado anteriormente, 50% de seu orçamento – apoiando o crescimento institucional através do financiamento dos salários da equipe e do espaço dos escritórios, e permitindo à ANCEFA lançar um programa de desenvolvimento das capacidades técnicas. Alguns consideram que esse esforço foi ambicioso demais, que foi feito de forma

<sup>104</sup>Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

<sup>105</sup> ASER: Relatório Anual sobre o Estado da educação (Annual Status of Education Report). Aser também significa “impacto” em hindi.

muito rápida, criando um maior número de coalizões que não estão totalmente preparadas para os desafios que apresentam seu contexto.<sup>106</sup>

Isso coloca a questão de se ANCEFA tem sido estratégica em seu enfoque ou se tem respondido de uma maneira mais específica às demandas dos países. Em seu desejo de aumentar o número de coalizões na região, a ANCEFA pode ter diluído demais seus esforços. Em sua busca por ampliar o número de coalizões nacionais (baseando-se na demanda ou não) se produziram debilidades na estratégia em termos de consolidação da formação e da representatividade efetiva de algumas coalizões, resultando no estabelecimento de uma secretaria, mas não em um funcionamento eficaz da coalizão, com sólidos sistemas de gestão. Isso não quer dizer que a ANCEFA tenha ignorado a capacidade de gestão; proporcionou orientação na forma escrita e na forma de capacitação para a governança das coalizões de forma exitosa. Entretanto, ao observar o panorama geral parecia que a estratégia foi implementada de forma muito rápida, mas não necessariamente de maneira suficientemente profunda. Até mesmo os relatórios do *Education Watch* (Observatório da Educação) - uma das principais iniciativas do PIP II já mencionado anteriormente – são considerados por alguns como frágeis e uma área em que a ANCEFA deveria ter proporcionado uma orientação muito maior.

Outro tema chave, depois do estabelecimento das coalizões, tem sido sua sustentabilidade financeira, especialmente em um período anterior a que elas pudessem conseguir um financiamento importante. A ANCEFA aprendeu que uma das coisas a fazer é prover fundos para o apoio institucional, e como membro da coalizão e integrante do conselho administrativo se esforçou por conseguir um financiamento adequado para seu trabalho. Essas são áreas para a reflexão crítica à medida que a ANCEFA leva adiante esse importante trabalho.

Para ser justos com a ANCEFA, há razões óbvias para celebrar as mudanças que foram apoiadas mediante o PIP II. A mesma ANCEFA foi capaz de manter e aumentar sua própria capacidade através do apoio do PIP, apoiando coalizões e assegurando a presença de uma voz africana nas mesas onde se dão os debates importantes sobre EPT. Durante o curso do PIP II, a ANCEFA se posicionou na mesa de muitos debates internacionais de relevância e assegurou a representação da voz regional nesses fóruns. Essa é uma área de trabalho que a ANCEFA está ampliando: há pouco tempo os integrantes se uniram para desenvolver uma estratégia de incidência em colaboração com a União Africana (UA). Utilizar o espaço das plataformas regionais pode ser de grande valor (como vimos no caso da CLADE), mas a ANCEFA deveria ser cautelosa em relação a que sua participação nesses fóruns internacionais seja equilibrada, para que não a distraia de sua função principal estipulada de desenvolver as capacidades das coalizões nacionais.

## QUADRO 7

### Observações gerais das atividades 2006-2010 da ANCEFA

**2006** – A ANCEFA apoiou a criação de uma equipe de especialistas que se esforçou para afinar a metodologia e implementar os marcos regionais para o projeto *Education Watch* (EdWatch – Observatório da Educação). A equipe de especialistas, integrada por representantes do PASEC<sup>107</sup> e do PROPAG<sup>108</sup> - trabalhando em

<sup>106</sup> Ponto de vista expressado por pessoas externas à organização

<sup>107</sup> Programme d'appui des systemes éducatifs des pays de la CONFEMEN (Programa de Apoio para os Sistemas Educativos em países francófonos)

ferramentas de qualidade e ferramentas para o monitoramento do orçamento, respectivamente - se reuniram em Dakar em novembro de 2006 para finalizar as ferramentas de monitoramento. Essas ferramentas foram apresentadas às coalizões e disseminadas em nível nacional para iniciar o monitoramento efetivo nos 12 países.

**2007** – Foi organizada em Angola uma oficina de criação de consenso, facilitada pela ANCEFA, em que as OSC que trabalham em diferentes sub-setores se reuniram para identificar as questões prioritárias em matéria de educação em torno às quais se poderia centrar uma campanha. Criou-se uma equipe de coordenação para trabalhar para a criação de uma Coalizão e para abrir uma Secretaria nacional.

**2008** - O enfoque regional da África a respeito do desenvolvimento das capacidades envolvia vários eventos regionais e sub-regionais, em que os/as representantes dos países foram convidados/as a participar de oficinas de capacitação conjunta e coordenadas em nível regional. Durante essas oficinas, os países contaram com apoio para desenvolver seus planos nacionais de campanha e encabeçar campanhas em nível nacional e local. Iniciou-se um processo para reativar a coalizão no Zimbábue, que havia sido gravemente afetada pela crise socioeconômica e política do país, depois de uma reunião de partes interessadas com a Iniciativa Aberta da Sociedade para a África do Sul (OSISA, sigla em inglês) em Johannesburgo. A ANCEFA também apoia a revitalização e consolidação das Coalizões de países de língua portuguesa na África através da Conferência de Fala Portuguesa, realizada em Maputo. Surgiu assim um marco de estreita coordenação através do Moderador de fala portuguesa no Conselho da ANCEFA e isso mobiliza constantemente atores da África que de outra forma ficariam excluídos.

**2009** – A ANCEFA visitou os escritórios da Comunidade de Desenvolvimento da África do Sul (SADC, sigla em inglês) e da Nova Aliança para o Desenvolvimento da África (NEPAD, sigla em inglês), e obteve o compromisso de funcionários de educação desses organismos. Além disso, a ANCEFA desenvolveu um conceito para conseguir estreitar os vínculos com a UA, que se implementará a partir de 2010.<sup>109</sup>

**2010** – A ANCEFA iniciou, promoveu e apoiou as campanhas de conscientização em torno à EPT durante dois grandes eventos de futebol: a Copa Africana de Nações, em Angola (janeiro) e a Copa do Mundo da FIFA, na África do Sul, através do Projeto 1Gol. Em Angola, a ANCEFA trabalhou com a Rede da EPT de Angola na apresentação de troféus e dando coletivas de imprensa sobre o tema da EPT, enquanto que durante o Projeto 1Gol a ANCEFA colaborou com a CME ajudando as coalizões da África a mobilizar estrelas de futebol e figuras políticas para criar maior consciência em torno à EPT durante a Semana de Ação Mundial (abril), e durante a Copa do Mundo (junho-julho). Em conjunto com a CME, IE e ActionAid, a ANCEFA promoveu três oficinas sub-regionais sobre financiamento da educação (no Quênia, em Malawi e em Gâmbia) e uma oficina nacional no Zimbábue.

A ANCEFA recebeu uma calorosa aprovação de muitas de suas coalizões nacionais afiliadas em resposta ao questionário feito para este relatório. As coalizões nacionais estão de acordo com o tipo e a quantidade de recursos que têm recebido; muitas têm agora uma voz nas discussões governamentais sobre políticas, e como consequência houve mudanças concretas nas políticas. As coalizões expressaram que também acolheriam de bom agrado mais

<sup>108</sup>Pro-Poor Advocacy Group/Grupo de Incidência a Favor das Pessoas Pobres

<sup>109</sup>A informação para essas observações gerais foi obtida dos relatórios anuais do PIP dos anos respectivos mencionados. Esses relatórios oferecem uma revisão em profundidade do PIP ano a ano, junto com uma lista de atividades para cada região.

oportunidades de aprendizagem entre pares e reuniões de subgrupos, assim como financiamento a longo prazo. Para economizar tempo e dinheiro, seria desejável que a ANCEFA investisse mais em sua página virtual para criar um acesso simples a bibliografia e materiais, como manuais, etc.<sup>110</sup>

## **A ASPBAE e o PIP**

A Associação de Educação Básica e de Adultos da Ásia e do Pacífico Sul (ASPBAE) é a mais antiga das três redes regionais afiliadas à CME. Formada em 1964 por um grupo de educadores/as de pessoas adultas, foi somente tempos mais recentes que ampliou seu foco para abarcar todo o espectro das metas da EPT. A ASPBAE iniciou sua colaboração com a CME no desenvolvimento e na implementação do PIP I, em resposta à necessidade de desenvolver capacidades mais fortes das OSC para a participação nas políticas em nível nacional. O enfoque do PIP (I e) II na Ásia se concentrou em grande medida, como sua homóloga africana, nos níveis nacionais, apoiando os trabalhos de pesquisa e de incidência nacionais. Tem um foco crescente na incidência regional e incidiu em órgãos regionais da ONU, tal como o Escritório Regional de Educação da UNESCO para a Ásia e o Pacífico e órgãos sub-regionais tais como a Organização de Ministros de Educação do Sudeste Asiático (SEAMEO, sigla em inglês).

Uma característica digna de nota é que na Ásia as coalizões nacionais que foram apoiadas através do PIP não estavam – ao contrário do que ocorreu na África ou na América Latina – necessariamente filiadas à ASPBAE. Elas foram selecionadas nesse caso com base nos critérios do projeto, devendo ser coalizões existentes ou emergentes com potencial para participar na mudança de políticas para conseguir a EPT. Obviamente, é promovida a filiação das coalizões à ASPBAE e à CME se assim o desejam.

Na Ásia, existiam somente duas coalizões nacionais em 2000, ano de início do PIP I, a de Bangladesh e a das Filipinas. Para o final dessa primeira fase estavam sendo desenvolvidas novas coalizões e a proposta do PIP II estava focada no fortalecimento das competências. No começo da segunda fase do PIP, a ASPBAE estava trabalhando com sete coalizões nacionais. Atualmente, o PIP II tem onze coalizões sócias de tempo completo e está vinculada a outras três coalizões nacionais dentro desse projeto. Foi uma estratégia deliberada da parte da ASPBAE trabalhar com um número limitado de coalizões.

O PIP II permitiu à ASPBAE desenvolver suas próprias capacidades organizativas, implementando grupos de trabalho na Ásia e no Pacífico Sul que mantêm contato frequente com as coalizões nacionais. Durante o período do PIP II, ele representou 45% (anteriormente) a 25% (atualmente) do financiamento total da ASPBAE. Ainda agora que representa apenas 25% do total de seu financiamento são, segundo uma pessoa entrevistada, “25% muito importantes devido ao alto grau de flexibilidade do fundo que permite à ASPBAE priorizar suas necessidades mais relevantes.”

O enfoque da ASPBAE em relação ao desenvolvimento das capacidades das coalizões nacionais para que elas levem adiante sua própria pesquisa para o trabalho de incidência, tal como no caso da avaliação de metade do prazo para a EPT (ver o quadro 9 mais adiante) e da iniciativa do *Education Watch* (Observatório da Educação), teve resultados muito benéficos e teve como consequência uma maior influência das coalizões nacionais em seus governos.

---

<sup>110</sup>Esse é o mesmo caso do centro global – ver mais abaixo.

Essas duas iniciativas ajudaram a iniciar o diálogo em nível nacional entre as coalizões e seus governos.

O PIP II estabeleceu também o valor da incidência regional, que antes não estava tão bem articulada, e aumentou a solidariedade regional, as capacidades e a participação em ações regionais conjuntas. No decorrer do projeto surgiram agrupamentos sub-regionais, reuniões de coalizões e o desenvolvimento de temas de ação específicos. Esses subgrupos regionais incluem: o Sul da Ásia, cujo foco primário tem sido o monitoramento orçamentário, o Sudeste Asiático, que se dedicou a fazer um mapeamento das pessoas desfavorecidas em relação à educação, e o grupo regional Ásia-Pacífico, que centrou sua atenção em temas de alfabetização.

## QUADRO 8

### Observações gerais das atividades 2006-2010 de ASPBAE

**2006** – Em março de 2006, convocou-se uma Oficina de Planejamento Regional de *Education Watch* para a Ásia e o Pacífico, realizada em Jacarta, Indonésia. Foram organizadas duas consultas e reuniões de capacitação sub-regionais, uma na Ásia (Encontro de Investigadores do *Education Watch* para o Sudeste Asiático, em Colombo, Sri Lanka, em julho) e outra em Port Moresby, Papua Nova Guiné (Capacitação do *Education Watch* para o Pacífico Sul, também realizada em julho). Como resultado direto de ambas, foram organizadas capacitações nacionais sobre o *Education Watch* em sete dos oito países asiáticos participantes, quase sempre com o apoio técnico da equipe de trabalho de ASPBAE.

**2007** – O projeto expandiu seu trabalho em direção a Sri Lanka e Camboja, trabalhando com coalizões nacionais de educação nos dois países. Ambas as coalizões participaram da iniciativa *Education Watch* e de outras oportunidades coordenadas de *lobby* e campanha durante esse período.

**2008** – Em uma reunião realizada em julho, em Mumbai, Índia, desenhou-se uma metodologia orçamentária alternativa para ser usada nos países-piloto. Participaram representantes de Sri Lanka e Paquistão, junto com a equipe de ASPBAE. Durante este seminário, compartilhou-se a experiência do orçamento alternativo de Filipinas para ajudar a dar forma e a definir a metodologia a ser utilizada no Sri Lanka e no Paquistão.

**2009** – O PIP facilitou a participação de coalizões em um Fórum de ONGs celebrado antes do Fórum de Ministros da Educação do Sul da Ásia, realizado em Dhaka, em 14 de dezembro de 2009, o que foi extremamente útil para chegar a um acordo comum sobre um conjunto de demandas para apresentar na reunião ministerial. Tal fato foi aclamado como um evento histórico, pois foi a primeira vez que as ONGs do Sul da Ásia tiveram uma reunião preparatória sobre educação antes de um evento oficial. Os resultados da reunião incluíram dois documentos – a Declaração Coletiva e as "Estratégias para atingir o inalcançável e colaboração regional". Uma Declaração Coletiva formulou por escrito compromissos-chave, incluindo: a justiciabilidade do direito à educação para todos e todas, 6% do PIB à educação, 6% dos orçamentos da educação para a educação de pessoas adultas, o papel da sociedade civil (com veemência na declaração) e a necessidade de uma avaliação integral dos recursos

necessários.

**2010** – No VI Fórum Popular da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), realizada de 23 a 26 de setembro de 2010, em Hanói, um mês antes da Cúpula de ASEAN, ASPBAE trabalhou com E-Net for Justice da Indonésia, E-Net Filipinas, a Associação de ONGs de Educação (NEP) de Camboja, a Coalizão Vietnamita pela Educação para Todos/as (VCEFA) e organizações de jovens. Conseguiu-se atingir com sucesso um compromisso da sociedade civil com a Cúpula de ASEAN para garantir a inclusão da agenda educativa entre os demais assuntos sociais, num contexto de instabilidade, crise dos preços, aquecimento global e desaceleração no comércio e na economia em geral, ao fornecer informações para os debates em temas políticos entre os líderes da ASEAN.

De acordo com as respostas obtidas com os questionários aplicados por este estudo, as coalizões nacionais ficaram satisfeitas com o apoio que receberam por parte da ASPBAE. Identificou-se uma abordagem setorial mais holística como uma das áreas que precisam de mais atenção e sugeriu-se que, com um apoio a longo prazo, seria possível conseguir uma incidência mais efetiva. A ASPBAE desempenhou um papel importante ao facilitar às coalizões a participação nos trabalhos de incidência regional. Com o apoio do PIP II, as coalizões puderam participar de reuniões e plataformas regionais. Ter estado na mesa de discussão de tais reuniões teve o duplo efeito de dar-lhes voz no fórum regional e ganhar mais credibilidade aos olhos de seus próprios governos.

A ASPBAE parece ter tomado um caminho intermediário entre o grande impulso da ANCEFA de construir coalizões nacionais e a eloqüente e marcada presença da CLADE nas plataformas regionais. ASPBAE também tem conseguido ir (segundo uma fonte externa à ASPBAE) mais longe e melhorar a "fertilização cruzada" da incidência entre os países do que qualquer uma das outras duas regiões.

Há espaço, porém, para que a ASPBAE reflita sobre sua prática no futuro. A própria ASPBAE admite que ainda não se explorou plenamente o potencial de ação no âmbito regional e isso deve ser uma área de maior atividade no futuro. Outro ponto de reflexão necessário é o que diz respeito a garantir que o desenvolvimento das capacidades de longo prazo não se veja comprometida com o desejo de ver os resultados a curto prazo. Um observador externo apontou um exemplo no qual, aparentemente, estimulou-se uma coalizão a conduzir uma investigação nacional, quando na verdade suas capacidades não eram suficientemente fortes, levando a atrasos e perda de oportunidades. A ASPBAE precisa considerar estas preocupações e assegurar-se que as coalizões nacionais têm a capacidade necessária para o trabalho contínuo e não só para realizar trabalhos discretos ou atividades pontuais.

No final de 2009, a ASPBAE começou a desenvolver o "Projeto do PIP: histórias criativas e socialização de saberes"<sup>111</sup>, a fim de fazer uma reflexão conjunta e documentar o PIP II. Tal processo alimentou este relatório e destacou o compromisso contínuo com a aprendizagem.

## **O PIP e as regiões**

As redes regionais são um ponto fundamental de poder no PIP II e, definitivamente, peças importantes para avançar na incidência a favor da EPT. Elas são fundamentais no apoio às

<sup>111</sup> 'RWS Creative Narratives and Knowledge Sharing Project', no original em inglês.



coalizões nacionais, que valorizam efusivamente seu apoio<sup>112</sup>. Além do mais, é claro que ANCEFA, ASPBAE e CLADE são atores dinâmicos nos atuais círculos da EPT e altamente respeitadas em suas regiões.

## QUADRO 9

### **Construindo uma influência de alto nível através de uma ação regional**

O PIP II permitiu que as três redes regionais pudessem apoiar o desenvolvimento das capacidades e o trabalho de incidência das coalizões nacionais em suas respectivas regiões. Também teve um papel fundamental no desenvolvimento das próprias redes, tanto institucionalmente como em termos de incidência regional. América Latina aplicou esta estratégia de maneira mais acentuada, mas tanto ANCEFA como ASPBAE também praticam a influência de alto nível em suas respectivas regiões e nas instâncias internacionais.

Uma característica fundamental das três regiões (assim como dos contextos nacionais) foi a utilização de plataformas e espaços regionais para produzir mudanças nas políticas. Na América Latina isso é evidente no trabalho em colaboração com grupos de direitos humanos, como a Fundação Robert Kennedy e com o ex Relator Especial sobre o Direito à Educação, Vernor Muñoz, para levar um caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Na África, a ANCEFA envolveu-se ativamente com fóruns da UNESCO, UA, ADEA e blocos sub-regionais (como SADC e ECOWAS) e atualmente está aumentando gradualmente o seu trabalho nessa área. A ASPBAE reconheceu que a maioria das políticas (que tiveram um grande impacto) não é decidida regionalmente, mas sim nacionalmente pelos governos e internacionalmente por países doadores e agências internacionais de ajuda. Portanto, a rede considerou importante identificar e participar daqueles espaços políticos regionais estratégicos que tivessem um impacto importante sobre a capacidade dos países para cumprir as promessas feitas para atingir a EPT.

Na Ásia, o Escritório Regional da UNESCO (Bangkok) foi identificado como um parceiro estratégico e a ASPBAE esforçou-se para maximizar os espaços abertos por esse órgão, especialmente em torno à Avaliação de Metade do Prazo da EPT. O processo de mandar contribuições e influenciar o conteúdo da avaliação estendeu-se por mais de dois anos e beneficiou-se de um aumento na disponibilidade de recursos através do PIP II. Em fevereiro de 2007, a ASPBAE facilitou a participação de CAMPE Bangladesh, E-Net Filipinas e NEP Camboja na VIII Reunião de Coordenadores Nacionais da EPT da UNESCO, realizada em Bangkok. As coalizões, junto a outras ONGs, realizaram uma apresentação conjunta dos indicadores que, na sua opinião, deveriam ser analisados na

<sup>112</sup> De fato, 100% de respostas manifestaram essa satisfação, no entanto, cabe ressaltar que a proporção geral de resposta foi inferior a 50% do total, o maior percentual (em relação ao número de coalizões na região) foi o da Ásia, seguidos pela África. Da América Latina, não chegou nenhuma resposta. Os questionários foram traduzidos para o francês e o espanhol para que a língua não fosse um fator limitante de participação.

avaliação da EPT. Durante o Fórum, foram compartilhados importantes relatórios governamentais dos diferentes países, dando as coalizões e à equipe do PIP uma oportunidade para revisar e influenciar os relatórios oficiais com dados e evidências que iam surgindo a partir dos processos do Observatório da Educação (*Education Watch*). Na mesma reunião, a ASPBAE foi eleita integrante do Grupo Subregional de Assessores para o Sudeste Asiático. Esse foi um resultado significativo do trabalho apoiado pelo PIP II porque permitiu monitorar a forma como foram sendo moldados os relatórios de avaliação da EPT, a fim de identificar suas lacunas e sugerir formas diferentes de abordar as várias questões.

Durante o ano, a ASPBAE também foi convidada a participar dos Grupos de Apoio Técnico (GAT) do Comitê Diretivo da Revisão Intermediária da UNESCO e a nomear coalizões para formar parte da mesma equipe. Com o objetivo de revisar os relatórios nacionais preliminares e ajudar na preparação do Relatório Subregional, foram formados GATS para analisar os rascunhos dos relatórios nacionais e subregionais centrados nos objetivos específicos da EPT: atenção e educação da primeira infância, educação primária/básica universal, aptidões e competências para a vida e o aprendizado ao longo da vida, alfabetização, igualdade de gênero e qualidade da educação. ASPBAE participou dos GATs sobre Alfabetização e Qualidade da Educação e indicou CAMPE Bangladesh, E-Net Filipinas, E-Net for Justice Indonésia y NEP Camboja para as outras áreas. A integração destes GATs ofereceu outra oportunidade de fazer o trabalho de lobby junto às posições dos governos nacionais sobre políticas públicas, com o respaldo de evidências fornecidas por *Education Watch* (Observatório da Educação).

ASPBAE, NEP Camboja e E-Net Filipinas também participaram da Oficina de Redatores, organizado pela UNESCO Bangkok para a Avaliação Intermediária da EPT para os Estados membros do Leste da Ásia, do Sul da Ásia e do Sudeste Asiático, que teve lugar em Bangkok, na Tailândia, em setembro de 2007. A Oficina de Redatores ofereceu um espaço para que países membros e parceiros participassem de uma revisão entre pares dos informes nacionais preliminares. Além disso, os participantes colaboraram para levantar questões e temas comuns a serem incluídos no Relatório Síntese Subregional da Avaliação Intermediária da EPT.

Isso continuou em 2008 com a participação de ASPBAE e coalizões em outra oportunidade estratégica durante a Conferência de Revisão Intermediária das Políticas da EPT para o Sudeste Asiático, que reuniu representantes da UNESCO dos países da região, agências ONU e parceiros no tema da EPT. A Conferência de Revisão tinha por objetivo traduzir os resultados dessa revisão em ações concretas, identificar as lacunas nas políticas públicas e propor políticas e estratégias para alcançar o que ainda não havia sido alcançado.

Com a participação de ONGs de educação, foram apresentadas recomendações-chave

da conferência na Reunião de Ministros da Educação do SEAMEO, realizada em Kuala Lumpur, em março de 2008. Mais uma vez, a conferência foi uma oportunidade importante para os países do Sudeste Asiático do PIP e parceiros da EPT verificarem e validarem os relatórios-síntese subregionais. Ambas as conferências ofereceram momentos únicos para os países asiáticos do PIP e os parceiros da EPT, incluindo a UNESCO e os governos, trabalharem juntos e chegarem a um acordo sobre a orientação geral que deveria seguir a EPT na região.

Além de desenvolver as capacidades das coalizões para realizar esse trabalho de incidência regional, a ASPBAE também assumiu um papel de representação regional e articuladora de *lobby*. Por exemplo, ao representar as coalizões do PIP II em uma reunião de 70 representantes de alto nível de SEAMEO, ASEAN e UNESCO. Nessa reunião, cujo tema era "Alcançar o inalcançável: Reunião dos países do Sudeste Asiático para conseguir juntos os Objetivos da EPT em 2015", os altos funcionários da educação da região e parceiros da EPT apresentaram propostas concretas para realizar atividades conjuntas, voltadas especificamente ao campo da educação.

Através do PIP II, a ASPBAE foi capaz de aumentar sua própria influência e a das coalizões nacionais nas áreas regionais, como demonstram os exemplos mencionados anteriormente. Além disso, o fato de ter conquistado uma perspectiva internacional, através do PIP II, é constantemente mencionado pelas coalizões nacionais de educação. As oportunidades de participar nos eventos da ASEAN e da UNESCO enriqueceram sua compreensão da dinâmica entre organizações internacionais e as políticas nacionais.

"Antes que a E-Net passasse a fazer parte do PIP, já estávamos trabalhando com o governo de Filipinas no tema da EPT. Mas nós não compreendíamos porque o governo envolvia-se em determinadas ações. Ao juntar-nos ao PIP em 2004, fomos capazes de trabalhar regionalmente. Foi então que vimos de onde o governo muitas vezes tirava suas diretrizes."<sup>113</sup>

Além disso, a participação das coalizões nacionais nestes fóruns regionais abriu o diálogo entre as elas e seus governos devido ao fato de se encontrarem neste espaço regional. As coalizões ganharam credibilidade ao estarem na mesa destas importantes discussões. As coalizões e os governos perceberam, algumas vezes, que estavam de fato "em uma sintonia parecida" e que os acordos e consensos eram possíveis.<sup>114</sup>

Com o apoio do PIP II, ANCEFA, ASPBAE e CLADE foram capazes de destacar

---

<sup>113</sup> Entrevista com Cecília Soriano, E-Net Filipinas, para o estudo de caso do vídeo Histórias Criativas do PIP.

<sup>114</sup> Entrevista com Maria Khan.

regionalmente a voz da sociedade civil. Usaram fóruns da EPT existentes em parceria com agências da UNESCO, tal como a UNESCO Bangkok, souberam aproveitar aberturas políticas como a Segunda Década pela Educação da UA ou procuraram novas espaços para forçar o cumprimento das promessas feitas em Dakar em 2010, o que se reflete no trabalho sobre justiciabilidade conduzido pela CLADE. Na medida em que avançam, continuam valorizando a importância estratégica das plataformas regionais para apoiar a mudança em torno à EPT e o cumprimento das obrigações dos governos em relação aos direitos humanos.

O próprio crescimento institucional das redes regionais e de seu trabalho de incidência representa um sucesso importante para o PIP II. Além disso, ao fazer uma análise dos relatórios anuais e do testemunho prestado por esta pesquisa, é claro que se está realizando uma função importante ao apoiar um aumento do trabalho de incidência em prol da EPT nos contextos nacionais. O apoio que o PIP II foi capaz de fornecer às redes regionais é raro<sup>115</sup> e muito valorizado pelas redes regionais.

A pesquisa aponta para a grande força que possuem as redes regionais e também destaca áreas cujas capacidades e ações devem ser reforçadas e aquelas que necessitam repensar suas finalidades e identidades<sup>116</sup>. Um informante da pesquisa declarou que o efeito cascata podia não ser verdade e que se o foco está muito centrado no nível regional corre-se o risco de que a mudança não ocorra nacionalmente. Outro ponto de vista considerou que as ações regionais ajudam a criar espaços para que as coalizões nacionais trabalhem com seus governos e geram uma pressão maior. É evidente que há diferentes perspectivas sobre quais são as estratégias que funcionam. Destacam-se, no entanto, algumas questões para reflexão:

- As redes regionais são atores sociais em seu próprio direito e considerá-las como meros veículos para expressar as opiniões dos fóruns nacionais é ingênuo. Sua ativa voz política deve ser saudada com entusiasmo. A chave é assegurar uma abordagem mista e equilibrada, de forma que o objetivo das redes regionais seja o trabalho de incidência regional, assim como o apoio às coalizões nacionais.
- O apoio à criação de coalizões nacionais deve ocorrer a um ritmo adequado e o desenvolvimento das capacidades deve garantir a sustentabilidade. Ainda que as coalizões regionais devam apoiar o aumento do número e do tamanho das coalizões nacionais, é necessário um foco maior no desenvolvimento da capacidade de gestão e de governança<sup>117</sup> para assegurar que as coalizões possam gerenciar seus recursos e realizar suas tarefas adequadamente.
- As redes regionais criam um espaço para o desenvolvimento do conhecimento e das competências, o que é valorizado pelas coalizões nacionais. Apesar da flexibilidade oferecida pela concessão do PIP II, houve uma tendência generalizada de ver o desenvolvimento das capacidades como capacitação, com menor atenção ao acompanhamento e ao compromisso

<sup>115</sup>Outros financiamentos para a sociedade civil em temas de educação muito conhecidos como CEF ou o FRESCE não têm qualquer apoio a nível regional, apesar de que o CEF forneceu alguns fundos a ANCFA e ASPBAE para o trabalho regional, ademais de apoiar as coalizões nacionais.

<sup>116</sup> Questionou-se o fato de não se estar realizando uma avaliação mais importante das redes regionais: tal avaliação em profundidade não é possível no âmbito deste projecto, já que as redes regionais são maiores e mais abrangentes que o PIP.

<sup>117</sup> Em algum momento sugeriu-se que o Fundo da Sociedade Civil para a Educação poderia ter problemas semelhantes, especialmente sobre a questão da capacidade de absorção.

qualitativo de longo prazo, cruciais para o sucesso de um trabalho de incidência nacional sustentável.

- As redes regionais precisam manter um equilíbrio no seu trabalho e ter cuidado para não se tornarem demasiado "institucionalizadas", centrando-se excessivamente no seu próprio crescimento. Deveriam assegurar uma consulta permanente a seus membros, de modo a identificar as prioridades estratégicas e garantir que a legitimidade da direção do seu trabalho continue avançando.

Seguramente, as redes foram moldadas por suas diferentes histórias e contextos. Ao avançar, no entanto, essas considerações deveriam permitir uma abordagem mais estratégica.

### **Ação e coordenação global do PIP**

Em algumas ocasiões, a teoria pode ser mais fácil do que a prática e a mudança de poder nem sempre é tão simples como parece. Muitas ONGs internacionais esforçaram-se (e continuam se esforçando) para serem "parceiros" de suas afiliadas do Sul, especialmente quando o financiamento é uma parte central da relação<sup>118</sup>. O PIP II assumiu um verdadeiro compromisso para alterar essa dinâmica de poder no trabalho e na alocação de recursos e a sua gestão reflete isso.

A gestão diária do PIP II foi situada firmemente no âmbito regional, sendo limitadas a contratação de pessoal e a alocação de recursos para a sede mundial (a Secretaria da CME). O projeto teve apenas um cargo global centralizado, o da coordenação mundial do PIP<sup>119</sup>, que foi descrito como um espectador/a, velando pelos recursos e pelas relações. Os membros da Secretaria não desempenharam um papel preponderante no fortalecimento das capacidades, e, embora existam alguns exemplos de participação, a função foi mais de facilitador para reunir as regiões e compartilhar lições relevantes para que as três regiões apoiassem os processos de elaboração e apresentação de relatórios e de planejamento. Os funcionários da Secretaria e outras pessoas poderiam agora estar se questionando se isso representou um equilíbrio adequado, ou se esta pesquisa sugere que deveria ter ocorrido um papel mais pronunciado do secretariado na gestão de conhecimentos e recursos, proporcionando espaços conjuntos para a aprendizagem e a ação conjunta e para a criação de ligações mais fortes entre as incidências nacional-regional e a incidência global.

A idéia de que o trabalho de incidência nacional estaria associado à incidência global (ou, talvez seja mais correto dizer, internacional) foi articulada em dois dos sete objetivos específicos do projeto (e se reflete na apresentação do progresso realizado que aparece nos relatórios anuais), que afirmam:

- Contribuir para a consecução de um trabalho de incidência global efetivo por parte da CME, assegurando consistência, coerência e **"fertilização cruzada" entre os planos nacionais de incidência e as estratégias regionais e globais.**
- **Produzir mudanças específicas nas políticas global**, regional e nacionalmente, em consonância com os objetivos gerais da Estratégia Global da CME (elementos destacados pela autora).

Olhando para o PIP como um todo, a informação disponível sugere que a relação do nacional com a mudança específica nas políticas no âmbito internacional foi a área mais débil do trabalho de incidência nesse projeto. Isso não significa que não haja exemplos. No entanto, as

---

<sup>118</sup>INTRAC NGO. *Policy Briefing Paper*, Nº 4, abril de 2001.

<sup>119</sup> Desde o início do PIP II, este cargo foi ocupado por três pessoas diferentes: Lucia Fry (que gerenciou o projeto, ainda que este não fosse seu cargo principal dentro da CME), Geoffrey Odaga e Jill Hart.

mudanças nas políticas internacionais que ocorreram como resultado do PIP II são menos fáceis de identificar. Um informante da pesquisa disse que havia certo nível de ingenuidade por acreditar que seria fácil "unir as linhas pontilhadas entre os dois níveis de incidência, quando na verdade elas deveriam ser criadas, e que as linhas da política global não se conectaram automaticamente com a das coalizões nacionais". Em retrospectiva, a mesma pessoa opinava que o projeto não deveria ter sido vinculado aos objetivos de política de alto nível<sup>120</sup>.

A lição extraída disso é que não é fácil criar essa ligação ou que essa área de trabalho foi ignorada na execução do projeto; possivelmente, a última explicação parece mais plausível. O número reduzido de pessoal na sede mundial e a alocação limitada de recursos para o trabalho global do orçamento PIP II implicaram que a coordenação global fosse muito limitada e estivesse sobrecarregada para colocar em prática esse importante aspecto do projeto. É necessário fazer conexões específicas e intencionais, a fim de promover essa fertilização cruzada das mudanças políticas, do nacional ao internacional.

Com o objetivo de garantir que a dinâmica da mudança esteja nacionalmente localizada – uma visão-chave do projeto – qualquer trabalho futuro a ser realizado sob a bandeira do PIP deverá garantir que as mensagens nacionais alimentem a incidência global de maneira mais deliberada.

Outra área na qual o papel facilitador da secretaria mundial poderia ter obtido melhores resultados era a de geração de mais ações concretas entre as regiões e entre os países das diferentes regiões. Em 2006, conseguiu-se um bom começo em torno ao *Education Watch* (Observatório da Educação). O Relatório Anual de 2006 mencionava que:

*Em março de 2006, ANCEFA participou da Oficina de Planejamento do Education Watch para a Ásia e o Pacífico, realizada em Jacarta, na Indonésia. Em agosto de 2006, ASPBAE assistiu à Reunião de Planejamento do Education Watch para África, realizada em Dakar, Senegal. As experiências desenvolvidas por meio dessa colaboração inter-regional facilitarão o desenvolvimento de um modelo que resultará que o funcionamento do projeto traduza-se, a partir de pesquisa, em uma agenda política popular em todas as regiões.*<sup>121</sup>

Essa colaboração inicial não parece ter continuado tão plenamente como poderia ter sido possível. Existem muitos poucos exemplos em que um país de uma região vincula-se a outro país em outra região, perdendo assim um processo potencialmente valioso para o aprendizado e a incidência.

Uma história de sucesso em termos de ação conjunta – ainda que tenha resultado frustrante com relação às mudanças de políticas públicas que buscava – foi a das ações combinadas durante a preparação e a realização da CONFINTEA VI, o que fornece uma matriz para a ação conjunta em todos os âmbitos (nacional, regional e internacional) que será útil futuramente.

#### Quadro 10

##### **PIP II e VI CONFINTEA: uma experiência coordenada de incidência global**

A Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI), sob o lema "Aproveitar o poder e o potencial de aprendizagem e a educação de adultos para um futuro sustentável", foi realizada em Belém, Brasil, em dezembro de 2009. A Conferência proporcionou um ponto de convergência para realizar um trabalho comum de incidência entre os membros do PIP II. As três regiões, muitas coalizões nacionais e

<sup>120</sup> Entrevista com Lucia Fry.

<sup>121</sup> Relatório anual 2006 do PIP, em inglês, RWS 2006 Annual Report, p 22

a sede mundial trabalharam de forma independente e também em conjunto com o objetivo de influenciar os governos e os doadores internacionais.

As reuniões da CONFINTEA, convocadas pela UNESCO, ocorrem apenas uma vez a cada 12 anos e a oportunidade de influenciar os documentos finais não podia ser desperdiçada. A CME em sua totalidade, incluindo os países participantes do PIP II, decidiu realizar uma abordagem coordenada, com ações por parte de todo o movimento. A conferência anterior, a CONFINTEA V, em 1997, produziu uma agenda para o futuro que propôs uma série de caminhos integrais para promover uma educação de adultos equitativa com o objetivo de reduzir o analfabetismo e empoderar os grupos marginalizados como, por exemplo, as mulheres. Para 2006, porém, o Relatório de Acompanhamento da EPT no Mundo (IMS/GMR) da UNESCO (com foco especial na alfabetização) deixava claro que a alfabetização estava recebendo pouca atenção por parte dos governos e das agências de ajuda, ao não dar prioridade e não fornecer recursos suficientes para os programas de alfabetização de pessoas jovens e adultas.<sup>122</sup> O Relatório propôs uma abordagem que abarcava três aspectos para combater o analfabetismo, que incluía o sucesso da EPU, o aumento do número de programas de alfabetização para pessoas jovens e adultas e a promoção de ambientes letrados. O Relatório 2010, publicado pouco antes da reunião de Belém, em 2009, registrou alguns progressos na redução do número total de pessoas analfabetas, ainda que deixasse claro que: "a alfabetização de pessoas adultas continua sendo um dos objetivos mais negligenciados da Educação para Todos. Existem atualmente 759 milhões de pessoas jovens e adultas analfabetas no mundo. Como reflexo do legado das disparidades de gênero na educação, dois terços desse número são mulheres."<sup>123</sup>

Nesse contexto, a necessidade de incidir por uma maior atenção à alfabetização era fundamental. A CME e seus membros filiados começaram sua participação estratégica muito antes da realização da Conferência. A CLADE e outros atores realizaram um trabalho de *lobby* para que a Conferência fosse realizada no Brasil, porque (como explicou um informante) previam que o Presidente Lula participaria da reunião e daria todo seu apoio para que ocorressem progressivas mudanças demandadas pelos membros da CME.<sup>124</sup> Outros achavam que o fato de que a Conferência tivesse lugar na "terra natal de Paulo Freire"<sup>125</sup>, cujo trabalho havia exercido uma grande influência sobre a forma e a finalidade da educação de pessoas adultas, tinha um significado simbólico.<sup>126</sup> As atividades nacionais, regionais e globais foram planejadas com muita antecedência e coordenadas por todo o movimento da CME.

Na África, a ANCEFA começou o *lobby* preparatório pelo menos dois anos antes da CONFINTEA VI, concentrando ações na Conferência Regional Africana em Apoio à Alfabetização Mundial, realizada em Bamako, Mali, em setembro de 2007. Na reunião, a ANCEFA coordenou várias atividades, incluindo uma marcha pública para pressionar os ministros responsáveis pela alfabetização, bem como os representantes de agências multilaterais e bilaterais. Junto com PAMOJA e ActionAid, ANCEFA envolveu a imprensa, tornando evidente a mensagem de que a alfabetização é responsabilidade do

<sup>122</sup> Relatório de Monitoramento da EPT no Mundo 2006, UNESCO, Resumo:  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001865/186525S.pdf>

<sup>123</sup> Relatório de Monitoramento da EPT no Mundo 2010, Documento completo, Capítulo 1, p.7:  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001878/187865S.pdf>

<sup>124</sup> Entrevista com Camilla Croso, coordenadora da CLADE.

<sup>125</sup> Paulo Freire foi o educador e filósofo brasileiro cujo trabalho educacional na década de 1960 no Brasil (até a sua morte em 1997) desafiou a alfabetização convencional, sugerindo que a alfabetização era mais do que ler e escrever, e que também por meio da alfabetização se alcançava a capacidade de ler criticamente o mundo.

<sup>126</sup> Entrevista com Nélida Céspedes, presidenta do CEAAL e integrante do Comitê Diretivo da CLADE.

governo, assim como outros sectores da educação, e não deve ser ignorada. Os participantes exigiram mais recursos orçamentários para a educação em geral e a alfabetização em particular, ressaltando a ligação entre os índices de alfabetização e a melhoria nos índices de saúde e de desenvolvimento das comunidades mais marginalizadas. A ANCEFA e os seus parceiros (IE África, CME e outras ONGs) foram capazes de influenciar o Comunicado Final da Conferência, que incluiu a exigência de aumentar a alocação de recursos para a alfabetização em pelo menos 3% do orçamento da educação.

A ANCEFA e um grupo de coalizões nacionais continuaram enfocando o tema da alfabetização nos anos seguintes e, em 2008, publicaram um relatório intitulado "Forjando parcerias para uma visão renovada da educação de pessoas adultas na África", que foi uma contribuição-chave da sociedade civil tanto para a Conferência Preparatória Regional no Quênia, em novembro de 2008<sup>127</sup>, como para a CONFINTEA VI. A revisão da literatura foi baseada no trabalho realizado pelas coalizões nacionais, mas também regional e internacionalmente.

Em 2008, a CME adotou a alfabetização como tema para a Semana de Ação Mundial<sup>128</sup> 2009 e iniciou o processo de planejamento e desenvolvimento sob o tema "A Grande Leitura"<sup>129</sup>. O objetivo era que a SAM fosse o ápice do trabalho de *lobby* que havia começado anos antes, nacional e regionalmente<sup>130</sup>. No total, a CME mobilizou cerca de 13 milhões de pessoas em todo o mundo e enviou uma mensagem de impacto aos governos e doadores de que se trata de uma questão importante.

Nesse esforço global da SAM, contribuíram muitas coalizões nacionais apoiadas pelo projeto PIP II. Na Ásia, incluíram-se, entre outros, três dos países cujos estudos de caso são apresentados na Parte 2, que realizaram uma série de atividades criativas:

- Camboja (Associação de ONGs de Educação) – Mais de 700 pessoas participaram do evento de lançamento da Grande Leitura, em 25 de abril, no Instituto Nacional de Educação de Phnom Penh, organizado pela CME Camboja, com o apoio de NEP. As leituras foram também importantes locais em oito províncias do Camboja. A mensagem-chave do evento foi fazer pressão por mais recursos para a educação.
- Filipinas (E-Net) – Organizaram-se Grandes Leituras simultâneas em Luzon, Visayas e Mindanao, onde mais de 1.000 pessoas mobilizaram-se em 22 de abril para exigir o direito dos jovens a uma educação gratuita e de qualidade. Em Quezon City, os membros da coalizão compartilharam uma agenda de oito pontos para a incidência política em educação, diante de uma platéia de crianças, jovens não escolarizados e estudantes. Celebidades locais e funcionários do governo local e do Departamento de Educação uniram-se à Grande Leitura.
- Nepal (Nepal CME) – A Grande Leitura de 25 de abril reuniu grupos de jovens de diferentes afiliações políticas, o Ministro da Juventude e o Departamento de Educação para abordar questões relativas à alfabetização de jovens e adultos.
- Índia (Coalizão Nacional pela Educação) – Foram produzidos e distribuídos livros locais da Grande Leitura em 14 estados da Índia. Um dos eventos reuniu mais de 300

<sup>127</sup> Conferência Regional Preparatória da CONFINTEA VI (Nairóbi, Quênia, novembro de 2008).

<sup>128</sup> A SAM, como o próprio nome sugere, é uma semana de ação sobre um tema específico que a CME identifica (através de um processo de consulta) como chave para avançar em direção aos objetivos da EPT.

<sup>129</sup> Ver a página da CME, <http://www.campaignforeducation.org/en/big-read-campaign-materials/>

<sup>130</sup> A Semana de Ação Mundial acontece todo ano no mês de abril e teria precedido a CONFINTEA VI, originalmente programada para ocorrer em maio e adiada para dezembro daquele ano, devido ao temor gerado em torno à pandemia do vírus da gripe A.



crianças, jovens e pessoas adultas e também se realizou um show, em 28 de abril, em Nova Déli. Artistas locais e celebridades participaram da Grande Leitura através de sua música e de mensagens de solidariedade.

Também foram realizadas ações em outros países, coordenado pela ASPBAE que, como ANCEFA e CLADE, começou os preparativos com bastante antecedência. ASPBAE foi também muito ativa em ações de *lobby* em órgãos regionais como parte de uma abordagem coordenada.

Para a CLADE e seus membros, a luta contra o analfabetismo é um ponto fundamental e, com o acordo do governo brasileiro para ser o anfitrião da Conferência, seu trabalho ganhou importância mundial no âmbito da CME. O *lobby* feito antes e durante a CONFINTEA VI mostrou uma "combinação de recursos liderados por uma equipe profissional", com importantes trabalhos preliminares conduzidos pela CLADE. Essa rede teve um papel fundamental na organização do Fórum Internacional da Sociedade Civil (FISC), reunião realizada nos dias que antecederam a CONFINTEA para preparar a participação de grupos da sociedade civil e também desenvolver laços com outros movimentos, redes e organizações que vinham trabalhando com o tema do direito à educação de pessoas jovens e adultas. A CLADE, juntamente com outros atores da CME, destacou-se no momento de propor recomendações para reforçar o Marco de Ação de Belém, mediante o documento "Da retórica à ação consistente"<sup>131</sup>, que foi apresentado 1º de dezembro de 2009. A sociedade civil esteve representada nos principais painéis da reunião e na comissão de redação da declaração final embora, em última análise, sentiu-se certa frustração porque "a linguagem da declaração final poderia ter sido mais forte."<sup>132</sup>

Apesar do trabalho anterior de *lobby*, não havia muitas expectativas sobre o que poderia ser alcançado na Conferência, da qual participaram representantes governamentais de um escalão intermediário, articulando as decisões que já tinham sido feitas em outro lugar. Isso, de acordo com um informante, destaca uma lição muito importante sobre saber avaliar quanto tempo e energia é preciso investir em uma única reunião quando, na verdade, grande parte do documento final já tinha sido decidida de antemão.<sup>133</sup>

O espaço aberto pelas coalizões nacionais, redes regionais e a sede mundial no período prévio à Conferência e mesmo durante a sua realização da mesma chamou a atenção para a alfabetização como um direito fundamental e constituiu um passo importante para garantir que governos e doadores prestem mais atenção a esse objetivo da EPT.

Desta vez, a verdadeira história de sucesso não reside no documento final, mas no conjunto resultante de uma ação coordenada em todo o movimento do CME, em parte possibilitado pelo PIP II. Esse projeto apoiou o trabalho das coalizões nacionais, como as da Ásia, contribuiu para os esforços regionais, tais como os da ANCEFA, e facilitou as ações tomadas na reunião, lideradas em grande parte pela CLADE.<sup>134</sup> As ações coordenadas realizadas em este processo da CONFINTEA VI são, apesar da decepção com o resultado, uma história de sucesso que vai delinear a forma como os diferentes

<sup>131</sup> Ver <http://fisc2009english.wordpress.com/2009/12/02/civil-society-caucus-proposals-to-strengthen-the-belem-declaration/>

<sup>132</sup> Entrevista com Maria Khan.

<sup>133</sup> Entrevista com Camilla Croso.

<sup>134</sup> Deve ficar claro que ainda que este breve estudo de caso reúne diferentes tipos de trabalho de cada região, observaram-se atividades nacionais e regionais nas três regiões em preparação à CONFINTEA e aqui somente são compartilhados alguns exemplos.

países do PIP II e as redes regionais podem trabalhar juntos para alcançar melhores resultados.

Em geral, no entanto, as conclusões deste relatório sugerem que a ligação entre incidência nacional e internacional, bem como entre regiões e entre países em diferentes regiões, poderiam ter sido muito mais forte. É também uma área em que algumas coalizões nacionais valorizariam ter mais atividade. Apesar disso, vale notar que a CME, como coalizão mundial, foi muito elogiada por sua capacidade de reunir múltiplas áreas de ação: "A natureza do CME é relacionar o mesmo tempo todos os níveis da ação deste. Isso desafia as hipóteses sobre um modelo simplista de mudança vertical ou estratificada."<sup>135</sup>

Um obstáculo para avaliar a contribuição do PIP II aos debates sobre política internacional foi a falta de uma identidade específica, uma marca peculiar do projeto. Isto foi confirmado durante o estudo, nas entrevistas com informantes externos que, embora familiarizado com a CME, as redes regionais e algumas das coalizões nacionais, sabiam muito pouco sobre o PIP II. Consequentemente, não foram capazes de avaliar o impacto de seu sucesso no campo da incidência global. É justo salientar aqui que a falta dessa marca externa não foi considerada um problema pelo governo da Holanda e, de acordo com a ex-coordenadora mundial do PIP, foi uma escolha deliberada não dar ao projeto uma marca de distinção, se não todo o contrário, para permitir que se realizasse uma contribuição à construção de um movimento da EPT.

Apesar da debilidade do projeto para incluir na incidência global temas de incidência e campanha do nível nacional, é evidente que para as coalizões nacionais existe um benefício considerável que emerge dessas afiliações mais amplas. A Campanha Peruana pelo Direito à Educação, entre outros, sentia fortemente que sua associação não só com a CLADE, mas também com a CME, proporcionou-lhe maior credibilidade e melhorou a sua imagem aos olhos do governo peruano. Ou como In Samrithy, da coalizão nacional do Camboja, disse: "Acho que o Projeto de Incidência Política trata dos vínculos globais. Sentimos que é bom não estar sozinhos, temos amigos em outras coalizões e em outros países que se preocupam conosco e por quem também nos preocupamos."

Além disso, fazer parte de uma coalizão mundial proporciona acesso a uma fonte direta de informação para compreender a dinâmica do contexto político mundial da EPT, que pode proporcionar uma "inteligência" útil para influenciar seus próprios governos. Um benefício adicional dos vínculos internacionais e regionais é o da possível proteção em caso de eventuais hostilidades por parte dos governos, e embora essa não seja uma preocupação importante nos países onde o PIP II foi executado, existem exemplos nesse sentido. O coordenador da coalizão no Haiti foi assediado por militares e seu passaporte foi marcado para identificá-lo como uma pessoa perigosa. A CLADE emitiu um comunicado sobre este assédio e espera-se que o aumento da atenção pública lhe dê uma maior proteção para que ele possa continuar suas atividades.

Uma das áreas em que a ação local do PIP sim esteve vinculada a uma ação global foi a Semana de Ação Mundial (SAM) da CME, que acontece todos os anos. Embora não fosse um objetivo declarado do PIP II, de acordo com uma das pessoas entrevistadas, os países do PIP II representaram 70%<sup>136</sup> dos números no SAM. A veracidade desta afirmação, no entanto, é difícil de avaliar porque, por vezes, os fundos nacionais foram "subordinados" a outros fundos<sup>137</sup>. É importante notar também que, apesar da importância da grande visibilidade que tem a mobilização a escola mundial, alguns participantes do estudo disseram que a SAM desvaloriza a definição das agendas nacionais de incidência. Uma pessoa opinou que a SAM concentra

<sup>135</sup>Gaventa y Mayo (2009). *IDS Working Paper* 327, p 23.

<sup>136</sup>Entrevista com Geoffrey Odaga.

<sup>137</sup>Varias entrevistas – Owain James.

uma grande quantidade de tempo, energia e recursos sobre um tema de incidência que poderia não ser o mais relevante ou apropriado no contexto nacional.

Uma lacuna global notável é a falta de uma base de dados centralizada de recursos e bibliografia que poderia servir como meio de documentação do produto do projeto, facilitando a socialização de boas práticas, ferramentas de incidência e materiais de capacitação (sujeito a diferenças linguísticas e/ou culturais). Poderia poupar tempo e dinheiro e atuar como um catalisador de idéias para outras pessoas. Também ajudaria a reduzir a pressão sobre as redes regionais para realizar esta tarefa. Embora seja importante ter um equilíbrio e a maioria dos fundos deveriam apoiar as necessidades das coalizões nacionais, um aumento marginal dos recursos destinados ao nível central poderia ser extremamente benéfico para projetos como o PIP II.

A questão do "espaço operativo" foi destaque durante o processo deste estudo e é bom referir-se a ele a fim de evitar confusões parecidas no futuro. A CME é uma coalizão mundial que trabalha com a EPT com membros afiliados em mais de 100 países; não trabalha, no entanto, com todas as redes ou coalizões existentes. ANCEFA, ASPBAE e CLADE são redes regionais afiliadas com as quais se associa a CME para realizar o núcleo de suas atividades nas respectivas regiões. Há um entendimento, articulado no plano estratégico da CME, de que todas as atividades regionais serão realizadas em cooperação com essas redes regionais, no entanto, existem alguns exemplos em que isso não aconteceu. Por exemplo, na África do Sul ocorreu um processo paralelo de construção de coalizões que não incluiu à ANCEFA e na Bolívia surgiu alguma confusão com relação à atribuição de um novo financiamento do FRESCE e sobre qual coalizão estava afiliada à CLADE/CME. O perigo é que os processos paralelos ou separados podem conduzir à percepção (tanto às pessoas de dentro como as de fora da coalizão) de que existe uma falta de comunicação interna e/ou falta de confiança na "família" da CME, e isso merece reflexão por parte da Secretaria e do Conselho da CME.

Uma última questão que surgiu em relação com a sede mundial durante esta pesquisa é a percepção de que o Conselho da CME tende a ver o PIP como um tema secundário e não como um aspecto central do trabalho da CME. Informantes do estudo sentiram que o projeto foi tratado como um assunto administrativo e que o Conselho não prestou suficiente atenção à riqueza ou à importância desse trabalho. Isso reforça as conclusões da revisão intermediária da CME em 2007, que ressalta: "Atualmente, muitos vêem o PIP como uma atividade adicional e não como uma parte fundamental do programa da CME Apesar de seu papel-chave na gestão PIP, muitos acreditam que a CME não percebeu o potencial das redes regionais nem conseguiu refletir a contribuição das mesmas em sua direção."

Outros também se perguntam até que ponto a campanha 1 GOL absorveu uma quantidade desproporcional de atenção por parte da Secretaria e do Conselho no decurso dos últimos dois anos, drenando energia de outros trabalhos como o PIP. Expressou-se ainda uma preocupação de que as mensagens de 1 GOL estiveram demasiado impulsionados a partir da sede central e que não se havia dado espaço suficiente às coalizões nacionais, enfraquecendo os objetivos de projetos como o PIP II, cuja proposta é aumentar a voz de ativistas do sul.

Estes comentários e perguntas sugerem que há, pelo menos, a percepção de que existem dúvidas sobre se o Conselho do CME esteve suficientemente concentrado no PIP II, um tema que poderia exigir a reflexão do Conselho sobre o seu empenho com este trabalho no futuro.

### **Seção 3: Funcionou?**

Um dos propósitos deste relatório é capturar algumas das histórias excepcionais do PIP II; outro consiste em examinar os elementos individuais e o projeto em sua totalidade e responder à

pergunta: o PIP funcionou? O panorama geral apresentado anteriormente tentou gerar uma compreensão do PIP II e documentar alguns aspectos chave do projeto, assim como oferecer uma avaliação de alguns dos pontos de destaque e dos desafios. Houve limitações na forma em que o projeto foi monitorado e avaliado, incluindo limitações no trabalho de pesquisa para este relatório e como resultado não se pôde desvelar tudo de bom ou de não tão bom sobre o PIP.

Em que medida o projeto atingiu seu propósito central? Quantos objetivos foram alcançados e qual é a contribuição do projeto em geral para ajudar a dar forma ao progresso para atingir a metas da EPT? Foi útil o dinheiro investido pelo Governo da Holanda e o esforço de muitos para mudar a paisagem do trabalho de incidência nacional a favor da EPT?

Como ocorre com qualquer tema multifacetado, a resposta é frequentemente mais complexa que um simples sim ou não: o PIP fez com que se produzissem algumas mudanças assombrosas, legais e de políticas, que vão, sem dúvida, ter um impacto fundamental sobre o acesso à educação de qualidade para todos e todas. Naturalmente, isso também teve suas falhas e problemas de tensões pessoais e/ou políticas que obstaculizaram o trabalho e resultaram na perda de oportunidades.

A partir dos testemunhos recolhidos, fica claro que o PIP II significou uma experiência valiosa para aquelas organizações que fizeram parte do projeto. O PIP II proporcionou a construção de coalizões nacionais da EPT onde não havia nenhuma, incrementou a capacidade de outras que já existiam e fortaleceu de forma significativa o trabalho das redes regionais. A construção da incidência da sociedade civil não pode, no entanto, ser medida somente em termos do aumento nas cifras ou na autoestima que as coalizões professem (não importa quão importante seja isso). Deve também ser medida em relação a seu próprio objetivo, se a sociedade civil pode ou não gerar mudanças nas políticas para promover o avanço em direção à EPT.

A equipe de pesquisa enfrentou um obstáculo duplo na documentação e na avaliação de até que ponto isso foi conquistado: em primeiro lugar, a bem reconhecida dificuldade no momento de atribuir a mudança ao resultado de um trabalho de incidência, e em segundo lugar, no caso do PIP II, a falta significativa de um selo distintivo externo (ou às vezes inclusive interno) do projeto. Ainda que às vezes seja possível atribuir uma mudança de políticas a um só evento ou organização, é mais factível avaliar a contribuição a um resultado desejado. Um informante interno da pesquisa tem a firme opinião de que “o que é necessário pensar sobre o PIP [II] é qual foi sua contribuição, em vez de lhe atribuir mudanças.”<sup>138</sup> Essa perspectiva merece mais crédito porque uma mudança raras vezes se dá como produto de apenas um processo, sem que (como já se discutiu anteriormente na parte sobre “mudança de políticas”) a mudança ocorra no curso do tempo, influenciada por uma variedade de fatores. O fato de incorporarem-se bons sistemas de monitoramento e de avaliação da incidência reduz, no entanto, as dificuldades no momento de verificar em que medida se pode atribuir a mudança a ela.<sup>139</sup>

O desafio genérico da atribuição da incidência se viu exacerbado pela falta de um selo distintivo do PIP II. Foi (de acordo com mais um informante interno) uma política deliberada a de não criar um selo distintivo para o PIP.<sup>140</sup> Não importa quão válida tenha sido a justificação lógica dessa decisão, teve como resultado que o processo de avaliação da contribuição excepcional do PIP II

---

<sup>138</sup> Lucia Fry

<sup>139</sup> Para sugestões práticas ver <http://www.intrac.org/data/files/resources/672/Tracking-Progress-in-Advocacy-Why-and-How-to-Monitor-and-Evaluate-Advocacy-Projects-and-Programmes.pdf>

<sup>140</sup> Entrevistas com Geoffrey Odaga e Lucia Fry

se tornasse mais complicado. Apesar desses desafios é evidente que o PIP II contribuiu para algumas mudanças significativas em matéria de políticas em determinado número de contextos nacionais, e ajudou a aumentar o tamanho e a efetividade de muitas coalizões, sugerindo-se que vão continuar sendo produzidas mais mudanças de políticas.

Esta pesquisa concluiu que o PIP II teve êxito em fornecer uma contribuição valiosa à luta pela EPT. Além disso, se vê que o dinheiro investido pelo projeto teve seu retorno. O orçamento total desse projeto foi de 5 milhões de euros<sup>141</sup> repartidos ao longo de 5 anos – só uma parte do custo, por exemplo, das Cúpulas do G8 e do G20 realizadas no Canadá em 2010<sup>142</sup> - e obviamente não é insignificante, mas considerando algumas das mudanças ocorridas em matéria de direitos, políticas, orçamentos, e do aumento dos níveis de ativismo a favor da EPT, parece que esse dinheiro foi bem investido.

Isso não significa que o projeto não tenha tido seus pontos fracos. Foram feitos relatos de má governança, questionamentos sobre a sustentabilidade e inclusive a falta de transparência, e esses temas devem ser abordados pelas coalizões nacionais, pelas redes regionais e pela secretaria e pelo conselho da CME.

O êxito do PIP II é então evidente na força das coalizões e nas mudanças de políticas que suas ações influenciaram. Também é evidente no impacto que teve nas vidas reais de mulheres, homens e crianças, que fizeram parte dele, desde ativistas a beneficiários da comunidade escolar. Vale fazer uma pausa para refletir sobre as palavras de Jamaica, uma menina de 15 anos que, depois de se ver forçada a abandonar a escola, converteu-se em uma ativista da campanha apoiada pelo PIP II e levada adiante por E-Net Filipinas: *“Aprendi da E-Net que todas e todos podemos ajudar na educação. Gostaria de ensinar a meninos e meninas. Antes da campanha não falava muito, exceto para dizer “sim”, quando alguém me perguntava algo. Agora falo mais.”*<sup>143</sup>

Essas simples palavras ilustram um ponto poderoso que vai direto ao coração do PIP, que é o de criar espaços e oportunidades que permitam a meninos, meninas (e pessoas adultas) encontrar sua voz e – quando o considerem oportuno – alçar essa voz a favor do direito à educação.<sup>144</sup>

#### **Seção 4: Lições globais**

O contexto e os diferentes ambientes políticos podem ter uma relação muito perceptível com o tipo e com o impacto da incidência a favor da EPT. Deve-se ler cada história tendo em conta e compreendendo a situação cultural e política na qual se desenvolve. A ação que gera uma resposta positiva em um país pode levar a que se produza uma reação negativa em outro. Apesar das diferenças culturais e contextuais, uma leitura dos estudos de caso destaca alguns temas comuns que enfrentam quase todos os países e também destaca algumas estratégias comuns.

---

<sup>141</sup> Aproximadamente US\$ 6,793,267

<sup>142</sup>De acordo com artigo de Geoffrey Sachs publicado no jornal britânico The Guardian (<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/jul/04/g8-aid-pledges-broken>) “segundo se informa, a realização da Cúpula do G8 este ano custou uma fortuna ao Canadá, apesar de que não se conseguiram resultados importantes. O custo estimado dessa cúpula dos líderes do G8 durante um dia e meio, seguida pela dos líderes do G20 por outro dia e meio, superou o bilhão de dólares [€ 717,865,737,913.84]. Isso constitui em essência a mesma quantidade que os líderes do G8 se comprometeram a dar anualmente às comunidades mais pobres para apoiar a saúde materno-infantil.”

<sup>143</sup>Entrevista realizada por Barbara Fortunato como parte do processo de Documentação e Avaliação do PIP na Ásia.

<sup>144</sup>Ver os estudos regionais de caso mais adiante na Parte 2 para aprender mais sobre o trabalho do E-Net Filipinas

Em todos os países e nas regiões está claro que muitas das barreiras que o direito à educação deve enfrentar são universais, e que as coalizões enfrentam problemas similares. Está claro que todas as coalizões estão funcionando em ambientes com múltiplos desafios para conseguir a EPT, incluindo barreiras no acesso e na qualidade, sistemas frágeis de governo e marcos de políticas também frágeis. A falta de recursos e a prática ampliada de cobrança de cotas escolares (em nível formal e informal) constituem um lugar comum. As barreiras culturais que assinalam algumas crianças – meninas e meninos com deficiências, de determinados grupos étnicos ou sociais – como menos merecedores de uma educação têm como resultado que esses grupos tenham um acesso desigual à educação formal e índices mais altos de analfabetismo – outra realidade compartilhada.

Apesar dos poucos indicadores em matéria de educação, as coalizões enfrentam governos cujos discursos públicos apoiam a educação. Ampliou-se muito a noção de que esses governos carecem de recursos e não de vontade política e as coalizões enfrentam o desafio de destacar as inexistências nos dados proporcionados pelos governos e/ou dissipar o mito de que os governos fariam mais se pudessem. Obviamente, alguns países de fato enfrentam restrições reais em matéria de recursos, mas com frequência o que lhes falta é dar prioridade política à educação. O ponto de partida para grande parte do trabalho de incidência se produz quando as políticas e a prática devem ser atualizadas, reformadas ou quando é necessário conseguir uma destinação adequada de recursos.

Além de compartilhar muitos obstáculos externos similares para avançar nesse debate e na ação em torno à EPT, as coalizões também compartilham algumas características comuns. No início do PIP II, tal como reconheceu a CME, muitas coalizões precisavam de liderança e de capacidade institucional, e sua habilidade para levar adiante um trabalho de incidência efetivo foi descrita como “escassa e frágil”.<sup>145</sup> As coalizões começaram logo depois a abordar as enormes barreiras para conseguir a EPT em seus respectivos países, enquanto ao mesmo tempo tinham que desenvolver seus próprios sistemas, estruturas e capacidades.

Os elementos em comum de suas experiências não apenas foram vistos refletidos no contexto e no ponto de partida do trabalho das coalizões, como também nas estratégias e táticas que levavam a cabo, com a liderança e o apoio das redes regionais. Suas táticas incluíam a pressão política em diferentes organismos do Estado – geralmente o Ministério da Educação. Obviamente, a cultura política dos diferentes países levou a que as relações com o governo se desenvolvessem de formas diferentes, e em alguns casos as coalizões criaram relações de trabalho muito próximas com o governo, atuando como assessoras e aliadas. Para as coalizões tanto da África quanto da Ásia, adotar um enfoque a partir do governo foi considerado extremamente importante, enquanto que na América Latina as coalizões focaram nas mudanças legais, usando a divisão de poderes do Estado para que o Executivo se fizesse responsável.

Outro padrão evidente que se encontra ao longo de todo o trabalho é a importância de realizar ações de pressão política de forma consistente no curso de um período de tempo definido e usando os cronogramas políticos e/ou de políticas para maximizar o impacto. Por exemplo, realizar uma pressão política com eventuais futuros membros do parlamento e conseguir que assinem demandas chave previamente às eleições, ou encontrar datas chave no ciclo do orçamento nacional e levar adiante ações de pressão política no período prévio à tomada de decisões importantes. As coalizões foram tomando cada vez mais consciência de que precisam ter objetivos de lobby mais amplos e mais a longo prazo, e que não devem focar-se somente no

---

<sup>145</sup> Ver a citação mencionada anteriormente neste informe

poder executivo ou legislativo, mas também no judiciário, algo que rendeu enormes dividendos na América Latina. A mobilização do público e dos grupos beneficiários é outra ferramenta usada com bons resultados durante o PIP II, e teve um maior alcance público (alcançando também os tomadores de decisão política) através dos meios de comunicação.

Outra ferramenta comum na incidência foi a geração de novas pesquisas para apoiar o uso da incidência baseada na evidência. Gerar evidência confiável serve como uma alternativa aos dados oficiais dos governos, que frequentemente são limitados (e possivelmente enganosos), e demonstra aos governos que as coalizões são atores sérios e que merecem credibilidade e que possuem uma boa compreensão do setor da educação. O PIP II deu um grande impulso à incidência baseada na evidência através do *Education Watch* (Observatório da Educação), uma iniciativa emblemática nos primeiros anos do projeto.<sup>146</sup> A participação no *Education Watch* aumentou a confiança do setor para relacionar-se com o governo a partir uma posição embasada. A pesquisa destacou os temas mais próximos e a frágil capacidade institucional para a recopilação de dados no nível do Estado. A incapacidade do Estado para gerar os mesmos dados de qualidade, e portanto sua incapacidade para responder de forma efetiva às necessidades concretas em matéria de educação, foi destacada de forma indireta através do processo de relacionamento com os tomadores de decisão política.

O PIP II foi iniciado não muito tempo depois da mobilização massiva de organizações e de pessoas no movimento 'Façamos da Pobreza História!' que culminou em torno à Cúpula do G8 em 2005. Com esse pano de fundo, e porque tinha sentido fazê-lo dessa forma, os objetivos do projeto insistiam na construção de alianças amplas. Isso efetivamente ocorreu, e o trabalho com os sindicatos de docentes em particular (que experimentou tensões em algumas ocasiões) resultou em uma importante colaboração, facilitada em grande parte pela Internacional da educação (IE). Por exemplo, na Tanzânia, a coalizão nacional e o sindicato de docentes trabalharam juntos para pressionar a favor da criação de um Conselho Profissional de Docentes, encontrando, no entanto, resistência da parte do governo sobre a questão de se esse conselho deveria ser independente ou se deveria ser controlado pelo governo. No Brasil, a coalizão nacional e o sindicato de professores e professoras trabalharam em cooperação para conseguir a "Lei do Piso Salarial dos Professores", aprovada pelo Congresso. Isso representou uma vitória muito importante, mas ainda se encontram problemas com sua implementação em alguns estados, onde essa lei ainda não entrou em vigor de forma rigorosa. Na Índia, o poder dos sindicatos de docentes foi usado pela coalizão em suas mobilizações públicas.<sup>147</sup>

Apesar de algumas conquistas em termos da vinculação com outros movimentos sociais e da formação de alianças mais amplas, talvez isso não tenha se materializado no grau que se esperava através deste projeto. Algumas coalizões notaram a dificuldade de conseguir que a educação ocupasse um lugar de destaque na agenda dos movimentos sociais mais amplos. Há exemplos, no entanto, em que a formação de alianças estratégicas rendeu enormes dividendos, como no caso da importante aliança construída na América Latina com o Relator Especial sobre o Direito à Educação, ou a relação estratégica da ASPBAE com o escritório regional da UNESCO (Bangkok) em torno à Avaliação de Metade do Prazo dos objetivos da EPT. A

<sup>146</sup>O relatório anual 2006 do PIP descreve o Education Watch como "a peça central do projeto PIP em 2006". Mais adiante, explica que o EdWatch, tal como é conhecido, "é uma avaliação -independente, alternativa e baseada nas cidadãs e nos cidadãos - do estado da educação básica em 20 dos países que abarca o projeto. Está desenhado para fortalecer as capacidades locais e das comunidades para fazer reivindicações em matéria de educação, e tem como objetivo apontar as capacidades das coalizões nacionais de educação para definir de maneira precisa, buscar e alcançar seus objetivos em matéria de mudanças de políticas, respaldadas por alternativas viáveis e baseadas em evidência gerada nos níveis locais e de base."

<sup>147</sup> A pesquisa mencionada anteriormente sobre incidência transnacional, levada a cabo pela Universidade de Amsterdam, também financiada pelo Governo da Holanda, examina mais especificamente a relação entre os sindicatos de docentes e os membros das coalizões nacionais (sua publicação está prevista para 2011)

construção de alianças, ainda que consuma muito tempo, pode ser útil, mas elas devem ser decididas estrategicamente em vez de ser um objetivo generalizado.

O PIP II nos ensinou que a ação coletiva baseada em uma estratégia com uma direção bem definida pode influenciar os governos e conduzir-nos em direção à mudança progressiva para a conquista da EPT. Os ricos estudos de caso apresentados neste relatório (Ver Parte 2) nos oferecem uma oportunidade e um desafio. Oferecem-nos uma oportunidade de conectarmos com o “mundo real” de mulheres, homens e crianças comprometidos com a ação, com a expressão pública e com a demanda do direito à educação para todos e todas. Oferece-nos a oportunidade de avaliar diferentes enfoques à luz dos resultados e, muito importante, de aprender para a prática futura. Também nos colocam um desafio porque não representam um único modelo que sirva para todos os casos. Mesmo onde possamos extrair exemplos de elementos em comum e destacar as boas práticas nem sempre é possível replicar modelos já que é necessário levar em conta o contexto e as capacidades.

### **Lições chave:**

#### **O conceito de “ação local, mudança global” é válido, mas requer uma estratégia.**

A teoria da mudança que fundamenta este trabalho, como seu nome em inglês “real world strategies” (estratégias para o mundo real) sugere, viu a necessidade de localizar a mudança nas bases. Com o PIP II ocorreu definitivamente uma transferência de poder a partir do centro global. De fato, parece razoável concluir que se focou tão pouco no nível global que teve um efeito prejudicial nos resultados potenciais do projeto. O centro global poderia ter cumprido uma importante função em termos de mecanismos descentralizados para compartilhar materiais, facilitar aprendizados e ações entre todos os participantes do projeto, explicitar mais os vínculos entre a incidência nacional e a incidência internacional. Ainda que o poder tenha se trasladado do centro, não se trasladou tanto como se pretendia, e se produziu um crescimento significativo, mas desarticulado, no tamanho das redes regionais, seu campo de operações e sua voz. Foram obtidos muitos resultados positivos e como consequência eles apontam claramente à necessidade de aumentar a incidência em relação aos corpos regionais. Se esse modelo se ampliar, deverá estar acompanhado por mais mecanismos de prestação de contas a fim de que as coalizões nacionais permaneçam num lugar central nos processos regionais de tomada de decisões.

A CME não implementou plenamente sua visão de mudança através do PIP II. Não foi capaz de conectar adequadamente as inquietudes do nível local com os objetivos internacionais em matéria de políticas da CME. E não conseguiu criar vínculos significativos entre as coalizões de diferentes partes do mundo. A CME deveria, em seus projetos futuros, criar de forma mais deliberada vínculos horizontais e verticais entre todos os contextos geográficos. Requer-se uma ação mais explícita para fomentar esses vínculos, já que não necessariamente surgem de maneira orgânica. Isso não apenas facilita o aprendizado e o guia como também apoia a criação de uma rede de influência que fortalecerá o ‘movimento’ da CME em sua totalidade.

### **Construção de instituições**

Um dos principais objetivos do projeto PIP II foi fortalecer o potencial de incidência e realização de campanhas das OSC do Sul: construir novas coalizões onde não havia nenhuma e aprofundar seu trabalho onde já existiam para mobilizar o interesse e a demanda pública a favor da EPT. A evidência contida neste relatório mostra que isso efetivamente ocorreu. Atualmente, como resultado do PIP II, existe um número maior de coalizões e houve um



incremento nas atividades de incidência e nas conquistas. Permanece, entretanto, a pergunta sobre a sustentabilidade de um crescimento tão rápido em termos de ação e atores.

A sustentabilidade requer sistemas e estruturas bem desenvolvidas que sejam capazes de capturar, armazenar e recuperar a memória institucional de forma sistemática. A documentação dos processos e conquistas desse projeto, tão importantes para uso e referência futuros, necessita ser fortalecida. Ter acesso a materiais de referência e exemplos de boas práticas economizaria recursos. Bases de dados de fácil manejo e sistemas de intranet poderiam oferecer um baú de recursos em nível global, regional e nacional. A sustentabilidade também requer que os conhecimentos, competências e experiências se disseminem entre os membros a fim de assegurar que todos/as os/as integrantes das equipes de trabalho das coalizões, redes regionais ou mesmo do centro global se beneficiem do aprendizado permanente que surja do projeto.

A tendência a concentrar o desenvolvimento das capacidades ou dos conhecimentos práticos tem sido em alguns casos prejudicial para o desenvolvimento de fortes estruturas e sistemas internos habilitantes. O fortalecimento da governança e da gestão deveria ser priorizado sobre uma grande quantidade de produtos. O aumento no número de coalizões não foi suficientemente longe em algumas regiões e em outras se produziu rápido demais. As redes regionais precisam ser estratégicas em suas escolhas a fim de não responder de forma reativa a cada uma das solicitações de apoio. Em alguns casos, o dinheiro desembolsado através de alguma coalizão nacional foi muito reduzido e é preciso realizar um exame do uso futuro dos orçamentos e de como esses fundos serão usados da maneira mais eficiente. O desejo bem intencionado de incorporar mais temáticas e responsabilidades em vez de aprofundar e consolidar o trabalho existente é também uma lição sobre a qual muitas coalizões necessitam refletir.

### **Limitar o foco do trabalho de incidência**

Um dos objetivos do PIP II foi o desenvolvimento de estratégias de incidência com uma duração determinada tanto em nível nacional como regional. Ainda que isso tenha ocorrido assim, é necessário que haja mais consistência e coerência na forma em que as estratégias são desenvolvidas. Os processos de desenvolvimento estratégico devem levar em conta ambos objetivos do processo que obterão resultados no desenvolvimento das capacidades e na conquista dos objetivos de impacto.

A ambição é boa, mas a limitação nos recursos implica que a incidência deve estar mais focada. As coalizões devem planejar seus ciclos de incidência e eleger um, ou dois, temas centrais. Isso foi muito bem resumido pelos/as pesquisadores/as da Universidade de Amsterdam que expressaram que as agendas mais nutridas poderiam facilitar a coesão, mas limitar o impacto.<sup>148</sup> Isso não significa ignorar outros objetivos da EPT, mas fica claro a partir das experiências do PIP II que os recursos devem ser usados de forma eficiente e não devem dispersar-se demais.

### **Diálogo construtivo, mas sem comprometer os direitos**

---

<sup>148</sup> Citação incluída em uma apresentação em power point realizada dia 15 de junho de 2010 no Conselho *Mundial das Sociedades de Educação Comparada* em Istambul.

Influenciar na mudança é um processo que requer discernimento. As coalizões precisam compreender os temas, os problemas e o contexto em que trabalham. Também precisam ter conhecimentos políticos e compreender o poder das dinâmicas que estão operando. Depois de tudo, a mudança jaz frequentemente nas mãos de poucas pessoas. Um importante ponto observado nesta pesquisa é que as coalizões não estão simplesmente tentando mudar o sistema educativo, mas sim o sistema político, já que se relaciona com a educação, e portanto a alfabetização política é fundamental.

Uma mensagem clara que surge dos estudos de caso é que criar relações construtivas, em vez de optar por enfoques antagônicos, rende maiores dividendos. Usar a linguagem dos atores-alvo e destacar aqueles benefícios da educação que sejam de maior interesse para eles é uma tática efetiva. Criar relações construtivas e positivas ajuda a cimentar a confiança e abre uma porta ao diálogo em matéria de políticas, ainda que as coalizões devam estar conscientes do perigo de ser cooptadas.

O compromisso e o relacionamento construtivos abrem uma porta ao diálogo e é preciso usar ferramentas de incidência que identifiquem um problema, mas que também proponham caminhos para sua solução. No entanto, as concessões devem ter um limite e, em conclusão, o direito à educação não é negociável. Existem várias convenções internacionais de direitos humanos, amplamente ratificadas, que contêm obrigações legais e as coalizões devem usar essas obrigações para demandar a mudança. A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança é a convenção mais amplamente ratificada de direitos humanos e estabelece o direito a uma educação primária gratuita e de qualidade, que os governos têm que respeitar, proteger e cumprir. É importante que as coalizões conheçam e compreendam esses direitos e, quando seja necessário, que levem adiante ações legais para defendê-los.

### **Financiamento flexível e confiável para a sustentabilidade**

Quando o Governo da Holanda decidiu financiar a segunda etapa do projeto PIP II, sua confiança na CME resultou em que a administração da subvenção fora sumamente flexível. Essa flexibilidade foi amplamente reconhecida como um ponto forte do PIP II. A flexibilidade da subvenção implicou que ela funcionasse mais como apoio central do que como fundos de projeto. Apresenta uma comparação interessante com a modalidade de apoio setorial ou geral que os doadores estão propiciando cada dia mais. Obviamente, é preciso implementar mecanismos de prestação de contas, entretanto, esse tipo de apoio para as coalizões nacionais poderia se demonstrar muito favorável, fortalecendo o desenvolvimento institucional e das capacidades das coalizões e das redes. O novo Fundo da Sociedade Civil para a Educação (FRESCE) está estruturado para oferecer esse tipo de apoio, mas não oferece apoio às redes regionais.<sup>149</sup> As coalizões precisam ter recursos mais estáveis de financiamento que não apenas lhes permita planejar com antecedência como também levar adiante um número maior de ações inovadoras.

Um tema que não se detalha neste relatório, mas que afetou o PIP II foi a demora na liberação dos fundos a cada ano até 2009. Isso foi citado como um problema considerável que implicou em demoras na implementação, perda de oportunidades, e a perda de pelo menos um integrante valioso da equipe de trabalho ao não haver disponibilidade de recursos para os salários. Assegurar um desembolso de fundos rápido e adequado é importante para o desenvolvimento exitoso de qualquer projeto, mas quando se investe um grau tão grande de confiança em uma fonte de dinheiro as demoras podem ter impactos secundários. Isso é algo

<sup>149</sup>O FRESCE está focado no apoio de OCSs em nível nacional e ainda que seja gerido através de estruturas dentro das redes regionais, elas não podem beneficiar-se do financiamento.

que os destinatários das subvenções devem levar em conta e encontrar estratégias para gerenciar os riscos de forma eficiente. É incumbência dos doadores ou dos órgãos centrais zelarem para que não aconteçam tais demoras.

### **Pesquisa e geração de conhecimentos**

A visão do PIP II para impulsionar a mudança em nível nacional e empoderar as pessoas para levar adiante ações se ampliou nas coalizões que estavam realizando trabalho de pesquisa, gerando evidência para fazer com que os governos se responsabilizassem e prestassem contas. Os benefícios são consideráveis, com efeitos tanto internos quanto externos.

A habilidade para identificar temas chave na conquista da EPT, realizar pesquisas sobre a magnitude do problema, e propor soluções foi uma característica chave do trabalho do *Education Watch*. O mesmo proporcionou dados e evidências chave por meio dos quais as coalizões puderam fazer com que seus governos se responsabilizassem e prestassem contas. Expôs o fracasso tanto da política dos governos como da fragilidade dos dados oficiais. Recomendou passos factíveis para que os governos abordassem o problema. Também aumentou o sentimento das coalizões de confiança em si mesmas, transformando as dinâmicas de poder entre as coalizões e seus governos.

Mais ainda, através de um relacionamento externo e de alianças com os parceiros regionais e globais, as coalizões desenvolveram novos conhecimentos que lhes permitem mover seu trabalho de incidência em novas direções, criando novas formas de trabalho e novos conhecimentos relacionados com a EPT em seus contextos nacionais.

### **Aprendendo para a prática futura**

As lições globais mencionadas anteriormente refletem alguns dos aprendizados que surgiram a partir desta pesquisa do PIP II (mais destacada no resumo regional que se encontra depois dos estudos de caso na Parte 2). Espera-se que essas lições ofereçam um ponto de partida para a reflexão e que, junto com as recomendações expostas na Parte 3, resultem em um trabalho de incidência mais efetivo a favor da EPT.

# PARTE 2

## Parte 2: Incidência a favor da EPT no mundo real: estudos de caso por país

### Introdução

As experiências e os resultados – tanto em matéria de desenvolvimento organizacional como de mudança de políticas – são diferentes para cada uma das coalizões nacionais que fizeram parte do PIP II. O PIP II representou uma corrente de financiamento flexível, desenhada para permitir a cada coalizão o desenvolvimento de sua capacidade de incidência na forma que fosse mais adequada para elas. O resultado é um conjunto rico e diverso de histórias que revelam desafios comuns e estratégias compartilhadas e, por outro lado, caminhos únicos e resultados distintos. Ao longo de todas as regiões, as diferentes coalizões enfrentaram seu conjunto particular de circunstâncias e prioridades. Algumas foram capazes de avançar mais longe e mais rapidamente em suas demandas de incidência, mas todas foram capazes de beneficiar-se de ser parte deste projeto.

Um só relatório não consegue captar todas as histórias, no entanto, são compartilhados 12 estudos de caso, quatro de cada região, ilustrando como o PIP II permitiu o desenvolvimento de uma incidência mais perceptível e mais forte da sociedade civil a favor da EPT durante os últimos anos.

Ao manter-se firme em sua crença de que havia que dar voz aos ativistas do Sul, o Grupo de Referência<sup>150</sup> do PIP escolheu pesquisadores/as oriundos/as de cada região para recopilar os dados e redigir seus estudos de caso. O resultado é uma rica coleção de histórias que, ainda que tenham elementos marcados no estilo e na forma, têm muitos fios comuns que os atravessam (muitos dos quais são destacados na Parte 1) e fica claro que o PIP II realizou uma importante contribuição à incidência a favor da EPT. Os resultados diferem: em alguns países a mudança está refletida na habilidade da coalizão para criar um diálogo com o governo e, em outros países, as mudanças foram concretas em matéria de políticas e legislação. Cada um representa um avanço e sugere uma incidência sustentada a favor da EPT nos anos vindouros.

A Parte 2 deste relatório se divide em três seções regionais. Elas incluem uma breve introdução ao contexto regional, os estudos de caso e um resumo regional que reúne alguns dos aprendizados que surgem do processo de pesquisa. Ainda que cada um deles reflita um estilo marcado, a pesquisa foi padronizada em todas as regiões de acordo com a metodologia acordada para a elaboração dos estudos de caso e para a recopilação de dados (ver Anexo 1).

Seção 1: América Latina e Caribe (por Ilich Leon Ortiz Wilches) página 70

Seção 2: África (por Omar Ousman Jobe) página 94

Seção 3: Ásia-Pacífico (por Barbara Fortunato) página 116

Na sequência dos estudos de caso regionais se apresentam as conclusões finais e as recomendações para as ações futuras na Parte 3 deste relatório.

---

<sup>150</sup> Como se mencionou previamente, esse grupo está composto por representantes das redes regionais e do centro global que estiveram encarregados da pesquisa e da edição deste relatório

## Seção 1: PIP II na América Latina e Caribe (elaborado por Ilich León Ortiz Wilches)

### Seção 2: PIP II na América Latina

#### Contexto

Já é bastante conhecido o fato de a região da América Latina e do Caribe ser caracterizada por uma crescente desigualdade social e educacional, devido a processos geradores de pobreza e exclusão social, política e econômica. Grupos marginalizados, tais como as minorias étnicas indígenas e afrodescendentes, além das pessoas migrantes e refugiadas, são os mais afetados. Mais de 40% da população vive abaixo da linha da pobreza e mais de 21 milhões de pessoas da região migraram para os Estados Unidos ou a Europa<sup>151</sup>, a maioria buscando conseguir melhores condições de vida. Alguns Estados da região orientam-se por uma plataforma social, enquanto outros atualmente revivem práticas conservadoras e antidemocráticas – Estados, é preciso mencionar, cujas democracias são recentes e frágeis.

A educação, um direito de todas as pessoas e elemento-chave para a realização de todos os outros direitos e para a transformação social, ainda é um tema que recebe pouca prioridade por parte dos Estados da América Latina e do Caribe, apesar de seus discursos dizerem o contrário. Garantir que a educação para todas as pessoas seja gratuita, universal e de qualidade – marco em que atua a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) – requer a superação de obstáculos estruturais, políticos e culturais.

Na região, ainda existem 35 milhões de analfabetos e outros 88 milhões de pessoas que não completaram os a primeira etapa do ensino fundamental. O financiamento direcionado à realização do direito à educação, que já era insuficiente, tem sofrido os efeitos da atual crise econômica e financeira. Além disso, existem várias formas de discriminação na educação que impedem que milhares de pessoas exerçam o seu direito à educação. Mesmo tendo ocorrido significativas melhoras em questões de acesso à educação na região, no entanto, ainda há crianças, jovens e pessoas adultas que enfrentam enormes desafios para permanecer na escola e concluir seus estudos. Em meio a esse cenário, é relevante e necessário acionar as forças da sociedade civil para pressionar os Estados a cumprirem o seu papel de garantidor de direitos. A CLADE é uma das organizações que tem trabalhado de forma dinâmica no campo da incidência política para conseguir que esse objetivo seja alcançado.

#### **Estudo de caso: A experiência de incidência política do Coletivo de Educação para Todos e Todas de Guatemala em busca da Gratuidade na Educação Básica**

##### Contexto

Guatemala viveu, entre os anos sessenta e noventa, um sangrento conflito que durou mais de 35 anos. Entre as insurgências de esquerda e a reação anticomunista dos sucessivos governos aliados ao exército, esta guerra deixou um grande saldo de destruição e violação dos direitos humanos em todo o país, com mais de 300 mil vítimas e milhões de pessoas desalojadas. Este conflito armado só pode ser resolvido na década de noventa, por meio da negociação e graças a uma intensa mediação internacional, assim como a uma sucessão de governos democraticamente eleitos desde o final dos anos oitenta. Apesar de algumas mal

---

<sup>151</sup> CEPAL 2006.

sucedidas tentativas de golpes de Estado, os acordos de paz conseguiram reintegrar à vida civil as forças combatentes em 1996<sup>152</sup>.

Nas mesas de paz, foram assinados acordos sobre a necessidade de mudanças profundas na sociedade guatemalteca, assim como acordos de intenções sobre a futura implementação de políticas públicas que garantisse a toda a população o acesso aos serviços públicos e a realização de seus interesses econômicos e sociais. No entanto, a implementação destes acordos e o desenho de tais políticas ficaram pendentes, tarefas que foram deixadas aos governos seguintes. E apesar de a ordem constitucional e o Estado de direito terem sido mantidos e fortalecidos após a assinatura dos acordos, ainda há muito a ser feito para implementar as reformas e as políticas destinadas a melhorar as condições socioeconômicas da população.

No contexto dos acordos de paz, foram propostas duas grandes reformas relativas ao direito à educação, destinadas a ampliar a participação da cidadania na formulação e monitoramento da política pública e a melhorar as condições de trabalho e a remuneração docente. Em primeiro lugar, propôs-se a regulamentação e a criação de conselhos municipais e departamentais de educação, de modo a motivar a organização popular e permitir a participação da cidadania nas decisões sobre o futuro da educação em cada localidade. Em segundo lugar, apresentou-se a proposta de uma massiva profissionalização docente, o que permitiria amplo acesso de professores e professoras à formação universitária, melhorando, assim, suas condições salariais e laborais.

No governo democrático de Portillo (2000-2004), tentou-se implementar ambas as reformas citadas, mas nenhuma prosperou devido à oposição no Parlamento, composto principalmente por forças de direita contrárias a qualquer tipo de reforma concreta. Desta forma, as tentativas de melhorar as condições de participação e a oferta do serviço educativo na Guatemala têm sido até agora muito limitadas, devido à impossibilidade de implementar reformas profundas que garantam a realização do direito à educação para a maioria da população<sup>153</sup>.

A Guatemala tem o menor nível de investimento educacional da região, com menos de 2% do PIB. Junto a isso, destacam-se a falta de pré-escolas, a altíssima taxa de abandono e evasão escolar que faz com que o país tenha as menores taxas de conclusão da primeira etapa do ensino fundamental em toda a região (72,5% em 2006), e as mais baixas taxas de inscrições no ensino médio da América Latina (34,7% para o ciclo básico e 20% para diversificado). Contrasta também a existência de uma única universidade pública nacional (Universidad de San Carlos), contra nove universidades privadas. Para 2006, um estudo sobre o "Estado do Sistema Educativo" (Ministério da Educação/USAID) mostrou que 49% das escolas não têm água potável, 36% não dispõem de eletricidade, 8% delas dizem ter o telhado em más condições, 5% relatam ter paredes em mau estado e outras 8% dizem ter o piso em mau estado, de modo que apenas 15% dos estabelecimentos do setor público contam com condições de qualidade necessárias para desenvolver suas atividades.

Neste contexto de tantas dificuldades para alcançar a democratização da política pública e uma melhora substancial das condições do sistema público de ensino, surge o Coletivo de Educação para Todos e Todas de Guatemala. Trata-se de uma coalizão plural de organizações que visa desenvolver ações de mobilização cidadã e incidência política junto ao

---

<sup>152</sup>Sobre este tema, consultar: Immerman, Richard H. 'Guatemala as Cold War History', *Political Science Quarterly*, Vol. 95, No. 4 (Winter, 1980-1981), pág. 629-653. Publicado por: The Academy of Political Science; Pásara Paz, Luis, Torres-Rivas, Edelberto (2003). 'El Proceso de Paz, sus Actores, Logros y Límites', y. Fondo Xavier Clavijero (2003), Guatemala, Guatemala. S.J. ITESO (México), Instituto de Investigaciones Jurídicas, Universidad Rafael Landívar.

<sup>153</sup>Foi somente durante o atual governo democrático do presidente Álvaro Colom, sob pressão da sociedade civil, que se acabou com o pagamento de taxas escolares e se desenvolveram programas para aumentar os níveis de acesso à educação. Ainda assim, a oposição parlamentar impede que o aumento do orçamento para a educação seja desbloqueado.

Estado para conseguir avanços claros na educação do país. Desde a sua criação, o Coletivo participa do plano de realização dos objetivos da iniciativa Educação para Todos (EPT) para a Guatemala e, na medida em que está vinculado à CLADE<sup>154</sup>, integra no seu trabalho uma clara visão de Direitos Humanos para entender a política pública de educação.

### **Os processos de incidência do Coletivo de Educação para Todos e Todas**

O Coletivo de Educação para Todos e Todas na Guatemala inicia suas atividades em 2003, justamente divulgando as metas de Dakar assinadas pela Guatemala, já que naquele tempo o governo não fazia qualquer referência a estes compromissos internacionais. O principal desafio foi o de informar os compromissos internacionais assumidos pelo Estado para incentivar o seu cumprimento.

Confrontado com o contexto político adverso das reformas em matéria de educação, o Coletivo de Educação para Todos e Todas assumiu a tarefa de levar a cabo ações concretas de incidência política para pressionar os governos a cumprir os seus compromissos com as metas da EPT e avançar de maneira significativa na concretização do direito à educação na Guatemala. Por conseguinte, desde 2005, o Coletivo desenvolveu todo um processo de *lobby* para conseguir receber a visita oficial do Relator Especial da ONU sobre o Direito à Educação, utilizando-a como um mecanismo para abrir um debate amplo e participativo sobre as difíceis condições da educação no país. Esse processo coincide com a vinculação do Coletivo guatemalteco à CLADE, ganhando assim uma conexão com o debate internacional sobre a educação na América Latina e no Caribe.

Durante o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, Brasil, em 2005, e graças ao convite da CLADE, o Coletivo toma contato com Vernor Muñoz, relator especial da ONU sobre o Direito à Educação durante o período 2004-2010. Durante o Fórum, representantes do Coletivo guatemalteco expressam o interesse em ter sua presença na Guatemala e recebem uma resposta muito receptiva. Assim, de volta ao país, o Coletivo inicia imediatamente os contatos com as instâncias governamentais para solicitar uma missão oficial do relator ao país. Com uma firme ação de pressão e *lobby*, o Coletivo consegue maximizar contatos informais com o Gabinete de Direitos Humanos da Presidência, recebe a colaboração favorável do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas no país, e consegue estabelecer comunicações formais entre estas instâncias. No entanto, não foi possível ter a autorização para a visita até a posse do novo governo do presidente Álvaro Colom, em 2008<sup>155</sup>.

### **A Campanha pela Gratuidade na Educação**

O Coletivo também desenvolveu uma campanha sobre a necessidade de universalizar a gratuidade da educação em todo o país e, deste modo, pressionar pela abolição das taxas e tarifas escolares, que naquele momento eram legais, devido à existência de um acordo de governo que as autorizava.

O grupo percebeu que era necessário contrapor a gratuidade do direito à educação ao Programa de Autogestão Educativa, liderado naquele momento pelo Ministério, que, com um perfil completamente neoliberal, responsabilizava parcialmente as escolas e comunidades pelo financiamento da atividade educacional.

---

<sup>154</sup>O Coletivo está vinculado à CLADE desde a Assembléia no Panamá, em março de 2007, ocasião em que se estabeleceu a Carta de Princípios desta rede.

<sup>155</sup>Em 2008, tomou posse o Presidente Álvaro Colom Caballeros, do partido político de centro-esquerda *Unidad Nacional de la Esperanza* (UNE).



As atividades realizadas pelo Coletivo, tanto por meio do diálogo com o Governo como por meio de uma progressiva comunicação com o público, não resultam na receptividade desejada durante o governo de Oscar Berger Perdomo (2004-2008). Perdomo não permite a visita do Relator nem tampouco cria um ambiente propício para a eliminação de taxas escolares. No entanto, o Coletivo vive um momento de grande oportunidade com a eleição de Colom.

Naquele momento, o Coletivo de Educação para Todos e Todas de Guatemala já tinha desenvolvido ações de mobilização e comunicação relacionadas à gratuidade da educação, como a divulgação de propagandas de rádio contra as taxas escolares, a edição de publicações sobre a gratuidade como parte do direito humano à educação e toda uma agenda de sensibilização sobre a gratuidade da educação como condição para o cumprimento das metas da EPT. Usando estas ferramentas, o Coletivo consegue incorporar na agenda do então candidato Colom as preocupações sobre o estado do sistema educativo no país.

### **O apoio do PIP às ações e aos resultados de incidência**

Assim, uma vez celebrada a eleição presidencial, o Coletivo estabelece um diálogo direto com o governo e, finalmente, consegue a autorização presidencial para a missão oficial do Relator ao país. Como resultado, a visita gera um importante clima político e de opinião pública e, em setembro de 2008, o governo age e proíbe a cobrança de taxas e mensalidades escolares.

Ambas as ações, tanto de pressão e *lobby* para realizar a visita do Relator como a campanha pela educação gratuita, são apoiadas pelo PIP II a partir de 2007. O Coletivo também se beneficiou de um aumento ao apoio regional oferecido à CLADE, que coordena a execução dos fundos do PIP II na América Central<sup>156</sup>.

A visita de Vernor Muñoz à Guatemala permite abrir um espaço de discussão sobre a política educativa no país, fato sem precedentes desde os Acordos de Paz. Por conseguinte, o Coletivo, junto com um grupo bastante amplo de organizações, assume a tarefa de preparar um abrangente relatório sobre os diversos aspectos da garantia do direito à educação no país, mostrando as precárias condições de infra-estrutura, os baixos níveis de cobertura, as insignificantes taxas de investimento e a ausência de uma clara proposta para a inclusão de populações tradicionalmente discriminadas. Este relatório foi elaborado de forma participativa e incluiu as vozes de muitas organizações de base. Essas organizações desempenharam um papel fundamental em mostrar ao Relator que as conclusões do relatório coincidiam com a realidade das escolas e que se repetiam na maioria dos municípios do país.

Na sua entrevista coletiva final à imprensa, Vernor Muñoz deu um panorama muito abrangente da precária situação do sistema de ensino e enfatizou de forma contundente a gratuidade como parte do direito à educação e a necessidade de eliminar as taxas escolares para avançar na sua realização. Esta mensagem, dirigida especificamente ao novo governo, foi fundamental para que as ações da Campanha pela Gratuidade, liderada pelo Coletivo e realizada desde 2006, tivessem um resultado definitivo. Em setembro de 2008, quando o governo decidiu cancelar o acordo governamental que dera base legal à cobrança de taxas em escolas públicas, do Coletivo de Educação para Todos e Todas de Guatemala consegue uma conquista memorável e dá um passo decisivo para a concretização do direito à educação. Naquele mês, o Executivo revogou o acordo governamental que autorizava as mensalidades escolares e estabeleceu um novo que os proíbe expressamente (AG 223/setembro de 2008).

---

<sup>156</sup>A CLADE pode expandir sua presença e influência na região em grande parte devido ao apoio prestado pelo PIP II nos últimos cinco anos – conforme resumido na Parte I deste relatório.

Essa medida teve consequências imediatas: as taxas de acesso, de cobertura escolar e de matrículas aumentaram cerca de 20% para o ano letivo de 2009, com uma grande atração de crianças da educação privada à pública, o que por sua vez significa uma grande pressão da cidadania sobre o governo para direcionar mais recursos ao sistema público de educação. Como resultado, o governo apresenta em 2009 uma proposta de orçamento ambiciosa incluindo, além de investimentos adicionais destinados a escolas e professores/as, a criação de um programa universal de transferência de dinheiro destinado às famílias para colaborar no pagamento dos custos associados à educação de seus filhos e filhas, com uma cobertura de 180 municípios. No entanto, o Parlamento posicionou-se de maneira contrária à proposta e decidiu não aprovar o orçamento, de modo que o Executivo teve de recorrer a empréstimos públicos para financiar o programa de transferência de renda.

Como resultado da pressão do Congresso, que conta com um forte bloco de oposição, sobre o governo de Colom, começa uma perseguição política ao ministro da Educação, Bienvenido Argueta, responsável pela negociação do orçamento da educação. Conseguem sua demissão, graças a uma decisão administrativa de uma alta instância judiciária, que o condenou por se recusar a dividir com os deputados informação sobre os beneficiários do programa de transferência de renda, quando na verdade essa informação já havia sido concedida à Controladoria Geral. Tudo isso ocorre como parte de uma agressiva campanha para desacreditar o governo, que inclui escândalos de corrupção, acusações de assassinato<sup>157</sup> e o impedimento no Parlamento de tramitação de projetos de lei que visam incidir sobre a injusta estrutura tributária, de renda e riqueza.

Em 2010, como resultado da intimidação política e de pressões indevidas, o governo tem que implementar seus programas com o mesmo orçamento de 2009 e a pasta de Educação, muda duas vezes de titular. No último período, o Coletivo, refletindo as preocupações da sociedade civil em termos de educação no país, tem influenciado de perto as propostas para ampliar os recursos e as matrículas implementadas pelo Ministério da Educação, desenvolvendo um papel participativo tanto no desenho da política como no monitoramento da sua implementação.

### **Impacto do PIP II no fortalecimento institucional do Coletivo de Educação para Todos e Todas da Guatemala**

Apesar das condições políticas adversas, o Coletivo atualmente está passando por um processo de fortalecimento organizacional e desenvolvimento institucional, permitindo-lhe manter um diálogo direto com o Ministério da Educação e outras instâncias do governo, assim como com diferentes segmentos da sociedade e dos agentes ligados à educação. Este fortalecimento foi, em grande parte, resultado do processo de incidência desenvolvido em torno à visita do Relator Especial da ONU sobre o Direito à Educação e à Campanha pela Gratuidade que culminou com a abolição das taxas escolares.

O projeto de incidência política RWS não só forneceu parte dos recursos necessários para o funcionamento dos dois processos, ajudando a financiar as necessidades da rede, mas também conseguiu reforçar a ligação entre a incidência regional, liderada pela CLADE, e o fórum guatemalteco, de tal maneira que hoje o Coletivo faz parte do comitê diretivo da CLADE<sup>158</sup> e é

---

<sup>157</sup> Em maio de 2009, eventos bastante incomuns foram relacionados à morte do advogado Rodrigo Rosenberg, morto quando circulava pelas ruas da Cidade de Guatemala. Após o seu enterro, foi divulgado um vídeo no qual Rosenberg acusava o presidente do país de estar envolvido com a sua morte. Depois de um rigoroso inquérito realizado pela Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala (patrocinada pela ONU), Colom foi absolvido da acusação e concluiu-se que o próprio Rosenberg havia organizado seu assassinato em uma tentativa de desestabilizar o governo.

<sup>158</sup> O Coletivo faz parte do Comitê Diretivo da CLADE desde 2008.

um membro fundamental no processo de construção e fortalecimento desta rede a nível regional.

O fortalecimento do vínculo entre o âmbito nacional e o regional pode ser claramente visto na organização da V Assembléia da CLADE, realizada na Cidade da Guatemala, onde também foi ocorrido uma oficina sobre a gratuidade da educação em todos os níveis do processo educativo. Esse momento foi vital para o estabelecimento de contatos que posteriormente levaram a decisões favoráveis sobre a gratuidade em outros países, como foi o caso da Colômbia. Essa oficina contou com a participação de organizações internacionais como a Fundação Robert Kennedy, o CEJIL e o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional da Costa Rica. Tratou-se de uma atividade do grupo regional de exigibilidade do ensino gratuito, formado desde 2007 por quatro países da região, coordenado pela CLADE e que recebeu o apoio do projeto de incidência política PIP II.

Ao fazer parte de uma rede regional e contar com um financiamento de cooperação com um explícito foco de incidência, como o do PIP II, o Coletivo guatemalteco conseguiu, entre outras, as seguintes habilidades:

- Conhecimento e comunicação com instâncias e organizações internacionais que podem ser mobilizadas para dar visibilidade e exigir o direito à educação no seu contexto nacional (por exemplo, a Relatoria Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Educação);
- Maior capacidade de diálogo com os governos ao contar com o respaldo internacional em torno aos compromissos associados a dois acordos globais em matéria de educação: Educação para Todos (Jontiem 1990 e Dakar 2000) e os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos (PIDESC e Observações Gerais 11 e 13 do Comitê DESC);
- Profundo conhecimento do conteúdo do direito à educação, expresso de maneira integral não apenas em convênios internacionais, mas também no marco conceitual desenvolvido por Katarina Tomaševski, Relatora das Nações Unidas, que relaciona além das questões de acesso, a necessidade da educação ser disponível, aceitável e adaptável. Esses temas estão sendo desenvolvidos pelo Coletivo com vistas ao novo período de incidência política que desenvolverá nos próximos anos;
- Fortalecimento da organização e dos membros, em particular através da Campanha pela Gratuidade e da elaboração do relatório para a visita de Vernor Muñoz à Guatemala, quando muitas organizações se aliaram ao Coletivo e formou-se uma ampla mesa para discutir o relatório e organizar a visita do Relator.

Todos estes são avanços que, embora não podem ser atribuídos exclusivamente à execução dos recursos do PIP II, aconteceram no marco da cooperação das organizações aliadas e da articulação dos diversos níveis para a implementação deste projeto e das possibilidades que se abriram como resultado de uma cooperação mútua.

### **Atuais desafios enfrentados pelo Coletivo**

Agora, os principais desafios para o Coletivo estão relacionados à incidência imediata que, em conjunto com outras organizações e associações, possam fazer sobre o processo eleitoral que se aproxima, com o objetivo de pressionar o governo a reconhecer o conceito do direito à educação como fio condutor da política pública. Junto a isso, é necessário mostrar que as demandas por novas vagas e o maior acesso às salas de aula, resultado do estabelecimento da educação gratuita, requerem mais recursos para investimentos em infra-estrutura, melhorias

nas condições de trabalho e formação docente e expansão das condições de adaptabilidade e aceitabilidade dirigidas às populações tradicionalmente discriminadas.

Finalmente, para o futuro processo de incidência do Coletivo, ainda está pendente o já antigo desejo da sociedade civil de regulamentar, abrir, animar e participar dos conselhos municipais e departamentais de educação, previstos desde a época das mesas de negociação. Trata-se de uma verdadeira dívida institucional com a sociedade civil da Guatemala, que já tem quase quinze anos e deve ser paga.

## **Estudo de Caso: Campanha Brasileira pelo Direito à Educação. Liderando a iniciativa pelo financiamento de uma educação de qualidade e fortalecendo a sociedade civil em defesa da educação**

### **Contexto**

Durante os anos noventa, o Brasil, como a maioria dos países da América Latina, implantou políticas neoliberais, o que incluiu tomar partido por um Estado mínimo e por condições macroeconômicas muito restritivas em termos de despesa pública. O crescimento descontrolado dos preços era um problema tão grave no país, como resultado da crise da dívida, que levou à implosão do sistema monetário e de sua substituição durante os primeiros anos da década de noventa, através da promoção do Plano Real.

Essa aposta por uma política neoliberal levou também a assumir e a legitimar uma tendência de retirada do Estado frente às suas responsabilidades de garantir a realização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) para toda a população, restringindo o crescimento ativo das políticas sociais e impedindo reformas estruturais importantes para melhorar a grave desigualdade econômica que caracteriza o Brasil.

Vários dos agentes entrevistados para este estudo de caso reconhecem que essa postura do Executivo foi visivelmente retificada, uma vez eleito o governo de orientação progressista do presidente Lula, que reabriu o diálogo sobre a responsabilidade do Estado pelos direitos humanos, desenvolveu políticas ambiciosas para a superação da pobreza e defendeu o papel preponderante do Estado no desenvolvimento econômico e social do país. Como ressalta Roberto Franklin Leão, presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) e membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação: *"É claro que a eleição do atual presidente abriu novos diálogos, facilitou a relação com a sociedade civil, que tem mais condições de ser ouvida. Hoje nós marcamos uma audiência com o Ministério da Educação por telefone e, dentro de um mês, somos recebidos pelo ministro. Antes isso não acontecia. Tudo se tornou mais acessível aos movimentos sociais, deixando-nos em uma situação distinta em relação a outros países."*

Apesar da mudança de atitude do Governo com relação ao diálogo com a sociedade civil e a preponderância das políticas sociais, ainda é muito difícil realizar mudanças estruturais com vista à realização do direito humano à educação. Isto se deve, em parte, a um número insuficiente de políticas públicas mais progressistas por parte do governo, mas também à necessidade de alterações no marco jurídico nacional, para o qual é necessário alcançar maiorias significativas no Parlamento. Além disso, uma vez aprovada uma lei, é necessário realizar um processo de exigibilidade que pode levar anos, a fim de garantir a sua aplicação em cada um dos estados federados. Como afirma novamente Leão: *"Embora consigamos aprovar no Congresso importantes legislações, elas não são aplicadas porque os grupos e as pessoas que possuem muito poder impedem sua implementação. Contam para isso com o fato de que o*

*Brasil é uma república federativa, com grandes níveis de autonomia dos estados e municípios. Assim, se um destes níveis considera que o seu direito de legislar foi afetado, o caso vai à Suprema Corte e a decisão leva anos."*

Isso é precisamente o que aconteceu com a Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério, aprovada pelo Congresso, uma importante vitória alcançada pela sociedade civil, com a participação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e dos sindicatos docentes, cujo objetivo é dignificar a profissão, mas que ainda não é rigorosamente aplicada pela maioria dos estados do país.

### **Antecedentes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e processos prévios de incidência política**

A história da Campanha Nacional pelo Direito à Educação remonta a 1998, quando um grupo de ONGs que participariam da Cúpula Mundial de Educação em Dakar (2000, Senegal) debatia a necessidade de estabelecer uma coalizão nacional que permitisse que a sociedade civil influenciasse a agenda da política pública de educação. Este processo de constituição orgânica da Campanha durou até 2003, quando se consolidou o Comitê Diretivo da Campanha e se iniciaram os trabalhos de formação dos comitês regionais, bem como as parcerias com os movimentos de jovens nos diferentes estados da Federação. Já em 2006, havia 27 comitês estaduais, as instâncias diretivas estavam devidamente consolidadas e estavam em desenvolvimento as ações de incidência política de repercussão nacional.

Em particular, a CNDE desenvolveu entre 2005 e 2007 um processo de incidência muito significativo para a consolidação de um fundo de redistribuição dos recursos nacionais entre os estados para investimentos em educação, o FUNDEB, para o qual se desenvolveu previamente uma estratégia de produção de conhecimento e formação em financiamento da educação no país. Durante anos, a CNDE se caracterizou por sua grande habilidade e conhecimento em relação a duas questões específicas relacionadas ao direito à educação: a) a gestão democrática do sistema e das políticas públicas de educação e b) o financiamento da educação.

Com temas tão fortes, desenvolvidos no âmbito do processo de incidência, foi possível, pela primeira vez no Brasil, que uma iniciativa da sociedade civil conseguisse modificar em profundidade uma lei federal e influenciasse a redação de uma emenda constitucional. Combinando conhecimento técnico com uma eficaz incidência no Parlamento, a CNDE conseguiu modificar o projeto de regulamentação do Fundo proposta pelo governo e tramitado no Parlamento em 2007. Cinco pontos específicos foram incluídos graças à influência liderada pela Campanha, a saber: 1) a expansão da cobertura do Fundo para incluir a educação infantil; 2) a regulação do Fundo adotou como critério mínimo de investimento por aluno o Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi)<sup>159</sup>, instrumento que havia sido construído coletivamente pela sociedade civil a partir de uma ampla consulta sobre os insumos e recursos necessários para implementar um processo de educação com padrão que qualidade, 3) a inclusão na lei de criação do Fundeb de um amplo sistema de controle social dos fluxos de recursos e transferências do Fundo de modo a possibilitar o monitoramento da sua alocação e aplicação; 4) a inclusão do piso nacional salarial mínimo para os professores, que teria sua própria regulamentação posterior; e 5) a complementação orçamentária do Fundo com transferências federais para aumentar a quantidade de recursos alocados aos estados mais pobres, a fim de cumprir o mínimo de investimento por aluno e os salários dos professores, regulamentados pela mesma lei<sup>160</sup>.

<sup>159</sup>Ver breve explicação sobre o CAQi na Parte II ou uma explicação mais detalhada nos parágrafos seguintes.

<sup>160</sup>De acordo com a lei, os estados brasileiros devem destinar uma porcentagem dos seus gastos orçamentários à educação. No entanto, algumas vezes, como no caso dos estados mais pobres, esta quantidade não é suficiente para garantir os salários docentes, etc. Devido a esse mecanismo, a União Federal deve enviar mais dinheiro aos estados, de modo a permitir-lhes um investimento mínimo.

## **Processo de campanha e as realizações brasileiras apoiadas incidência PIP II**

Quando o projeto de incidência política PIP tem início no Brasil, no final de 2007, a CNDE já havia desenvolvido todo o processo de *lobby* e modificação da Emenda Constitucional do FUNDEB descrito acima, de modo que foi bastante reforçada a capacidade técnica e política e a mobilização social para implantar novos processos de impacto nacional. Justamente o PIP chega a partir de 2008, para apoiar e financiar parcialmente duas novas iniciativas de incidência política de grande alcance e, em particular, a participação da CNDE nas Conferências Nacionais de Educação. O objetivo era, em primeiro lugar, influenciar as decisões governamentais desde a perspectiva do direito e, em segundo lugar, conseguir posicionar o CAQi como ponto de referência central para o financiamento da educação pública no Brasil, buscando que seja incorporado inteiramente e não apenas pelo FUNDEB, mas para toda as políticas públicas do país. Posteriormente, ambos os processos estariam completamente interligados, já que no âmbito das Conferências Nacionais de Educação conseguiu-se que, por consenso, o CAQi fosse definido como parâmetro para a definição do orçamento educativo.

Além disso, com o apoio do PIP II, a CNDE conseguiu intervir na organização e nas deliberações da Conferência Nacional da Educação Básica (CONEB), recebendo a coordenação de duas temáticas: i) o financiamento da educação e ii) a gestão democrática do sistema educativo, algo coerente com as habilidades e os conhecimentos já desenvolvidos em grande profundidade pela CNDE. Da mesma forma, a CNDE consegue também influenciar a CONAE, coordenando a questão do financiamento e, a exemplo, da CONEB, aprova-se o Custo-Aluno Qualidade inicial (CAQi) como um parâmetro mínimo de discussão sobre o orçamento da educação.

Esse foi o principal desafio para a CNDE: conseguir que a referência básica para a discussão do orçamento para a educação pública fosse o CAQi e que isso fosse afirmado no contexto do consenso alcançado pela CONAE. Com esta participação, também se procurava um maior reconhecimento da CNDE como expressão de grupos da sociedade civil que trabalham na área da educação e um maior fortalecimento da CONAE como um espaço legítimo de debate público educação da sociedade civil, com caráter deliberativo e vinculante.

### **Posicionamento político do Custo-Aluno Qualidade inicial**

O CAQi nada mais é do que um processo de consenso social acerca de quais são os insumos e recursos mínimos para um processo educativo de qualidade. Como tal, trata-se, ao mesmo tempo, de um progresso técnico e político. Em seu aspecto técnico, o CAQi envolve a produção de conhecimento sobre as necessidades materiais e imateriais da educação. Em seu aspecto político, o CAQi envolve um amplo processo de consulta e cooperação com entidades ligadas à educação para definir os padrões mínimos de qualidade da educação, tais como os salários dos professores, as proporções mínimas e máximas de alunos por escola, sala de aula, as necessidades e as frequências de formação de professores, a cobertura e os custos associados, etc.

A partir de 2006, após uma ampla consulta e depois de chegar a um consenso sobre esses insumos básicos, desenvolveu-se uma estratégia política para posicionar esse acordo técnico e político inicial como referência para as decisões de política educativa no país. O primeiro passo foi precisamente sua inclusão na regulamentação do FUNDEB, o que abriu um grande espaço para a incorporação do CAQi nas decisões políticas subseqüentes, pois nesta Lei estabeleceu-se todo um mecanismo de alocação, transferência e aplicação dos recursos nos âmbitos locais, de modo que a aplicação do CAQi como parâmetro de financiamento foi garantido por meio do FUNDEB, sempre e quando o governo federal assumia a responsabilidade de completar os recursos de acordo com os valores estimados com base nesse parâmetro de cálculo dos custos.

Foi precisamente esse aspecto que se procurou reforçar no âmbito da Conferência Nacional de Educação: a pressão para que a política pública tivesse o CAQi como parâmetro para a dotação orçamental mínima por aluno, de maneira que o governo federal se comprometesse a transferir os recursos necessários para assegurar o padrão mínimo em todas as regiões do país, especialmente nos estados mais pobres, que não são capazes de financiar esse nível de investimento.

Com o apoio do PIP II, a Campanha adotou a estratégia de pautar o CAQi como tema central da CONAE e da CONEB, de modo que se buscou um consenso a respeito, abrangendo tanto a participação de ONGs e outras organizações que ainda não tinham conhecimento deste ferramenta e a sua divulgação inclusive junto a campos políticos que não necessariamente estariam de acordo com a sua validade, mas que o discutiriam, o que já seria uma grande conquista de incidência.

De acordo com Daniel Cara, coordenador geral da CNDE, *“o discurso central do CAQi como instrumento de incidência política consiste em que para ter uma educação melhor, o governo central deve participar no financiamento da educação. É um esforço que a União pode fazer, uma vez que arrecada 53% dos impostos e taxas. A soma do que recolhem todos os municípios e estados da federação é menor do total que arrecada o governo federal. Isso não acontece em outros países que são federativos. Em termos reais, no Brasil, quem é capaz de investir mais é o governo federal. E quem primeiro notou esta desigualdade foi a Campanha brasileira”*.

### **Incidência na CONEB e na CONAE**

A CONAE, realizada em 2009, foi a primeira grande conferência nacional sobre educação organizada pelo Estado brasileiro. Foi um interessante processo que começou nos municípios e regiões e passou pelos estados para atingir o nível nacional. Aprovou as diretrizes para o Plano Nacional de Educação e seu objetivo era construir as bases de um sistema nacional de educação, ainda inexistente devido à natureza federativa e desigual do Brasil. A Conferência representava a possibilidade de ter um novo Plano Nacional de Educação plenamente participativo, com base em metas possíveis de serem alcançadas e com a necessidade de seu monitoramento constante. Trata-se de uma influência massiva, participativa e direta na formulação de uma política pública, que deve ser sancionada como lei e que, como tal, irá garantir mais recursos para a educação, aumentando a contribuição do governo federal.

Graças ao posicionamento antecipado da CNDE, que conquistou a coordenação da mesa sobre financiamento, foi possível submeter a uma ampla discussão a estrutura de financiamento da educação no país e propor a incorporação da CAQi como nível mínimo de investimento em educação. De acordo com Carlos Eduardo Sanchez, presidente da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), *“em relação especificamente ao CAQi, o grande avanço foi levar essa discussão ao Conselho Nacional de Educação. Esperamos que o Ministro aprove essa decisão ainda este ano, transformando CAQi em uma ferramenta essencial para melhorar a qualidade da educação no país. Conseguiu-se construir uma ferramenta que dá uma dimensão real do que é necessário para a construção da qualidade nas escolas do ensino básico”*

O consenso em torno ao CAQi permitiu validar coletivamente o reconhecimento da necessidade de novos investimentos na educação por parte do governo federal, o reconhecimento público que desde a Constituição de 88 os estados e principalmente os municípios fizeram esforços extraordinários para ampliar os recursos em educação. Esse reconhecimento permitiu o apoio à exigência e ao consenso em torno à necessidade de aumentar substancialmente o financiamento para a educação pública, até atingir os 10% do PIB.

Além disso, na CONAE, a CNDE também conseguiu destacar a gestão democrática da escola, para a qual também houve consenso<sup>161</sup>.

Quando este informe foi finalizado, a CONAE estava muito próxima de negociar um plano nacional de educação que seguirá para o Congresso e, agora, o desafio será garantir que as propostas sejam aprovadas lá. A situação é muito semelhante ao FUNDEB e, inclusive, com mais possibilidades de se obter resultados favoráveis, já que a Campanha ganhou legitimidade social e os acordos da Conferência são apoiados por um conjunto de organizações sociais e sairia muito caro ao Executivo enviar ao Congresso uma proposta para a política educacional diferente ao consenso alcançado na CONAE. Como diz Daniel Cara, "entraremos com vontade na disputa no Congresso para que o Plano Nacional de Educação seja o nosso. A sociedade civil está organizada para isso e é uma sociedade civil muito mais forte que na época do FUNDEB, quando a Campanha tinha total liderança. Agora somos parte de uma liderança e é muito melhor estar em uma liderança coletiva, pois as chances de vitória são muito maiores. Metade das organizações líderes do processo de CONAE é vinculada à Campanha".

### **As lições aprendidas no processo de incidência**

A Campanha foi constituída por meio de uma lógica coletiva, com um Comitê Diretivo muito ativo e uma coordenação que orienta e se centra na promoção de consensos e em ajudar a resolver as discordâncias. No Comitê Diretivo da CNDE, há organizações nacionais com grande capacidade de mobilização e ao mesmo tempo com um forte interesse na política educativa. Como resultado, o consenso não é fácil de alcançar, mas, uma vez alcançado, há uma grande capacidade para levá-lo ao debate sobre políticas públicas e mobilizar os atores em torno a essa discussão.

O papel de coordenação tem sido fundamental para garantir que os consensos sejam levados à agenda pública e que, além disso, sejam considerados e acatados na tomada de decisões por outros atores sociais. Para isso, a metodologia de incidência, que combina perícia técnica, formação e grande precisão na negociação e convencimento das pessoas encarregadas de tomar decisões, permitiu progredir em profundidade na adoção de medidas muito progressistas na política educacional brasileira.

O projeto PIP II permitiu contribuir para este processo de construção de habilidades de incidência política de forma satisfatória, com destaque para a flexibilidade na utilização dos recursos. Apesar de representarem apenas uma fração do orçamento total da CNDE, a partir de 2008, proporcionaram uma maior liberdade para a coordenação, que pôde agir em momentos decisivos e assim garantir que as medidas de incidência fossem efetivas e as alterações propostas, acatadas.

Ao apoiar a participação na CONEB e na CONAE, o PIP II ofereceu uma valiosa contribuição para o amplo reconhecimento que a Campanha conseguiu, pois essa passou de ser uma organização com grande capacidade técnica e influência no Parlamento para se tornar umas das principais referências da mobilização social pela educação no Brasil. Este fato é atualmente reconhecido não apenas pelo setor de ONGs relacionadas à educação, ou pelas organizações integrantes da CNDE, mas por todos os atores da sociedade civil e inclusive do Estado, que participaram dos amplos processos de consulta, discussão e decisão das Conferências Nacionais de Educação.

Assim, a capacidade de articulação dentro da sociedade civil saiu fortalecida depois que, devido à inclusão do CAQi na CONAE, a CNDE expressou sua profunda competência, sua clareza

---

161A coalizão, junto com outros grupos da sociedade civil havia acordado seu posicionamento previamente ao encontro, o que resultou que pudessem apresentar uma postura unificada, facilitando assim obter a aprovação das propostas da CNDE nestes fóruns com a participação da sociedade civil.



política e sua vocação para construir, desde a base, uma liderança válida e real, tudo o que justamente se quis desenvolver no Projeto de Incidência Política II.

A CNDE é um claro exemplo de que o enfoque de incidência política apoiada a partir da produção de conhecimento e da articulação de uma cidadania de base bem informada é capaz de mobilizar mudanças significativas, que instituições políticas tradicionais da democracia representativa são incapazes de realizar.

Como apontado por Carlos Eduardo Sanchez, da UNDIME, "o que distingue a Campanha de outras organizações é o seu poder de mobilização, a sua capacidade de articulação. O que mais nos agrada não só é a obtenção de resultados práticos, o que vem ocorrendo, mas todo o seu processo. Esse processo é tão importante quanto os resultados. A Campanha consegue que diferentes instituições, com abordagens e perfis distintos, se sentem para conversar em torno de uma mesa e cheguem a um consenso."

Todas essas capacidades alcançadas ao longo do processo de incidência são claramente parte, tal como proposto no PIP II, da construção de estratégias concretas para a mudança das condições políticas, com o objetivo de garantir que o direito à educação seja uma realidade para todos e todas. Nesse sentido, a cooperação internacional é importante não apenas porque aporta recursos financeiros, mas porque mostra a solidariedade que existe entre os diversos atores para responder a diversas realidades, permitindo a circulação de enfoques, conhecimentos e objetivos compartilhados. Mostra, ainda, que a incidência em cada país não é um processo solitário, mas responde a uma onda global que visa dar a cidadãos e cidadãs o poder real de fazer mudanças profundas que permitem o gozo de seus direitos.

## **Estudo de caso: a Colômbia. Advocacia para o reconhecimento da educação básica gratuita**

### **Contexto**

A Colômbia caracteriza-se por possuir uma das conformações sociais mais desiguais da América Latina que, por sua vez, já é a região mais desigual do mundo. Apesar de na segunda metade do século XX o país ter tido um rápido processo de urbanização e de crescimento da base industrial sob a proteção do Estado, os frutos da riqueza não foram distribuídos por meio de políticas públicas que assegurassem os direitos a todos os cidadãos de maneira universal.

Muito pelo contrário, amplos segmentos da população têm sido marginalizados dos benefícios do crescimento econômico, mantendo os elevados níveis de pobreza, especialmente nas zonas rurais, e a estrutura de posse da riqueza e da terra concentrada nas mãos de uma pequena elite. A combinação de desigualdade, exclusão e um modelo de democracia<sup>162</sup> fechada à participação da maioria dos cidadãos constituiu um ambiente propício ao desenvolvimento de insurgentes armados, que mantiveram uma frente de luta armada contra o Estado com a exigência de maior justiça, igualdade e inclusão política, configurando um conflito social que já tem mais de seis décadas de vida<sup>163</sup>.

---

<sup>162</sup>Após a guerra civil dos anos cinqüenta, conhecida como La Violencia, as elites dos dois principais partidos políticos (o Partido Liberal e o Partido Conservador) fizeram um pacto de alternância no poder e dividiram quotas e espaços burocráticos, excluindo a possibilidade de participação de qualquer outra força política. Este acordo ficou conhecido como "Frente Nacional" e durou três décadas, entre os anos sessenta e noventa. Muitos especialistas chamam este regime de "democracia restrita". Para ler mais sobre este assunto: Leal Buitrago, F. (1989). Estado y política en Colombia. Siglo XXI.

<sup>163</sup>Sobre este tema, consultar: Sánchez, G. (1991). Guerra y política en la sociedad colombiana. El Ancora Editores, and Pécaut, D. Presente, pasado y futuro de la violencia. *En publicación: Análisis Político, Nro.30*. IEPRI, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. UN, Universidad Nacional de Colombia, Santafe de Bogotá, Antioquia, Colombia: Colombia. 1997.

No campo do direito à educação, a Colômbia tem enfrentado processos de transformação, avanços e retrocessos. De acordo com o que dispõe a Constituição de 1991, o país é parte de uma organização descentralizada que estabelece a transferência de recursos destinados à saúde e à educação proporcionalmente ao crescimento da renda nacional. No entanto, antes da crise econômica do final dos anos noventa, o governo promulgou a Lei 715 de 2001, que estabeleceu a introdução de critérios *per capita* para a alocação de recursos para a saúde e a educação, a estagnação do crescimento dos recursos disponíveis e a incorporação de novas formas de gestão dos serviços de educação a partir da contratação privada para prestação e gestão das instituições públicas. Essa lei, inicialmente uma medida provisória, estará em vigor até 2016.

Essas medidas significaram uma gradual retirada do financiamento ao direito à educação, com uma redução significativa dos recursos transferidos às autoridades locais, que já naquele momento quase não conseguiam cobrir as despesas relativas à folha de pagamento de professores em comunidades pobres e marginalizadas, reservando uma contribuição marginal aos itens correspondentes para assegurar outras dimensões do direito à educação. Assim, esse direito enfrenta uma situação de desinstitucionalização, uma vez que se tornou um serviço pelo qual se deve pagar ou um favor ao qual só pode acessar os mais desfavorecidos.

### **Ações e resultados do PIP II na Colômbia**

Dada a complexidade do contexto da política de educação na Colômbia, a Coalizão Colombiana pelo Direito à Educação, no ano de 2007, nasce como uma organização que procura criar vínculos entre vários atores sociais para a discussão de um consenso político básico para conseguir as necessárias mudanças na política pública de modo a garantir o direito à educação. Naquele momento, a chegada do PIP II, nos âmbitos nacional e regional, fortalece estrategicamente essas iniciativas.

Consegue-se articular processos de mobilização e debate público em diversas partes do país (Cartagena, Santa Marta, Quindío, Risaralda, Caldas, Antioquia e Bogotá), o que permitiria, em seguida, abrir um espaço de debate sobre o direito à educação no qual a questão do financiamento, com problemas como a não gratuidade da educação, a relação entre o orçamento da educação e o pagamento da dívida e os custos de uma educação de qualidade, é considerado essencial.

### **A decisão do Tribunal Constitucional colombiano em favor da educação básica primária gratuita**

As discussões e os consensos alcançados pela Coalizão Colombiana pelo Direito à Educação, tanto a nível interno como regional<sup>164</sup>, conseguiram que diferentes organizações da coligação reconhecessem a questão da gratuidade do ensino como um elemento essencial, em torno do qual poderiam articular os esforços de incidência política apoiados pelo projeto PIP II para avançar na concretização do direito à educação. A Coalizão inicia, então, um processo de concepção e implementação de estratégias em torno da educação gratuita, que parte do estabelecimento de contactos com outras organizações em diferentes áreas haviam iniciado discussões ou ações em favor da gratuidade.

Isso permite constituir uma comissão especial temática sobre gratuidade, integrada por organizações nacionais e internacionais, que interliga os diferentes saberes relacionados à jurisprudência sobre o direito à educação e o financiamento da política pública de educação. Esta Comissão elaborou um estudo sobre o estado da arte da situação da gratuidade da educação no país e sobre o conceito da gratuidade em termos jurídico, financeiro e

---

<sup>164</sup>Em agosto de 2008, com o apoio do CLADE e a presença do Relator Especial da ONU, Vernor Muñoz, foi realizado em Bogotá um seminário com todas as organizações da Coalizão sobre o tema da gratuidade e sua importância para o país.

administrativo. Isso permitiu dar avanços na mobilização social para a sua exigibilidade jurídica e possibilitou que, no final de 2009, a Coalizão apresentasse um pedido de inconstitucionalidade do artigo 183 da Lei 115 de 1994. Este artigo dá ao governo nacional o poder de regular as taxas acadêmicas nos estabelecimentos educativos estatais, violando os artigos 93, 44 e 67 da Constituição Política, 13 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), 26 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), 13 e 16 do Protocolo San Salvador e 28 da Convenção sobre os Direitos da Criança. Todos eles declaram a educação um direito universal e gratuito.

Para elaborar a petição, iniciou-se anteriormente no âmbito da Coalizão uma campanha de coleta e sistematização de histórias de vida de crianças que haviam ficado fora do sistema educativo porque suas famílias não podiam pagar as taxas escolares. Esta documentação reforçou os argumentos da denúncia, pois mostrou a partir de casos concretos a impossibilidade de um grande número de crianças colombianas terem acesso ao sistema de ensino. Após um processo de estudo e debate, o Tribunal Constitucional colombiano, mediante a sentença C-376 de 19, de maio de 2010 e por decisão unânime, declarou a exigibilidade condicionada ao artigo 183 da Lei 115 de 1994, que não se aplica ao ensino fundamental que, de acordo com o parecer, é obrigatório e gratuito.

### **Acompanhamento do orçamento a partir de alfabetização econômica e a discussão do financiamento público do direito à educação**

Ao considerar a possibilidade de monitorar e fiscalizar os recursos públicos direcionados à educação, uma das principais dificuldades enfrentadas por qualquer iniciativa é a falta de conhecimento por parte do cidadão ou cidadã comum de conceitos básicos de economia e das estruturas fiscais que afetam o orçamento da nação. Confrontado com este problema e diante da proposta apresentada pelo PIP, a Coalizão começou seu trabalho de incidência política na área de monitoramento do orçamento da educação com um trabalho de alfabetização econômica em diferentes regiões do país. Como resultado desses esforços, formou-se uma equipe de alfabetização no tema “Economia e direito à educação” e desenvolveu-se um programa temático básico com conteúdo e metodologias relevantes para o assunto.

O fio condutor dessas discussões gira em torno à análise dos elevados níveis de pagamentos da dívida pública (que somam cerca de 30% do orçamento anual do governo e geram uma crescente pressão por ajustes dos gastos sociais) e, por outro lado, uma pesquisa sobre o custo por criança para uma educação de qualidade que levou à construção de um simulador de custos para a concretização do direito à educação de qualidade<sup>165</sup>, o que demonstrou a urgente necessidade de aumentar progressivamente o investimento em educação para garantir padrões mínimos de qualidade.

Da mesma forma, no âmbito do processo de incidência política impulsionado pelo PIP, a Coalizão colombiana apoiou o movimento estudantil e aliou-se a vários fóruns e debates de promoção à oposição a cortes no orçamento, inclusive a nível municipal.

### **Posicionamento da Coalizão Colombiana pelo Direito à Educação como um ator da sociedade civil**

Desde o momento de sua formação, a Coalizão Colombiana pelo Direito à Educação aliou-se a várias organizações da sociedade civil para avançar na concretização do direito à educação. Com a experiência e os conhecimentos das organizações participantes e um projeto claro de

---

<sup>165</sup>Esta pesquisa foi realizada pelo Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento da Escola, com base na experiência do CAQi da Campanha Brasileira pelo Direito à Educação, e procura criar uma ferramenta útil de simulação para a incidência política em questões de financiamento do direito à educação na Colômbia. Esta pesquisa foi baseada em diversas atividades de fortalecimento institucional realizadas pela CLADE, tais como seminários de alfabetização econômica em 2005 e 2006 e seminários sobre o financiamento da educação realizados posteriormente.

incidência política, a Coalizão posicionou-se como um parceiro importante tanto no campo da discussão sobre o direito à educação e como no das políticas públicas educacionais.

A partir de um processo de construção e socialização do conhecimento sobre as condições socioeconômicas da educação nas regiões e as tendências nas dotações orçamentais para as entidades locais, as organizações regionais ligadas à Coalizão conseguiram colocar-se como interlocutores importantes junto às autoridades educacionais correspondentes, logrando em alguns municípios promover processos de planejamento participativo na área da educação.

Da mesma forma, durante os processos políticos de seleção de candidatos/as a prefeituras e governos regionais, principalmente em localidades de Quindío e Cartagena, e em Soacha (Cundinamarca), discutiu-se com os candidatos suas propostas no campo da educação. Estas aproximações deram visibilidade à Coalizão nessas regiões e abriram oportunidades para articular suas propostas, todas com uma perspectiva de direitos humanos, com os planos de desenvolvimento dos/as novos/as governantes locais para o período 2008-2011.

Nacionalmente, a Coalizão também participou de grupos técnicos de consulta do Plano Decenal de Educação, processo liderado pelo Ministério da Educação Nacional. A Coalizão envolveu-se ainda na discussão da contraproposta que o governo local de Bogotá apresentou ao governo nacional para o texto do Plano Decenal.

Durante o período 2007-2010, a Coalizão, com o apoio do projeto PIP II, conseguiu aliar-se de maneira significativa a redes internacionais de defesa do direito à educação. Seu vínculo com a CLADE e a CME foi formalizado e a Coalizão passou a participar de ambas organicamente<sup>166</sup>.

O trabalho contínuo nessas áreas e, especialmente, os seminários sobre a exigibilidade do direito à educação, realizados pela CLADE em São Paulo (2008), Bogotá (2008) e Cidade da Guatemala (2009), foram fundamentais para dar visibilidade à necessidade de articular os esforços das organizações colombianas em torno à questão da gratuidade e estabelecer um plano a seguir. Estas oficinas permitiram o contato com atores internacionais familiarizados com a demanda estratégica dos DESC, especialmente a Relatoria Especial da ONU sobre o Direito à Educação, a Fundação Robert Kennedy e a Clínica de Direitos Humanos da Universidade de Cornell.

Por outro lado, esta estratégia de mobilização em torno à gratuidade da educação permitiu a aproximação a outras organizações nacionais que até então não estavam envolvidas organicamente com a Coalizão, como os sindicatos de docentes, o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos na Colômbia, o Ministério Público, a Procuradoria e a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Finalmente, a Coalizão contribuiu com o debate sobre o estado da aprendizagem e da educação de pessoas adultas no país, ao colaborar na construção do documento "Análise do relatório nacional sobre o desenvolvimento e o estado da questão sobre a aprendizagem e educação de adultos (AEA), apresentado pelo Ministério da Educação Nacional da Colômbia em 30 de abril de 2008", apresentado na VI CONFINTEA. Tratou-se de um trabalho conjunto com diversas organizações como a de Rede de Educação Popular Entre Mulheres (REPEM) e a Federação Colombiana de Educadores (FECODE), entre outras.

### **Consolidação da estrutura organizacional**

No âmbito organizacional, durante o período 2007-2009, a Coalizão, com a ajuda do PIP II, consolidou uma dinâmica de trabalho coletivo e uma estrutura decisória mais participativa. Por exemplo, as várias discussões sobre o trabalho da Coalizão possibilitaram chegar a um

---

<sup>166</sup>Coalizão Colombiana é um membro oficial da CLADE desde a Assembléia do Panamá, em março de 2007, e da CME desde a Assembléia Geral de São Paulo, realizada em janeiro de 2008.

consenso com as organizações participantes sobre o horizonte de trabalho da rede, definindo uma missão, uma visão e uns objetivos estratégicos de longo prazo. Tudo isso ocorreu no contexto de um maior conhecimento do conteúdo do direito à educação por parte das organizações da Coalizão, a partir do estudo e da socialização de marcos legais nacionais e internacionais, com especial ênfase na questão da educação gratuita como parte fundamental e integrante deste direito.

Quanto à organização para a tomada de decisões, foi estabelecida uma estrutura composta por: Assembléia Geral, Comitê ou Conselho de Apoio, Secretaria Técnica, Comissões Temáticas e Núcleos Regionais. A estrutura de direção e representação não é piramidal, mas circular, e se deve ressaltar que isto significa que as decisões e ações desenvolvidas pela Coalizão são o resultado da discussão e da participação de todas as organizações.

### **Lições e aprendizados**

Apesar da Coalizão Colombiana pelo Direito à Educação ser uma rede de organizações que ainda estão em construção, os processos desenvolvidos no âmbito do PIP II permitiram aprender algumas lições.

A primeira diz respeito à geração de consensos, que são necessários em qualquer processo de incidência política que requer um objetivo claro de mudança e uma plataforma de parceiros dispostos a promovê-lo. Na Colômbia, embora as diversas organizações envolvidas na Coalizão tenham uma posição convergente em relação ao direito à educação, elas trabalham a partir de suas especialidades nas distintas áreas desse direito. No entanto, as pesquisas realizadas sobre a questão do financiamento e os diálogos com a CLADE sobre a exigibilidade desse direito permitiram que as organizações reconhecessem o objetivo da incidência política como fundamental para o desenvolvimento das outras dimensões do direito à educação.

A segunda lição foi a experiência de articular saberes e conhecimentos de especialistas em financiamento em jurisprudência com os objetivos do movimento social. O caso da petição pela gratuidade mostrou que quando ciência e movimentos sociais estão integrados é possível alcançar um processo político de reivindicação e luta pelo direito discutido e apoiado pela força social.

Uma terceira lição foi resultado da reestruturação organizacional da Coalizão, o que permitiu compreender a necessidade de estabelecer uma liderança coletiva que incluísse de maneira mais ativa o âmbito regional. Isso foi importante para conhecer melhor os processos locais e apoiá-los desde o trabalho coletivo e para conseguir um maior diálogo entre os diferentes campos de trabalho das organizações, de modo a combinar esforços na promoção dos objetivos da EPT.

Finalmente, entre os desafios que enfrenta a Coalizão incluem-se: o andamento da campanha pela gratuidade para conseguir que a decisão da Justiça seja uma realidade em todas as partes do país, a partir do fortalecimento dos núcleos regionais a fim de que se somem à fiscalização cidadã da aplicação da lei; o reforço das relações com os atores envolvidos no processo educacional (estudantes, docentes, pais e mães), pois a Coalizão é composta principalmente por ONGs e necessita a participação desses atores para alcançar verdadeiras mudanças na política educativa; o desenvolvendo de uma estratégia de mídia forte, que permitira posicionar a Coalizão como um ator importante a nível nacional nos processos de discussão e tomada de decisão sobre o direito de educação.

## **Estudo de caso: A experiência da CLADE na incidência contra as diversas formas de discriminação na educação**

### **Contexto**

A Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) é uma articulação plural de organizações da sociedade civil que atua na defesa e na promoção do direito à uma educação pública e gratuita para todos e todas, sob responsabilidade do Estado, que atenda às dimensões da disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade, adaptabilidade e responsabilidade<sup>167</sup>. Desde 2001, no cenário surgido após a Conferência Mundial de Educação para Todos (Dakar, 2000), promove o trabalho em rede, de modo que hoje articula 18 fóruns nacionais de educação na América Latina e no Caribe, além de oito redes regionais.

Com base no marco de afirmação e proteção do direito humano à educação, CLADE tem trabalhado em processos de desenvolvimento e incidência a partir da articulação em rede entre os diferentes atores da América Latina e do Caribe assim como do plano internacional, promovendo a cooperação mútua elas. Nos últimos anos, as questões relativas às várias formas de discriminação na educação ganham cada vez mais força e centralidade na agenda política da rede. Tal temática torna-se explícita em sua carta de princípios e, através de uma série de atividades, reuniões e estratégias de comunicação, a CLADE inicia um processo para estabelecer um quadro de conhecimentos que lhe permitisse compreender as diferentes formas de discriminação e lidar com elas nos âmbitos local, nacional, regional e internacional.

A rede identifica que tanto a desigualdade social que marca a região como as múltiplas formas de discriminação constituem os principais fatores da exclusão social e educacional e os principais obstáculos à concretização do direito à educação e dos outros direitos. Além disso, as múltiplas formas de discriminação se inter cruzam e se somam umas às outras: os grupos mais discriminados por raça, etnia, gênero, localização geográfica, orientação sexual, deficiência, migração e situação de privação de liberdade são geralmente os mais pobres. A situação de pobreza torna-se, por sua vez, um fator a mais de discriminação.

Em paralelo, a CLADE, seus fóruns e redes passaram por um processo de aprofundamento da compreensão dos marcos legais – nacional, regional e internacional – no campo do direito humano à educação. Foram realizadas oficinas, atividades, divulgação de informações, ações que contaram com a valiosa parceria da Relatoria Especial da ONU sobre o Direito à Educação. Neste sentido, as múltiplas formas de discriminação são entendidas como violações explícitas do direito à educação e, por isso, podem ser exigidas nos sistemas de justiça.

### **O apoio do PIP às ações de visibilidade e incidência contra as diversas formas de discriminação na educação (2007 – 2010)**

Com o apoio do Projeto de Incidência Política II, a coordenação executiva da CLADE decide lançar uma série de ações de incidência regional para realizar ações de visibilização, *lobby* e pressão política em diversas instâncias de ordem regional e internacional. Em 2008, inicia-se uma estratégia regional permanente de luta contra todas as formas de discriminação. Este estudo de caso destaca quatro momentos principais:

1. o processo de incidência na Conferência de Revisão de Durban (abril 2009);
2. a construção de uma estratégia coletiva para abordar o tema (agosto 2009);

---

<sup>167</sup>“Para que a educação seja um direito significativo, deve ser disponível, acessível, aceitável, e adaptável. O conceito dos quatro “A”a (em inglês) foi desenvolvido pela ex Relatora Especial sobre o Direito à Educação, Katarina Tomaševski, e é um dos melhores métodos para avaliar a situação e atuar em consequência” – Para mais informação, ver <http://www.right-to-education.org/node/226>

3. a Audiência perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (novembro 2009);
4. as iniciativas dirigidas a sensibilizar a população e dar visibilidade a esta questão (desde 2009).

### **1. A participação no processo preparatório e na Conferência de Revisão de Durban (novembro de 2008 - abril 2009).**

O objetivo da CLADE ao participar desta iniciativa foi unir-se ao movimento global contra a discriminação e o racismo com duas mensagens específicas. Primeiro, mostrar a necessidade de incorporar as políticas educacionais e a própria escola como espaços de luta contra todas as formas de discriminação, demonstrando que existem políticas educacionais discriminatórias e que alguns conteúdos educativos reforçam a discriminação. Em segundo lugar, ressaltar que a educação respeitosa aos direitos humanos é um instrumento fundamental para combater todas as formas de discriminação, pois tem um extraordinário potencial transformador da cultura e dos preconceitos que estão na base das práticas discriminatórias.

Para transmitir esta dupla mensagem à Conferência de Revisão de Durban, realizada em Genebra, a CLADE desenvolveu, durante o segundo semestre de 2008, ações prévias de produção de conhecimento e levantamento de casos de violação do direito à educação devido a várias formas de discriminação, assim como produção de um posicionamento público com 13 recomendações explícitas sobre o assunto. Em especial, encomendaram-se estudos sobre dois grupos populacionais que na América Latina são particularmente discriminados (indígenas e afrodescendentes) e também se documentaram quatro casos de violação do direito humano à educação por práticas discriminatórias.

A Conferência de Revisão de Durban (também chamada Durban II) foi um dos momentos de negociação mais difíceis no âmbito das Nações Unidas. Como tal, a Conferência foi marcada por profundas tensões entre alguns países (Irã, Palestina, Israel), os Estados Unidos não participaram da Conferência e, no meio dela, um grupo de dez importantes países abandonou as negociações como resultado dessas tensões. Apesar de tudo isso, a pressão da sociedade civil e a liderança de alguns governos permitiram que a Conferência não fosse um fracasso e que reafirmasse todos os acordos de Durban I (a primeira conferência, de 2001), de modo que não se materializou nenhum retrocesso, um risco que sempre esteve latente na preparação da Conferência.

A CLADE esteve presente com uma delegação, participou da reunião da sociedade civil e de sua comissão de redação, que ocorreu de maneira paralela à reunião dos governantes, e leu uma declaração no plenário da ONU, reforçando suas posições perante as nações participantes. Além disso, difundiu e posicionou o tema da educação entre as delegações oficiais e organizações da sociedade civil presentes. Nesse sentido, é importante notar que se estabeleceram relações e parcerias (por exemplo, com a Rede de Mulheres Afrocaribenhas) que, uma vez finalizada a Conferência, se pode fortalecer e dar frutos nos seguintes passos da campanha de visibilização e incidência sobre as diversas formas de discriminação.

O fato de ter participado da Conferência de Durban com uma preparação anterior, dando passos concretos de produção de conhecimento e gerando consensos para o posicionamento público junto a outras redes regionais e globais, permitiu à CLADE ganhar uma profunda consciência sobre o significado da discriminação na educação. Essa visão também se estendeu aos fóruns nacionais, que foram informados através da rede de comunicação da CLADE e estiveram vinculados diretamente ao envio informações sobre os casos de discriminação, criando uma capilaridade do tema em toda esta rede regional. Assim, a luta contra a xenofobia, o racismo, a homofobia e todas as formas de discriminação em geral ganha posição central na agenda política da rede.

## **2. Desenho de uma campanha regional de incidência contra todas as formas de discriminação na educação (março de 2009 – agosto de 2009)**

Graças ao impacto que teve a mobilização em torno a Durban II, a CLADE decide convocar, em agosto de 2009, um seminário regional a fim de criar um plano específico de incidência contra a discriminação na educação. Esta atividade foi realizada com grande sucesso em São Paulo e, além da participação de seis fóruns nacionais e diversas organizações que trabalham na área da justiça dos DESC, como CEJIL, DEJUSTICIA e o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional da Costa Rica, teve também a participação ativa do Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Educação. Este plano contemplou uma ação estratégica a curto prazo, com a apresentação de um relatório à Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre alguma forma particular de discriminação, e um conjunto de ações contínuas de visibilidade assim como a vontade de estabelecer parcerias e trabalho conjunto com várias das organizações que trabalham na América Latina com a produção de conhecimento e a luta contra as diversas formas de discriminação.

## **3. Relatório e audiência perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

Imediatamente após o seminário em São Paulo em agosto de 2009, a CLADE solicitou, em parceria com o CEJIL e a Relatoria Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Educação, uma audiência temática regional perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O tema escolhido para ser apresentado aos membros da comissão foi o Estado do Direito à Educação das Pessoas com Deficiência. O pedido de audiência foi aceito e agendado para novembro de 2009 em Washington, EUA.

A audiência perante a Comissão representou um grande passo para a CLADE, pois era a primeira vez que se chegava a uma instância de um sistema de justiça internacional e, além disso, em parceria com o Relator Especial da ONU sobre o Direito à Educação. Ambas as circunstâncias determinaram que a audiência fosse um sucesso, conseguindo sensibilizar de maneira profunda as pessoas integrantes da Comissão, que não só reconheceram as especificidades da violação do direito à educação para essa população como animaram a CLADE a voltar mais vezes à Comissão para levar casos e relatórios relacionados ao direito humano à educação.

Vários integrantes manifestaram interesse em receber mais demandas da sociedade civil relacionadas aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e um deles, Paulo Sérgio Pinheiro, Relator dos Direitos da Infância no Sistema Interamericano de Direitos Humanos expressou seu interesse em estabelecer um vínculo direto com a CLADE, com vista ao impulso de alianças e um trabalho em parceria.

## **4. Ações de visibilidade das diversas formas de discriminação na educação**

Durante o seminário de agosto de 2009 também se chegou a um consenso sobre as ações de incidência para dar visibilidade às questões relativas à discriminação. De fato, na América Latina e no Caribe prevalece o mito de que já estão superadas as discriminações raciais e étnicas, argumentando-se que a composição majoritariamente mestiça ou multirracial do continente é propensa para a integração dessas comunidades. Mas a realidade é que as discriminações tradicionais misturam-se com as novas discriminações de tipo socioeconômico, perpetuando uma matriz de exclusão que afeta de maneira diferenciada e mais gravemente aos grupos étnicos e raciais originários e de origem africana.



Diante disso, a CLADE propôs-se a encontrar formas de dar visibilidade a essas populações, que muitas vezes nem sequer são contadas nos censos nacionais, mostrando também que elas ainda são alvo de discriminação nas políticas educativas e na escola e divulgando ao público em geral como tudo isso constitui uma violação explícita dos marcos internacionais de direitos humanos.

Entre as atividades de sensibilização realizadas encontra-se uma exposição fotográfica sobre o tema, inaugurada em maio por motivo da VI Assembléia da CLADE em São Paulo. Esteve aberta à visitação durante mais de um mês, em um espaço público freqüentado por mais de 700 mil pessoas por ano – incluindo docentes, estudantes e demais pessoas interessadas. Posteriormente, foi levada a Buenos Aires, durante o Congresso Iberoamericano de Educação, que contou com a participação de três mil delegados/as, tanto de ministérios de educação, como universidades e organizações da sociedade civil. Criou-se um espaço de divulgação virtual da amostra, visitado por mais de 3.200 pessoas.

Ademais, elaborou-se uma publicação sobre o tema, que ilustra detalhadamente os marcos internacionais de direitos humanos que condenam as diferentes formas de discriminação e como estas ainda são parte latente da realidade da América Latina e do Caribe. Finalmente, a equipe vem buscando se aproximar aos meios de comunicação – de massa, públicos e comunitários – para que estes incluam o tema na sua cobertura. Como resultado, cerca de 100 meios de comunicação abordaram o tema, seja tratando da mostra ou em entrevistas e cobertura de eventos.

### **Aprendizagens**

- Um pré-requisito para a incidência política é a produção de conhecimento e a busca de evidências a respeito das realidades que se busca influenciar, permitindo uma maior eficácia e capacidade de diálogo com os alvos do *lobby*.
- A incidência é um processo coletivo que precisa criar vínculos com o maior número possível de atores em torno a acordos programáticos e consensos que podem ser socializados por meio de posicionamentos públicos, o que se transforma em uma maior capacidade de fazer pressão e *lobby* em eventos e conferências nas quais se quer ter influência. É importante ter muito claras as mensagens que são levadas a espaços como as Conferências das Nações Unidas.
- Para a avaliação de um processo de incidência, não se pode ter em conta somente quais aspectos das políticas públicas ou marcos regulatórios são influenciados positivamente, mas também a maneira como o processo de construção dessas capacidades de influência enriquece o olhar das ONGs e aprofunda a agenda para o futuro das redes e organizações que o promovem.
- Para aumentar a capacidade de pressão e diálogo nos âmbitos regionais e globais, é necessário um trabalho anterior e exaustivo de mapeamento dos atores envolvidos, de criação de parcerias, de produção de conhecimento e de planejamento de estratégias de *advocacy*. Este trabalho, por sua vez, deve ser apoiado com recursos suficientes para desenvolver a tarefa no âmbito regional, porque esse é o nível capaz de unificar os esforços de diferentes países que podem ser reforçados nos espaços supranacionais de tomada de decisão.
- Entre as alianças mais valiosas, para além das próprias redes e organizações da sociedade civil regionais e mundiais, estão aquelas que podem ser estabelecidas com os membros e os atores dos sistemas de justiça e proteção dos direitos humanos, tanto no eixo das Américas, como no Sistema Interamericano.

## **Pontos comuns nas diferentes abordagens das coligações da região em relação às campanhas:**

- As qualidades comuns incluem: flexibilidade organizativa, democracia interna e construções coletivas, mobilização social das bases e disponibilidade para o diálogo com os diferentes atores.
- A estrutura inclui uma pequena equipe de trabalho e um Comitê Diretivo que representa a comunidade educativa e a diversidade do país com seus movimentos sociais, tudo em um campo específico dos direitos humanos.
- As coalizões que lograram seus resultados têm uma definição clara de princípios, que são revisados, atualizados e consolidados ao longo do tempo. Desenvolvem uma leitura política permanente e uma definição estratégica, capaz de responder à conjuntura propostas e fiscalizar seu cumprimento. Têm clareza sobre o ambiente legislativo e jurídico, a jurisprudência sobre o assunto que se quer influenciar.
- A reflexão, a produção de conhecimento e o pensamento constante devem estar presentes, estabelecendo pontes com o mundo acadêmico. É necessário construir as propostas de incidência e as mensagens-chave com base na produção de conhecimento, na reflexão e no debate coletivo.
- É preciso ter um olhar e uma ação que ocorram simultaneamente nos âmbitos nacional e local, macro e micro.
- Devem ser feitas propostas muito concretas e precisas, baseadas na conjuntura.
- É bom ter parcerias amplas com a universidade, os movimentos e os sindicatos.
- A sensibilização e a conscientização do público em geral e dos meios de comunicação é uma prioridade nacional.
- As coalizões devem ter autonomia em relação ao Estado; é necessário assegurar uma relação de não-subordinação.
- É necessário promover uma estratégia e uma política de comunicação clara, o que inclui ter uma política em matéria de língua e linguagem utilizadas.
- É preciso estabelecer e manter relações com os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

## **As contribuições específicas do PIP na região:**

O PIP promoveu a consolidação da CLADE como ator regional e internacional, fortalecendo assim o chamado à implementação da Agenda da EPT e do direito à educação, tendo em conta as especificidades nacionais, regionais e internacionais.

Conseguiram-se avanços políticos importante em à agenda desenvolvida pela CLADE, particularmente com relação aos direitos educativos, a gratuidade da educação, a não discriminação, o financiamento adequado da educação e a educação de pessoas jovens e adultas.

Através do PIP, a CLADE pode colocar em prática o princípio de aliar-se com diferentes atores em torno de uma ação comum, incluindo ONGs, movimentos sociais, sindicatos de docentes, grupos de mulheres e grupos de povos indígenas, entre outros.

Além disso, o PIP incentivou o diálogo entre a sociedade civil e do Estado, incluindo os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário de âmbito regional.

Através do PIP, a CLADE conseguiu consolidar uma plataforma nacional de debate e ação, envolvendo os 18 fóruns nacionais de educação e nove redes regionais, articulando, assim, uma análise coletiva e uma estratégia de ação social e política no campo da educação.

Todas as estratégias de incidência na região melhoraram: foram realizadas pesquisas, comunicação estratégica, mobilização social, articulação inter-institucional, aumentando a legitimidade e o poder de influenciar os processos de decisão e formulação de políticas.

No âmbito nacional, foram dados importantes passos para a consecução das metas da EPT, apesar dos enormes desafios colocados. Os aspectos nacionais a serem destacados incluem a coalizão brasileira que, no âmbito do PIP, liderou a primeira Conferência Nacional de Educação e influenciou a adoção do parâmetro Custo-Aluno Qualidade inicial, como um ponto de referência na formulação de políticas. Também é preciso mencionar a Colômbia, onde a coalizão nacional demandou ao Tribunal Constitucional a abolição de taxas e tarifas escolares no sistema público de ensino, gerando assim uma vitória do movimento social para a educação sem precedentes.

### **Lições-chave (positivas e negativas) para a região<sup>168</sup>**

#### **Observações Gerais**

- A Educação tem um alto poder de mobilização. No entanto, a articulação com as novas organizações e movimentos exige clareza sobre o campo ideológico da coalizão (por exemplo, o movimento empresarial faz parte dela?). Devemos ter a mesma visão de mundo. É importante não "negociar" posições cargos nem comprometer os princípios. Não se devem fazer acordos que vão contra os princípios básicos. A autonomia é manter os princípios, é sustentar estes princípios e posições na arena política.
- É necessário articular a luta pelo direito à educação com outras lutas e campos sociais. Há uma dispersão dos movimentos sociais, o que impede a construção de uma agenda de mudança mais profunda e estrutural. Enquanto isso, as coligações devem estar cientes que há uma disputa de agendas com relação a essa mudança mais profunda e estrutural. A luta gira em torno de um novo sistema de ensino, mas principalmente em torno de um novo sistema político.
- Deve-se identificar qualquer pretexto para a ação política, o fortalecimento do debate e da articulação como, por exemplo, as Conferências da ONU e outros congressos internacionais e regionais. As coalizões precisam saber como aproveitar ao máximo essas oportunidades e considerar os grandes eventos como parte de um processo que permite uma grande articulação e os debates coletivos.
- Os caucus como uma modalidade de incidência deveriam ser utilizados mais intensamente durante a preparação das conferências mais importantes.
- As coalizões devem continuar desenvolvendo a capacidade de dialogar e negociar com atores não só nacionais mas também de organizações internacionais, a partir do conhecimento das suas posições, abordagens e mecanismos de decisão.

---

<sup>168</sup> Na América Latina e Caribe, as lições e aprendizagens foram colhidas num seminário em que foram apresentados e debatidos estes e outros estudos de caso (Buenos Aires, setembro, 2010).

- É necessário reconhecer as conquistas alcançadas durante o processo de incidência como sucessos em si mesmos: o fortalecimento da sociedade civil em processos de incidência coletiva é uma conquista em si, para além de alcançar ou não os desafios propostos. Esses fortalecimento e reconhecimento geram potencial e é útil para futuras ações de incidência.

### **Principais obstáculos que enfrenta o região:**

- A tendência de os governos estarem menos dispostos a colaborar com a sociedade civil, o que dificulta a possibilidade de debate e nega a discordância como legítima.
- Governos que violam os direitos humanos e que mesmo assim são muito populares.
- Criminalização dos movimentos sociais e de seus/suas ativistas. Exemplos disso são a perseguição e a prisão de ativistas no Haiti, o assassinato sistemático de líderes dos sindicatos de professores na Colômbia, a perseguição de estudantes na Argentina e no Chile depois de participar de protestos e revoltas, entre outros.
- Meios de comunicação fechados e vinculados a outro paradigma.
- A influência das igreja e seus dogmas (que afetam, por exemplo, os temas de gênero).
- A negação, por parte do Estado, de reconhecer a sociedade como interlocutora legítima e a dissidência como legítima. Faltam espaços de participação e escuta institucionalizados da sociedade civil, espaços onde a sociedade civil poderia ser ouvida. Isso dá lugar a uma relação Estado-sociedade civil muito vulnerável. Quando não há tais espaços, a possibilidade de discordância, de visão crítica e de denúncias por parte da sociedade civil é extremamente baixa.
- A vulnerabilidade dos movimentos e organizações sociais em termos de financiamento e sustentabilidade.
- Disputas por legitimidade e espaços com movimentos de empresários, do setor de responsabilidade social empresarial, que chegam com outros interesses e prioridades e tendem a concordar mais com o *status quo*, que "incomodam menos" o Estado e, portanto, podem servir instrumentalmente aos Estados como interlocutores prioritários, sob o conceito de "participação social"<sup>169</sup>.
- Dificuldade de mobilizar as bases.
- O risco de cooptação por parte do Estado: pode ser mais difícil fazer incidência em um contexto no qual o governo pertence a um campo ideológico próximo ao dos fóruns e redes. Pode-se chegar a um ponto no qual o Estado se veja e se comporte como sociedade civil.
- Dificuldade de incorporar as questões mais progressistas na ordem do dia em um contexto de posições diversas e antagônicas.
- A nível internacional, as barreiras linguísticas constituem um grande obstáculo para a capacidade de colocar a nossa agenda em destaque, de propor nossa visão. É fundamental pensar em formas que nos preparem melhor, coletivamente, de modo a poder superar essas barreiras.

---

<sup>169</sup> O conceito de sociedade civil, com base em autores da ciência política, refere-se a um grupo diverso, com pessoas diferentes que, fora dos órgãos governamentais, atuam coletivamente em processos decisórios no domínio público.

- Nas grandes conferências, como a CONFINTEA e o Congresso Iberoamericano, as oficinas e mesas terminam sendo um grande pólo de distração enquanto as decisões políticas são tomadas em outro lado. É importante incidir, inclusive, para que se mude o formato e o funcionamento destas grandes conferências.

- Em situações de incidência em espaços e conferências internacionais, deve-se planejar um processo anterior de incidência, junto aos ministérios, e conseguindo o máximo possível de informação sobre como será o funcionamento da conferência e quais serão os atores que terão maior liderança. O trabalho de incidência deve ser iniciado com bastante antecedência.

## **Seção 2. PIP II na África (pesquisa e redação por Omar Ousman Jobe)**

### **Contexto**

O ritmo dos progressos na consecução dos objetivos da Educação Para Todos tudo (EFA) é desigual, menos lento em toda a África Subsaariana e continua a ser um grande desafio: para os governos, no que respeita ao cumprimento das promessas assumidas em Dacar, em 2000; para as ONGs, em relação a conseguir que esses garantidores de direitos e prestadores de serviço se responsabilizem e prestem contas, através da influência e monitoramento das políticas públicas, e que os parceiros da cooperação internacional comprometam-se a destinar a quantidade adequada de recursos para financiar os seis objetivos da EPT. O Relatório de Acompanhamento da EPT no Mundo, publicado anualmente pela UNESCO para monitorar seu progresso, descreve um quadro sombrio da situação da educação na África. Segundo o relatório, a África Subsaariana tem ainda 47% de crianças não escolarizadas (dados de 2006), apesar das notáveis conquistas em termos de acesso à educação básica, entre 1999 e 2006. E continua existindo negligência por parte dos governos africanos no que diz respeito à alfabetização de adultos (objetivo 4 da EPT).

Mesmo que muitos países tenham feito alguns progressos na consecução dos objetivos da EPT, é maior o número daqueles que ficam para trás, e a ausência de uma "vontade política" clara é um dos pontos críticos que impedem o progresso em direção aos objetivos definidos e, portanto, limitam a possível redução da pobreza. Esta avaliação destaca tanto os desafios como as conquistas de certas coalizões nacionais em seu impulso rumo à realização dos objetivos da EPT.

A fim de envolver e trabalhar com os governos, os parceiros da cooperação internacional e outros atores nacionais, regionais e internacionais, com a ANCEFA e a CME, trabalharam juntos através das Fases I e II do projeto PIP. Os PIP I e II tinham como objetivo construir bases sólidas para realizar ações de *lobby* e incidência a favor da realização das metas da EPT até 2015. O PIP II é o instrumento através do qual a ANCEFA, em associação com a CME, dá apoio a 31 das coalizões nacionais afiliadas. Usando o relatório final do projeto do PIP I como ponto de partida para medir o desempenho do PIP II em relação aos objetivos definidos, pode-se argumentar que cobriu boa parte das áreas relativas à construção e/ou fortalecimento das coalizões. O financiamento proporcionado pelo PIP II permitiu à ANCEFA apoiar as coalizões nacionais para que elas mesmas se envolvessem no trabalho de pesquisa (em especial no que diz respeito à iniciativa *Education Watch-Observatório da Educação*), na incidência, em comunicações e publicações. A ANCEFA foi responsável pela coordenação e gestão dos projetos na região. Quando a ANCEFA começou a implementar o PIP II, existiam apenas 16 coalizões estabelecidas e em funcionamento. Atualmente, existem 33 coalizões nacionais firmemente estabelecidas e estas provaram ser respeitadas e legítimas plataformas de incidência nos contextos específicos de seus países.

### **Estudo de Caso: Malauí – Influência da sociedade civil nos processos de eleições e do ciclo orçamentário**

#### **Introdução**

A Coalizão da Sociedade Civil para a Educação Básica de Qualidade (CSCQBE, por sua sigla em inglês) foi criada em 2000, logo após o Fórum de Educação de Dacar, para atuar como centro proativo e organização aglutinadora de vários grupos para a incidência na educação. O seu mandamento é "promover a transparência, a responsabilidade, a igualdade e o acesso de todos e todas à educação de qualidade no Malauí". Desde a sua criação, o número de

membros aumentou sem parar até atingir seu atual nível de cerca de 70 membros espalhados por todo o país. A coalizão tem estruturas descentralizadas (as Redes de Educação por Distrito) em 27 distritos, por meio das quais implementa suas atividades. Está comprometida com os objetivos da EPT e recebeu o apoio da ANCEFA e de outros parceiros da cooperação internacional para o desenvolvimento com o objetivo de fazer campanha e trabalho de incidência nos âmbitos nacional e regional.

O PIP foi capaz de unir as ONGs do Malauí para que pudessem chegar a um consenso sobre temas de incidência na educação. A coalizão pôde envolver-se em processos nacionais de educação através da organização de campanhas. Embora o CSCQBE já existisse no Malauí antes do PIP II (com o apoio do CEF<sup>170</sup> e de outros doadores), o projeto conseguiu dar ainda mais impulso à coalizão ao fazer que a sua agenda se concentrasse na urgência de se alcançar as metas de EPT.

A maioria das pessoas entrevistadas acredita que a coalizão é forte e um valioso parceiro do Ministério da Educação, o que é exemplificado pela sua participação na maioria dos seus grupos técnicos de trabalho. A coalizão utiliza esses espaços como valiosas fontes de conhecimento e informação sobre a evolução da política do governo e apresenta propostas e questões para análise. A CSCQBE também os utiliza para prestar serviços de assessoramento ao governo sobre políticas públicas que visam melhorar os resultados educativos. Através de seu trabalho de incidência nas eleições e no ciclo orçamentário, conseguiu colocar a educação como a terceira das 11 prioridades do governo para o país no âmbito da Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Malauí<sup>171</sup> (ECDM). Antes dessa alteração de política, a ECDM tinha apenas cinco temas (crescimento econômico e social, proteção social, desenvolvimento social, infra-estrutura e governança) priorizados nessa ordem. Educação era apenas um subtema dentro do terceiro tema de desenvolvimento social, junto com saúde e desenvolvimento comunitário. Na revisão da ECDM de 2009, a educação é a terceira prioridade e não está dentro de nenhum tema, pois aparece separadamente como um setor, depois da agricultura e do desenvolvimento dos recursos hídricos.

### **Percepção do estado da EPT no Malauí**

As preocupações locais sobre educação giram em torno aos seguintes temas: financiamento inadequado dos programas de desenvolvimento da criança na primeira infância, embora a cobertura desses programas tenha aumentado de 1,2% (em 1996) para 26,7% (em 2006); a baixa participação dos homens em programas de alfabetização, levando a que a alfabetização de adultos atinja uma população de 4,6 milhões de pessoas, o que se traduz em uma taxa de alfabetização de adultos de 60,9% (90,5% nas áreas urbanas e 58,7% nas áreas rurais); elevadas proporções de estudantes por cada docente (81:1) e de estudantes por cada docente formado/a (92:1); falta de materiais didático-pedagógicos; baixa motivação docente; elevada taxa de abandono escolar e infra-estruturas educativas inadequadas, com uma relação de aluno/sala de aula nas escolas do ensino fundamental de 116:1.

Apesar desses desafios, estão sendo realizados progressos em direção ao cumprimento dos objetivos da EPT – especialmente em temas de acessos (objetivo 2), com uma taxa bruta de matrícula no grupo 6 a 13 anos de 115% e uma taxa líquida de matrícula de 99% (2009)<sup>172</sup>, e paridade de gênero (objetivo 5). As verbas para a educação são crescentes, mas Malauí está ainda longe das metas de 2015. Portanto, não é de estranhar que a maioria dos entrevistados

<sup>170</sup> O Fundo de Educação da Commonwealth promoveu o ensino fundamental gratuito para todas as crianças. O CEF prestou assessoria e financiamento para grupos de educação em 16 países da Commonwealth. Esses grupos trabalham de forma independente ou juntos em uma coalizão nacional para identificar e agir sobre os problemas que impedem as crianças de ir à escola.

<sup>171</sup> Atual marco para o desenvolvimento do país.

<sup>172</sup> Relatório de Estadísticas Educativas de 2009, Ministerio de Educación (Malauí). Relatório EMIS.

considera que o impacto das campanhas de EPT da coalizão tenha sido positivo, ainda que moderado. A CSCQBE respondeu ao tema da insuficiência do orçamento para financiar as necessidades educativas no Malauí e todos os assuntos relacionados a isso, como a falta de benefícios para os professores. O nível de financiamento para a educação é de 12,2%, bem abaixo do padrão internacional de referência de 20% do orçamento nacional ou 6% do PIB.

## **Documentação de boas práticas do Malauí: as iniciativas de incidência no ciclo eleitoral e orçamentário**

A CSCQBE fez um esforço admirável nos trabalhos de incidência na educação que merecem ser mostrados internacionalmente. O projeto de incidência da coalizão no ciclo orçamentário apoiado pela ANCEFA com recursos do PIP é um processo de um ano inteiro de compromisso contínuo com o Ministério da Educação, o Ministério das Finanças, parlamentares, ONGs e meios de comunicação. Durante este processo, a coalizão realiza consultas à comunidade sobre suas prioridades para o setor da educação a fim de fundamentar criticamente o orçamento nacional e a agenda de incidência da coalizão (fase anterior ao orçamento). Em seguida, são divulgadas instruções e declarações sobre políticas que sirvam de base para chamar a atenção da imprensa (de modo a dar maior visibilidade à posição da coalizão), envolver as comissões parlamentares para promover a sua adoção por parte dos legisladores e pressionar os ministros da Educação e das Finanças (garantidores dos direitos, responsáveis pela formulação de políticas e tomadores de decisão) para que fossem alocados recursos adequados para o setor. Nessa fase, são produzidos os pacotes de incidência para que os afiliados regionais influenciem os processos e resultados relativos ao orçamento.

Em resumo, a abordagem para influenciar as políticas educativas tem várias frentes, já que a coalizão participa da Comissão Especial de Educação do Parlamento, influencia as posições dos partidos políticos em outro nível e, através de suas estruturas descentralizadas, exerce uma enorme pressão sobre a máquina política para garantir que as questões da educação fossem consideradas prioritárias na política nacional.

### **I. O Projeto do Ciclo Orçamentário**

**Etapa de preparação:** Como um dos principais parceiros do Ministério da Educação, atuando em alguns dos grupos técnicos de trabalho, a CSCQBE usa essa posição para utilizar os produtos das consultas prévias sobre o orçamento como uma alavanca, para que estes sejam levados em consideração dentro das estimativas setoriais apresentadas pelo Ministério da Educação ao Ministério das Finanças. A coalizão pressiona o Ministério das Finanças, consulta redes aliadas para ter uma frente unida e aproveita os dez minutos de apresentação durante o fórum de diálogo para criar um argumento convincente para o setor da educação. Para colocar ainda mais pressão sobre os tomadores de decisão, a coalizão recebe o apoio da comunidade de doadores e ONGs aliadas, organiza programas de rádio com participação telefônica do público e não hesita em apresentar petições aos correspondentes ministérios, sempre que necessário.

**Etapa legislativa:** Durante a fase legislativa, o orçamento é apresentado, discutido, corrigido e aprovado no Parlamento. A coalizão supervisiona o processo orçamentário, distribui panfletos e folhetos destacando os temas que aparecem no orçamento, participa de ações de *lobby* cara a cara com alguns membros do Parlamento que são considerados altamente influentes no processo legislativo, convoca entrevistas coletivas com a imprensa para fazer avançar temas que não recebem a devida atenção dos parlamentares. A coalizão mobiliza redes aliadas, como a Rede por Justiça Econômica do Malauí, a Rede Agrícola da Sociedade Civil, a Rede de Equidade Sanitária do Malauí, etc., para organizar passeatas e manifestações para que seus argumentos sejam ouvidos.



**Etapa de execução do orçamento:** A coalizão monitora constantemente o desempenho do orçamento com relação a: índice de implementação, eficiência e eficácia dos processos orçamentários, iniciativas para o desenvolvimento e contratação de pessoal para o Ministério da Educação. A CSCQBE usa as redes educativas do distrito para supervisionar a aquisição e a distribuição de material didático nas escolas. A coalizão também supervisiona o ciclo das despesas para determinar o fluxo de recursos desde o governo central às assembleias locais, de acordo com a política de descentralização. A CSCQBE controla o recebimento e a utilização das ajudas diretas às escolas. Organiza audiências comunitárias com parlamentares, funcionários/as da assembleia local em distritos selecionados para identificar falhas na execução do orçamento e oferecer, coletivamente, soluções para os problemas que surgem. Esse processo de auditoria social aumenta o compromisso cívico das comunidades com os responsáveis pela formulação de políticas e lideranças locais.

**Monitoramento e avaliação/Etapa de apresentação do relatório:** A coalizão dirige uma revisão orçamentária intermediária para acompanhar os progressos e as lacunas no processo de execução do orçamento, realiza análises posteriores que avaliam o desempenho global do orçamento e o comparam com indicadores estabelecidos, avalia a eficiência interna do Ministério da Educação e da assembleia local, examina em que medida os Comitês de Administração Escolar, as Associações de Pais e Mestres e a comunidade em geral se envolvem na execução do orçamento para educação.

**Resultados:** O compromisso próativo da CSCQBE em diferentes níveis, com experiências práticas, ajuda a exercer pressão para obter aumentos nas dotações orçamentárias para o material didático-pedagógico (TLM, por sua sigla em inglês) e desenvolvimento. A rubrica orçamentária para TLM, por exemplo, subiu de MK 1,8 bilhões (US\$ 11,7 milhões) para MK 2,1 bilhões (US\$ 13,7 milhões). A coalizão pressionou para: conseguir um maior apoio para a educação de pessoas com deficiência, a contratação de mais docentes e construir mais salas de aula. Durante o ano fiscal de 2009 e dentro da dotação orçamentária para a educação em geral, o governo destinou explicitamente recursos para garantir: a contratação de 400 professores, a construção de mais 1.000 salas de aula, a construção de uma unidade educacional para pessoas com deficiência e o estabelecimento de um departamento para essa modalidade de ensino, com uma seção especial de controle e fiscalização.

## **II. Os processos do ciclo eleitoral**

**Introdução:** Outro grande projeto realizado pela CSCQBE e respaldado pela ANCEFA com fundos do PIP II é o projeto do ciclo eleitoral, que visa identificar temas educativos prioritários para que representantes e partidos políticos aprovem durante o processo eleitoral. O projeto foi concebido num momento em que o Malauí estava a ponto de celebrar eleições parlamentares e presidenciais e a coalizão aproveitou essa oportunidade para exigir de candidatos/as ao Parlamento e partidos compromissos políticos estratégicos para a educação.

**Processo de compromisso:** A coalizão consultou diferentes atores em todo o país para identificar os temas que a cidadania considerava importantes para a promoção da educação de qualidade no Malauí. Os dados obtidos foram validados, para ter a certeza de que representavam as opiniões das partes consultadas, e consolidados em um documento chamado **Agenda Educativa**. Também se realizou uma revisão da literatura pertinente para documentar de maneira sistemática as prioridades e lacunas na educação. Os manifestos dos partidos políticos foram criticados em relação à receptividade da agenda educativa. Na esfera das comunidades, realizou-se a sensibilização das pessoas interessadas sobre os temas que surgiram na consulta e sobre como elas poderiam usar a agenda educativa para controlar da oferta dos serviços educativos no Malauí.

A coalizão teve sucesso na convocatória que fez a todos os partidos políticos (Secretário-Geral ou Presidente) e atores nacionais relevantes para o lançamento da Agenda Educativa – o clímax do trabalho de incidência do ciclo eleitoral. Todos os partidos políticos se comprometeram a apoiar a educação e assinaram uma cláusula adicional que indicava que, uma vez votada sua entrada em vigor, implementariam a agenda. Entre as ferramentas utilizadas para atrair o público de forma mais ampla estava uma campanha massiva de rádio para popularizar a Agenda Educativa, a tradução e a distribuição de cartilhas para a incidência destinadas às comunidade das Redes de Educação por Distrito, camiseta com a mensagem "Apoie com seu voto a educação", artigos em jornais. O desenvolvimento da Agenda Educativa uniu a nação, independentemente de afiliação ou agrupamento político, para pressionar o futuro governo.

**Resultados:** As coalizões nacionais de educação na África Subsaariana devem se esforçar para comparar os processos utilizados pela CSCQBE para estruturar uma Agenda Educativa que sirva de modelo para avaliar o desempenho dos governos em comparação aos compromissos políticos assumidos. A coalizão do Malauí continua acompanhando as políticas educativas e os orçamentos em relação aos compromissos assumidos durante o lançamento da Agenda da Educação, o índice de execução e os efeitos sobre a agenda da EPT. Com a chegada das eleições em 2014, a CSCQBE será capaz de medir exaustivamente as realizações do atual governo em relação à prestação de serviços educativos e saber em que medida os partidos da oposição exigiram que o governo preste contas sobre esse assunto. A coalizão também examinou os manifestos dos partidos políticos para determinar em que medida promoviam ou priorizavam a educação e organizou uma série de programas rádio com participação telefônica do público para criar um espaço no qual qualquer pessoa pudesse manifestar sua opinião. Alguns parceiros da cooperação para o desenvolvimento utilizaram as informações da Agenda Educativa como base para se envolver com os partidos políticos e o governo eleito. A CSCQBE foi a primeira rede que propôs uma agenda clara para seu setor, o que foi um bom ponto de aprendizado para outros setores.

Outras coalizões puderam aprender com esse modelo de parceria entre governo e ONGs. O empenho construtivo com os encarregados de formular as políticas dá fruto. Delegar poder aos distritos também ajuda a construir uma base de poder bastante forte para respaldar as sedes. Os processos dos ciclos eleitoral e orçamentário da coalizão foram saudados como histórias de sucesso internacional pelo Banco Mundial, a UNESCO e a OSISA<sup>173</sup>. A iniciativa de incidência do ciclo orçamentário despertou grande interesse em países como Moçambique, Gâmbia e Etiópia, que iniciaram uma visita de estudo ao Malauí para aprender as melhores práticas e ver como poderiam importar o modelo, com a devida adaptação às circunstâncias específicas de seus países.

### **Desafios**

- A rotatividade do pessoal é um desafio para a coalizão do Malauí, a exemplo de algumas outras coalizões como as do Quênia e da Tanzânia (ver abaixo). Todos os coordenadores estiveram no cargo menos de dois anos. O enfoque de desenvolvimento das capacidades deve, portanto, ser mudado para beneficiar não só os coordenadores nacionais, mas também os membros em geral assim como os comitês coordenadores das coalizões nacionais.
- As atividades estão em expansão, mas o financiamento é limitado. E na tentativa de satisfazer todas as estruturas regionais, o impacto das atividades só pode ser limitado.

---

<sup>173</sup>O trabalho da coalizão (juntamente com outras organizações da sociedade civil) foi elogiado, em junho de 2008 na sede do Banco Mundial em Washington DC, durante o lançamento da Rede de Demanda da Boa Governança, uma iniciativa liderada pelo Banco Mundial.

- Alguns informantes opinam que as coalizões possuem a competência necessária. O problema é a duplicação de esforços e o manejo inadequado dos conhecimentos dentro das coalizões e, portanto, a incapacidade para aproveitar essas habilidades em benefício da rede.
- Também foram limitadas as oportunidades de aprendizagem e as plataformas de troca de experiências. As pessoas integrantes sentiram que os problemas nos países africanos eram semelhantes e, por isso, aprender com as coalizões de sucesso é muito importante.
- Deve-se promover a pesquisa baseada em evidências em todos os níveis. As pessoas entrevistadas estão realizando trabalho de incidência para que se aumentem os recursos para atividades de pesquisa nos distritos com o objetivo de documentar as políticas de nos âmbitos descentralizados e nacional.

## **Estudo de Caso: Tanzânia, a participação efetiva das ONG na Reforma Política**

### **Introdução**

A Rede de Educação Tanzânia/Mtandao wa Elimu (TEN/MET) surgiu como uma coalizão em 1999, quando um grupo de ONGs teve a idéia de construir uma plataforma de incidência em prol da educação e foi apoiado por Save the Children. TEN/MET pode se vangloriar de ter uma Secretaria forte, baseada em Dar Es Salaam, e uma importante adesão composta por um amplo espectro de ONGs, Organizações de Base Comunitária (OBCs), Organizações Confessionais (OC) e outros grupos interessados (20 aproximadamente). O desafio, no entanto, continua sendo o compromisso e a participação ativa de seus membros nas plataformas de campanha. A coalizão está representada em 12 comitês de trabalho do Ministério da Educação, uma posição que lhe permite levantar temas pertinentes e apoiar os processos de desenvolvimento e execução de políticas públicas. A instituição participa de reuniões com o Ministério da Educação pelo menos uma vez por semana.

O trabalho de TEN/MET gira em torno às seguintes áreas: análise e incidência em políticas, socialização da informação e trabalho em rede, desenvolvimento da capacidade, e administração e finanças. Sua força reside no fato de que não é somente uma secretaria, mas toda uma rede de cobertura e alcance regional. Conseqüentemente, quando TEN/MET toma uma decisão, isso implica uma forte representação da sociedade civil na Tanzânia, em todas as escalas administrativas que possuem poder de decisão – nacional, zonal (8), regional (26) e distrital (128). A organização pode, portanto, se vangloriar de ter uma forte capacidade de mobilização quando é necessário abordar um tema de incidência. Quando há um problema, a coalizão da Tanzânia comunica-se com seus integrantes através da estrutura descentralizada mencionada e a mensagem vai sendo transmitida e chega até as bases. Mas quando se trata de disseminar materiais e publicações de incidência, a coalizão envia as informações diretamente às instituições aliadas.

TEN/MET ganhou força a partir do já citado Fundo de Educação da Commonwealth (CEF), como resultado das atividades de desenvolvimento das capacidades iniciadas pelo projeto entre 2002 e 2008. TEN/MET promove o *Citizen Watch* (Observatório Cidadão)<sup>174</sup> para a reforma de políticas e suas atividades são muito visíveis na Tanzânia. A atual Política de Educação e Capacitação foi influenciada em grande parte pela coalizão. Implantou-se uma estrutura de diálogo e TEN/MET atua como um parceiro privilegiado do governo em matéria de educação. A coalizão foi, portanto, fundamental ao encabeçar a atual Estratégia de Educação Básica.<sup>175</sup>

<sup>174</sup> Um exame detalhado, realizado por grupos de cidadãos/ãs, sobre a prestação de serviços públicos por parte dos encarregados de formular políticas e tomar as decisões, com base em uma relação de prestação de contas que visa maximizar os resultados do desenvolvimento.

<sup>175</sup> Estratégia de Educação de Tanzânia para Melhorar a Qualidade da Educação (2009-2013).

## **A percepção de diferentes atores sobre o status da EPT na Tanzânia**

De acordo com algumas pessoas entrevistadas, o acesso à educação na Tanzânia está melhorando, mas ainda há muito a ser feito em relação ao aumento das taxas de matrícula. Existem alguns grupos excluídos e marginalizados que precisam ser corretamente identificados como alvos. Trata-se principalmente das meninas que vivem em zonas rurais, e outros grupos vulneráveis, como as crianças de comunidades pastoris e pessoas com deficiências físicas. A qualidade é considerada um problema grave. A atenção e a educação na primeira infância continuam sendo inconsistentes, a taxa de escolarização líquida pré-escolar situa-se em 27,7%. O governo está tentando estender essa etapa da educação em entidades separadas, em vez de ter instalações de pré-escola incorporadas às estruturas já existentes da escola de ensino fundamental. O problema tem a ver com a diferença de metodologia e o fator de transição. A alfabetização de adultos está regredindo após as conquistas obtidas na década de 1980, quando Tanzânia quase alcançou a alfabetização universal das pessoas adultas.

A qualidade, como tema transversal, é a principal preocupação. Algumas pessoas entrevistadas afirmaram categoricamente que não acreditam na plena realização dos objetivos da EPT até 2015. A estratégia que consiste em enfatizar os aspectos quantitativos relacionados ao acesso e focar mais a matrícula está tendo consequências inesperadas. Temas como a qualidade, em todas as suas diferentes facetas (como a qualidade da formação docente, a qualidade dos materiais de ensino, o desenvolvimento profissional e a proporção de estudantes/docentes e estudantes/salas de aula), não estão sendo abordada adequadamente. Consequentemente, as conquistas de aprendizagem (em termos de taxas aprovação e aquisição de competências em leitura, escrita e aritmética) são pobres, em torno de 50%. Como resultado, deve-se realizar o acompanhamento e a avaliação do impacto da educação nas comunidades.

Os entrevistados destacaram os problemas mais preocupantes no país: a educação das meninas, o financiamento da educação, a qualidade, a motivação docente e as altas proporções de estudantes por docente (52:1) e de estudantes por sala de aula é de (73:1). A taxa bruta de matrícula saltou de 77,6% (2000) para 109,9% (2005), enquanto a taxa líquida de matrícula progrediu de 58,8% para 94,8% (relatório do *Education Watch*). O gasto com educação em percentagem do PIB foi da ordem de 3,9% (2006), 2,1% abaixo do valor de referência recomendado de 6%.

### **Exemplo de boa prática: trabalhando para reformar a Política da Educação de 1995**

O relacionamento com o Ministério da Educação em temas de políticas públicas é um dos pontos fortes de TEN/MET. A instituição já estabeleceu um histórico de trabalho bem sucedido com o governo da Tanzânia para elaborar um documento de política, o Projeto de Lei da Educação, que está prestes a ser promulgada.

**A agenda da reforma política:** Em 1995, a política de educação era obsoleta e, portanto, não respondia aos desafios do momento. As pessoas com deficiência, as crianças de famílias pastoris, as necessidades educativas das meninas, a política de retorno à escola, etc, estavam ausentes das políticas. Não se deu a devida importância às metodologias participativas que promoviam a inclusão. As taxas escolares e outras contribuições obrigatórias que tinham que pagar as mães e pais de estudantes eram vistas como obstáculos ao acesso à educação básica na Tanzânia.

O surgimento da TEN/MET criou uma plataforma para que ONGs e OBCs com foco na educação instassem o governo a eliminar as taxas e implantar ajudas. Antes disso, havia sido realizado um estudo para documentar os fatos e ser utilizado no trabalho de incidência com base em evidências. TEN/MET montou uma intensa campanha em 2001-2002 para garantir que o governo da Tanzânia abolisse o pagamento das taxas escolares como forma de promover o acesso à educação básica. Isso resultou em um aumento significativo no número de crianças

freqüentando a escola. No entanto, muitas continuam fora do sistema: as comunidades marginalizadas e excluídas, órfãos, pessoas com deficiências, etc. Alguns informantes salientaram o fato de que Mwalimu Julius Nyerere, primeiro presidente da Tanzânia, tinha uma visão clara do que queria para o setor da educação no país: a educação para a autossuficiência através de uma educação baseada em competências. Após sua aposentadoria da política, o país se desviou desse caminho. As qualificações docentes exigidas para entrar no sistema são reduzidas, assim como a duração da formação. A Política de Educação de 1988 desmantelou o legado da era Nyerere. Não foi até muito mais tarde que as pessoas começaram a se revalorizar as políticas de Nyerere.

O primeiro ponto de entrada foi, portanto, a revisão da Política de Educação de 1995 e a realização de ações de *lobby* para conseguir uma maior alocação de recursos ao setor da educação (depois de ter experimentado reduções durante a década anterior) e para promover enfoques da educação baseados em competências.

Em 2006, portanto, ficou acordado que as partes interessadas deviam reunir-se para rever a política de 1995. Gerou-se um processo de diálogo e consulta em todos os níveis (regional, distrital, zonais e dos conselhos) para recolher as opiniões dos diferentes atores, e TEN/MET, ao ser uma ONG de educação, desempenhou um papel destacado em todo o processo, recolhendo as opiniões de todo o país. Esses recursos foram utilizados como base para a redação do projeto de lei da nova Política de Educação titulado Política de Educação e Capacitação. Após o devido processo e com um foco na participação, o Ministério divulgou o novo projeto para ter o retorno da sociedade civil na tentativa de consolidar todas as questões relevantes para as necessidades de desenvolvimento da Tanzânia. A partir de então, o projeto definitivo da política foi publicado no site do Ministério para facilitar o acesso a ele, mas foi posteriormente retirado para realizar novos ajustes. O modelo de participação na reforma política (como descrito acima) foi eficaz para ajudar a influenciar o desenvolvimento da nova Lei de Educação e é certamente um exemplo digno de ser imitado por outras coalizões nacionais.

O projeto da nova Lei da Educação que deve substituir a Política de Educação de 1995 é amplamente citado como um exemplo de incidência de sucesso por parte das ONGs nos resultados da política educativa na Tanzânia. O modelo usado por TEN/MET para apoiar as iniciativas de incidência envolve as seguintes etapas: a formação de uma pequena equipe encarregada de analisar um problema; em seguida, determina-se a forma de colaboração com o governo e seleciona-se uma equipe central que representa a coalizão, a fim de colaborar com o Ministério da Educação. O *lobby* e a incidência para a revisão da política de educação de 1999 seguiram esse processo e resultaram em reuniões de alto nível com os gestores do Ministério da Educação.

Infelizmente, o projeto está parado no Ministério da Educação desde 2006 e ainda não foi transformado em lei. O projeto de lei foi resultado de uma forte campanha de incidência para garantir que todas as crianças na Tanzânia tenham docentes e uma educação de qualidade.

O Sindicato de Docentes esteve envolvido no processo, através da plataforma de TEN/MET, mas suas opiniões partiam exclusivamente da óptica dos docentes. Utilizando a pesquisa como um instrumento para a fundamentação de políticas, o Sindicato também realizou um projeto de pesquisa intitulado: *Porque todas as crianças precisam de docentes de qualidade?* Mais tarde, o Sindicato de Docentes conseguiu convencer o ministro a participar da oficina de validação na qual se compartilharam os resultados da pesquisa. Como membro ativo da TEN/MET, o Sindicato de Docentes da Tanzânia ajudou a melhorar a capacidade de negociação da coalizão.

### **Outros exemplos de boas práticas**

- TEN/MET e o Sindicato de Docentes iniciaram a formação de um Conselho Profissional de Docentes com o objetivo de que o ensino receba o respeito que merece. O projeto de lei foi

iniciado por ambos e, depois das devidas consultas com a comissão de redação de parlamentares, apresentado para apreciação e aprovação. Esse projeto também está parado. O problema, porém, é que TEN/MET e o Sindicato de Docentes querem um Conselho Profissional de Docentes independente, enquanto há quem defenda um órgão controlado pelo governo.

- Para maximizar a eficácia da participação da sociedade civil nos comitês técnicos do Ministério, os representantes da sociedade civil foram inicialmente capacitados pelo governo e, em seguida, tinham o espaço para participar nos comitês e processos ministeriais. TEN/MET é membro do Comitê de Desenvolvimento da Educação Básica e do Grupo de Trabalho pela Melhoria da Qualidade. Desse processo, surgiu um grupo mais forte.

### **Desafios**

- Os desafios da TEN/MET incluem a questão da sustentabilidade. Com o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido inclinando-se mais em direção ao apoio orçamentário, as possibilidades de mobilização de recursos das ONGs poderiam minguar e a estratégia da associação poderia ser considerada excessivamente ambiciosa.

**Recomendação:** Será importante reorientar as atividades da coalizão em direção ao que faz de melhor como, por exemplo, influenciar a mudança de políticas no nível macro. A questão da adesão e o que se espera de cada membro da coalizão permanece um desafio. A relação com os doadores melhorou um pouco e precisa ter continuidade ao longo do tempo.

## **Estudo de caso: Quênia – quando o financiamento da educação sim importa**

### **Introdução**

A Coalizão Elimu Yetu (EYC, por sua sigla em inglês) foi criada em 1999 como corolário da Conferência Mundial de Educação de Jomtien, em 1990, e registrada como fundo fiduciário em novembro de 2006. Anteriormente, funcionava como uma rede de ONGs com foco na educação, apoiada pelo já citado Fundo de Educação da Commonwealth (CEF). ActionAid Quênia forneceu a base institucional e a coalizão beneficiou-se desse pacto, pois pôde aproveitar as sólidas políticas financeiras e de prestação de contas, os sistemas e procedimentos da agência para a gestão eficiente das suas atividades, os recursos e a gestão da informação.

No começo, era apenas uma Secretaria com uma pessoa, apoiada por um Conselho composto de nove pessoas. A organização surgiu quando as partes interessadas consideraram necessário ter agrupadas todas as ONGs com foco em educação, com o objetivo de que pudessem falar de maneira unificada para influenciar as políticas de educação e seus resultados. A coalizão tem atualmente 120 membros em todo o país. Conta com uma Secretaria nacional e afiliados regionais. A estrutura da campanha da coalizão tem muitos níveis: o Comitê Executivo, a Secretaria, os grupos temáticos e os capítulos regionais. De acordo com as regras e disposições da nova Constituição, a estrutura deverá incluir igualmente as províncias recém-criadas. Em relação ao trabalho da campanha, o nível de compromisso dos integrantes é impressionante, da ordem de 80%. Mas deixando de lado a campanha, a questão da inscrição e pagamento de contribuições à matriz é um ponto de fricção. A esse respeito, apenas cerca de 20% dos membros podem ser considerados ativos. A EYC tem grupos temáticos (sub-redes) estruturados em torno aos objetivos da EPT da seguinte forma: desenvolvimento e educação da primeira infância; educação de pessoas com deficiência e necessidades especiais; gênero e educação de meninas; professores e qualidade; educação básica em favelas urbanas e terras áridas; e alfabetização de adultos.

EYC tem uma Constituição, uma estrutura funcional e todos os instrumentos jurídicos para funcionar eficientemente. A imagem da coalizão entre seus membros e parceiros, especialmente a comunidade de doadores, mudou drasticamente ao longo dos últimos dois anos, depois de algumas mudanças importantes (discutidas abaixo). A confiança e a credibilidade aumentaram, resultando em mais oportunidades de financiamento para realizar atividades relacionadas à EPT.

### **Percepção sobre a situação da EPT no Quênia**

No âmbito do Programa de Apoio ao Sector da Educação do Quênia (KESSP, por sua sigla em inglês), o país tem feito progressos significativos em direção à EPT. Os desafios locais no Quênia, no entanto, giram em torno às seguintes áreas: melhoria das oportunidades para a atenção e o desenvolvimento da primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis; assegurar que todas as crianças tenham oportunidades para aceder e concluir sua educação; garantir que o ensino e a aprendizagem sejam acessíveis e disponíveis; conseguir uma melhoria da ordem de 50% nos níveis de alfabetização das mulheres; eliminar as disparidades de gênero no ensino fundamental e médio e melhorar todos os aspectos da qualidade da educação.

Algumas pessoas entrevistadas lamentaram a falta de apoios adequados (financeiros e humanos) para o desenvolvimento e a educação da primeira infância; a baixa qualidade da educação; a alta proporção de estudantes por docente (cerca de um professor para cada 80 estudantes); as salas de aula superlotadas e o elevado número de crianças dos bairros pobres que ainda não foram atingidos pelo programa. O acesso aumentou enormemente desde que o governo introduziu o Programa de Educação Primária Gratuita em 2003-2004, mas a ausência de ajudas e subvenções comprometeu o acesso à educação básica de qualidade entre os grupos pobres, vulneráveis e marginalizados. No entanto, a taxa bruta de matrícula no ensino fundamental aumentou de 107,6%, em 2005, para 109,8%, em 2008. A taxa de transição do ensino fundamental ao ensino médio aumentou 60% em 2007, depois ter sido 45% em 2003. O orçamento da educação em percentagem do orçamento nacional total tem vindo aumentando constantemente e, atualmente, é de 17% - mas ainda 3% abaixo do valor de referência de 20% do Banco Mundial. Dito de outro modo, o governo queniano gasta mais de 6% do PIB em educação.

As pessoas que responderam ao questionário desse estudo concordaram por unanimidade que o governo, através do Ministério da Educação, também desenvolveu marcos políticos sobre educação para a primeira infância, educação de pessoas adultas e aprendizagem ao longo da vida, educação não formal, educação de pessoas nômades e política de gênero na educação. Dentro do Pacote de Estímulo Econômico, o governo embarcou na melhoria da infraestrutura das escolas e também aumentou o número de docentes através da contratação de contratos de curto prazo. Uma proporção de 100 estudantes por docente é comum no Quênia, especialmente nas áreas rurais, e tende a ter um impacto negativo nos resultados da aprendizagem.

### **Desafios na construção da coalizão**

Conforme descrito nos pontos de aprendizagem detalhados abaixo, a governança da EYC experimentou o tipo de desafios que representa um risco tanto para coalizões já definidas como para as novas. Em 2005, a EYC, apesar de um forte desempenho em anos anteriores, havia chegado a um ponto em que se viviam dificuldades no trabalho de campanha em torno às questões de gestão organizacional, levando a uma perda de foco, confiança e autoconfiança que resultou no surgimento de diferentes divisões dentro da coalizão. Em 2008, organizou-se com êxito uma Assembléia Geral extraordinária para fazer ressurgir e revitalizar a EYC e estabeleceu-se um escritório provisório para supervisionar os assuntos da coalizão durante um

ano. A ANCEFA, através das iniciativas do PIP II, ajudou na recuperação da EYC, fornecendo suporte a um funcionário de apoio ao projeto e apoio administrativo para fortalecer a rede e reforçar a Secretaria. Posteriormente, em 2009, realizou-se uma Assembléia Geral apoiada pela ANCEFA para estabelecer as estruturas adequadas que conduzam à renovação e revitalização da EYC. Isso constitui um exemplo do importante papel de apoio que as organizações regionais podem desempenhar em assuntos sensíveis e muitas vezes pouco discutidos, como os relacionados à coesão interna e à governança. A flexibilidade do PIP II permitiu à ANCEFA responder rapidamente a esse risco e prevenir a perda de uma coalizão que até então estava considerada um líder forte em matérias de incidência.

### **Documentando as boas práticas no Quênia: o impacto sobre o ciclo eleitoral e sua relação com o financiamento da educação no orçamento nacional**

A maneira pela qual a EYC está tratando de gerar uma política baseada em valores no Quênia é exemplar e digna de ser imitada por outras coalizões nacionais. Adiantando-se às eleições de 2012, a coalizão elaborou um manifesto em relação às eleições, no qual elaborava os problemas, as questões políticas e as possíveis soluções para o setor da educação. Esse manifesto está sendo apresentado aos partidos políticos para obter a aprovação dos envolvidos e também para incentivar a sociedade a levar isso em conta no momento de votar e a acompanhar as promessas eleitorais. Essa estratégia baseia-se na premissa de que os políticos são mais sensíveis ao estímulo político e social quando estão tentando ganhar votos em época de eleição. É então quando se torna possível amarrá-los às suas promessas, influenciando de esse modo os manifestos de seus partidos, em favor dos objetivos da Educação para Todos. O projeto da Coalizão Elimu Yetu sobre a incidência no ciclo eleitoral e orçamentário, financiado pela ANCEFA, visa criar um espaço para que as ONGs participem construtivamente no ciclo eleitoral criando fortes laços com o financiamento da educação no orçamento nacional.

Esse é um exemplo comprovado de boa prática. Já em 2007 (antes das eleições e durante a crise póseleitoral), os partidos políticos publicaram seus manifestos para buscar o apoio do eleitorado e competiram pela atenção das ONGs de educação em termos de solidez de seus planos para o setor da educação. As ONGs participam desses processos para fundamentar e influenciar os manifestos partidários. A EYC está fazendo um balanço das conquistas alcançadas até o momento no setor da educação mediante o monitoramento das promessas eleitorais e a avaliação de sua implementação pelo governo. As lições aprendidas serviram para dar corpo ao Manifesto da EYC dirigido aos partidos políticos para as eleições de 2012. A coalizão elaborou um "pacote mínimo" para ser incluído nos manifestos dos partidos, que inclui dez itens da ordem do dia, incorporando todos os objetivos da EPT e um chamado à ação para a sociedade do Quênia. Os principais partidos políticos do Quênia não podem permitir-se ser indiferentes a tais apelos.

As principais fases do projeto do ciclo eleitoral e orçamentário observadas no Quênia para fazer que os políticos se responsabilizem e prestem contas são as seguintes:

- revisão e análise dos planos e orçamentos para o setor da educação (antes e depois das eleições);
- revisão e análise dos manifestos dos principais partidos políticos para destacar as promessas e compromissos específicos assumidos durante as campanhas eleitorais;
- revisão da evolução e da execução dos planos do setor da educação em consonância com a EPT, no marco da Visão 2030 e do KESSP;
- acompanhamento de compromissos e promessas feitos em 2007, para determinar em que medida são cumpridos. E, finalmente, o desenvolvimento de um manifesto paralelo sobre a educação que funcione como um "gancho" nas eleições de 2012. Esse documento serve como



referência para determinar quem leva a sério o desenvolvimento educativo do Quênia e merece o respaldo da coalizão.

Esses processos de ciclo orçamentários e eleitorais no Quênia lembram os do Malauí, salvo que no Quênia os processos estão interligados (processos de ciclo eleitoral com repercussões orçamentárias), enquanto que no Malauí os impactos da incidência no ciclo eleitoral e no ciclo orçamentário parecem ser processos paralelos que se alimentam e se reforçam mutuamente (ver estudo de caso do Malauí). O ponto comum entre os dois é a maneira como as coalizões nacionais foram capazes de realizar *lobby* para uma melhor alocação de recursos para a educação, mediante a pressão sobre as forças políticas para que assumam seus compromissos, cujo cumprimento deverá ser julgado nas eleições seguintes.

Esse modelo poderia ser exportado a outros países da ANCEFA. Mas a eficácia dessa estratégia dependerá, em grande parte, da estrutura dos partidos políticos nos contextos específicos de cada país. Em um ambiente onde um partido domina claramente o cenário político, a influência de uma coalizão política para incidir nos resultados políticos pode não ser tão significativa.

### **Pontos de aprendizagem**

- Parte da crise interna enfrentada pela EYC esteve ligada à falta de ferramentas de gestão. A EYC deixou o escritório de ActionAid (onde esteve alojada durante seus primeiros anos) antes de ter desenvolvido ferramentas próprias de gestão. A falta de supervisão, de mecanismos de controle e de pontos de referência criou essa situação e resultou em vários conflitos de interesse na celebração de contratos sem passar pelo devido processo legal. Não havia sintonia entre o Comitê Executivo e a Coordenação, o que levou a uma situação crítica que quase provoca o desaparecimento da coalizão.
- A marca da incidência e a modalidade de participação: a EYC adota um enfoque de participação construtiva na sua relação com o governo. A coalizão posiciona-se estrategicamente nos comitês do setor e tenta influenciar as políticas de dentro em vez de se envolver demasiado na modalidade de incidência e campanha de confrontação. Essa estratégia permitiu à EYC desenvolver documentos conjuntos com o Ministério, participar de comitês dos grupos de trabalho para preparar determinadas conferências e redigir posicionamentos públicos para influenciar as políticas educacionais e seus resultados.
- Os objetivos da EPT são muito amplos. A EYC tentou abarcar muitas ações ao mesmo tempo. Com o fim de serem mais eficientes e efetivas, as campanhas precisam ter um foco mais definido. Seria necessário orientar as campanhas de educação montadas pelas coalizões nacionais por, no máximo, três pontos e não tentar fazer tudo de uma vez, com poucos recursos.
- Utilizar o Grupo de Coordenação de Doadores para a Educação para influenciar as políticas: Um dos pontos-chave a ser observado é a aliança tácita entre a comunidade de doadores e as ONGs sobre quem deveria tomar a iniciativa para promover determinadas agendas políticas em cada fórum. Essa estratégia baseia-se no entendimento de que em certas circunstâncias o governo poderia ser mais receptivo aos posicionamentos locais. Outras vezes, as ONGs poderiam apoiar-se na comunidade de doadores para promover uma determinada posição política em seu nome.

### **Melhores Práticas**

- No Quênia, há um enfoque setorial orientado à inclusão, que reúne todos aqueles que apostam pela educação. A EYC é considerada pelo Ministério um parceiro chave para o desenvolvimento e, como tal, é apresentada durante os processos de planejamento, execução e acompanhamento do Ministério. Realizam-se missões e intervenções conjuntas, em um

esforço por promover as boas práticas. O impacto do setor da educação no desenvolvimento nacional é palpável e, conseqüentemente, há passos no sentido da implantação de reformas. A EYC exerce uma pressão positiva sobre o Ministério para torná-lo mais sensível aos desafios que se apresentam. O Ministério oferece à coalizão contratos de consultoria, com o objetivo de examinar os progressos para o cumprimento dos objetivos da EPT. A qualidade continua sendo uma grande preocupação para os parceiros de desenvolvimento.

- A EYC é parte do Grupo de Coordenação de Doadores para a Educação (EDCG, por sua sigla em inglês) e ajuda o Ministério na tarefa de mostrar aos doadores como podem ajudar na educação. Também trabalha ativamente em campanhas de educação não formal para atingir os objetivos da EPT. Elimu Yetu dá assistência política, como parte da equipe de planejamento, e colabora com o Ministério de uma forma construtiva. A coalizão tem fácil acesso ao Ministério e desempenhou um papel preponderante na revisão do KESSP.

- Impacto nos meios de comunicação: EYC tem uma sólida estratégia com os meios de comunicação, através da qual forjou laços estreitos com alguns deles.

- O trabalho da coalizão é documentado corretamente para o aprendizado e o compartilhamento com os parceiros. As publicações estão disponíveis para membros e aliados do desenvolvimento, a fim de mantê-los a par das atividades da coalizão.

- EYC é hábil para levantar determinadas temáticas mediante o uso da rede. Todos os anos, celebra uma conferência nacional para reunir as ONGs, em um esforço de fazer um balanço do que está ocorrendo na atualidade.

## **Estudo de caso: Uganda - A busca da transparência na implementação das políticas**

### **Introdução:**

O Fórum de ONGs de Educação de Uganda (FENU, sigla em inglês), assim como a TEN/MET, a EYC e a CSCQBE, é um membro fundador da ANCEFA. O FENU tem 83 membros e cerca de 65% deles participam ativamente no trabalho de incidência da coalizão. A rede conta com uma secretaria nacional, mas não é tão bem sucedida na montagem dos capítulos distritais devido, entre outras coisas, às limitações nos recursos. O FENU está estruturado da seguinte maneira: a Assembléia Geral Anual (organizada cada ano) é o órgão supremo, seguida pelo Conselho Diretivo, a Secretaria e três capítulos distritais que são independentes do FENU. Quatro dos sete membros do Conselho provêm do interior do país, o que confere um bom equilíbrio rural/urbano. A organização tem um manual administrativo e um manual financeiro que serve como guia para os procedimentos e processos. Opera em cinco grupos temáticos: Acesso e qualidade; Paridade de Gênero, Educação Inicial, Educação de Pessoas Adultas, VIH/Emergências e Educação Multilíngüe. O modelo observado na gestão da rede é o seguinte: o FENU preside a primeira reunião. As reuniões posteriores são organizadas pelos demais membros cada dois meses de forma rotativa.

O FENU se estabeleceu em 2001 para atuar como um fórum para a criação de redes, o desenvolvimento de capacidades e o trabalho de incidência nas políticas e práticas educativas. A coesão da coalizão, como a da EYC do Quênia, não resistiu à prova do tempo. A coalizão foi muito forte antes de 2008, mas se deteriorou a partir de então, devido a problemas de governança em torno da liderança e da gestão dos assuntos da coalizão. Em determinado momento, os membros começaram a distanciar-se da rede, dando como resultado uma redução da vitalidade da instituição. Felizmente, o FENU recuperou seu protagonismo, mas precisa atrair novamente para a coalizão os membros perdidos. Um informante chave alegou que a Secretaria tende a *ser* a coalizão e que os níveis de dotação de funcionários parecem ser muito

insuficientes para enfrentar os desafios por superar. A coalizão, segundo outro entrevistado, se encontra dominada demais pelas ONGs internacionais. Outros dois informantes destacaram os desafios apresentados para a formação de coalizões, mas elogiaram a frutífera relação que tem o FENU com os meios de comunicação, como um bom exemplo de associação exitosa. Diferentemente do PIP II, o PIP I teve muita visibilidade em Uganda. Existia um mecanismo de apoio (incluindo um pacote para a contratação de um membro da equipe do programa e apoio institucional e de extensão) e o FENU teve um papel moderador no Conselho da ANCEFA de 2005 até 2009, até que a ANCEFA apoiou o Quênia para assumir o papel de país moderador para a África Oriental quando se considerou que o Quênia já estava pronto para a tarefa. Esse mecanismo de apoio foi modificado em virtude do PIP II e não foi renovada a prestação de recursos para cobrir um membro da equipe. Há evidência de que o FENU participou de uma viagem a Yibuti (com um Oficial de Programa da ANCEFA), para criar uma coalizão ali e também compareceu à reunião do Conselho em Nairóbi para discutir temas relativos ao PIP.

### **Percepção do Estado da EPT:**

O FENU desempenhou um papel chave para influenciar na adoção da Lei de Educação Básica Gratuita, garantindo o acesso à educação para todas as crianças de Uganda. Uganda conseguiu em grande medida o acesso à educação básica com uma taxa bruta de matrícula (GER) de 122%, mas não está muito em dia em relação à questão da qualidade. O FENU se saiu bem na área da incidência e encabeçou as campanhas: "volte à escola", "de volta à escola" e "permaneça na escola" em todo o território de Uganda. A coalizão também realiza a Semana de Ação Mundial (SAM) e o Dia da Criança Africana. Mas os desafios são enormes e mães e pais são obrigados a cobrir parte da carga - por exemplo, custos ocultos - que implica manter seus filhos e filhas no sistema escolar. Quando existem custos relacionados com a escola, há relutância por parte de alguns pais em relação a levar seus filhos ao sistema escolar. Por razões culturais, as meninas são mais vulneráveis e é menos provável que sejam mantidas na escola; elas são casadas precocemente, o que resulta em uma estrutura piramidal, mostrando uma ampla base de alunas no momento de ingressar na escola que gradualmente vai se afinando à medida que se avança em direção aos níveis superiores.

O governo não se comprometeu a oferecer serviços de Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI). Somente coordena os provedores privados, mas não se encarrega de oferecer esse serviço. Atualmente, a porcentagem de matrícula em DPI se situa em 2,6% de novos ingressos na primeira série. Há lacunas na provisão de educação, apesar de que se produziu um incremento na destinação de recursos. As dificuldades no fornecimento de merenda estão demonstrando ser um gravíssimo problema que contribui à alta taxa de deserção. As taxas de repetência entre a primeira e a quinta série é de 7%. A matrícula está aumentando, mas a taxa de permanência é motivo de preocupação. Reconhecendo que algumas crianças não podem adaptar-se aos moldes tradicionais, a ActionAid Uganda está se dedicando à prestação de serviços de educação escolar não formal. A organização influi no governo para que ele considere o tema da educação não formal para aquelas crianças de ensino básico que estão chegando a uma idade em que não podem aceder às escolas convencionais. O governo está se envolvendo gradualmente na provisão de fundos destinados à construção de estruturas permanentes para escolas não formais. Os e as docentes desses centros estão sendo incluídos na folha de pagamento do governo e foi desenvolvido um plano de formação docente e um programa de formação de dois anos de duração. Em maio de 2010, o governo formou 800 docentes de educação não formal, o que poderia ser considerada como uma grande conquista.

### **Exemplos de Boas Práticas:**

- Um dos objetivos estratégicos por que trabalha ativamente o FENU é posicionar-se e consolidar-se nos lugares onde acontecem as políticas e a prática, para poder influir na tomada de decisões. A estratégia é influenciar a partir de dentro, em vez de se envolver em manifestações de protesto que acabam, na maioria das vezes, sendo contraproducentes. Trata-se de uma estratégia de compromisso construtivo com o propósito de que a voz do FENU esteja presente nas mesas de debate. Esse objetivo foi cumprido em grande medida e o FENU chegou a um certo nível na maquinaria do governo, o que lhe permitiu ser consultado regularmente sobre temas de educação. A coalizão integra vários grupos de trabalho do Ministério, a saber: Monitoramento e Avaliação, Formação Docente, Capacitação Empresarial Técnica e Vocacional (CETV), Educação Básica, e Comitê Consultivo do Setor de Educação - órgão normativo superior do Ministério da Educação. Como resultado dessa participação construtiva, o FENU goza de legitimidade, reconhecimento e respeito. A coalizão já não pode ser ignorada e nunca é deixada de lado na hora de discutir temas de educação em Uganda. A relação se consolidou a tal ponto que o FENU não precisa marcar uma hora para ter uma entrevista com o Ministro de Educação ou com o Primeiro Ministro.
- O resultado da política do FENU de consolidar-se nos órgãos de governo foi a capacidade de influenciar nas políticas ao longo dos anos, culminando na promulgação da Lei de Educação de 2008, cujo processo levou muitos anos. Começou como projeto de lei de Educação em 2000, que ficou parado depois de haver sido objeto de um debate prolongado desde 2001 até 2008 e modificado em cinco ocasiões. As temáticas do projeto de lei incluem: a necessidade da gratuidade e obrigatoriedade da educação básica, o reconhecimento da educação não formal por meio da lei, e a necessidade de transversalizar adequadamente a paridade de gênero. Em 2008, depois que o Comitê de Serviços Sociais apresentou seu relatório na plenária, o FENU pôs uma cláusula em dúvida: os pais poderiam ser sancionados se não levassem seus filhos ou suas filhas à escola. O FENU impugnou essa cláusula e o comitê se viu obrigado a retirá-la, forçando suas próprias normas. Mas o FENU perdeu a batalha devido a uma inadequada preparação de argumentos para defender sua postura. O problema em questão era: que fazemos com os pais que decidiram não levar seus filhos à escola? É evidente que a coalizão não investigou suficientemente as temáticas pertinentes para averiguar a informação que poderia fundamentar suas estratégias de pressão política e incidência. Para futuras intervenções da CME, seria crucial melhorar e aumentar a capacidade de lobby e negociação com aqueles que garantem os direitos e tomam as decisões em temas de incidência a favor da educação.
- O FENU goza de boas relações com o Ministério de Gênero, cuidando da transversalização das temáticas de gênero e educação de pessoas adultas, e busca influenciar em suas políticas para promover os objetivos relacionados com a EPT. A coalizão se encontra agora trabalhando duramente para consolidar-se no Ministério de Governo Local, aproveitando a nova norma que devolve a autoridade aos níveis descentralizados.
- Houve sérios problemas com o pagamento de salários dos/as docentes. Tomou tempo dos funcionários de educação do distrito registrar os nomes dos professores e das professoras em sua folha de pagamentos. A coalizão se encarregou desse assunto através de ações de lobby e incidência para reduzir as etapas através das quais os fundos tinham que passar antes de chegar finalmente ao destino. O processo de transferência de fundos mudou e hoje em dia os salários docentes são pagos pelo Ministério da Fazenda, depositando-os diretamente em suas contas. O subsídio de captação também é depositado diretamente nas contas bancárias das escolas, o que melhora a prestação de contas em nível descentralizado, mas tem seus próprios desafios também em termos de preparação das estruturas da comunidade local para participar nos processos. Atualmente estão sendo feitos esforços para renovar os Comitês de Gestão Escolar a fim de que sejam funcionais e

capazes de desempenhar um papel de supervisão. Atualmente, estão sendo publicadas as diretrizes para empoderar as estruturas locais para as tarefas pertinentes.

- O FENU está representado no máximo órgão de políticas onde são discutidos e enfrentados os temas relacionados com as políticas. As reuniões são presididas pelo Secretário Permanente e os grandes doadores participam nessas reuniões, gerando-se assim uma boa oportunidade para participar nos processos do setor educativo. A Reunião para a Revisão do Setor Educativo é realizada em novembro e oferece às OSC a oportunidade de influenciar na política no processo de tomada de decisões.
- O Governo de Uganda está gastando cerca de 30% do orçamento nacional em educação, 65% dos quais estão destinados à educação básica - de acordo com o coordenador nacional do FENU. Isso supera em 10 pontos ao referente da IVR do Banco Mundial que propõe que se destine 20% do orçamento nacional ao setor da educação.
- Em Uganda, serão promovidos programas sociais de ajuda à comunidade - Iniciativa para a Melhora da Qualidade e da Participação da Comunidade. Isso significará um grande avanço em termos de posicionar a questão da qualidade como tema transversal na agenda do governo. Outros países membros da ANCEFA precisam fazer o mesmo.

**Pontos em comum nos enfoques das campanhas a favor da EPT, lições aprendidas, ações de lobby e incidência e desafios operativos:**

- Uma das lições chave aprendidas durante este exercício é que a melhor maneira para que as coalizões alcancem resultados para o desenvolvimento é realizar ações de lobby com o governo ou com os setores relevantes (o de educação nessa instância), a fim de estar representadas em seus grupos de trabalho e ser vistas como peças chave nessas estruturas. É então quando se faz possível que a sociedade civil tenha acesso à informação sobre o que está acontecendo e seja capaz de incidir nos processos a partir de dentro. Esse é um ponto em comum que têm a EYC, a TEN/MET, o FENU e a CSCQBE. Todas tiveram êxito em consolidar-se nos grupos de trabalho técnicos de seus respectivos Ministérios de Educação e provaram ser dignos parceiros para o desenvolvimento, capazes de oferecer serviços de assessoramento em matéria de políticas e de alternativas ao governo pelo bem comum. O ponto de aprendizagem aqui é o seguinte: o princípio de participação construtiva a partir de dentro oferece melhores benefícios que aquelas modalidades de incidência que utilizam a confrontação.
- O período de Planejamento Estratégico de TEN/MET está alinhado com o ciclo de eleições nacionais. A premissa desse posicionamento estratégico é que os membros da rede se beneficiem dessa oportunidade de envolver-se de maneira significativa com os políticos, comprometendo-os com a agenda da coalizão e fazendo com que esse compromisso sirva como critério para medir seu desempenho em uma relação de responsabilidade e prestação de contas. Esse se provou um meio efetivo para impulsionar a agenda da EPT. Sem alinhar seu período de planejamento estratégico com o ciclo eleitoral, a CSCQBE usa o mesmo enfoque para conseguir que os partidos políticos e os políticos incorporem os temas de educação em seus manifestos partidários para obter seu apoio. Esse enfoque deve ser replicado em todos os países membros da ANCEFA já que os políticos são mais receptivos às demandas da sociedade civil quando estão ocupados tentando captar os votos da cidadania.
- O projeto de incidência nos ciclos de eleições e orçamentário, levado a cabo em Malawi como dois projetos diferentes apoiados pela ANCEFA através do PIP II, são similares ao projeto de Incidência nas eleições e no orçamento realizado pela EYC no Quênia. Ambos estão desenhados para acompanhar as promessas políticas, os programas de governo e as dotações orçamentárias destinadas à educação básica. A EYC elaborou um “pacote mínimo” que todos os partidos que aspiram ao governo deveriam adotar em bloco, enquanto

a CSCBQE desenvolveu a *Agenda Educativa* para promover sua adoção por parte dos atores envolvidos. Ambas as coalizões têm a capacidade de convocar os partidos políticos a um fórum, conseguindo com que eles se comprometam com essas agendas.

- A construção e a gestão de uma coalizão é uma tarefa desafiadora. Ainda que a ANCEFA, através de projetos como o PIP II, apoie processos internos de fortalecimento que estão sendo desenvolvidos, ainda há muito para melhorar. Existem ainda lacunas em nível de equipe que têm que ser preenchidas urgentemente; os sistemas de monitoramento e avaliação das instituições são com frequência frágeis e precisam ser desenvolvidos; e a falta de memória institucional constitui um problema e um desafio.
- A coalizão nacional de Malaui teve êxito em desmistificar o orçamento de educação e conscientizou aqueles que garantem os direitos, são encarregados de formular as políticas e de tomar as decisões, com o objetivo de obter da parte deles um apoio consistente para o setor da educação. Isso se realiza através de uma estratégia de incidência coerente, implacável e constante ao longo de todo o ano. As histórias de sucesso da coalizão foram reconhecidas pelo Banco Mundial, pela UNESCO e pela OSISA. O ciclo orçamentário foi um ponto de aprendizagem para outros países africanos, e a CSCBQE já recebeu visitas de estudo provenientes de Moçambique, Gâmbia e Etiópia.
- Antes de se envolver com um ator tão importante no desenvolvimento quanto o Ministério da Educação, as coalizões precisam estar preparadas de forma adequada e pensar bem em todos os argumentos possíveis que poderiam ser apresentados pela outra parte na mesa de negociação. O FENU (Uganda), de acordo com um ator chave, se envolveu com o Ministério sem estar preparado.

### **Uma amostra das contribuições específicas do Projeto de Incidência na África – construindo, revivendo e fortalecendo coalizões nas circunstâncias específicas de cada país:**

A ANCEFA esteve trabalhando para conseguir a mudança em nível nacional e regional. A construção de coalizões é uma das peças chave no plano estratégico da ANCEFA, destinado a desenvolver e sustentar as capacidades para a participação em processos nacionais de educação. O papel da ANCEFA de agente da mudança e a habilidade da organização para construir, nutrir, reanimar e revitalizar coalizões nacionais estão firmemente estabelecidos. Durante o PIP I e II um determinado número de países aprendeu com ele e se beneficiou do plano da ANCEFA para construir e/ou fortalecer coalizões. Isso inclui a Zimbábue, Senegal e Quênia, ainda que não se limitem só a eles.

**1. Zimbábue: as OSCs no olho do furacão:** O Zimbábue é um país que dificilmente vai alcançar os objetivos da EPT em 2015 e dá crédito à visão de que as circunstâncias locais econômicas e políticas importam. O clima político do Zimbábue não prognosticava nada de bom para a coalizão nacional de educação. De ser um dos melhores sistemas de educação da África, com um índice de alfabetização na ordem dos 98% no final da década de 1990, o índice de desempenho do país baixou para 40 a 50% em 2006. As e os docentes eram deliberadamente identificados como alvo por causa de seu papel na educação política das comunidades, levando ao fracasso o partido de governo, e a repressão, a violência e a intimidação estiveram na ordem do dia. A estagnação política que se produziu em seguida em torno à divisão compartilhada de poder entre o ZANU-PF e o MCD, o alto custo da educação, o fechamento de escolas públicas, os baixos salários das e dos docentes, o moral baixo, tudo isso contribui ao colapso do sistema educativo. Produziram-se êxodos massivos de docentes em direção a países vizinhos para escapar da perseguição e das penúrias econômicas. Sob essas circunstâncias era difícil ter uma plataforma legal sobre a qual posicionar-se para realizar trabalho de incidência a favor da EPT. A atmosfera de desconfiança que prevalecia tornava

difícil que a coalizão Nacional de Educação da Sociedade Civil (NASCECZ, sigla em inglês), estabelecida em 2003 e alimentada para desempenhar seu papel até 2007, tivesse aportes, produtos ou influência nos processos do setor da educação. A coalizão se viu então reduzida a tentar fazer o melhor que podia a partir de uma situação ruim e foi forçada a diminuir a escala de suas operações até que finalmente se viu obrigada a passar à clandestinidade.

Desde então, chegou-se a um acordo político entre o ZANU-PF e o MDC, e o Zimbábue está se afastando gradualmente dos amargos anos de desconfiança política e repressão em direção a uma nova era, mais propícia para a aprendizagem e para o desenvolvimento. Em setembro de 2008, a ANCEFA e a OSISA realizaram uma reunião em Johannesburgo para desenhar estratégias orientadas a fazer ressurgir a coalizão de Zimbábue, culminando na criação da coalizão de Educação de Zimbábue (ECOZI, sigla em inglês). Surgiu um novo Comitê Diretivo com o Fórum de Mulheres Pedagógicas Africanas, Capítulo Zimbábue, funcionando como Ponto Focal para a Coordenação. A organização se encontra agora em uma curva de aprendizagem e está promovendo o diálogo e a construção de consensos com a perspectiva de ganhar outra vez a entrada no Ministério da Educação, como havia sido o caso em 2007, quando a NASCECZ tinha uma relação cordial com o governo. A atual situação requer, portanto, um “otimismo cauteloso”. Foi organizada uma visita de averiguação, em outubro-novembro de 2008, seguida por um mapeamento de atores em junho de 2009, e uma oficina de construção de consensos também em junho de 2009. No final de junho de 2009, o Comitê Diretivo estava procurando chegar a um Memorando de Acordo que facilitasse o pleno ressurgimento da coalizão. Cabe mencionar que foi nomeada uma pessoa para assumir a Coordenação.

**2. A metodologia de construção de coalizões da ANCEFA:** a ANCEFA desenvolveu sua metodologia de construção de coalizões baseando-se nos seguintes elementos e processos: a ANCEFA provém os fundos iniciais, promove o exercício de mapeamento de atores, e organiza uma sessão informativa sobre o tema com o Comitê Diretivo. Depois da finalização desse processo, espera-se que o Comitê leve a cabo os seguintes passos: desenvolver um Memorando de Acordo/Constituição para a coalizão; mobilizar as ONGs para que se integrem à coalizão; envolver-se nas preparações e na realização de um Fórum de Educação de ONGs; promover uma oficina para os membros da coalizão; chegar a um consenso sobre a visão e a missão da coalizão; estabelecer uma secretaria e realçar sua visibilidade no país. Os fundos iniciais que são entregues às coalizões recém criadas são utilizados, entre outras coisas, para contratar uma equipe reduzida, adquirir um espaço para o escritório, adquirir equipamento de escritório – computadores, impressoras, fotocopiadoras, móveis, telefone, fax, etc.; apresentar as atividades da coalizão aos atores; comunicar-se com membros e parceiros. Mas os desafios para a construção da coalizão incluem: finanças inadequadas para levar adiante boas campanhas; coordenação limitada, interferência política e a capacidade para levar a cabo campanhas baseada em evidências.<sup>176</sup>

### **3. Quênia: Êxitos e desafios na construção da coalizão**

A EYC nos oferece um vívido exemplo dos êxitos e das problemáticas que podem estimular uma coalizão e os potenciais riscos que as coalizões já estabelecidas ou emergentes deveriam evitar. A Assembléia Geral de 2005 que culminou na eleição de um novo Conselho esteve dominada por organizações de fora de Nairóbi. Portanto, ficaram poucas pessoas para conduzir os assuntos da coalizão e da campanha. Todos os demais sentiram que haviam ficado de fora devido em grande parte à falta de processos de consulta sobre os temas de gestão organizacional e de campanha. As dificuldades de comunicação entre a Secretaria, o Conselho e os membros regionais trouxeram como consequência uma perda de foco. Desenvolveram-se

---

<sup>176</sup>Projeto de Apoio para a Construção de Coalizões para a África do Sul

campos opostos, culminando na falta de confiança e de segurança na organização de parte de seus membros e parceiros, ameaçando dessa forma a própria existência da organização. Entretanto, pessoas comprometidas aproveitaram o momento, encarregaram-se dos problemas e investiram uma enorme quantidade de tempo e energia para devolver a tranquilidade aos atores da coalizão. Ampararam-se uma vez mais nos valores que sustentam uma coalizão facilitadora, culminando com a evolução de um consenso abarcador para garantir a coalizão sobre uma base sólida. Esse é um claro exemplo de como a ANCEFA utiliza seus bons dotes diplomáticos para resolver os problemas de uma coalizão nacional e negociar os termos do novo acordo com os membros.

A revitalização da EYC:

O enfoque se realizou em duas etapas: consultas individuais com as instituições das partes interessadas para preparar o terreno, seguidas de reuniões consultivas e de construção de consensos. Fórum de Mulheres Pedagogas Africanas (FAWE, sigla em inglês).

Foi solicitado ao Quênia que hospedasse a instituição de forma temporária e foi implementado um comitê para zelar por ela. Os membros foram convencidos a realizar uma reunião em 2008 para formar um comitê de cuidados por um ano, ao qual se confiava o mandato de reanimar a coalizão e estabelecer uma Secretaria com uma equipe reduzida. Foram contratados então dois integrantes da equipe e foi destinada a eles uma pequena sala de trabalho. Depois desse processo, o maior desafio se encontrava em tentar recompor a confiança dos afiliados da coalizão e reconectar-se com o Ministério da Educação e os meios de comunicação. A EYC tem agora uma associação estratégica com o Ministério da Educação e possui uma sólida estratégia de meios de comunicação, trabalhando com o jornalismo para dar maior visibilidade a suas mensagens de campanha.

**4. Senegal:** A República do Senegal oferece um bom exemplo de como as OSCs podem influenciar com sucesso na mudança de políticas na área de contratação de docentes, além de desempenhar constantemente um papel de mediação entre os Sindicatos de Docentes e o Governo do Senegal. Esse papel destinado a aliviar as tensões existentes entre os diferentes sindicatos, o que as levou a converter-se em uma formidável plataforma de apoio à campanha a favor da EPT no Senegal. Atualmente, 32 Sindicatos de Docentes são membros da coalizão.

Em 2006, a coalizão senegalesa estava presa em uma crise com a Secretaria da ANCEFA, por não poder apresentar um relatório narrativo e financeiro sobre a implementação de suas atividades tal como havia sido estipulado mediante obrigação contratual com a ANCEFA. Mais tarde, descobriu-se que havia ocorrido malversação de recursos financeiros e que os atores envolvidos não podiam seguir sendo considerados parceiros confiáveis; portanto, a coalizão foi suspensa pela CME e excluída das atividades do PIP. O colapso da coalizão criou um vazio entre 2006 e 2008. Em 2008 a coalizão de Organizações e Sindicatos pela Defesa da Educação Pública (COSYDEP, sigla em francês) surgiu primeiro como um fórum de consulta de ONGs e Sindicatos de Docentes (com o apoio da ANCEFA) e mais tarde evoluiu até chegar a ser uma coalizão plenamente desenvolvida, a partir de uma oficina de construção de consensos realizada em Mbour, em abril de 2008.

Atualmente, a COSYDEP se posicionou como uma OSC com credibilidade, muito respeitada e proativa, que oferece serviços de mediação entre o governo do Senegal e os Sindicatos de Docentes quando assim se requer, na tarefa de adiantar-se a greves ou a medidas de pressão laboral que terminem apenas prejudicando as e os estudantes que se encontram dentro do sistema escolar. A convite do Ministério da Educação, a organização oferece serviços de mediação diplomática e explora soluções que sejam benéficas para ambas as partes em um conflito. Esse é um bom testemunho de que o Ministério da Educação tem confiança na



coalizão e em sua habilidade para impulsionar acordos razoáveis entre os Sindicatos de Docentes. A COSYDEP também foi escolhida pelo Ministério para desempenhar um papel de supervisão, assegurando que os compromissos assumidos durante as negociações sejam respeitados por todas as partes envolvidas. A esse respeito, a coalizão participou de uma reunião em setembro de 2010 que teve como objetivo avaliar a implementação dos compromissos assumidos pelas diferentes partes e o impacto que estava tendo o clima social no setor da educação.

**5. Gâmbia:** a ANCEFA fortaleceu a Rede da EPT (EFA Net) em Gâmbia para melhorar a prestação de serviços de educação através da institucionalização do acompanhamento orçamental. A coalizão esteve participando na Assembléia Nacional para tentar sensibilizar seus integrantes sobre a necessidade de apoiar uma maior destinação de fundos ao setor da educação. Esse processo foi complementado com uma participação prolongada com o Ministério da Educação a fim de que este último ofereça suas devoluções sobre os aportes e recursos no setor da educação mediante o acompanhamento de estratégias. A Rede da EPT esteve participando no planejamento e na formulação de políticas e no monitoramento dos processos educativos. Esse trabalho ressaltou entre os Membros da Assembléia Nacional a urgência de apoiar a reforma das políticas e uma maior destinação de recursos ao setor. A ANCEFA apoiou a organização de uma oficina regional de capacitação sobre o acompanhamento orçamentário em Gâmbia em agosto de 2007. A ANCEFA, através do PIP II, também financiou a pesquisa do *Education Watch* (Observatório da Educação) como parte do primeiro grupo de países a serem apoiados. A ANCEFA também promoveu a participação da Secretaria da coalizão em uma reunião preparatória da CME na África, em Dakar, esse mesmo ano. Em um esforço para criar sinergias transnacionais, a ANCEFA apoiou as celebrações transfronteiriças da Semana de Ação Mundial entre Gâmbia e Senegal em Kerr Ayib, e a publicação do relatório do *Education Watch*. Em 2009, a ANCEFA encomendou uma avaliação de gênero<sup>177</sup> e o aprofundamento da pesquisa do *Education Watch* de 2007.

#### **Desafios Gerais:**

O dilema das coalizões nacionais gira em torno a se devem ou não abordar alguns ou todos os objetivos da EPT, dadas suas deficiências financeiras, técnicas e em matéria de recursos humanos. Muitas coalizões não foram capazes de enfrentar essa decisão e investir suas energias e seus limitados recursos naquelas coisas que fazem melhor.

Um número maior de coalizões nacionais deveria desenvolver a capacidade de: participar de forma proativa nos processos orçamentários nacionais durante todo o ano, contribuir com artigos impressos e difundir-los também através de meios eletrônicos, e abrir suas portas a programas de rádio ou televisão com o objetivo de amplificar a visibilidade da coalizão. O projeto de pesquisa *Education Watch* tentou fechar essa brecha. Infelizmente, só a metade dos países membros da ANCEFA puderam ser abarcados por esse projeto.

Alguns atores levantaram a questão da governança das coalizões e da prestação de contas. Como se mostra nas páginas anteriores, os problemas de governança em torno à prestação de contas, a liderança e o compromisso ameaçaram a existência de Elimu Yetu, e a gestão corrupta da primeira coalizão no Senegal teve como consequência sua desapareição. Em termos de devolução de resultados e produtos, é preciso que as coalizões assegurem processos formais que mantenham seus membros informados e a par dos assuntos da coalizão.

---

<sup>177</sup>Este estudo apontava a oferecer uma avaliação detalhada do estado da transversalização de gênero no setor da educação, os avanços realizados e os obstáculos em termos do nível de preparação do setor, as lacunas nas capacidades, etc., a partir de uma perspectiva de incidência a favor da reforma de políticas.

## Recomendações Gerais:

- **Visibilidade do Projeto de Incidência Política (PIP) como instrumento:** O conhecimento do PIP como instrumento para apoiar as coalizões nacionais é algo fragmentário entre as coalizões membro. Na medida em que outros instrumentos, tal como o Fundo Regional da Sociedade Civil para a Educação (FRESCE), estão também apoiando as coalizões através da CME e das redes regionais, seria útil mencionar quais atividades estão sendo apoiadas pelo PIP. Isso ajudaria a realçar a visibilidade do projeto entre as coalizões membro.
- **Arrecadação de fundos:** a ANCEFA tem grandes expectativas de prestar melhores serviços às coalizões nacionais e a suas estruturas descentralizadas. Entretanto, os fundos disponíveis não guardam proporção com as demandas nacionais para aumentar o desenvolvimento das capacidades e das intervenções de incidência. Sem mecanismos redutores para aquelas estruturas descentralizadas, o impacto do PIP poderia estar limitado somente às áreas urbanas. Como enfoque baseado no contexto e impulsionado pela demanda, o efeito de generalização necessário para satisfazer as necessidades e aspirações das estruturas de base não foi conseguido em grande parte devido às lacunas no financiamento.
- **Melhorar a articulação vertical e horizontal e os mecanismos de apoio:** Deve-se ter muito clara a importância de orientar os resultados para o sucesso da agenda da EPT. Todas as coalizões estão interagindo de forma proativa com a ANCEFA, sem fazer o mesmo entre elas na medida necessária. Não estão aproveitando o suficiente o poder das tecnologias de informação (como ferramentas de campanha), quando poderiam dessa maneira ter uma rede virtual vibrante e ativa onde compartilhar informação sobre boas práticas para uma rápida obtenção de benefícios, aprendizagem entre pares e mecanismos de apoio. A ANCEFA necessita criar esse espaço para o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem e gestão de conhecimento para orientar-se para a obtenção de melhores resultados. Isso poderia agregar valor ao avanço de suas campanhas.
- **Desenvolvimento das capacidades do comitê de coordenação para a memória institucional:** A pesquisa revelou que a taxa de desgaste das Secretarias das coalizões é alta, e que cada vez que um/a coordenador/a deixa seu posto corre-se o risco de que a coalizão perca os aprendizados adquiridos através da capacitação oferecida pela ANCEFA e outras agências. Considerar o comitê de coordenação como um todo poderia constituir um melhor enfoque em relação à construção ou ao fortalecimento de coalizões.
- **Coordenação só para as coalizões:** A situação ideal seria que as coalizões desempenhassem um papel de coordenação e delegassem as atividades àquela organização (dentro da coalizão) que tivesse uma vantagem comparativa para obter resultados positivos em um projeto em particular, a fim de que essa organização liderasse essas ações.
- **Consulta política e colaboração operativa:** É necessário intensificar o monitoramento de políticas e do orçamento. A CSQBE demonstrou amplamente que é possível melhorar a qualidade do enfoque da consulta política em todas as etapas dos ciclos de eleições e do orçamento para exigir a prestação de contas, centrando-se constantemente nos itens de ação que são críticos para obter resultados de desenvolvimento. Esse estudo de caso constitui um testemunho de que é possível aumentar a colaboração operativa em nível nacional. Dessa maneira, pode-se trabalhar de forma coletiva para a melhora da receptividade de seus respectivos governos em direção à agenda da EPT.
- **Enfoque inclusivo:** As ONGs focadas em educação já não realizam trabalho de incidência sozinhas, mas estão trabalhando em conjunto como coalizão para planejar e implementar as atividades de incidência a favor da educação. Os Sindicatos de Docentes e as coalizões da África Oriental desfrutaram de uma associação frutífera baseada na segurança e na

confiança mútuas. Essa confiança é replicada entre as coalizões e os Ministérios da Educação de seus respectivos países.

### Seção 3: PIP II na Ásia

Os estudos de caso a seguir apresentam uma série de campanhas de incidência em resposta aos desafios colocados para alcançar a Educação para Todos (EPT) em seus respectivos países:

- Nas Filipinas, a Rede da Sociedade Civil de para as Reformas da Educação (E-Net Filipinas) fez uma campanha a favor do aumento do orçamento para os Sistemas de Alternativos de Aprendizagem, com o objetivo de oferecer oportunidades educativas às pessoas que haviam abandonado seus estudos ou não haviam entrado no sistema oficial de ensino.

- No Camboja, a Associação de ONGs pela Educação (NEP) pressionou o governo para acabar com a cobrança de taxas escolares informais que restringem o acesso das crianças à educação e aumentar os salários dos professores.

- Na Índia, a Coalizão Nacional de Educação (NCE) realizou uma campanha para que a legislação garantisse a educação gratuita e obrigatória para crianças de 0 a 18. A obrigatoriedade do ensino obrigatório, argumentavam, impediria o trabalho infantil.

- No Sri Lanka, a Coalizão para o Desenvolvimento da Educação (CED) fez uma campanha a favor da alfabetização de pessoas adultas, particularmente das mulheres que haviam sido forçadas a abandonar precocemente a escola – tanto para o empoderamento próprio como para apoiar a educação das crianças.

Apesar de as coalizões terem abordado outros desafios da educação, os estudos de caso centram-se particularmente nessas campanhas de incidência, apoiadas pelo programa do Projeto Incidência Política (PIP), coordenado pela Associação de Educação Básica e de Adultos da Ásia e do Pacífico Sul (ASPBAE, por sua sigla em inglês) na região da Ásia e do Pacífico. As campanhas eram diferentes e foram feitas separadamente, mas os temas de educação abordados compartilharam muitos tópicos:

- Apesar de a educação pública ser supostamente "gratuita", a realidade mostra que estudantes e suas famílias gastam uma grande quantia de dinheiro em despesas relacionadas à educação, tais como material escolar, transporte, alimentação, taxas para realização de exames, eventos e uniformes escolares. O alto custo da educação é quase sempre citado como a principal razão pela qual estudantes abandonam a escola. Um dos temas relacionados a isso é a pobreza, que obriga que crianças deixem a escola para trabalhar e complementar a renda familiar.
- As meninas são particularmente desfavorecidas: são freqüentemente vistas como menos valiosas que os meninos e, de acordo com essa lógica, não valeria a pena investir na educação delas ou então elas precisam ficar em casa e cuidar das tarefas domésticas. As jovens que se casam cedo passam poucos anos na escola. Como resultado, as meninas freqüentemente possuem taxas de matrícula e alfabetização mais baixas. Entre os estudos de caso, o filipino é uma exceção, já que sua taxa de abandono escolar é mais elevada entre os meninos que entre as meninas. Mas isso também poderia ser uma questão de gênero, pois se espera que os homens ganhem dinheiro para sustentar suas famílias.
- Os governos saúdam de maneira unânime a importância da educação, mas não fornecem recursos suficientes para a educação de qualidade. Portanto, as campanhas de incidência tocam inevitavelmente a questão do financiamento.

- A maioria das coalizões nacionais prioriza as necessidades educativas de crianças e jovens, mas a campanha do Sri Lanka lembra o valor da aprendizagem ao longo da vida. A maior parte do orçamento vai para o sistema de educação formal e apenas uma pequena quantia é destinada a programas de educação não formal que abrangem a alfabetização de pessoas adultas. Assim, os governos não estão dispostos a aderir ao marco de aprendizado ao longo da vida, já que negligenciam a alfabetização de pessoas adultas, um dos objetivos da EPT.
- As experiências de incidência das coalizões nacionais também exemplificam as relações controversas entre os governos e as ONGs. Embora os governos gradualmente reconheçam a participação das ONGs no desenvolvimento dos países, eles se sentem mais confortáveis quando essas desempenham o papel de prestadores de serviços e são menos receptivos a organizações com atividades de incidência. As pessoas que se dedicam a campanhas enfrentam desafios variados no momento pressionar pela participação no desenvolvimento das políticas públicas.

Da mesma forma, as coalizões nacionais empregaram estratégias e atividades semelhantes:

- *Fornecer provas para a incidência.* Como observou uma ex-representante do Congresso das Filipinas, uma boa pesquisa é essencial para pressionar os/as legisladores/as.<sup>178</sup> As experiências das coalizões de educação reforçam a necessidade de atualizar e ampliar o alcance da sua evidência. A necessidade de conseguir provas foi o impulso do projeto *Education Watch (EdWatch – Observatório da Educação)* do PIP. Através do *EdWatch*, as coalizões de educação em Bangladesh, Camboja, Índia, Indonésia, Nepal, Paquistão, Papua Nova Guiné, Filipinas, Ilhas Salomão, Sri Lanka e Tailândia foram capazes de gerar novos dados e análises para respaldar suas respectivas campanhas incidência. As coalizões nacionais também forneceram tanto provas baseadas em dados recolhidos pelo governo que não podiam ser refutados pelos gestores, como provas palpáveis dos problemas profundamente enraizados da educação, como a juventude não escolarizada, crianças que viviam em situação de servidão e mães analfabetas.
- *Mobilizações de massa.* Outro ex-membro do Parlamento da Índia disse: "Se é possível gerar a demanda por uma educação de qualidade, então o sistema terá que responder a essa demanda".<sup>179</sup> As coalizões de educação comumente usaram as mobilizações de massa para expressar suas demandas e exercer pressão sobre o governo a fim de que tomassem as medidas correspondentes. Essas mobilizações geraram a cobertura dos meios de comunicação, o que aumentou a divulgação da mensagem, intensificando a pressão.
- *Lobby no Parlamento/Congresso e com outros importantes atores do governo,* nacional e localmente. As coalizões nacionais eram cientes de que frequentemente as decisões e as políticas são formuladas por funcionários estratégicos e procuraram oferecer informações e argumentos convincentes para influenciar as posições desses líderes.
- *Aproveitar os atores da educação tanto nas mobilizações de massas como em atividades de lobby.* As atividades das coalizões nacionais incluíram crianças, jovens não escolarizados, mulheres analfabetas e outros estudantes cujos interesses eram os que realmente estavam em jogo nas políticas públicas que tentavam influenciar. Essas pessoas também eram eleitoras e queriam que representantes governamentais assumissem suas responsabilidades e prestassem contas de suas atividades. O *lobby*

<sup>178</sup> Entrevista com Risa Hontiveros-Baraquel, 2 de agosto de 2010.

<sup>179</sup> Entrevista com Ravi Prakash Verma, 12 de agosto de 2010.

necessitou um processo de preparação, que incluiu consultas, palestras e oficinas, com a vantagem agregada de desenvolver as capacidades de estudantes e demais atores.

- *Desenvolver e utilizar parcerias em órgãos governamentais*, como o Congresso/Parlamento, os grupos de trabalho técnico conjunto e outros fóruns políticos. Os/as parceiros/as ajudaram as coalizões nacionais a compreender o processo de desenvolvimento das políticas públicas e a otimizar as oportunidades. Esses aliados também falaram em nome das coalizões nacionais nos círculos de governo e ajudaram a recrutar mais defensores/as entre seus pares.
- *Conhecer responsáveis pela formulação de políticas e altos funcionários/as do governo nas plataformas regionais e globais* e, em seguida, continuar pressionando-os internamente.

### **Estudo de Caso: Coalizão Nacional para a Educação (NCE) da Índia – fazendo campanha pela Lei do Direito à Educação**

A educação na Índia recorreu um longo caminho. Em 1951, imediatamente depois que o país conquistou sua independência, apenas 18,33% das pessoas estavam alfabetizadas. Em 2001, quando se realizou o último censo, a alfabetização tinha aumentado para 64,84%.

Mas a Índia ainda tem um longo caminho a percorrer. As desigualdades persistem. A taxa de alfabetização, por exemplo, é de 75,26% para os homens e de 53,76% para as mulheres<sup>180</sup>; está em 79,9% nas zonas urbanas e 58,7% nas áreas rurais. Para as pessoas que trabalham pela educação, um dos temas mais importantes é que milhões de crianças não frequentam a escola porque se vêem obrigados a trabalhar. O Censo de 2001 registrou 12,66 milhões de crianças trabalhadoras, observando um aumento nos últimos dez anos. Há também os chamados de "crianças de nenhuma parte" – não vão à escola, mas também não trabalham, e chegam a 72 milhões.<sup>181</sup>

Não há um número exato de crianças que abandonam a escola antes de completar o ensino fundamental, porque as várias pesquisas citam estatísticas diferentes. O Censo de 2001 relata uma taxa de abandono escolar no ensino fundamental de 31,5%.<sup>182</sup> Outro estudo do governo mostra uma cifra de 2,7 milhões a cada ano.<sup>183</sup> Muitos fatores conspiram para que as crianças não acudam à escola. Com 37% da população vivendo abaixo da linha da pobreza em 2010<sup>184</sup>, as crianças geralmente começam a trabalhar para contribuir para a renda familiar, são forçadas a trabalhar sem remuneração em fazendas ou, especialmente no caso das meninas, assumem as responsabilidades domésticas enquanto seus pais trabalham.

O tráfico de seres humanos, incluindo de crianças, é um problema crônico. Muçulmanos, castas e tribos registradas tradicionalmente tiveram menos acesso à educação, um padrão que se mantém até hoje. A situação econômica e social das mulheres na sociedade também afeta o

---

<sup>180</sup> <http://indiacurrentaffairs.org/>

<sup>181</sup> Rama Kant Rai, "The Justiciability of Right to Free and Compulsory Education Act 009 in India" ("A justiciabilidade do Direito a uma Educação Gratuita e Obrigatória, Lei 009 da Índia"), National Coalition for Education – NCE (Coalizão Nacional pela Educação), sem data.

<sup>182</sup> Laura Grant, "The Second Freedom Struggle" ("A Segunda Luta pela Liberdade"). Incidência Transnacional para um estudo de caso da EPT: National Coalition for Education – NCE (Coalizão Nacional pela Educação). Índia. Tese apresentada como exigência parcial para a conclusão do Mestrado em Estudos Internacionais de Desenvolvimento, Universidade de Amsterdam, 16 de fevereiro de 2010, página 16.

<sup>183</sup> 10ª Missão de Revisão Conjunta de Sarva Shiksha Abhiyan, Governo da Índia, 20 a 31 de julho de 2009, Aide Memoire, página 12.

<sup>184</sup> <http://www.economywatch.com/indianeconomy/poverty-in-india.html>

acesso das meninas à educação. Os números mostram que as meninas ficam para trás de maneira sistemática em termos de alfabetização, escolarização e de conclusão dos estudos.

O governo da Índia tem procurado resolver esses problemas de diversas maneiras, por exemplo, dando incentivos a castas e tribos registradas, minorias e meninas, oferecendo merenda, uniformes e materiais escolares para reduzir o custo para as famílias. No entanto, milhões de crianças ainda não têm acesso à educação.

### **A Coalizão Nacional de Educação (NCE) e a segunda luta pela liberdade, para quebrar as cadeias do analfabetismo.**

A missão da NCE é "recuperar o direito fundamental de toda criança, sem exceção, a receber uma educação gratuita de qualidade até os 18 anos, seguindo o princípio de igualdade de oportunidades, sem discriminação de gênero, classe, etnia ou religião, em uma atmosfera de amor e cuidados e com as condições adequadas para uma aprendizagem prazerosa". Seus membros praticamente constituem o motor dos movimentos sociais na Índia e incluem as seguintes organizações:<sup>185</sup>

- Bachpan Bachao Andolan (BBA ou Movimento Save the Children), uma rede de mais de 760 organizações e 80 mil ativistas sociais que trabalham pelos direitos das crianças.
- Federação de Docentes do Ensino Fundamental da Índia, um sindicato com 1,3 milhões de docentes do ensino fundamental.
- Organização da Federação de Docentes da Índia, um sindicato com 1,2 milhões de professores/as.
- Federação de Docentes do Ensino Médio da Índia, um sindicato com 850 mil docentes do ensino médio.
- Associação de Ensino Superior Cristã da Índia, uma rede de diretores e docentes de 300 universidades e 20 mil escolas, e
- Visão Mundial Índia, uma ONG/Fundação que trabalha pelos direitos das crianças, pela educação e pelo desenvolvimento de 6 mil comunidades em toda a Índia.

A NCE surge como consequência das atividades conjuntas de ativistas. Desde 1990, trabalhou-se em conjunto para pressionar o governo a aprovar uma emenda constitucional sobre a educação gratuita e obrigatória como um direito fundamental de crianças e jovens até os 18 anos. Pensou-se que esse seria um elemento decisivo não só para promover a educação, mas também para proteger as crianças contra a exploração, incluindo o trabalho forçado. No Parlamento, os aliados estabeleceram em 1999 um Fórum Parlamentar da Educação para pressionar pelas reformas educativas. Do lado de fora, nas ruas, as organizações afiliadas à NCE e os seus apoiadores manifestaram-se para exigir o direito à educação e realizaram, em 2001, uma *Shiksha Yatra* (Marcha pela Educação), cobrindo 15 mil quilômetros em 20 estados.

Finalmente, em 2002, aprovou-se a emenda 86 da Constituição, artigo 21A: "o Estado oferecerá educação gratuita e obrigatória para todas as crianças de 6 a 14 anos, da maneira que o Estado, por lei, determine". Essa foi uma vitória importante, mas significou apenas os primeiros de muitos passos na intrincada burocracia e processos legislativos da Índia. O Parlamento ainda deve aprovar uma lei para fazer valer o direito à educação das crianças. A NCE concentrou toda sua energia no que chamou de "a segunda luta pela liberdade, para quebrar as cadeias de analfabetismo."

---

<sup>185</sup>Laura Grant, página 38.

Em 2004, a Aliança Progressista Unida (UPA) foi eleita e prometeu aprovar uma lei do direito à educação gratuita e obrigatória, conforme exige a Constituição. Como resultado, apresentaram-se anteprojetos de lei no Parlamento em 2005, 2007 e 2008, mas nenhum conseguiu reunir votos suficientes. Os projetos de lei tampouco tiveram o apoio integral da NCE e suas organizações afiliadas, que se opuseram a várias disposições. A NCE queria estender o alcance do projeto de lei para garantir a educação entre 0 a 18 anos, em vez de 6 a 14 anos. Foram realizadas outras manifestações, ações de pressão e de diálogo com funcionários do governo. Mas, ao terminar o mandato da APU, em 2009, o projeto de lei do direito à educação ainda não tinha sido aprovado no parlamento.

Quando as eleições gerais foram convocadas em abril e maio de 2009, a NCE fez todo o possível para assegurar que os membros eleitos para o parlamento apoiassem sua causa. Lançou uma campanha composta das seguintes ações:

*Acordos assinados por candidatos/as individuais.* A NCE e suas organizações em 12 estados tentaram convencer candidatos/as ao Parlamento a assinar um compromisso no qual apoiavam uma legislação para garantir a educação gratuita, obrigatória e de qualidade para crianças e jovens de 0 a 18 anos. Crianças de áreas rurais ou que haviam sido resgatadas enquanto realizavam trabalho forçado acompanharam os/as ativistas nas suas atividades e falaram com um entusiasmo muito particular sobre a necessidade de tornar obrigatória a educação, de modo que as crianças possam ir à escola e não necessitem trabalhar. "Apresentaremos uma lista de candidatos/as que defendem as crianças (*bal mitra*) e que assinaram um compromisso a favor dos direitos da infância. O lema: "Os/as candidatos/as que se oponham e se recusem a assinar o compromisso serão incluídos/as em uma lista negra e terão oposição durante toda a campanha."<sup>186</sup>

*Apelo para a inclusão do direito à educação de crianças nos programas dos partidos políticos.* Do mesmo modo, incentivou-se que os principais partidos políticos adotassem a posição da NCE nas respectivas plataformas políticas e monitorassem pronunciamentos políticos sobre a educação. Também serviu de argumento para os partidos políticos da oposição que se encarregaram de lembrar aos governantes as promessas pendentes em relação ao ensino fundamental universal como, por exemplo, destinar 6% do PIB à educação.

Como resultado, 80% das pessoas que assinaram o documento foram eleitas,<sup>187</sup> e o Fórum Parlamentar da Educação ganhou 61 novos membros.<sup>188</sup> Além disso, quatro partidos responderam positivamente e incorporaram as demandas da NCE em seus programas ou aceitaram trabalhar pelo direito à educação.

*Campanha publicitária.* A NCE organizou entrevistas coletivas, enviou comunicados e contactou pessoalmente os meios de comunicação para convencê-los a divulgar a campanha. Ademais, informou à mídia quais candidatos/as assinaram o compromisso e quais se recusaram a fazê-lo, informações recebidas com entusiasmo.

*Ações de pressão no Parlamento.* A NCE não deixou de exercer pressão. Enviou cartas parabenizando as pessoas recém eleitas ao Parlamento, lembrando-lhes do projeto de lei sobre o direito à educação pendente de aprovação, com uma detalhada crítica do projeto e incentivando-os a corrigir essas debilidades. Quando o 15º mandato parlamentar teve início, ativistas da NCE entraram em contato tanto com parlamentares em Nova Deli como com integrantes do Poder Legislativo em nível estadual. A NCE também continuou com sua eficaz estratégia que consiste em sugerir perguntas a parlamentares aliados para serem levantadas durante as sessões formais. Como resultado, os 95 integrantes do Parlamento e mais de 100

<sup>186</sup> Comunicado à imprensa da NCE, sem título nem data, página 3.

<sup>187</sup> Laura Grant, página 42.

<sup>188</sup> Entrevista com Ravi Prakash Verma, 12 de agosto de 2010.



membros da assembleia legislativa estadual realizaram perguntas relacionadas à educação em suas respectivas câmaras, promovendo a discussão e a conscientização. A NCE organizou também mesas-redondas para informar aos integrantes do Parlamento e da Assembléia Legislativa que não estavam tão familiarizados com os temas de educação.

Em agosto de 2009, o Lok Sabha (a Câmara Baixa do Parlamento) aprovou uma lei que pouco depois recebeu a aprovação do presidente da Índia, Pratibha Patil Singh. As comemorações foram lindas, mas breves: para que entrasse em vigor, a lei tinha que ser notificada, ou seja, o governo tinha que definir uma data para isso e as pessoas tinham que prestar contas. Mais uma vez, foram retomadas as intensas ações de pressão.

*Mobilizações de massas.* Em fevereiro de 2010, a NCE mobilizou 5 mil ativistas, incluindo docentes e crianças, que organizaram uma manifestação em frente ao Parlamento e exigiram ações do Presidente e do Primeiro-Ministro. A NCE também mobilizou crianças em uma campanha de uma semana na qual foram às casas de membros do Parlamento. Pelo menos 16 parlamentares assinaram um compromisso e prometeram levantar o tema em seus mandatos.<sup>189</sup> Atividades semelhantes foram organizadas fora de Nova Deli.

Passaram oito meses desde que a lei fora aprovada antes que algo acontecesse. Somente em 1º de abril de 2010, a Lei dos Direitos da Criança a uma Educação Gratuita e Obrigatória, de 2009, foi notificada para sua implementação em todos os estados e territórios da Índia.

### **Resultados da Campanha**

A NCE não se atribui todos os créditos pela aprovação da lei do direito à educação. Mas, o fato de ter feito campanha incessantemente desde 2002, tanto a nível nacional como estadual, certamente dá parte do crédito à NCE. Anjela Taneja, responsável pelo Programa de Educação para ActionAid, afirma que a presença da NCE na capital indiana foi essencial para influenciar gestores/as e agências doadoras. "No início do processo houve uma série de vozes exigindo a lei do direito à educação, no entanto verificou-se que as ações de incidência de muitas coalizões foram tornando-se mais débeis. Como resultado, o trabalho real das coalizões no final do processo foi escasso. Penso que a NCE desempenhou um papel muito importante nesse aspecto, preenchendo um vazio criado por redes muito maiores que se dissolveram ou tomaram uma posição mais radical (e, na minha opinião, pouco realista, no sentido de ir além da capacidade real para cumprir as promessas). A NCE assumiu uma posição intermediária, mais equilibrada."<sup>190</sup>

A NCE identifica três principais resultados em sua campanha:

Em primeiro lugar, a garantia de que se vai oferecer educação às crianças e uma ferramenta – inclusive uma "arma" – para obrigar que meninos e meninas sejam enviados à escola ao invés de trabalharem. As crianças já estão começando a se beneficiar do acesso às escolas. Uma decisão histórica do Supremo Tribunal de Nova Deli ordenou que 874 crianças as quais previamente havia sido negado o acesso à educação foram aceitas nas escolas. A maioria pertencia a setores desfavorecidos da população e 350 delas tinham alguma deficiência.<sup>191</sup>

Em segundo lugar, uma maior sensibilização sobre os temas educativos e o direito à educação. Isso é evidenciado, por exemplo, em uma maior atenção às histórias ou artigos sobre educação e infância na imprensa, o crescente número de questões sobre a educação e a quantidade de tempo dedicado para debater esses temas no Parlamento. A NCE presenciou e facilitou a criação do Fórum Parlamentar da Educação, considerado um resultado da campanha bem

<sup>189</sup> Site da NCE <http://nceindia.org/220210.php>.

<sup>190</sup> Troca de correos eletrônicos com Anjela Taneja, 26 e 30 de agosto de 2010.

<sup>191</sup> <http://southasia.oneworld.net/todaysheadlines/indian-court-opens-education-for-874-children>

como um fator chave para seu sucesso.<sup>192</sup> A existência do Fórum garante que os temas da educação estejam sempre em destaque no Parlamento.

Em terceiro lugar, o aumento da dotação orçamental para a educação. A NCE pressionou para que o governo passasse da retórica à prática, destinando os recursos necessários para o acesso à educação de qualidade. Contribuiu para pressionar o governo a aceitar (pelo menos em princípio) alocar um montante igual a 6% do PIB para a educação. Os investimentos em educação realmente aumentaram, mas não na proporção prometida: os números verdadeiros são: 3,2% do PIB em 2009 e 4,32% em 2010. O orçamento da educação para 2010 também aumentou 14,5% desde 2009.<sup>193</sup>

Em razão do tempo que a NCE dedicou à campanha por lei do direito à educação, essa experiência transformou a própria NCE.

- Dentro da coalizão: mais membros e parceiros, maior capacidade de planejamento e execução, melhoria das competências em incidência, uma imagem mais clara do seu papel como coalizão.
- Entre os membros da coalizão, como a Federação de Docentes do Ensino Fundamental da Índia, uma maior atenção às atividades de incidência voltadas às crianças, em vez de trabalhar apenas para promover os interesses dos docentes.

## Os altos e baixos da campanha

### *Fatores que facilitaram o sucesso*

- *Ações de defesa baseada em evidências.* A NCE reconhece que a investigação é o ingrediente básico para o sucesso das ações de incidência. A contribuição da NCE consistiu em pesquisas de *Education Watch* e documentos informativos para os membros do parlamento. A NCE conduziu sua própria investigação, mas também citou documentos oficiais sobre, por exemplo, casamento precoce, tráfico de crianças, crianças afetadas por catástrofes, etc., dados que o governo não poderia refutar. Em alguns casos, a NCE também apresentou testemunhas, por exemplo, crianças que haviam sido resgatadas de situações de escravidão ou servidão, durante coletivas de imprensa. Em outras ocasiões, exibiu vídeos do resgate de essas crianças. A investigação continua sendo uma prioridade. Os dados coletados a partir de uma pesquisa participativa, que abrangeu dez estados no início de 2010, serão utilizados para futuras ações de incidência.
- *Mobilizações de massa.* "Se for possível gerar a demanda por uma educação qualidade, então o sistema vai ter que responder a essa demanda."<sup>194</sup> Essa observação vem de alguém que tem um íntimo conhecimento de como funciona o governo: Ravi Prakash Verma, ex-parlamentar durante três mandatos e presidente da NCE. As manifestações de massa tinham várias finalidades:
  - Uma demonstração de força para lembrar ao governo, em particular os/as parlamentares, a dimensão das organizações por trás das reivindicações – e o tamanho do grupo que compõe a NCE é realmente impressionante.
  - Atrair a atenção dos meios de comunicação, o que também ajuda a pressionar os governos e amplifica a mensagem da NCE para o público em geral.
  - A oportunidade de levar essas questões para a população nas ruas.

<sup>192</sup>Laura Grant, página 41.

<sup>193</sup> Entrevistas com Rama Kant Rai, 16 de agosto de 2010, e Sandeep Mishra, 17 de agosto de 2010.

<sup>194</sup> Entrevista com Ravi Prakash Verma, 12 de agosto de 2010.

- *Pressão a membros do Parlamento e legisladores estaduais.* A NCE organizou inúmeras reuniões presenciais durante suas ações de pressão a favor do financiamento e da legislação educacional. As delegações prepararam-se para as reuniões, não só com provas, mas também com detalhes práticos sobre o que os/as legisladores poderiam fazer. A NCE fez repetidas ligações e visitas de acompanhamento, quase sempre acompanhada de crianças que, com uma sessão informativa prévia, se converteram em ativistas efetivos, firmes e energéticos.
- *Fórum Parlamentar e parceiros-chave.* O Fórum Parlamentar também foi mencionado como uma conquista da NCE. "Sem a NCE não teria existido espaço para criar um diálogo com os mandatos e parlamentares sobre as questões educativas experimentadas pela Índia e como realizar mudanças."<sup>195</sup>
- *Mensagem perspicaz.* "Nossas mensagens ao governo e legisladores/as, foram: a) isso é bom para a agenda política e b) a educação é um bom investimento para o futuro." A NCE havia monitorado as plataformas dos partidos políticos e as declarações públicas de parlamentares citando o que foi dito. Dizíamos: "não estamos pedindo nada de novo, isso é o que vocês disseram em sua plataforma". É mais eficaz convencer-lhes que era sua própria idéia em vez de fazê-los sentir que lhes estamos vendendo algo novo."<sup>196</sup>
- *Coesão organizacional.* "Fazer campanha consiste em energizar as pessoas." Isso começa com as pessoas integrantes do Conselho da NCE que, apesar de estarem ocupadas com as tarefas de suas próprias organizações, estavam unanimemente ativas na campanha. Da mesma forma, as federações-membro e as redes de parceiros distritais contribuíram muito para a campanha. A NCE alegou também que trabalhar de forma conjunta em longas campanhas contribuiu para a coesão interna.

#### *Problemas enfrentados e lições aprendidas*

- *Número de membros do Parlamento X tempo limitado.* Existem mais de 740 membros do Parlamento na Rajya Sabha (Câmara Alta) e na Lok Sabha. Para que o diálogo tivesse resultado, a NCE tentou se reunir com cada um não só uma, mas 3 a 4 vezes por ano.<sup>197</sup> A quantidade de trabalho envolvido no *lobby* foi grande, mesmo para uma coalizão com uma forte base de parceiros. Uma das lições mais citadas é a necessidade pressionar não só parlamentares em Nova Deli, mas também quando estão em seus respectivos estados, onde passam mais tempo e seria mais fácil coordenar as reuniões com as comunidades locais. No entanto, o desafio é fortalecer as capacidades de parceiros, apoiadores e membros distritais da NCE para assumirem essas tarefas.
- *Alargar o alcance da NCE.* Laura Grant escreveu: "nesse ponto, a presença da NCE no sul é só por meio de parcerias, através das organizações-membro, motivo pelo qual a NCE é praticamente desconhecida na região. Isso também limita as estratégias de incidência, com pouca ou nenhuma mobilização local."<sup>198</sup> Laura fez um resumo das lições que influenciaram a estratégia da NCE:
  - A importância das ações de incidência em todos os níveis do governo;
  - A importância de se manter informados e envolvidos membros do parlamento (como ponto de partida para entrar no governo);

<sup>195</sup>Laura Grant, página 74.

<sup>196</sup> Entrevista com Rama Kant Rai, 16 de agosto de 2010.

<sup>197</sup> Entrevista com Sandeep Mishra e Umesh Kumar Gupta, 13 de agosto de 2010.

<sup>198</sup> Laura Grant, página 43.

- Usar o sistema judiciário e os tribunais supremos (para responsabilizar os governos);
- O impacto da influência moral e da mobilização de massa (seguindo o exemplo de Gandhi) para que o governo assuma sua responsabilidade por suas promessas e obrigações;
- A importância das atividades de base para ter um sólido apoio nas ações de incidência baseadas em evidências.

### *Desafios permanentes*

Há um consenso de que a Lei constitui uma grande conquista para a Educação Para Todos. Al mesmo tempo, há um acordo geral de que a Lei não é perfeita, mantém muitas disposições as quais a NCE se havia oposto anteriormente e contem lacunas que comprometem o acesso à educação e à qualidade.

Em particular, a NCE está frustrada porque o alcance da Lei continua cobrindo apenas crianças entre 6 e 14 anos, motivo pelo qual a educação infantil e o ensino médio não estão incluídos. A NCE também está preocupada porque, seguindo o acordo de partilha de custos (65% - 35%, entre os governos central e estaduais), os estados pobres e com recursos limitados ou cujos governos não estão comprometidos com a educação, não conseguirão fornecer recursos suficientes. Outros medos ou preocupações estão ligados à criação de Comitês de Gestão Escolar que dão um papel maior à participação da sociedade civil, mas que também podem ser objeto de manipulação ou politização. A parceria público-privada que promove a Lei é um passo para a privatização da educação.

Além disso, é preciso formular e aprovar, até julho de 2011, normas-padrão (a lei estadual) para determinar como a Lei será implementada no âmbito do estado. Em agosto de 2010, apenas quatro dos 28 estados já haviam elaborado esse documento. Para a NCE, trata-se de um desafio e uma oportunidade ao mesmo tempo. "A Lei define o mínimo, mas não o máximo, por tanto, alguns estados podem fazer mais", disse o coordenador da NCE Rama Kant Rai. Naturalmente, a NCE pressionará pelo "máximo".

### **O que acontece depois?**

A NCE continuará com sua campanha pela Lei do Direito à Educação – para aumentar a sensibilização do público em geral, para que as crianças possam reivindicar seus direitos, para que se possa ampliar o acesso à educação, para que essas normas-padrão sejam elaboradas imediatamente e para que se realizem alterações em algumas seções com a finalidade de corrigir lacunas. Líderes da NCE reuniram-se com organizações parceiras em diferentes estados para intensificar as ações em esses lugares. A NCE também continuará com suas ações de incidência para que o governo aumente o financiamento a níveis que sejam adequados para uma educação de qualidade.

Quase dez anos atrás, a NCE mobilizou-se para uma Shiksha Yatra (Marcha pela Educação) que ajudou a pressionar o governo a introduzir importantes alterações constitucionais que garantem o direito à educação como um direito fundamental. A NCE planejava voltar a fazer o mesmo. Em novembro de 2010, outra Shiksha Yatra marcha/caravana de veículos percorrerá 70 mil quilômetros, com os seguintes objetivos: a) coletar evidências sobre a situação da educação das crianças, por exemplo, as violações da Lei do Direito à Educação e exemplos de boas práticas em educação b) fazer campanha por mudanças na legislação do direito à educação por meio de *lobby* com autoridades distritais e estaduais e comunidades em dez estados para que desenvolvam as normas-padrão e diretrizes que podem ser alinhadas com as ações incidência da NCE.

## **Reflexões sobre o Programa do Projeto de Incidência Política (PIP)**

A NCE é um dos primeiros parceiros do programa PIP na região da Ásia e do Pacífico. Sua campanha para a aprovação da Lei do Direito à Educação recebeu recursos do PIP. A NCE tem a ASPBAE, que facilitou a execução do PIP na região, como um de seus parceiros mais importantes – não só nessa campanha em particular, mas também no fortalecimento de suas capacidades.

O coordenador da NCE, Rama Kant Rai, disse: "estamos gratos à ASPBAE pela capacitação, pelos eventos, materiais e intercâmbios com outros países. Tivemos a oportunidade encontrar coalizões de outros países, começamos a realizar uma introspecção sobre o nosso trabalho. Isso nos deu mais segurança e confiança, especialmente para estender nosso trabalho a mais de 13 estados."<sup>199</sup>

Rama dá créditos a ASPBAE e ao PIP pelo seu compromisso com o financiamento da educação. "Em termos de financiamento da educação, a ASPBAE nos deu uma ferramenta muito, muito poderosa para as ações de incidência e para planejar como avançar. Depois de frequentar uma capacitação sobre a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e o acompanhamento do orçamento, a NCE organizou três oficinas de formação a nível nacional e estadual sobre o mesmo tema. Essas oficinas propiciaram aos membros ter outra forma de entender a AOD e o financiamento da educação. Isso nos fez ver o trabalho de incidência de outra perspectiva. Agora, sabemos detalhadamente quanto o governo deve investir e podemos pressioná-lo para garantir o desembolso apropriado." A publicação sobre a AOD e os folhetos sobre o acompanhamento do orçamento também receberam o apoio do PIP.

Rama também mostrou seu apreço pelas ações regionais de incidência da NCE, como durante a Reunião de Ministros de Educação do Sul da Ásia, em dezembro de 2009. A ASPBAE convocou as coalizões nacionais de educação na região, que formularam um conjunto de recomendações para serem apresentadas aos ministros. Como resultado dessas intensas ações de pressão por parte de representantes do PIP, a Declaração de Dhaka sobre Educação Para Todos incentivava que os países membros destinem 6% do PIB à educação e apóia o papel das ONGs. "Vimos como esse fórum pode assumir compromissos vinculantes para os países membros".

O PIP contribuiu aos planos de incidência da NCE a longo prazo, através do fortalecimento de suas capacidades para assumir essa tarefa. A NCE, por sua vez, reforçou as capacidades de seus membros e associados. A NCE quer ter um melhor desempenho. Umesh Kumar Gupta, coordenador nacional de incidência, perguntou: "Como podemos renovar a campanha, especialmente as estratégias baseadas na comunidade ou no uso da tecnologia da informação? Nossas abordagens atuais podem ser eficazes, mas queremos continuar crescendo e desenvolvendo-nos. Talvez isso seja algo que o PIP deva considerar."<sup>200</sup>

## **Estudo de Caso: Coalizão pelo Desenvolvimento Educativo (CED) do Sri Lanka – Campanha a favor da educação das mães**

À primeira vista, o Sri Lanka parece ter realizado avanços invejáveis em matéria de educação. A educação tem sido considerada como um direito básico desde 1943. O governo provê educação gratuita no nível primário, secundário e terciário, que, desde os anos 1980, inclui de forma gratuita livros de texto, uniformes, materiais, merenda e passagens de ônibus subsidiadas. Em 1997, a educação para meninos e meninas de 5 a 14 anos se tornou obrigatória, fazendo-se cumprir essa medida através dos Comitês de Assistência Escolar e

<sup>199</sup> Entrevistas com Rama Kant Rai, 16 e 17 de agosto de 2010.

<sup>200</sup> Entrevista com Umesh Kumar Gupta, 13 de agosto de 2010.

Supervisão Escolar até os níveis mais básicos de governo.<sup>201</sup> Como resultado, as cifras da alfabetização de pessoas jovens e adultas e a matrícula na educação primária no Sri Lanka se encontram consistentemente entre as mais altas da região do Sudeste Asiático.<sup>202</sup>

Mas ainda há muitos desafios pela frente, admite o governo. Entre eles, a falta de infraestrutura escolar e de docentes qualificados, disparidades nos padrões educativos entre meninos e meninas de áreas urbanas e de áreas rurais (com apenas 37% dos meninos e meninas das zonas rurais que chegam a dominar sua língua local e apenas 38% com conhecimentos de aritmética), assim como uma diminuição recente na taxa de conclusão na educação primária.<sup>203</sup> Um estudo sobre taxas de deserção, realizado pela Transparência Internacional, mostra também uma brecha significativa: 1,4% no geral em contraste com 8,4% nas escolas rurais. A pobreza e a falta de apoio dos pais foram citadas como as razões principais da deserção escolar.<sup>204</sup>

Um dos pontos positivos é o incremento na participação de meninas na educação. Inclusive hoje em dia, provavelmente, mais meninas que meninos finalizarão o ciclo de educação primária. Mas esse não tem sido sempre o caso. Muitos anos atrás, quando a educação primária ainda não era obrigatória, um grande número de meninas – que agora são mães – não podiam comparecer à escola ou se viam forçadas a abandonar seus estudos em idade precoce, tendo como consequência um retrocesso na aprendizagem ou um retorno ao analfabetismo.

O resultado é a exclusão social. Essas mulheres têm menos acesso à informação porque não podem ler os jornais ou as notícias nos cartazes em suas comunidades, tais como os que são difundidos para a prevenção da dengue. Experimentam dificuldades para deslocar-se, já que não podem ler os cartazes dos ônibus. Como mães, não podem ler as cartas que seus filhos e filhas trazem para casa da parte de seus docentes, e muito menos ajudar-lhes com suas tarefas escolares. Têm também menos acesso a serviços, tais como empréstimos. Melhorar a alfabetização de pessoas adultas é um dos seis objetivos da Educação para Todos (EPT) e é urgente que se comece a prestar mais atenção nisso.

A responsabilidade da educação de pessoas adultas (tanto a alfabetização funcional como a formação profissional) se encontra nas mãos do Departamento de Educação Não Formal e Especial do Ministério da Educação. Seu diretor, o Sr. H.P.N. Lakshman, admitiu que o alcance, a cobertura e a efetividade de suas ações estavam condicionados pelas limitações orçamentárias. O Sri Lanka não é o único país que passa por esses problemas, declarou. Agregou que, em uma conferência do Sudeste Asiático à qual compareceu, todos os países expressaram desacordo em relação aos escassos recursos destinados à educação não formal. É um “problema de atitude. A maioria das pessoas não presta atenção a esse projeto.”<sup>205</sup>

O impacto das restrições orçamentárias poderia ser vislumbrado na formação profissional. Muitos educandos manifestaram interesse nas áreas de computação e tecnologia da informação, mas os centros de formação têm instalações limitadas e oferecem em troca capacitação para realizar artesanatos tradicionais. Mas o mercado para os artesanatos é

<sup>201</sup>Entrevista com HPN Lakshman, 23 de agosto de 2010

<sup>202</sup> Relatório de Acompanhamento da EPT no Mundo, Chegar aos Marginalizados, UNESCO e Oxford University Press, 2010

<sup>203</sup>ODM, Relatório de país 2005 - Sri Lanka, citado em

[http://www.mdg.lk/inpages/thegoals/goal2\\_primary\\_education.shtml](http://www.mdg.lk/inpages/thegoals/goal2_primary_education.shtml)

<sup>204</sup>Artigo no Daily Mirror: “Student Drop-Out Rate in Estate Schools Alarming”(Alarmante taxa de deserção escolar nas escolas públicas), 23 de agosto de 2010, p. A4

<sup>205</sup>Relatório do Sri Lanka para a Avaliação de Metade do Prazo da Educação para Todos (em inglês), p-10-11 e entrevista com HPN Lakshman

pequeno e os educandos têm dificuldades para vender os produtos que aprenderam a produzir nos cursos de formação profissional. Um funcionário de educação zonal admitiu que ter habilidades para a vida não se traduz necessariamente em obter ingressos mais elevados.<sup>206</sup>

Dessa forma, os críticos se queixam de que não existe uma política coerente de educação de pessoas adultas nem um programa que tenha um impacto substantivo na população afetada.<sup>207</sup>

### **A Coalizão pelo Desenvolvimento Educativo e a Campanha a favor da Educação das Mães**

A Coalizão pelo Desenvolvimento Educativo (CED, sigla em inglês) foi estabelecida em 2004 e registrada formalmente como organização legal em 2006. Sua missão é “Promover e fazer trabalho de incidência a favor do compromisso e da participação das organizações da sociedade civil (OSC), desde o nível comunitário até o nível nacional, na formulação e na implementação de uma política nacional de educação de qualidade para todos e todas e para apoiar a conquista de programas inovadores de educação em todos os níveis para assegurar a qualidade e a igualdade de oportunidades.”

A CED tem 61 organizações membro de todas as nove províncias do país. Como coalizão relativamente jovem, faz muito pouco tempo que a CED começou a esquentar os motores para realizar trabalho de incidência em nível nacional. A maioria de suas organizações afiliadas estava enfocada na melhora da educação em nível provincial e comunitário, através de uma prestação direta de serviço de educação ou realizando incidência em nível local. A CED buscou abordar temas tais como a matrícula e a deserção escolares. O financiamento da educação é outra grande preocupação, e é matéria de pesquisa da CED. Foi publicado um resumo executivo dos achados da pesquisa, intitulado *Processo orçamentário e acompanhamento do orçamento da educação formal no Sri Lanka*.<sup>208</sup> Isso também foi tema de várias oficinas e fóruns entre os membros.

Muitas organizações afiliadas à CED, em particular aquelas baseadas nas comunidades, haviam trabalhado com mulheres/mães durante muitos anos e em diversos graus. Já em 2007, a CED havia pensando em realizar um trabalho de incidência em nível nacional sobre a educação das mães para conseguir seu empoderamento. As mães têm um papel crucial nas decisões sobre a educação de seus filhos e filhas. Se as mães recebessem educação, raciocinou a CED, poderiam então apoiar com mais força a escolarização de seus próprios filhos e filhas, ajudando assim a deter a taxa de deserção escolar.

Em 2008, o Comitê Executivo da CED recomendou a realização de uma convenção nacional onde as próprias mães poderiam articular a necessidade de uma política coerente e efetiva de educação de pessoas adultas no país. A CED apresentou uma proposta de projeto à ASPBAE, que havia financiado anteriormente, mediante o PIP, a publicação do resumo executivo da pesquisa da CED sobre acompanhamento do orçamento de educação. A ASPBAE concordou.<sup>209</sup>

---

<sup>206</sup> Entrevista com K.V. Karunaratne, 19 de agosto de 2010

<sup>207</sup> Entrevista com Chandana Bandara, 16 de setembro de 2010

<sup>208</sup> A pesquisa foi financiada pela Save the Children e o resumo executivo foi publicado com fundos do projeto Education Watch do PIP.

<sup>209</sup> “Listening to the Voice of the Mothers” (Escutando as vozes das mães), relatório da CED à ASPBAE sobre a Campanha a Favor da Educação das Mães, 2008, página 10 (em inglês)

O plano da CED era realizar em apenas um dia em dezembro de 2008 uma convenção de mães analfabetas funcionais ou com muito poucos anos de escolaridade – para demonstrar que o analfabetismo de pessoas adultas existe em uma escala importante no território do país. Mas a CED também queria que esse processo empoderasse e desse voz a essas mães que haviam sido deixadas na sombra por tanto tempo.

### *Objetivo geral*

Realizar trabalho de incidência para que os encarregados de formular as políticas fizessem as mudanças necessárias na política de educação existente a fim de dar mais proeminência à educação das mulheres e especialmente das mães.

### *Objetivos específicos*

- Mobilizar mulheres, especialmente mães de comunidades desfavorecidas, para que se reunissem e construíssem uma aliança nacional ampla para incidir pela mudança da política de educação e a favor de uma política de educação de pessoas adultas sensível à questão de gênero.
- Construir um consenso comum em torno ao vazio existente na atual política de educação de pessoas adultas ao não reconhecer a importância de melhorar os padrões educativos das mulheres, e especialmente das mães.
- Criar uma plataforma para as mulheres nos níveis provinciais e nacionais e elevar suas vozes para atrair a atenção dos encarregados de formular as políticas em relação à necessidade de uma política de educação de pessoas adultas sensível ao gênero.

As atividades prévias à campanha incluíram:

- Setembro: Implantar banners com o slogan “A alfabetização é a chave para a saúde e para o bem-estar” a tempo para o Dia Internacional da Alfabetização
- Outubro: Convocar 24 organizações afiliadas à CED de oito províncias do país para planejar a convenção (o conflito armado impediu que as organizações afiliadas à CED da Província do Norte viajassem a Colombo).
- Outubro-Novembro:
  - Manter consultas nas aldeias e atrair mães analfabetas ou com baixos níveis de escolaridade para compreender os vínculos entre o analfabetismo e os problemas que ele acarreta em sua vida diária.
  - Promover o diálogo entre as mulheres da comunidade e a equipe de trabalho de extensão/funcionários de mais alto nível da educação zonal
  - Obter a reação e as contribuições das mães sobre os planos da convenção nacional

A resposta foi assombrosa. As mães se mostraram sumamente entusiasmadas em relação ao fato de que o projeto envolvesse também sua participação. Como é compreensível, algumas estavam nervosas por ter que admitir seu analfabetismo publicamente, mas a maioria reconheceu a importância dessa convenção, demonstrando muito entusiasmo por poder participar do evento.

Chegou finalmente o 13 de dezembro de 2008 e as mães se reuniram na capital, Colombo. Desde o começo, a CED esteve empenhada em que a convenção fosse o mais ampla e inclusiva possível, e dessa forma chegaram as participantes provenientes de oito das nove províncias e de 18 dos 24 distritos do país. As mulheres representavam todos os grandes



grupos étnicos: cingalês, tamil e muçulmano. No total, estiveram presentes 478 mães, junto com 75 homens das mesmas comunidades. Sua participação foi promovida por 39 organizações afiliadas à CED que as deslocaram a Colombo. A presença de ONGs internacionais, agências multilaterais para o desenvolvimento, como UNICEF, e organizações afiliadas à CED elevaram aproximadamente a 600 o número total de participantes. O governo esteve representado por funcionários do Ministério da Educação, incluindo o vice-diretor do Departamento de Educação Não Formal e o diretor do Instituto Nacional de Educação, e funcionários de educação provincial, incluindo o Secretário de Educação da Província Central. Meios de comunicação massivos tais como os jornais tamis e a National Television News Telecast também realizaram uma cobertura dessa convenção.

Esse dia marcou um momento chave na vida dessas mães. Não apenas o governo e as ONGs líderes lhes falaram sobre elas, como também lhes foi concedida a oportunidade de falar sobre suas vidas diante de um grupo distinto de pessoas. As mães participaram também de apresentações culturais que incluíram música e dança.<sup>210</sup>

As organizações afiliadas à CED continuaram conscientizando as pessoas sobre a necessidade da educação das mães e realizaram ações de lobby a favor desse tema durante as reuniões com a equipe de governo designada para essa área e inclusive com os políticos das bases. Em seus próprios cursos de capacitação para a aquisição de destrezas para a vida, incorporam alfabetização, aritmética e habilidades de liderança.

Em 2009 a CED apresentou outra proposta à ASPBAE-PIP com o objetivo de empoderar mulheres/mães a fim de que atinjam seu pleno potencial mediante a educação para converter-se em integrantes da sociedade em pé de igualdade e integrantes produtivas de todas as áreas de trabalho disponíveis.

Usando seus próprios fundos, muito limitados, algumas organizações afiliadas à CED também começaram a compilar uma base de dados daquelas mães com baixos níveis de escolaridade em quatro províncias: Província Ocidental, Província do Sul, Província do Noroeste, e Província do Centro Norte.<sup>211</sup> Nessas províncias, a CED mobilizou 19 organizações parceiras cujas equipes de trabalho compareceram a uma jornada de orientação sobre o trabalho de pesquisa antes de entrevistar as mães nas aldeias, assim como recopilar dados das secretarias das respectivas divisões.

O relatório da pesquisa foi finalizado em junho de 2010.<sup>212</sup> Nessas províncias, os/as pesquisadores/as identificaram 831 mulheres, 696 das quais eram analfabetas e 135 tinham um nível de educação que chegava até a 6ª série. Em geral, essas mães provinham de comunidades de baixa renda e marginalizadas. Algumas tinham filhos ou filhas com deficiência ou que não frequentavam a escola ou a haviam abandonado, e eram, portanto, analfabetos/as. Outras mães estavam nessa época na prisão ou haviam sido liberadas recentemente.<sup>213</sup>

Os achados da pesquisa foram compartilhados com as autoridades da educação de pessoas adultas nas respectivas províncias e com funcionários da Comissão Nacional de Educação. Até o final, a pesquisa oferece uma lista de recomendações tais como atividades de geração de

---

<sup>210</sup> Ibid

<sup>211</sup> Educação das Mães em Quatro Distritos Seleccionados (Proposta de projeto), CED, sem data

<sup>212</sup> Entrevista com M.A.P. Munashinghe, que redigiu o relatório de pesquisa, 23 de agosto de 2010

<sup>213</sup> Desenvolvimento das capacidades para a incidência a favor das metas não atendidas da EPT mediante o desenvolvimento de uma frente em nível de distrito para a educação básica das mães (relatório de pesquisa de junho de 2010)

renda combinadas com alfabetização e capacitação, estabelecimento de Centros de Educação de Pessoas Adultas, incidência em múltiplos níveis para a criação de programas governamentais de educação de mães, estabelecimento de um fundo de educação para mães, etc.

De acordo com um integrante do Conselho da CED, que apresentou os achados da pesquisa às autoridades provinciais, alguns funcionários do governo ficaram chocados com o relatório e perguntaram: realmente temos pessoas analfabetas no século 21? Em reuniões comunitárias realizadas para discutir a pesquisa, algumas mães começaram a chorar depois de interpretar um papel ou fazer um breve esquete representando seus problemas. “Disseram: ‘Tivemos que enfrentar problemas ao longo de toda nossa vida. Com essa atividade nos fortalecemos’. As mães são corajosas, mas nem sempre se dão conta disso.”<sup>214</sup>

## Resultados da Campanha

A campanha da CED teve três grandes resultados:

- *Uma maior consciência do analfabetismo e dos baixos níveis de escolaridade de muitas mães, e as repercussões que isso tem em seu empoderamento e na educação de seus filhos e filhas.* Antes que a CED embarcasse nessa campanha, havia-se falado muito das admiráveis estatísticas do Sri Lanka em matéria de educação e de alfabetização, e havia talvez alguma presunção em tais afirmações. Ao chamar a atenção sobre as mães analfabetas, a CED recordou ao governo e ao público da existência de problemáticas persistentes que devem ser resolvidas antes que o Sri Lanka possa alcançar a Educação para Todos e Todas. Essa tomada de consciência do problema se ampliou em níveis locais através de reuniões comunitárias e de diálogos com funcionários locais, e em nível nacional através de discussões com funcionários de governo e organizações para o desenvolvimento. Gerou-se a publicidade que tanto se precisava através da cobertura midiática da convenção de mães em dezembro de 2008. Uma maior discussão do tema dentro da CED e a tomada de consciência resultante entre suas organizações afiliadas teve como consequência que se gere mais compromisso na abordagem da temática. Isso é evidente, por exemplo, no interesse dos membros em aprofundar a pesquisa na Província do Noroeste, inclusive sem financiamento externo. O estudo, ainda em curso, aponta a identificar as lacunas nos atuais procedimentos de implementação das divisões de educação não formal na província para o empoderamento das mulheres e a formular recomendações para elevar o nível educativo das mães.
- *Uma maior auto-estima para as mães.* Algumas mães admitiram sentir-se envergonhadas por causa de seu analfabetismo. Gradualmente, a atenção posta nelas foi reduzindo um pouco esse estigma. Ao se reunir pela primeira vez, as mães se sentiram menos isoladas. Ao serem reconhecidas pelos governos, essas mães deram um passo adiante para sair da exclusão. Ao conseguir que fossem reconhecidas suas próprias aspirações educativas, essas mães se decidiram com mais força a perseguir seus sonhos.
- *Melhora das capacidades da CED e de suas organizações membro para se envolver no trabalho de incidência.* “Uma campanha nacional não é suficiente, temos que realizá-la

---

<sup>214</sup> Entrevista com Daya Ariyawethi, 21 de agosto de 2010

em nível local ao mesmo tempo.”<sup>215</sup> Para a CED e suas organizações membro, a incidência é ainda um empreendimento novo. As ONGs e as OSCs de base estão mais familiarizadas com a prestação de serviços, e algumas estão começando a organizar as mães nas aldeias. Continuaram com a capacitação e com outras formas de apoio para mães, com atividades adicionais de incidência. Organizações membro dos distritos de Kurunegala e Puttulam relataram um êxito inicial na obtenção de fundos (150.000 e 50.000 rúpias respectivamente) da parte dos escritórios dos governos locais destinados à educação de mães.<sup>216</sup>

A própria CED é uma nova organização com capacidades limitadas. “Antes pensávamos que incidência significava fazer marchas de protesto, tal como fazem as forças antigovernamentais,” admitiu um integrante do Conselho da CED.<sup>217</sup> Ao abordar esse tema, a CED descobriu que não era assim e se viu forçada a aprender os ossos do ofício mediante o lobby com funcionários públicos e através da arte de realizar apresentações convincentes. Sua habilidade para convocar até 600 participantes para a convenção de mães é outro elemento a mais que se agrega à confiabilidade e credibilidade da CED.

A pesquisa concluída recentemente também oferece à CED evidência para fortalecer sua incidência.

## **Altos e baixos da campanha**

### *Fatores que respaldaram o êxito*

A CED atribui as conquistas obtidas através da campanha ao interesse e ao compromisso assumido pelas mães, que se puseram à disposição para participar em reuniões e consultas. Também elogia suas organizações membro por seu compromisso com a educação das mães e sua vontade para se afastar das áreas de trabalho que dominam e envolver-se em atividades de incidência.

### *Problemas encontrados e aprendizagens*

Alguns dos problemas encontrados nesse campo se relacionam com temas práticos como:

- Dificuldade em encontrar tempo disponível para se reunir com mães que trabalham e que têm obrigações familiares. Um dos aprendizados foi tentar fazer reuniões que fossem “atrativas” mediante a projeção de filmes ou encenação de peças de teatro que agradem as comunidades.
- Dificuldade em navegar através da burocracia governamental, por exemplo, marcar reuniões com funcionários do governo. Alguns funcionários relutavam em se reunir com as ONGs, a não ser que se obtivesse de antemão a aprovação de funcionários de mais alto escalão, algo que pode resultar muito mais difícil de obter. Apesar dessa dificuldade, a CED descobriu que é mais fácil atingir os funcionários locais que aqueles em nível nacional, o que reforça seu interesse em realizar mais incidência em nível local.
- Fundos limitados, por exemplo para o transporte e para a comida, o que restringiu o número de mães e representantes da comunidade que a CED pode mobilizar para a

---

<sup>215</sup>Entrevista com Charles Elamaldeniya, 20 de agosto de 2010

<sup>216</sup> Ibid

<sup>217</sup> Entrevista com Chandana Bandara, 16 de setembro de 2010

convenção nacional em 2008, ou impediu a realização de uma pesquisa com mais profundidade em 2009.

Outros problemas concernem à capacidade da CED, tais como as destrezas no trabalho básico de pesquisa, de redação e de análise. Em retrospectiva, a jornada de orientação sobre o trabalho de pesquisa deveria ter sido ampliada para uma capacitação mais profunda.<sup>218</sup> Deveria ser mantido também o desenvolvimento das capacidades para a incidência e outros aspectos da gestão programática e organizacional.

O problema maior envolve os encarregados de formular as políticas: como fazer para que mudem suas prioridades e destinem mais recursos à educação não formal em geral, e à alfabetização de mães em particular?

Se fosse dada a chance de começar a campanha novamente, a CED recomendaria duas ações: em primeiro lugar, criar organizações de mães em nível de distrito que possam atuar como grupos de pressão durante as campanhas de incidência, e em segundo lugar, o planejamento participativo e a implementação junto com outros atores em nível distrital, provincial e nacional para ampliar a gama de interessados em respaldar a educação de mães.

### **O que acontece depois?**

A campanha a favor da educação de mães será mantida pelos membros da CED que trabalham com as bases.

Em âmbito nacional, uma das veias para realizar trabalho de incidência é a nova Lei de Educação que atualmente está sendo analisada no Parlamento e será colocada para votação no começo de 2011. A CED e outros atores no campo da educação desejam que a lei se amplie para incluir a educação não formal. Para tal propósito, a CED e outros atores se reuniram em agosto de 2010 e acordaram em reunir um milhão de assinaturas para exercer pressão a favor de uma lei de educação progressista.

### **Reflexões sobre o Programa do Projeto de Incidência Política (PIP)**

O desenvolvimento das capacidades é o que a CED associa com o PIP e a ASPBAE. Igualmente à Associação de ONGs de Educação do Camboja (NEP, em inglês), a primeira exposição da CED ao desenvolvimento de capacidades do PIP se produziu durante a Capacitação Regional para a Ásia sobre Comunicações Populares para Trabalho de Incidência e a Campanha que teve lugar em Kuala Lumpur, em setembro de 2006. Desde então, os membros da CED participaram de outros cursos do PIP sobre desenvolvimento das capacidades e capacitação para a incidência. Como resultado, a CED redigiu um marco nacional e identificou as áreas prioritárias para a incidência, incluindo o desenvolvimento das capacidades das OSC para a incidência, reforma da educação e desenvolvimento, apoiadas atualmente pelo PIP e pelo FRESCE.

O Diretor de programa da CED para a Educação de Pessoas Adultas e Educação Inclusiva, Chandana Bandara, acrescentou, “Devido ao PIP, a CED pôde desenvolver suas capacidades para a incidência. Aprendemos o que significa a incidência, onde pode ser aplicada, as mudanças que pode produzir, e como planejar passos efetivos em uma campanha.”<sup>219</sup>

<sup>218</sup> Entrevista com M.A.P. Munasinghe, 23 de agosto de 2010

<sup>219</sup> Correspondência com Chandana Bandara por correio eletrônico, 16 de setembro de 2010

O Presidente do Conselho da CED, Charles Elamaldeniya, escreveu, “a CED aprendeu sobre a incidência através do PIP. Ao fazê-lo, o PIP contribuiu para que a ideia da Educação para Todos se converta em uma realidade. Não se teria conseguido êxito sem os fundos e sem uma orientação adequada por parte do PIP.”<sup>220</sup> Charles também atribuiu ao PIP o fato de ser o “ponto de inflexão em relação à tomada de contato e ao estabelecimento de vínculos com as redes regionais e globais” e também haver ganho “uma exposição muito atualizada e informada mediante a participação em vários fóruns e seminários regionais e internacionais.” Isso inclui a participação da CED na Reunião da Consulta Coletiva de ONGs, convocada pela UNESCO em Dhaka, em março de 2010.<sup>221</sup>

“Em particular, o PIP e a ASPBAE apoiaram com fundos e ofereceram uma orientação no momento de levar a cabo a primeira campanha nacional da CED sobre educação de mães em 2008. Conseguir a tão necessária intervenção/atenção do Estado foi uma das nossas conquistas. Chegamos a muitos burocratas do governo que eram protagonistas na fraternidade da educação local, respaldando-nos na criação de uma maior consciência sobre o tema nos círculos políticos responsáveis. Ao chamar a atenção sobre a temática, a CED também se fez conhecer como uma organização pioneira nas discussões sobre a política nacional de educação.

As lições aprendidas pelas organizações afiliadas à CED nesse projeto resultaram em atividades de acompanhamento em nível regional e local. Mantêm um interesse permanente em trabalhar com as autoridades regionais da educação não formal, a fim de mitigar esse problema em suas localidades. O que fizemos no passado foi apenas o início, o que fazemos no futuro vai ser de muito maior valor para encontrar as verdadeiras soluções para essa problemática.

Em particular, o programa de incidência deveria ser levado às regiões afetadas por conflitos e a áreas com minorias étnicas. A taxa de deserção na província do Norte (afetada pela guerra) é de mais de 60%. As organizações da sociedade civil devem fazer incidência com os partidos relevantes para que esses meninos e meninas regressem às escolas, e dessa forma nossos futuros programas de educação de mães deveriam explorar estratégias para lidar com as autoridades responsáveis do governo.

Os membros da CED deveriam receber capacitação para realizar trabalho de incidência política. Portanto, o melhor seria organizar um programa de incidência política para os membros da CED e para outras organizações e funcionários de educação.”<sup>222</sup>

### **Estudo de caso: Associação de ONGs de Educação (NEP), Camboja – Campanha para abolir a cobrança das cotas escolares informais**

O artigo 31 da Lei de Educação do Camboja estabelece: “Todo cidadão tem direito a ao acesso a pelo menos nove anos de educação de qualidade em escolas públicas de maneira *gratuita*”.<sup>223</sup> Esses nove anos cobrem seis anos de ensino fundamental e três anos de ensino médio elementar, o que constitui a educação básica no país.

---

<sup>220</sup>Correspondência com Charles Elamaldeniya por correio eletrônico, 7 de setembro de 2010

<sup>221</sup>Charles Elamaldeniya, no Questionário do PIP, sem data

<sup>222</sup>Charles Elamaldeniya, em uma Carta sobre o PIP dirigida a Raquel Castillo, 10 de outubro de 2010

<sup>223</sup>Lei de Educação, Reino do Camboja, 2007

Na realidade, a educação básica custa caro. Um estudo realizado em 2007 pela Associação de ONGs de Educação (NEP, sigla em inglês) expôs o que chamou de “cotas escolares informais”.<sup>224</sup> Estes são alguns exemplos:

- Custos diários, por exemplo, consumo de alimentos na escola e cota por estacionamento de bicicleta
  - Alguns professores vendem alimentos para complementar seus salários. As crianças se sentem obrigadas a comprar dos professores por temor de que se não o fizerem isso afete negativamente suas notas.
  - A cota de estacionamento se destina, segundo informado, a quem fica encarregado da segurança das bicicletas, mas algumas pessoas dizem que uma parte da cota vai para o administrador da escola.
- Cotas escolares, por exemplo, a cota docente paga diária ou mensalmente,<sup>225</sup> aulas particulares, folhas com lições e provas
  - Os professores cobram cotas para complementar seus salários. Com frequência, as crianças se sentem envergonhadas demais para ir à aula se não têm dinheiro.
  - As “aulas particulares” são ministradas pelos mesmos professores. Frequentemente, as lições fazem parte do programa de estudos em vez de ser algo complementar. Muitas vezes são realizadas como preparação para exames. As crianças que não assistem às aulas particulares inevitavelmente obtêm piores resultados nas provas e correm o risco de repetir de ano.
- Gastos iniciais, por exemplo, o uniforme escolar (uniforme diário, esportivo, sapatos), materiais de estudo (mochila, cadernos, lápis) e matrículas de inscrição na escola (formulários de inscrição, fotografias, livros de registro de estudos, cotas para esportes)
  - São compras realizadas uma só vez, no início do ano escolar, cujo alto montante pode resultar em que pais e mães não enviem seus filhos e filhas à escola.
- Gastos vários, por exemplo, materiais de estudo e para a aula, manutenção de bicicletas, presentes para os professores e para as professoras e cerimônias, água, eletricidade, coleta de lixo
  - Os presentes para os professores e para as professoras não eram uma prática comum de 1ª a 6ª série em algumas províncias. Entretanto, houve casos em que os materiais destinados a algumas aulas na verdade foram para professores e, por exemplo, as aulas de “produção manual” se transformaram em oportunidades para que os professores recebessem coisas compradas pelos estudantes.
  - As escolas têm um orçamento para manutenção e reparação, mas muitas vezes os fundos são insuficientes, por isso os estudantes são chamados a contribuir.

A NEP estava muito preocupada porque 63% dos entrevistados citaram, como sua razão para abandonar a escola, “meu pai é pobre e não pode pagar”. Assim, as cotas escolares informais impedem que o Camboja alcance o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de educação básica universal.

O governo está totalmente consciente de que as cotas escolares informais existem e emitiu várias declarações fazendo um chamado para sua abolição. Já em 2002, por exemplo, o Ministério da Educação, Juventude e Esportes (MEJD) emitiu uma *Diretiva sobre a Tomada de Medidas para Evitar Anomalias nas Escolas Primárias*, que incluía as cotas docentes e a venda de alimentos entre essas “anomalias”. Em 2005, o MEJD emitiu a *Declaração de Direção Implementada Prakas No. 513 Sobre a abolição da cobrança de dinheiro a estudantes em*

---

<sup>224</sup>O Impacto das Cotas Escolares Informais, ASPBAE e NEP, 2007, páginas 12-17

<sup>225</sup> Alguns informantes para este estudo de caso dizem que as cotas docentes raras vezes são pedidas nas zonas rurais, onde as famílias simplesmente não podem pagá-las.

*escolas públicas primárias e secundárias*. Mais recentemente, o Plano Estratégico de Educação 2006-2010 estabeleceu um objetivo de abolição de pagamentos informais de 1ª a 9ª série em toda a nação para o fim de 2008.<sup>226</sup>

No entanto, essa prática continua sendo tão difundida como sempre.

### **A NEP e a Campanha para deter as cotas escolares informais**

A NEP se organizou em 2001 como um canal para que as ONGs se conectassem com o governo no que diz respeito a políticas educativas.<sup>227</sup> Atualmente, a NEP tem 85 ONGs membro, tanto locais como internacionais.

Um dos trabalhos de incidência mais importantes da NEP é deter a cobrança de cotas escolares informais. As ONGs afiliadas à NEP colocam o tema reiteradamente, em particular aquelas que atuam em nível comunitário, que são testemunhas das consequências produzidas quando as famílias retiram as crianças, especialmente as meninas, da escola. A princípio, a NEP pesquisou em uma província, mas precisou de estudos mais amplos e profundos para demonstrar que o problema era generalizado. Em 2007, recebeu apoio do programa do PIP da CME, em associação com a ASPBAE. O PIP estava então implementando o Education Watch (Observatório da Educação), uma iniciativa regional para preparar os e as ativistas em favor da educação para o trabalho de incidência baseado na evidência.

Em dezembro de 2007, a NEP divulgou os achados da pesquisa em um grande encontro de lançamento. Ainda que tenha sido convidado, o ministro do MEJD não se apresentou; em seu lugar enviou um representante. A NEP ficou decepcionada, mas não se desanimou. Agora tinham a evidência para respaldar uma campanha bem embasada.

O conceito de “campanha” tem diferentes significados em diferentes países, segundo suas realidades políticas. No Camboja, por exemplo, mobilizações massivas nas ruas ou frente aos escritórios governamentais poderiam colocar em risco a segurança das pessoas e sua liberdade, sem assegurar os resultados buscados. Em vez disso, a NEP dirigiu atividades de pressão em relação a organismos interinstitucionais de alto nível dos quais era membro. Isso incluiu o Grupo de Trabalho Técnico Conjunto (GTTC) composto por ministros de governo e parceiros para o desenvolvimento/doadores, e o Grupo de Trabalho do Sub-setor da Educação (GTSE) composto por agências multilaterais e bilaterais e ONGs envolvidas em programas de educação. “Em todas as reuniões, em todos esses fóruns, dizemos o mesmo: não culpamos vocês, mas temos que abordar essa temática para ampliar o acesso à educação. Por favor, detenham a cobrança de cotas escolares informais”, disse In Samrithy, diretor executivo da NEP.<sup>228</sup> O estudo da iniciativa Education Watch da NEP foi distribuído durante essas reuniões.

Representantes e organizações afiliadas à NEP também citaram a pesquisa em numerosas apresentações, como no Congresso de Educação do governo em 2009, onde Samrithy falou sobre as cotas escolares informais, afirmando que representavam uma barreira para o acesso à educação de qualidade. O Ministro da Educação reconheceu as observações de Samrithy e instruiu aos delegados do governo a que tomassem medidas contra essas violações. Os meios de comunicação, tanto locais como estrangeiros, acolheram o tema.

---

<sup>226</sup> Plano Estratégico de Educação 2006-2010, página 10

<sup>227</sup> <http://www.nepcambodia.org/pages.php?mainid=6&key3=history>

<sup>228</sup> Entrevista com In Samrithy, 30 de julho de 2010.

Outra forma de campanha foi fazer pressão política com grupos com mais influência, como o UNICEF e a UNESCO, para utilizar essa influência com o governo. “Pedimos a eles que se pronunciem contra as cotas escolares informais porque se eles falam, sabemos que o governo escutará”.<sup>229</sup> Ao mesmo tempo, alguns membros da NEP faziam campanha contra as cotas junto às bases.

A NEP sabia que não podia simplesmente se opor às cotas, mas que também tinha que propor uma solução sustentável. Assim, a NEP se envolveu em uma campanha paralela para aumentar os salários dos/as docentes e melhorar suas condições de trabalho. Uma vez mais, a NEP começou a pesquisar para reunir provas, formando uma equipe com Serviços Voluntários em Ultramar (VSO, sigla em inglês) para produzir *A docência importa: Um relatório de políticas sobre a motivação e o estado de ânimo dos docentes no Camboja*, publicado em 2008. O relatório dava um panorama detalhado, vívido e comovedor das vidas diárias de docentes que citavam “salários inadequados” como a maior causa de sua insatisfação. “As professoras e os professores de escolas públicas se percebem como mal remunerados, sem o apoio suficiente e trabalhando em escolas com poucos recursos”.<sup>230</sup> No momento do estudo, ganhavam em média entre 30 e 60 dólares americanos por mês, dependendo das qualificações, dos anos de experiência e da quantidade de turnos trabalhados. Por outro lado, um membro do conselho da NEP estimou que uma família que viva em uma cidade com dois filhos precisa de 200 a 250 dólares americanos ao mês só para sobreviver.<sup>231</sup> O problema está agravado por atrasos nas liberações dos fundos. Fazer um acompanhamento dos salários requereria que os professores pudessem chegar ao escritório de educação provincial, tirando-os das tarefas docentes. “Os professores sentem que não lhes resta outra opção que buscar outras atividades que gerem ingressos; 93% dos entrevistados tinham um segundo emprego, e 99% deles disseram que apenas um salário docente não era suficiente para viver”.<sup>232</sup>

Como consequência dos salários baixos, as e os docentes recorrem à cobrança de cotas escolares informais. A diretora do conselho da NEP, Chim Manavy, perguntou: “Se os docentes têm fome, pode justificar-se que busquem outras formas de fazer dinheiro? O sistema obriga os docentes a tornarem-se corruptos?”.<sup>233</sup>

No final, a pesquisa fazia um chamado ao governo para que aumentasse os salários de docentes, diretores de escolas e funcionários dos escritórios provinciais e distritais de educação a um nível adequado em relação ao custo de vida e vinculado à inflação.

Para exercer pressão sobre o governo, em 2008 e 2009 os VSO promoveram as visitas de dois Membros do parlamento britânico, que colocaram o tema dos salários de professores e professoras durante as reuniões com o MEJD.

## **Resultados da campanha**

A NEP não dirigiu uma campanha convencional, com atividades planejadas e um limite de tempo estruturado. Em vez disso, utilizou todas as oportunidades disponíveis em reuniões com o governo, com parceiros para o desenvolvimento e com ONGs aliadas para recordar-lhes que na prática a lei continuava sendo violada, e que isso só poderia ser solucionado aumentando os

<sup>229</sup> Ibidem.

<sup>230</sup> Teaching Matters: A Policy Report on the Motivation and Morale of Teachers in Cambodia (A docência importa: Um relatório de políticas sobre a motivação e o estado de ânimo dos docentes no Camboja), 2008, página 8

<sup>231</sup> Entrevista com Kan Kall, 28 de julho de 2010.

<sup>232</sup> Teaching matters (A docência importa), página 25

<sup>233</sup> Entrevista com Chim Manavy, 29 de julho de 2010



salários de professores e professoras. Por sua parte, os parceiros para o desenvolvimento também fizeram lobby com o governo sobre esse tema. Assim, o crédito por qualquer êxito pertence a todos que participaram na campanha.

- *Maior consciência sobre os salários dos e das docentes e sobre as condições problemáticas de trabalho, e sobre o impacto das cotas escolares informais.* De todos os resultados, a NEP concorda que esse é o que se pode atribuir mais diretamente a seu trabalho de pesquisa e de campanha. Também se criou consciência pública como resultado da cobertura da imprensa. Até mesmo o MEJD deu crédito à NEP por “ajudar ao MEJD a difundir a informação”.<sup>234</sup>
- *Publicação do Subdecreto No.126 sobre Código de conduta profissional para docentes,* que estabelece: “Os docentes não cobrarão nem pedirão dinheiro informalmente, nem farão negócios nas salas de aula. Os docentes evitarão fazer negócios no recinto dos estabelecimentos educativos”. Diferentemente das primeiras diretivas emitidas em nível ministerial, o subdecreto está assinado pelo Primeiro Ministro Hun Sen, o que significa um maior compromisso da parte do governo.
- *Medidas governamentais para assegurar o acesso igualitário aos serviços educativos e à permanência estudantil.* “Para reduzir as barreiras que representam os custos para os pais e para que os estudantes permaneçam nas escolas, foram feitos esforços, como aumentar o orçamento operativo escolar, eliminar os pagamentos não oficiais nas escolas e outorgar bolsas a estudantes pobres, em particular a 17.667 meninas por ano de 7<sup>a</sup> a 9<sup>a</sup> série”.<sup>235</sup>
- *Aumento nos salários dos e das docentes.* Em 2009, o Primeiro Ministro Hun Sen anunciou que seria aumentado o salário dos docentes em 20% cada ano, começando em 2010. Em janeiro de 2010, o Secretário de Estado para a Educação, Nath Bunrouen, anunciou que, com efeito imediato, os salários dos docentes agora se manteriam em: professores/professoras de educação primária = US\$ 50; docentes do ciclo básico de educação secundária = US\$ 75; e docentes de educação secundária superior = US\$ 100. Os docentes que trabalhem em zonas remotas receberiam uma destinação adicional como incentivo.

## **Altos e baixos da campanha**

### *Fatores que respaldaram o êxito*

- A NEP levou adiante duas campanhas distintas, mas sobrepostas: opondo-se às cotas escolares informais e demonstrando suas consequências negativas no acesso de meninas e meninos à educação, e propondo o aumento de salários dos docentes como forma de deter essa prática. Ao tomar dois caminhos complementares, a NEP aumentou as possibilidades de que seu trabalho de incidência produzisse resultados.
- Como se mencionou anteriormente, a NEP não estava só em sua campanha contra as cotas escolares informais. Muitas outras organizações se envolveram na campanha, atuando por separado ou em colaboração com a NEP. E a NEP não apenas teve muitos aliados, como também teve aliados poderosos como o UNICEF, a UNESCO, o Banco Asiático de Desenvolvimento e outros doadores bilaterais. Como o Camboja depende muito da ajuda oficial para o desenvolvimento, essas agências exerceram uma influência importante sobre o governo. “Quando elas pressionam, a mudança se produz mais

---

<sup>234</sup>Entrevista com Sorn Seng Hok, 29 de julho de 2010

<sup>235</sup> Versão atualizada do Plano de desenvolvimento estratégico nacional, 2009-2013, página 63

rápido,” afirmou a NEP.<sup>236</sup> Um diretor do MEJD concorda: “Os parceiros para o desenvolvimento ajudam a acelerar os processos de mudança”.<sup>237</sup> Até mesmo o UNICEF apoia a estratégia da NEP de avançar através de órgãos de alto nível como o Grupo de Trabalho Técnico Conjunto. “Se os parceiros para o desenvolvimento e a NEP/ONGs têm a mesma voz, serão mais poderosos e efetivos.”<sup>238</sup>

- A NEP trabalhou ativamente cultivando boas relações com o governo. “Tentamos obter ideias e comentários do MEJD sobre nossos planos antes de implementá-los. Nós os envolvemos, em vez de adotar uma postura antagônica. Nossa mensagem sempre é: “Não estamos aqui para prejudicá-los”. Em consequência, o MEJD está mais disposto a escutar a NEP, por exemplo, em relação aos achados de sua pesquisa.”<sup>239</sup>
- A NEP também trabalhou duro para construir sua credibilidade como coalizão. “Nos discursos não dizemos ‘em nome da NEP’, mas sim ‘em nome das 85 organizações membro da NEP’. Isso faz uma diferença”.<sup>240</sup> Com mais de 100 ONGs trabalhando em temas de educação no Camboja, a maioria das quais faz trabalho de campo, a coordenação pode ser um problema. E nisso, segundo escreveu a UNESCO, é onde a NEP desempenha um papel crucial. “A UNESCO e a NEP vêm tendo uma cooperação excelente nos últimos anos, no trabalho de incidência e em alguns projetos piloto no terreno. Será muito significativo manter e fortalecer essa cooperação”.<sup>241</sup>
- Para a NEP, talvez o caminho mais efetivo para construir credibilidade fosse gerar provas para o trabalho de incidência através de seus documentos de pesquisa. “Falar não é suficiente, mas temos provas”. Isso foi verificado pelos parceiros para o desenvolvimento que expressaram seu agradecimento pela pesquisa e pela documentação exaustiva da NEP. Mediante citações e histórias pessoais também agregaram uma dimensão mais emotiva e humana aos temas. Como o relatório continha citações diretas dos próprios professores, ou de diretores de escolas e de autoridades locais da educação, o governo cambojano não estava em posição de rejeitar as conclusões do relatório. A pesquisa foi a contribuição mais perceptível da NEP a uma campanha apoiada por muitos atores.
- A NEP reconhece o papel vital que desempenhou o PIP e o VSO ao proporcionar o tão necessário apoio financeiro e técnico através das atividades de pesquisa e de incidência.

### *Desafios e aprendizados*

- O desafio mais óbvio é que a prática da cobrança de cotas escolares informais continua tão difundida como antes. O governo não conseguiu seu objetivo de abolir essa prática para 2008. O subdecreto, ainda que seja importante, não eliminou o problema, e existem dúvidas sobre se estão fazendo seriamente com que se cumpra. Parece haver uma baixa consciência pública do subdecreto, e as famílias não se beneficiaram diretamente dele. As cotas dos professores inclusive aumentaram desde que foi realizado o estudo em 2007. Naquela época, a cota diária era de 200-300 riels; hoje está entre 500 e 700 riels.<sup>242</sup>

---

<sup>236</sup>Entrevista com Ang Sopha e Leng Theavy, 30 de julho de 2010

<sup>237</sup> Entrevista com Sorn Seng Hok, 29 de julho de 2010

<sup>238</sup> Correspondência por correio eletrônico com Chie Takahashi, 12 de agosto de 2010

<sup>239</sup> Entrevista com In Samrithy, 30 de julho de 2010

<sup>240</sup> Ibidem.

<sup>241</sup> Correspondência por correio eletrônico com Sun Leu, 6 de agosto de 2010

<sup>242</sup> Entrevista com Seng Hong, 30 de Julho de 2010. Isso equivale a uma cifra aproximada de 8 a 17 centavos de dólar.

- A consciência pública não é suficiente; a NEP quer ver isso traduzido em uma mudança de comportamento. “Os pais podem estar conscientes de que é errado pagar cotas escolares informais, mas continuam pagando em vez de se unir e se opor a essa prática”.<sup>243</sup> Esse desafio pode indicar um papel a desempenhar por parte das organizações membro da NEP baseadas nesse campo junto com as agrupações locais.
- Apesar do aumento, os salários das e dos docentes continuam sendo inadequados. As limitações dos recursos no Camboja simplesmente impedem o governo de dar mais. Um dos membros do conselho da NEP estava presente durante uma reunião em que uma autoridade do Banco Asiático de Desenvolvimento ofereceu cobrir os salários dos docentes, por dois anos, até o nível requerido. Não surpreendeu que o governo cambojano rejeitasse essa proposta, sabendo que não poderia manter os salários depois que acabasse o subsídio.<sup>244</sup>
  - Ainda que algumas pessoas no conselho da NEP sugerissem abordar de frente o tema da corrupção do governo, dado que isso é o que impede que os recursos do governo sejam utilizados para serviços como a educação, nem todos compartilham dessa opinião dentro da coalizão. A NEP sempre teve que se mover com muito cuidado na relação com o governo, sabendo que a atitude ambivalente dele em relação às ONGs poderia se voltar facilmente contra elas e invalidar qualquer benefício obtido mediante uma diplomacia mais calma. Antecipar-se às reações do governo e assegurar-se de não ficar mal com ele sempre é primordial na campanha. “Temos que formular nosso trabalho de incidência (crítica) de forma positiva para que o governo não fique com raiva”.<sup>245</sup>
  - As campanhas de incidência são centrais para o trabalho da NEP, mas não dispõe de uma equipe de tempo integral para o trabalho de incidência. No passado, os voluntários do VSO os aconselharam sobre o trabalho de incidência. Atualmente está sendo desenhado um plano de incidência de três anos, e deve ser contratada uma pessoa com experiência que se dedique à incidência para passar a integrar a equipe local para levar isso a cabo.
  - “A NEP sozinha não é suficientemente poderosa. Necessitamos que as vozes das ONGs locais digam a mesma coisa”.<sup>246</sup> As organizações membro da NEP fizeram campanha contra as cotas escolares informais em diversos graus. Esses esforços devem ser reforçados e coordenados.

## O que acontece depois?

A NEP está comprometida em continuar a campanha pelo aumento dos salários dos docentes e pela abolição das cotas escolares informais. Continuará falando sobre esses temas durante as reuniões interinstitucionais e articulando com os parceiros para o desenvolvimento para realizar ações de lobby similares com o governo. Outros planos experimentais compreendem:

- Uma campanha mais agressiva de meios de comunicação e informação pública sobre cotas escolares informais, as Leis que as proíbem e as consequências para os transgressores;
- Formação e desenvolvimento das capacidades para os parceiros da NEP, para que possam dirigir suas próprias campanhas em suas comunidades;

---

<sup>243</sup> Ibidem.

<sup>244</sup> Entrevista com Kan Kall, 28 de julho de 2010.

<sup>245</sup> Entrevista com Seng Hong, 30 de julho de 2010

<sup>246</sup> Ibidem.

- Reuniões com parceiros da NEP e demais atores para intercambiar experiências sobre seus diferentes enfoques do problema.

### **Reflexões sobre o Programa do Projeto de Incidência Política (PIP)**

A NEP se uniu formalmente ao PIP em 2007. Para Seng Hong, diretor executivo da NEP naquele momento, o apoio da ASPBAE, que coordenava o andamento do PIP na região, chegou em um momento crítico, quando o financiamento institucional de um organismo doador estava por finalizar. Hong crê que o apoio da ASPBAE foi o que possibilitou a obtenção, finalmente, do financiamento plurianual de Misereor, uma agência financiadora alemã. A ASPBAE também apresentou à NEP o Deutschen Volkshochschul Verbandes International, que hoje apoia o programa da NEP sobre alfabetização de pessoas adultas. Esses fundos permitiram à NEP fazer planos a longo prazo e expandir seus programas.

O apoio do PIP foi mais além do financiamento. “Na realidade, estavam interessados em desenvolver nossas capacidades”, disse Hong – algo que a NEP não havia experimentado com seus financiadores institucionais. Ao longo de reuniões periódicas, a ASPBAE ofereceu conselhos sobre seu plano de incidência, atualizações sobre campanhas internacionais como a Semana de Ação Mundial, e experiências de outras coalizões nacionais para expandir o número de membros e trabalhar com a imprensa.

Através do PIP, a ASPBAE contribuiu ao desenvolvimento das capacidades dos membros da NEP. Isso incluiu uma capacitação de três dias sobre monitoramento e avaliação, e seminários sobre a Lei de Educação. Os fundos do PIP permitiram que duas ONGs membros da NEP levassem adiante campanhas para aumentar a matrícula escolar.

A ASPBAE também apresentou à NEP outros grupos comprometidos com a educação, como a Save the Children Suécia e a Internacional da Educação.

A equipe da NEP se reuniu com outros parceiros do PIP em conferências internacionais, onde intercambiaram experiências sobre campanhas efetivas. “Algumas dessas ideias não podiam ser aplicadas ao Camboja”, admitiu a pessoa encarregada de coordenar a pesquisa da NEP, Ang Sopha, “mas me fizeram pensar muito nos métodos que poderiam funcionar aqui”.<sup>247</sup> “Antes do PIP, tudo que eu conhecia era o contexto cambojano. Depois de participar das reuniões organizadas pelo PIP, aprendi que a Educação para Todos e Todas é um compromisso dos governos no mundo todo, não apenas no Camboja. Também me dei conta de que há muita informação disponível aqui. Nas reuniões tínhamos que fazer apresentações que me obrigavam a pesquisar, e ao fazê-lo, compreendia melhor os temas”.<sup>248</sup>

O PIP também promoveu a participação da NEP no trabalho de incidência em nível regional, por exemplo, nas conferências e oficinas do Escritório Regional Ásia-Pacífico da UNESCO. Isso incluiu os processos de Revisão de Metade do Prazo para a EPT em que a NEP se reuniu com representantes do MEJD, incluindo o Secretário de Estado para a Educação, o Sr. Nath Bunrouen. Esses compromissos foram considerados eventos de incidência e também oportunidades de desenvolvimento das capacidades em incidência em políticas através do PIP.

---

<sup>247</sup> Entrevista com Ang Sopha, 30 de julho de 2010.

<sup>248</sup> Entrevista com Ang Sopha, 2 de março de 2010.

Samrithy declarou: “Creio que o projeto de Incidência Política tem a ver com os vínculos globais. Sentimos que não estamos sós, que temos amigos em outras coalizões e países que se preocupam por nós e nós nos preocupamos por eles”.<sup>249</sup>

### **Estudo de caso: E-Net – Mobilizar a juventude não escolarizada para defender o financiamento da educação**

A pobreza forçou muitos milhões de crianças filipinas a abandonar os ensinamentos fundamental e médio, seja porque não podiam pagar inúmeras despesas relacionadas à escola ou porque tinham de trabalhar para complementar a renda familiar. Muitas crianças abandonaram a escola antes mesmo de haver atingido uma alfabetização funcional. Ironicamente, seu baixo nível de educação reduz as oportunidades de emprego para essas crianças ou lhes confina a empregos de baixa remuneração.

Em 2006, o Centro de Sistemas Alternativos de Aprendizagem (CSAA) do Departamento de Educação (Deped) estimava que 1.840.000 de crianças entre 6 e 11 anos de idade e outras 3.940 mil na faixa etária de 12 a 15 anos de idade estavam fora da escola.<sup>250</sup> Outro estudo que abrangia quatro comunidades constatou que apenas 81,1% das crianças entre 6 e 11 anos frequentavam o ensino fundamental e apenas 55,8% de jovens entre 12 e 15 anos de idade estavam no ensino médio. Cerca de 60% levavam um ou dois anos de atraso em relação aos anos escolares ideais.<sup>251</sup>

A maioria das crianças que abandonaram a escola é do sexo masculino. No ensino médio, por exemplo, há dois alunos que abandonam a escola para cada aluna. Para cada 100 meninos que entram no primeiro ano, apenas 57 obtêm o diploma de conclusão do ensino médio; o número para as meninas é de 71 para 100.<sup>252</sup>

Por mais de uma década, a Rede da Sociedade Civil pelas Reformas Educativas, E-Net Filipinas para abreviar, realizou campanhas para que os sistemas alternativos de aprendizagem atinjam essa juventude não escolarizada (JNE). Organizada em 2000, E-Net Filipinas embarcou em uma missão de "expandir e ampliar a participação da sociedade civil na reforma do sistema educativo das Filipinas e no desenvolvimento de sistemas alternativos de aprendizagem, com especial preocupação pelos setores marginalizados, excluídos e vulneráveis."<sup>253</sup> Hoje, E-Net Filipinas conta com 150 membros e parceiros, incluindo ONGs, organizações comunitárias de base e de particulares, creches e associações de docentes.

Devido à magnitude do abandono escolar e da população jovem não escolarizada nas áreas em que atuam, muitas organizações afiliadas à E-Net participam de iniciativas de educação popular, educação de pessoas adultas e ensino à distância. Um número cada vez maior também participa do programa governamental de Acreditação e Equivalência (A&E), destinados a crianças e jovens que abandonaram os estudos.

Localmente, os membros da E-Net Filipinas pressionaram os governos locais a investir em Sistemas Alternativos de Aprendizagem (SAA), por exemplo, através da utilização de fundos para a educação especial para o JNE. Como resultado, alguns membros receberam recursos locais para a educação de crianças indígenas e crianças que trabalham em plantações de cana de açúcar. Outros membros foram credenciados como prestadores de serviços para implantar os SAAs em suas comunidades.

Nacionalmente, a incidência em favor dos SAAs é dirigida ao Deped e ao Congresso, que muitas vezes culpam crianças e jovens que abandonaram a escola ou os seus pais e mães e insistem que retornem à escola. Esse argumento ignora a pobreza, o conflito armado, os

<sup>249</sup>Entrevista com In Samrithy, 2 de março de 2010.

<sup>250</sup> Mapeando os grupos desfavorecidos em educação: resumo do relatório de Filipinas (Mapping Out Disadvantaged Groups in Education: Philippines Summary Report. Philippines) ASPBAE e E-Net, 2007.

<sup>251</sup> Ibid, página 3.

<sup>252</sup> <http://pcij.org/stories/when-classes-open-today-many-boys-wont-be-in-school/>

<sup>253</sup> <http://www.e-netphil.org/amisvis.html>

desastres naturais, as salas superlotadas ou as escolas inacessíveis no campo, principais causas do abandono escolar. O foco sobre a educação formal significou uma ninharia de recursos destinados ao CSAA, uma média de apenas 0,15% do orçamento total do Deped nos últimos dez anos, e apenas 0,26% em 2009.<sup>254</sup> Os fundos limitados do CSAA não são condizentes com o enorme número de JNE que se busca atingir nem são suficientes para fornecer serviços de qualidade.

### **E-Net e a Campanha para aumentar o orçamento dos Sistemas Alternativos de Aprendizagem**

Desde 2005, E-Net e outras organizações da sociedade civil têm sido parte da Iniciativa do Orçamento Alternativa (IOA) do *Social Watch* (Observatório Cidadão) que realiza ações de *lobby* no Congresso com o fim de aumentar os orçamentos para os respectivos objetivos de incidência. Como líder das agrupações de educação, E-Net exortou os governos a investir pelo menos 20% do orçamento nacional e 6% do PIB em educação.<sup>255</sup>

Em 2009, E-Net Filipinas decidiu ampliar seu impacto, através da mobilização da JNE para conseguir que o Congresso destinasse um trilhão de pesos filipinos aos SAAs. Cerca de 25 jovens voluntários/as participaram de cursos de formação em incidência, campanha, habilidades de liderança e financiamento da educação. Receberam um guia e orientação da secretaria de E-Net e organizações-membro, participaram de dramatizações do processo de negociação, lideraram as atividades da Semana de Ação Global que, naquele ano, teve como tema *A alfabetização de jovens e adultos e a aprendizagem ao longo da vida*, e fizeram cursos de pintura e arte, a fim de elaborar os materiais de campanha.

Os destaques da campanha foram:

- Mobilização em frente à sede do Deped no primeiro dia de aula, em junho de 2009. Em resposta à mobilização, os funcionários do CSAA convidaram representantes do grupo para entrar no prédio e dialogar. E-Net Filipinas tinha esperanças de que esse diálogo pudesse ocorrer e preparou as seguintes mensagens:
  - O Deped deve trabalhar por mais investimentos que permitam aos SAAs alcançar mais crianças e jovens não escolarizados/as e inovar nos programas de educação de pessoas adultas.
  - Oferecer módulos para uso de educandos/as dos SAAs.
  - Fornecer capacitação gratuita a facilitadores/as dos SAAs, procedentes de ONGs e organizações populares.
  - Criar mais espaços para que os grupos da sociedade civil contribuam e participem dos SAAs e de outras políticas de educação.

E-Net Filipinas também informou ao CSAA que levaria ao Congresso essa campanha a favor do aumento no orçamento para os SAAs.

Por sua vez, CSAA concordou em:

- envolver a E-Net Filipinas na formulação das Diretrizes Gerais dos SAAs;

---

<sup>254</sup>Dados cedidos por Carolina Guerrero, diretora do CSAA, durante a entrevista realizada em 2 de agosto de 2010.

<sup>255</sup>E-Net, Agenda Legislativa sobre Educação para a 15ª sessão do Congresso, sem data.

- buscar mais fundos para a impressão dos módulos;
- fornecer capacitação gratuita sobre os SAAs aos membros da E-Net Filipinas (isso realmente não se concretizou, embora a diretora e o vice-diretor do CSAA tenham sido docentes em cursos de formação sobre os SAAs organizados por Net);
- prestar assistência técnica a membros da E-Net Filipinas envolvidos na implementação dos SAAs.
- Realizar pressão junto ao Congresso, composto pelo Senado e pela Câmara de Representantes:
  - Mobilização da JNE e estudantes durante o discurso presidencial sobre o Estado da Nação, em julho de 2009, para destacar a necessidade de um orçamento maior para os SAAs.
  - Mobilização de jovens voluntários/as durante a audiência orçamentária do Deped, em setembro de 2009. Embora somente legisladores/as possam participar das discussões do Congresso, os jovens voluntários puderam observar os procedimentos legislativos. Uma aliada de E-Net, Risa Hontiveros-Baraquel, leu o documento de posicionamento da organização e, em particular o seu apelo para que o orçamento destinasse 1 trilhão de pesos filipinos para os SAAs. O documento também foi usado em emendas.
  - Ações de pressão por um orçamento para os SAAs vinculados aos meios de vida para a JNE em áreas de conflito armado, realizadas por Risa Hontiveros-Baraquel e Teofisto Guingona III.
  - Distribuição de relatórios em repartições da Câmara de Representantes e do Senado, durante o período de julho a novembro de 2009.
  - Presença de jovens voluntários/as durante a apresentação do *Social Watch* sobre os orçamentos alternativos consolidados da sociedade civil, dirigida a partidos minoritários no Congresso, e as sessões informativas do *Social Watch*, dirigidas aos integrantes da Comissão de Planejamento e Orçamento.
  - Serenata de jovens voluntários/as fora do edifício onde se reunia a Comissão Bicameral do Congresso para tomar as decisões definitivas sobre o orçamento nacional, em dezembro de 2009.
- Campanha escolar itinerante. Jovens voluntários/as visitaram quatro universidades e uma escola de ensino médio, onde montaram estandes, distribuíram materiais informativos e falaram com estudantes em suas salas de aula.
- Criação de conscientização através dos meios de comunicação. Isso inclui:
  - Entrevistas coletivas de imprensa durante a Semana de Ação Mundial, para lançar a campanha A Grande Leitura, que naquele ano teve como foco as pessoas jovens e adultas, e o fórum do Deped sobre programas de financiamento para a JNE.
  - Entrevistas em emissoras de rádio e jornais e aparições em um popular programa de televisão.
  - Divulgação de comunicados de imprensa, por exemplo, na mobilização de 1 de junho, na audiência do Congresso de 24 de setembro, e após as promessas do

senador Edgardo Angara de aumentar o orçamento para os SAAs em 500 milhões de pesos filipinos.

- Uso do Facebook e correios eletrônicos para promover a campanha de jovens voluntários/as.
- Embora não tenha sido parte deliberada da campanha, E-Net Filipinas também realizou uma jornada de orientação dirigida aos meios de comunicação sobre Educação Para Todos e a necessidade respaldar os SAAs. Esse evento foi apoiado pelo PIP.

No meio da campanha, E-Net Filipinas e seus membros sofreram um sério revés quando o tufão Ketsana atingiu a Grande Manila e as províncias adjacentes. O escritório de E-Net inundou-se e água atingiu dois metros de altura, destruindo arquivos e equipamentos, incluindo dois computadores. As comunidades urbanas pobres sofreram ainda mais danos, já que a inundação e a lama arrastaram as precárias moradias. Após o desastre, tornou-se difícil mobilizar a comunidade e a juventude que, compreensivelmente, centravam sua atenção em sobreviver às consequências do tufão.

Depois de um tempo, a campanha procurou retomar o seu curso. E-Net Filipinas ficou muito satisfeita quando Edgardo Angara, chefe da Comissão de Planejamento e Orçamento do Senado, garantiu que apoiaria um aumento de 500 milhões de pesos filipinos para o orçamento dos SAAs. Isso era a metade da quantia pretendida, mas a notícia foi motivo de entusiasmo para a E-Net.

No final do processo orçamentário, as deliberações dependiam da Comissão Bicameral, que se reunia a portas fechadas. Finalmente, a versão final do orçamento 2010 outorgou ao CSAA um aumento de 40 milhões de pesos filipinos em comparação ao ano anterior. Foi muito menos do que o esperado. No entanto, E-Net opina que ter obtido o apoio de aos SAAs por parte de legisladores que inicialmente não conheciam o programa é em si uma vitória. A decisão da Comissão Bicameral de não outorgar um aumento mais substancial a esse orçamento coloca o desafio de intensificar a criação de uma consciência sobre os SAAs no Congresso.

## **Resultados da Campanha**

- Aumento das capacidades e do compromisso da JNE na realização de campanhas a favor de temas educativos e aumentou da sua autoconfiança em geral, segundo a secretaria de E-Net Filipinas e as organizações urbanas pobres que têm um contacto mais frequente com esses jovens.
- Aumento da capacidade das organizações-membro da E-Net Filipinas para compreender os processos do Deped e do Congresso, realizar trabalhos de incidência e avaliar a relação entre a mudança de políticas e os seus próprios programas. Isso fica evidente nas iniciativas das organizações urbanas pobres que participaram da campanha e, posteriormente, realizaram ações de pressão junto a seus governos locais para garantir o apoio à criação de um programa de SAA ou representaram E-Net em oficinas e conferências do Deped.
- Aumento do reconhecimento de E-Net Filipinas e de seu trabalho por parte do Departamento de Educação e outras agências relevantes:
  - elogio público por parte de funcionários de CSAA à assistência prestada por E-Net na campanha para o aumento no orçamento;



- convites contínuos por parte do Deped para que E-Net representasse as organizações da sociedade civil nas discussões sobre os SAAs e até participasse como juiz em concursos nacionais de educação;
- convite para representar as organizações da sociedade civil em um grupo de trabalho liderado pela UNICEF que fará um mapeamento de crianças em risco de abandono a escola e investigará a exorbitante taxa de abandono entre os meninos.
- Aumento da sensibilização entre integrantes do Congresso sobre os problemas que contribuem para a taxa massiva de evasão escolar e afetam o acesso à educação pública e o papel dos SAAs na oferta de educação para a JNE.
- Aumento da consciência das unidades de governo local sobre a situação da JNE em suas áreas, o significado dos SAAs e como poderiam implementá-los.
- Breves relatórios de política produzidos por E-Net Filipinas sobre os problemas da juventude não escolarizada a partir da perspectiva dos próprios atores e o impacto dos SAAs no seu desenvolvimento.

A campanha também impulsionou mudanças dentro da E-Net Filipinas:

- Um aumento de intercâmbios e apoio entre os membros de E-Net a partir da relação surgida ao longo do processo.
- A percepção de que o setor da juventude deveria estar representado no Conselho Diretor, a fim de influenciar a agenda política e as ações da coalizão.

## **Altos e baixos da campanha**

### *Fatores que apoiaram o sucesso*

- *Realidade.* Os aliados no Congresso sublinharam que um bom trabalho de pesquisa é essencial para a realização ações de *lobby*. Os estudos de E-Net Filipinas realizados através de *Watch Educação* e apoiados pelo PIP apresentara as convincentes provas usadas durante a campanha. "A investigação realizada sobre as carências da Educação Para Todos preparou jovens portavozes e outros membros de E-NET a falar com segurança sobre a realidade estatística da JNE."<sup>256</sup>
- *Apoio Organizacional.* O Conselho da E-Net Filipinas e seus membros, especialmente as organizações urbanas pobres, deram total apoio à campanha. Por exemplo, essas organizações assumiram a responsabilidade pela identificação de jovens voluntários, monitorando-os em suas comunidades e mobilizando-os para as atividades de campanha. Parceiros de E-Net, como Action for Economic Reforms (Ação para as Reformas Econômicas), Education for Life Foundation (Fundação de Educação para a Vida) e Social Watch (Controle Cidadão) também foram cruciais na elaboração do plano e das estratégias de campanha.
- *Aliados no Congresso.* E-Net Filipinas assegurou sua posição perante o Congresso graças a aliados em listas partidárias representantes dos setores mais desfavorecidos e até mesmo em partidos políticos tradicionais que, no entanto, adotaram posições progressistas sobre educação. Esses parceiros ajudaram a facilitar a entrada de jovens voluntários/as no Congresso e apresentaram o relatório de políticas de E-Net em seu nome.

<sup>256</sup> Correspondência eletrônica com Cecilia Soriano, 4 de agosto de 2010.

- *O empenho de jovens voluntários/as.* E-Net Filipinas dá a maior parte do crédito de suas conquistas ao grupo de jovens que se colocou à disposição e falou com o coração. Como afirma uma voluntária, o compromisso é gerado a partir da experiência pessoal, da frustração que deriva de abandonar a escola e do desejo de receber uma educação.<sup>257</sup> Esses jovens líderes estavam entusiasmados com o seu papel como defensores e constantemente perguntavam o que mais poderiam fazer. Ouvir diretamente seus depoimentos marcou uma diferença com os políticos que, em seguida, lhes dirigiram perguntas. Até mesmo E-Net Filipinas aprendeu mais sobre as nuances dos problemas associados ao abandono escolar.
- *Apoio da ASPBAE e do PIP.* O *Education Watch* de E-Net Filipinas, elaborado em conjunto com ASPBAE em 2007 com o apoio do PIP, foi um recurso fundamental para redigir os relatórios de políticas sobre a situação da JNE no país. A grande escala, o apoio da ASPBAE através do PIP expandiu as capacidades de E-Net Filipinas em áreas como pesquisa, análise das lacunas da EPT, criação de associações a favor da EPT e campanhas que promovem os interesses de grupos marginalizados.

### *Desafios e aprendizados*

- Para E-Net Filipinas, o desafio estratégico é mudar a mentalidade do Deped e do Congresso, que os leva a acreditar que a solução para o problema da JNE está na educação formal. Um enfoque poderia ser atualizar a pesquisa sobre o número de JNE e mostrar os benefícios gerados a longo prazo a partir de investimentos em programas de educação que abordem sua difícil situação, os empodere economicamente e ajudem a construir sua confiança para participar da sociedade.
- Os SAAs não são os únicos que recebem um financiamento insuficiente. O setor social sofreu o impacto da redução orçamentária dos últimos cinco anos, incluindo uma diminuição no gasto per capita em educação por parte do governo. O atual orçamento do Deped poderia ter aumentado, mas o percentual do orçamento nacional atribuído a esse órgão diminuiu.
- A colaboração de E-Net Filipinas com o resto de ONGs em favor de um orçamento alternativo exige um compromisso contínuo. O ex-responsável de Incidência e Campanhas de E-Net acredita que, para ser efetiva, a campanha pelo aumento no orçamento destinado aos SAAs deveria ter sido realizada por pelo menos um ano e meio.
- E-Net Filipinas foi atingida por dificuldades financeiras, principalmente após a mudança de prioridades na região de sua fonte de recursos institucionais. Como consequência, deixou de receber seu principal financiamento. No final de 2009, a equipe da Secretaria de E-Net foi reduzida de quatro a duas pessoas, responsáveis por uma grande variedade de funções. Embora o Conselho e as organizações-membro tenham sido muito solidários, estavam ocupados com seus próprios programas e não podiam comprometer-se com a demanda e a exigência dos trabalhos de incidência. Isso, até certo ponto, afetou a campanha, por exemplo, as limitadas atividades da campanha escolar itinerante não produziram os resultados esperados, nem foi possível sustentar alguns aspectos da campanha com os meios de comunicação. As atividades de E-Net para desenvolver as habilidades de jovens voluntários também foram limitadas devido à escassez de recursos.

<sup>257</sup>Entrevista com Jamaica Malapit, 26 de junho de 2010.

- Circunstâncias pessoais impediram que alguns JNE participassem até o final da campanha: alguns se mudaram a outra comunidade, dois se casaram no meio da campanha, mas o maior obstáculo foi a necessidade de estes jovens de trabalhar ou procurar trabalho. Com o tempo, o número de jovens mobilizados diminuiu. Como resultado, E-Net Filipinas teve que trabalhar com dois novos representantes de organizações-membro e continuar incentivando a confiança e a moral da equipe original.

A lição que fica para E-Net Filipinas é a necessidade de desenvolver as capacidades, de forma integral e permanente, um novo grupo de jovens voluntários – sabendo que muitos não poderão participar continuamente, mas também com o objetivo de construir um grupo de confiança de militantes jovens que podem ser mobilizados/as. Esse desenvolvimento de capacidades requer uma série de cursos de formação, oficinas e assessorias que, por sua vez, dependem da disponibilidade de recursos. Em função das circunstâncias problemáticas da JNE, E-Net considera necessário convocar uma reunião anual de jovens defensores, por exemplo, entre educandos/as dos SAAs, que permanecem no programa entre 6 a 10 meses antes de realizar o exame de A&E. O mais provável é que esse coletivo possa realizar o trabalho de incidência durante um ano, ou talvez um pouco mais caso permaneçam na mesma comunidade ou mantenham contato com a organização em sua comunidade.

Na verdade, se E-Net Filipinas pretende colocar novamente em prática essa campanha, sugere-se organizar mais diálogos individuais entre jovens voluntários/as e membros do Congresso, em vez de apenas realizar ações de pressão junto à comissão. Outra proposta é incentivar a criação de uma organização nacional de JNE para promover suas temáticas.

### **O que acontece depois?**

Para E-Net, a campanha pelo aumento do orçamento destinado aos SAAs não foi concluída em 2009. A campanha começou vários anos antes e vai continuar seu trabalho. "A incidência sobre o orçamento é uma incidência institucional de E-Net e continua sendo parte do processo anual e de longo prazo a favor do financiamento da educação."<sup>258</sup> Em fevereiro de 2010, por exemplo, o grupo de jovens continuou com a campanha através da participação em Vozes da Educação, apresentando aos candidatos às eleições uma plataforma de educação que incluía uma agenda para a JNE.

Há razões para expressar um cauteloso otimismo com relação à 15ª legislatura do Congresso, eleita para o período 2010-2013. Alguns aliados estão agora no partido majoritário, o que aumenta as chances de E-Net ser ouvida, e novos aliados foram identificados entre os membros recém-eleitos. E-Net espera maximizar as oportunidades dentro do Deped para progredir em suas ações de incidência junto à equipe que está elaborando as Diretrizes Gerais dos SAAs.

Localmente, espera-se que os membros de E-Net que receberam formação sobre financiamento da educação continuem realizando ações de lobby junto a unidades do governo local e conselhos de desenvolvimento local para apoiar os SAAs.

### **Reflexões sobre o programa do Projeto de Incidência Política (PIP)**

A campanha de E-Net Filipinas que mobilizou a juventude não escolarizada para defender o financiamento da educação foi apoiada pela CME, em parceria com ASPBAE, através da iniciativa PIP. ASPBAE e o PIP deixaram uma marca muito forte nas capacidades de E-Net:

<sup>258</sup> Entrevista com Cecília Soriano.

desde realizar um estudo prévio, que por sua vez se tornou uma poderosa ferramenta para a incidência, até o vínculo com outras coalizões nacionais para participar de uma plataforma regional de incidência sobre a AOD e o financiamento da educação. A eficiência e a credibilidade de suas campanhas nacionais e organizações aumentaram frente a órgãos governamentais e comunidades locais.

Para a coordenadora nacional de E-Net, Cecilia Soriano, "para E-Net Filipinas, o PIP significa três coisas: informação, conexões transnacionais e inovação. O PIP nos deu acesso à informação, conexões com instituições e pessoas poderosas do sector da educação, e as habilidades para fazer melhor o nosso trabalho."<sup>259</sup>

O presidente de E-Net, Edicio de la Torre, admitiu: "É muito difícil encontrar espaços ou mesmo ter a capacidade de reunir-nos e participar em formações sub-regionais". O PIP ajudou nesse sentido. Com o apoio do PIP, as coalizões nacionais de Filipinas, Indonésia e Camboja deram início à Rede de Educação do Sudeste Asiático como uma plataforma para participar da ASEAN. "Como todas as coalizões nacionais, o nosso principal foco tende a ser o trabalho dentro das nossas fronteiras. O trabalho sub-regional, regional e global é secundário e talvez não tivesse sido abordado se não existissem esses recursos adicionais, o incentivo e a assistência de um programa como o Projeto de Incidência Política".<sup>260</sup>

### **PIP II na Ásia e no Pacífico: resumo dos sucessos e desafios pendentes**

A atribuição das conquistas é sempre um tema delicado nas campanhas de incidência em que há muitas forças envolvidas. Todas as coalizões nacionais admitem não poder atribuir-se toda a responsabilidade pelo sucesso; os créditos devem ser compartilhados com todos que colaboraram para obter esses resultados, incluindo os sindicatos de docentes e até mesmo as pessoas dentro do governo que deram o seu apoio. "A pluralidade de vozes (...) soma-se à pressão geral sobre o governo."<sup>261</sup> As campanhas de incidência alcançaram o seguinte:

- *Promulgação de leis ou declarações governamentais que promovam os direitos à educação.* Na Índia, o governo aprovou uma lei para garantir o direito a uma educação gratuita e obrigatória para crianças entre 6 e 14 anos de idade. No Camboja, o primeiro-ministro emitiu um subdecreto sobre o Código de Conduta Profissional para Docentes que reitera a proibição de cobrar taxas escolares informais. Embora a lei não tenha chegado a cobrir todas as demandas de NCE e a NEP relata que o subdecreto não está sendo aplicado, são assim mesmo importantes ferramentas que podem ser utilizados pelas coalizões para promover ainda mais seu trabalho de incidência.
- *Aumento da consciência sobre os direitos e as questões relacionadas à educação.* Isso é evidenciado no maior número de debates com o Congresso ou Parlamento, nas reuniões de governo em nível nacional e local e na cobertura dos meios de comunicação.
- *Aumento do orçamento para a educação.* Nas Filipinas e no Sri Lanka, os membros das coalizões começaram a ter acesso a fundos de agências e unidades do governo local. Na Índia, o governo assumiu o compromisso político de aumentar os gastos em educação. No Camboja, o governo aumentou os salários dos/as docentes.
- *Melhoria das capacidades de crianças e jovens fora da escola, mães, coalizões nacionais e seus membros.* A participação em campanhas também beneficiou as pessoas mobilizadas com, por exemplo, a aquisição de competências em pesquisa,

<sup>259</sup> Entrevista com Cecilia Soriano, 8 de março de 2010. Reflexões sobre o PIP de E-Net Filipinas, apresentação Powerpoint, 2 de março de 2010, e correspondência eletrônica com Cecilia Soriano.

<sup>260</sup> Entrevista com Edicio de la Torre, 2 de março de 2010.

<sup>261</sup> Correspondência eletrônica com Anjela Taneja, 30 de agosto de 2010.

lobby, incidência, organização, realização de apresentações eficazes e até mesmo em habilidades analíticas. Também conseguiram uma compreensão mais profunda dos processos legislativos e de decisão.

- *Evidências para a incidência contínua.* A iniciativa EdWatch deu diversos resultados: recopilou provas que as coalizões nacionais puderam usar para continuar suas campanhas; ajudou a todos os que estavam envolvidos, especialmente os membros da coalizão, a adquirir competências em matéria de pesquisa e análise; publicou a pesquisa, um importante elemento para aumentar a credibilidade das coalizões nacionais. O valor de EdWatch pôde ser visto no uso desses estudos pelos governos para fundamentar o relatório de avaliação intermediária da EPT. Na Indonésia, por exemplo, as conclusões do documento EdWatch preparado pela coalizão foram incluídas no relatório do governo sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em Papua Nova Guiné, o governo nacional anunciou seu interesse em expandir a pesquisa para todas as províncias, em colaboração com a coalizão nacional e ASPBAE.<sup>262</sup> A Internacional de Educação, um dos membros fundadores da CME e membro do Comitê Diretivo do PIP, também afirmou ter sido "beneficiada e ter usado em muitas oportunidades os materiais produzidos por essa pesquisa para nosso trabalho de incidência e campanha".<sup>263</sup>

No entanto, há ainda muitos desafios a enfrentar.

- A legislação e os pronunciamentos do governo significam passos importantes na campanha, mas não o seu fim. As coalizões nacionais precisam continuar fazendo campanha para a execução, a aplicação e até mesmo a alteração de algumas leis, ou em prol de uma verdadeira dotação orçamentária para a educação ou da liberação dos recursos prometidos.
- É necessário fazer muito mais para garantir que essa tomada de consciência sobre os problemas da educação se traduza em uma mudança no comportamento ou em ações. No Camboja, as comunidades pobres e as famílias empobrecidas ressentem-se de ter que pagar taxas informais, mas continuam fazendo-lo de qualquer maneira. Nas Filipinas e no Sri Lanka, o financiamento do governo local para os programas de educação não formal que beneficiam crianças e jovens fora da escola é relativamente novo e, portanto, constitui uma exceção à regra.
- A maioria dos países envolvidos são subdesenvolvidos e seus governos constantemente se enfrentam às limitações financeiras. Todos apresentam enormes disparidades internas e uma parcela significativa de sua população vive em situação de pobreza crônica. Como resultado, a incidência a favor do aumento do gasto com educação (e outros serviços sociais) sempre será uma batalha difícil. O desafio consiste em demonstrar que o investimento público em educação traz grandes dividendos no longo prazo e que, se isso não for feito, as consequências serão muito duras.
- As campanhas pela educação requerem muitos anos de contínua incidência. Os governos podem ser seletivos sobre as declarações relativas às políticas que realmente implementarão. O relatório da Ásia sobre o PIP 2008 observa, por exemplo, que apesar das recomendações políticas feitas pelas coalizões nacionais terem sido admitidas em oficinas regionais da UNESCO para o Sul e o Sudeste Asiático, elas ainda estão à espera de ações políticas concretas em cada país. Os conflitos armados e os desastres naturais também podem causar estragos nas campanhas mais cuidadosamente planejadas.

---

<sup>262</sup>Relatório Anual da Ásia sobre o PIP 2007 (em inglês).

<sup>263</sup>Entrevista com Aloysius Mathews, 1º de março de 2010.

- A busca de estratégias eficazes é algo do que as campanhas pela educação continuamente se ocuparam. Um relatório sobre o PIP observou: "Dado o lento avanço no sentido de cumprir as promessas da EPT – o que prejudica especialmente as pessoas pobres e marginalizadas – as coalizões devem planejar as estratégias de campanha com muito cuidado, pois dessa forma se podem alcançar vitórias decisivas no campo da EPT. Deveria ser considerado um enfoque com um objetivo mais definido, uma combinação de *lobby* e pressão pública e política continuada. É necessário conseguir uma maior coordenação entre o trabalho de incidência local e aquela que é realizada em todo o país. Deve-se examinar o uso dos meios de comunicação e considerar as estratégias mais eficazes para conseguir mudanças políticas."<sup>264</sup> A identificação de estratégias é particularmente crucial quando participantes das campanha pela educação têm de lidar com os governos sobre assuntos sensíveis ou "verdades incômodas".
- Outras coalizões de educação inclinam-se pelo envolvimento em atividades de incidência com as quais estão familiarizadas ao invés de tentar aplicar abordagens que estão fora de sua área de experiência. Ou então tratam de fazer algo inteiramente novo, como fez E-Net Filipinas com respeito ao financiamento da educação, ao realizar seu trabalho em colaboração com um enorme conjunto de organizações, em vez de atuar sozinha. Isso é particularmente adequado quando as organizações têm fundos limitados, são menos capazes de elaborar planos de longo prazo e estão menos abertas à experimentação, que sempre envolve riscos.<sup>265</sup> Houve exceções, é claro. O PIP II marcou novas formas de envolvimento das coalizões nacionais em trabalhos de incidência sobre o financiamento da educação e a incidência em plataformas regionais e sub-regionais.
- As coalizões nacionais experimentaram obstáculos de outra natureza no que diz respeito a limitações organizacionais: poucas pessoas contratadas a tempo integral, que se sentiam inevitavelmente esmagadas pela quantidade de trabalho; falta de pessoal exclusivamente dedicado aos trabalhos de incidência e campanhas; mudanças nas coordenações (só em 2008, sete das dez coalizões mudaram de coordenação); e enfrentamento de restrições econômicas, o que preocupa e coloca em risco a execução dos programas.
- A incidência exige que as organizações sejam inovadoras, dinâmicas e que reajam com rapidez aos desafios que se apresentam. Em geral, é necessário fazer mais para aumentar as capacidades organizacionais das coalizões nacionais. Em uma nota mais positiva, os progressos realizados pelas coalizões de educação atestam sua determinação, assim como a orientação e a direção fornecidas pela ASPBAE.

## Importantes lições foram aprendidas ao longo do caminho

### Aprendizados

- Como mencionado no estudo de caso do Camboja, as realidades políticas de cada país ditam as formas possíveis de realizar a incidência e as campanhas. As coalizões de educação devem avaliar o que o governo permite ou a quais temas é mais receptivo, que temas chamam a atenção do público e o que as coalizões são realmente capazes de fazer dentro dos seus recursos limitados. Assim, mesmo havendo benefícios

<sup>264</sup> Relatório Anual de Ásia sobre o PIP 2007, página 9.

<sup>265</sup> Entrevista com Raquel Castillo, 11 de setembro de 2010.

decorrentes do intercâmbio entre as coalizões de educação, no final cada uma deve pensar sobre o que funciona para os seus contextos específicos, como adaptar as abordagens de outras coalizões, em vez de adotar os exemplos como um todo, ou se pode simplesmente se inspirar em uma história de sucesso, mas em seguida fazer seu próprio caminho.

- Mesmo as campanhas tendo um alcance nacional, as coalizões perceberam que precisavam realizar atividades locais de incidência. Isso representa muitos desafios para os membros da coalizão, que poderiam ser mais adeptos à tarefa de organização ou prestação de serviços, mas que podiam não estar familiarizados com os processos de incidência e suas exigências. O trabalho de incidência em vários níveis, embora seja necessário, gera mais demanda de desenvolvimento de capacidades e apoio ao nível local.
- O financiamento da educação – incluindo o acompanhamento do orçamento e a ajuda oficial ao desenvolvimento – é uma das áreas em que as coalizões entraram apenas recentemente, em grande parte devido ao apoio do PIP, incluindo os estudos de EdWatch. As organizações na Índia, nas Filipinas e no Sri Lanka beneficiaram-se da incidência local através do acesso a fundos locais para seus programas de educação. O financiamento da educação é atraente porque as campanhas podem ser aplicadas em vários níveis, abrangendo qualquer tema da educação, e os ganhos são palpáveis. Para Maria Khan, secretária geral da ASPBAE, o processo de acompanhamento orçamentário foi um ponto de partida crucial para desmistificar a questão do financiamento da educação. "O monitoramento do orçamento envia a mensagem de que esse problema não apenas me afeta, mas que eu também posso fazer algo a respeito."<sup>266</sup>
- As coalizões de educação podem explorar mais enfoques de incidência, tal como o contato estratégico com os meios de comunicação para mobilizar a opinião pública e sensibilizar sobre o assunto fora do âmbito das pessoas diretamente envolvidas. No entanto, aumentar a participação dos meios de comunicação vai exigir recursos e capacidade organizacional. Os consultores em temas de incidência testemunham a eficácia de que os funcionários do governo local (legisladores, formuladores de políticas, gestores de programa) aprendam com seus colegas ao ouvir as mesmas idéias das organizações da sociedade civil. As coalizões de educação e seus membros poderiam considerar a promoção de boas práticas e a organização de diálogos e visitas de intercâmbio com outras autoridades locais que adotaram o programa ou a política que defendem para atestar o seu valor ou demonstrar que são bem sucedidos. Novamente, isso vai exigir maiores recursos e capacidade organizacional.
- No entanto, outro aprendizado importante para a equipe do PIP é a capacidade de identificar o momento certo. Os planos de incidência devem ser concebidos em torno a eventos nacionais, tais como cúpulas, eleições nacionais e grandes revisões da EPT. Entretanto, é preciso ter menos expectativas sobre o que realmente se pode alcançar em períodos de instabilidade política.<sup>267</sup>
- As experiências também destacaram a lição de que a incidência não é um processo que tem efeitos imediatos e que acontece uma vez, mas é um processo contínuo e com foco. Índia, Índia, Camboja e Filipinas foram capazes de obter vitórias em políticas públicas porque construíram suas campanhas sobre os esforços desenvolvidos em anos anteriores. CED, no Sri Lanka, estava começando a informar-se e a envolver-se com o governo na questão da alfabetização e educação de mães, a educação não formal e a

<sup>266</sup> Entrevista com Maria Lourdes Almazan Khan, 14 de setembro de 2010.

<sup>267</sup> Relatório Anual do PIP 2008 de Asia, página 25 (em inglês).

aprendizagem ao longo da vida. Como consequência, ainda não conseguiu vitórias em matéria de políticas nesses dois anos.

O impacto do PIP em cada país e em cada coalizão nacional foi além das campanhas de educação relatadas nos estudos de caso.

- O objetivo principal do programa PIP foi desenvolver as capacidades das organizações da sociedade civil e, mais especificamente, das coalizões nacionais de educação, para que se envolvessem efetivamente com os governos e trabalhassem para alcançar as metas da Educação Para Todos. O trabalho do PIP deveria ser visto dentro desse quadro e não só em termos de resultados das campanhas analisadas nos estudos de caso. Na Ásia e no Pacífico, o PIP foi implementado através de ASPBAE, que conduziu oficinas e jornadas de formação sobre o tema do desenvolvimento das capacidades nacionais, fornecendo orientação e direção aos comitês diretivos e às secretarias das coalizões, atuando como portavoz de suas ideias, fornecendo informações sobre as campanhas e iniciativas de educação sub-regionais, regionais e globais, organizando jornadas de capacitação e oficinas regionais e sub-regionais, e facilitando a troca de experiências com outras coalizões, a articulação com as organizações doadoras e outros atores do campo da educação e a participação das coalizões nas plataformas regionais e sub-regionais como ASEAN, o Fórum de Ministros de Educação do Sudeste Asiático, SEAMEO e UNESCO.
- Ter ganhado uma perspectiva internacional através de PIP é constantemente citado por parte das coalizões de educação. As oportunidades para participar nos eventos da ASEAN e da UNESCO enriqueceram sua compreensão das dinâmicas entre as organizações internacionais e as políticas nacionais, por exemplo, os programas nacionais de educação precisam estar em consonância com os compromissos assumidos pelos seus governos em acordos internacionais ou regionais.

Inclusive durante a primeira fase do PIP, sempre se insistiu que as coalizões de educação não se relacionariam exclusivamente com a ASPBAE, mas deveriam envolver-se com as coalizões de outros países. Como resultado, as coalizões identificaram temas comuns que requerem uma ação coordenada. Por exemplo, as coalizões em Filipinas, Indonésia e Camboja trabalharam juntas em questões relativas à privatização da educação. Escutar os relatos sobre as experiências de outras coalizões também as levou a refletir sobre as estratégias e os enfoques que podiam ser adaptados aos seus contextos. As coalizões sentiram-se incentivadas pelo espírito de solidariedade que existia entre seus pares e ganharam mais confiança em seu trabalho.

- Através do PIP, as coalizões nacionais ganharam acesso às plataformas regionais para a incidência em questões de educação, foram reconhecidas por órgãos regionais ou sub-regionais sobre a EPT e convidadas a participar em conferências e fóruns regionais, ao contrário do que acontecia no passado, quando entravam na Reunião de Coordenadores da EPT da UNESCO sem terem sido convidadas, por exemplo.<sup>268</sup>

É necessário criar espaço para a incidência política regional. "Muitas vezes, assume-se que isso vai acontecer, mas na verdade exige um esforço deliberado. Precisamos aumentar o número de espaços regionais para a incidência, por exemplo, junto à UNESCO ou ao Banco Asiático de Desenvolvimento. Em alguns casos, os processos e as decisões tomadas nesses espaços podem ser altamente influentes nas orientações das políticas nacionais.

- O PIP também deu apoio financeiro às campanhas de incidência, como as descritas nos estudos de caso. Como mecanismo de financiamento, o PIP é incomum, no sentido em

---

<sup>268</sup> Entrevista com Raquel Castillo, 30 de março de 2010.



que dá às coalizões muita liberdade de ação no momento de determinar o tema da campanha, as formas que essa pode assumir e o tipo de apoio necessário. As coalizões apreciam essa flexibilidade.

No entanto, várias vezes, a liberação dos recursos do PIP foi demorada. Somente em 2009, após mais da metade do projeto PIP II, foram liberados todos os recursos para o ano correspondente, segundo o cronograma estipulado. Isso causou complicações no planejamento, tanto regional como nacionalmente. As coalizões nacionais foram obrigadas a adiar algumas atividades e depois a gastar os fundos (executar as atividades) ao longo de um período muito mais curto. Regionalmente, em algumas ocasiões, a ASPBAE teve que adiantar recursos para cobrir os salários do pessoal e a primeira parcela dos recursos do PIP destinados aos países.<sup>269</sup>

Uma revisão da PIP na região da Ásia-Pacífico não estaria completa sem discutir o papel do Comitê Diretivo do PIP, responsável pela supervisão programática e pelo planejamento estratégico do PIP na região. O Comitê é formado por representantes de quatro organizações: ASPBAE (Maria Khan), Internacional da Educação (Aloysius Mathews), Marcha Mundial Contra o Trabalho Infantil (Priyanka Ribhu) e o representante das coalizões nacionais da Ásia no Conselho da Campanha Mundial pela Educação (Edicio de la Torre). Como titular da Ásia no projeto PIP, ASPBAE atua como organizadora do Comitê.

Uma das funções do Comitê foi facilitar um melhor entendimento e estabelecer uma cooperação mais estreita entre os principais grupos afiliados à CME na região – ONGs, sindicatos de docentes, ativistas a favor dos direitos das crianças – que, no início do PIP, tinham pouca experiência de trabalho conjunto. Integrantes do Comitê reconheceram que houve tensões. As diferenças de tamanho, o foco de trabalho e a natureza organizativa de sindicatos e ONGs significavam muitas diferenças no modo e no estilo de trabalho, que tiveram de ser compreendidas e assimiladas por cada grupo, à medida que começaram a interagir mais de perto. Ao longo do tempo, as relações melhoraram e as partes começaram a perceber os benefícios de trabalhar juntos.

Durante a primeira fase do PIP, o programa abrangeu Bangladesh, Índia, Indonésia, Nepal, Paquistão, Papua Nova Guiné, Filipinas, Ilhas Salomão e Vanuatu. Em 2006, no início do PIP II, o programa abarcou os mesmos países, exceto Vanuatu. Em 2010, o PIP incluiu dois países, Camboja e Sri Lanka, e vinculou-se às redes de incidência a favor da educação em Tailândia, Vietnã, Japão e Austrália através de várias atividades.

Tanto a ASPBAE como todas as coalizões nacionais têm esperança de que o programa do PIP possa ter continuidade. Sem o PIP, as coligações nacionais poderiam, subitamente, perder o espaço onde "se fortaleceram coletivamente, aprenderam coletivamente e realizaram coletivamente um trabalho de incidência sobre questões prioritárias de políticas. O movimento da Ásia e do Pacífico não poderia ter sido tão vibrante sem o PIP. "O trabalho contínuo de incidência nas plataformas, ainda em uma etapa relativamente nova, é particularmente vulnerável sem o apoio do PIP. O momento também é crucial, faltam apenas cinco anos para 2015, data estipulada para o alcance das metas de Educação Para Todos e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. "Essa força coesiva que transforma as coalizões nacionais em um movimento deve ser mantida."

---

<sup>269</sup>Entrevista com Raquel Castillo, 25 de julho de 2010.

# PARTE 3

### **Parte 3: Conclusão**

A evidência recolhida para este relatório mostra claramente o fato de que o PIP II constitui uma experiência valiosa para aqueles que fazem parte dele. Destaca uma grande quantidade de conquistas, algumas substanciais, outras pequenas, mas tudo indica que, em conclusão, o PIP tenha tido êxito.

Não é possível, no entanto, afirmar sem reservas que todos os aspectos do projeto foram exitosos e fica ainda uma série de elementos para melhorar em todos os níveis. O PIP II aumentou a incidência em escala global (por exemplo, em múltiplos países do mundo todo), entretanto, o ritmo da mudança é diferente em cada país e em cada região – o fator do contexto e da população cria cenários diferentes com diferentes resultados. A incidência é, contudo, um processo e o impacto do PIP ainda continua produzindo efeitos.

### **Avançando**

Faltando apenas cinco anos para atingir os objetivos da EPT acordados em Dakar, fica claro que a realidade da EPT está longe de cumprir as promessas contraídas. Isso não deveria gerar apatia entre os e as ativistas, mas sim, em vez disso, fomentar uma sensação de urgência com o objetivo de realizar mais e melhor incidência ao longo dos próximos anos. Projetos tais como o PIP oferecem a oportunidade para que as coalizões nacionais e os parceiros regionais demandem essa mudança tão necessária.

“O Projeto de Incidência Política funciona – é preciso confiar e investir nas pessoas, deixando que elas levem adiante seus compromissos e sua paixão e ajudando-as a formar opiniões com fundamento.”<sup>270</sup>

Para atingir os seis objetivos da EPT e para que se cumpra o direito à educação, mulheres, homens e inclusive as crianças precisam ter acesso a espaços políticos criados por projetos como o PIP II para fazer com que seus governos se responsabilizem e prestem contas.

A CME, as redes regionais, as coalizões nacionais e os financiadores devem abordar as debilidades identificadas por esta pesquisa com o objetivo de que os futuros projetos deste tipo sejam sustentáveis. É essencial que existam processos de tomada de decisões de fácil compreensão e orientações claras de prestação de contas para os grupos beneficiários da comunidade escolar para os quais está dirigido o trabalho dessas organizações e com os quais se realiza um trabalho conjunto. Essas organizações devem consolidar seu êxito dando um foco definido a seu trabalho, desenvolvendo-se a partir de seus pontos fortes e adotando as inovações. Projetos tais como o PIP II constituem o cimento para a construção de um movimento global forte e democrático de ativistas, que ao se unirem serão capazes de exigir a mudança tão necessária para alcançar a EPT.

### Recomendações para as coalizões nacionais

1. Uso efetivo dos espaços e cronogramas políticos:

---

<sup>270</sup> Maria Khan, Secretária Geral da ASPBAE

- Usar o período prévio às eleições como o momento ideal para conseguir o apoio de candidatos a parlamentares, conseguindo um compromisso firmado com a agenda da coalizão.
- Encontrar o momento chave no processo de planejamento do governo, tal como o ciclo orçamentário, e assegurar que as ações de pressão política se realizem no momento adequado.
- Compreender que a mudança que se está tentando efetuar não é somente uma mudança no sistema de educação, mas também no sistema político, e que o mapeamento do poder e a alfabetização política são chave para influenciar os verdadeiros tomadores de decisões.
- Envolver-se com a comunidade de doadores e conseguir que eles se envolvam.
- Envolver os beneficiários da “comunidade escolar” de forma significativa no processo de incidência.

## 2. Dedicar tempo ao planejamento e ao desenvolvimento das capacidades

- Desenvolver estratégias de incidência sólidas usando os objetivos SMART<sup>271</sup>.
- Desenvolver processos de avaliação e monitoramento participativos desde o começo.
- Focar-se em poucos temas para conseguir um maior impacto.
- Realizar trabalho de pesquisa que respalde as demandas do trabalho de incidência a fim de começar o processo a partir de uma postura embasada.
- Usar uma combinação de ferramentas para influenciar os objetivos chave de forma consistente durante um período de tempo definido.

## 3. Relações com o governo

- Trabalhar em colaboração com o Ministério da Educação e outros departamentos governamentais oferece mais oportunidades para influenciar o diálogo em torno às políticas do que adotar uma postura de confronto.
- As coalizões devem adotar a postura de “amigos críticos” do governo e evitar ser cooptadas. É preciso manter um equilíbrio entre colaborar para incidir nas políticas e funcionar como uma extensão do Ministério da Educação.
- Envolver-se em todos os poderes do Estado - Executivo, Legislativo e Judiciário.
- A colaboração orientada à solução é importante, mas nunca se deve negociar sobre a obrigação que tem o Estado em relação às convenções de direitos humanos.

## 4. Estruturas democráticas e *modus operandi*

- As Secretarias devem tomar o cuidado de não atuar como “a coalizão”, devem assegurar os processos adequados de consulta e representação, maximizando a perícia e as competências específicas através da utilização de subgrupos e outras estruturas de trabalho.
- As estruturas descentralizadas asseguram a representação de diferentes partes do país e evitam a concentração das atividades e/ou da tomada de decisões em apenas um lugar.
- Os membros devem assumir a responsabilidade de se unir às ações e não esperar que a Secretaria faça tudo, especialmente em muitos casos onde não há um coordenador que receba salário.
- Sistematizar o trabalho para criar uma memória institucional, fazendo com que os relatórios e as contas permaneçam abertos e possam ser objeto de um exame minucioso para assegurar a prestação de contas e a sustentabilidade.

<sup>271</sup> N. da T.: A palavra inglesa SMART significa «inteligente». Nesse relatório se utiliza como acrônimo dos adjetivos Specific (específico), Measurable (mensurável), Achievable (realizável), Realistic (realista) e Time-Bound (de duração determinada)

## Recomendações para as Redes Regionais

### 1. Incidência Regional

- Deve-se manter ou aumentar a participação em uma incidência regional com um foco definido; as redes regionais são e devem ser vistas como usuárias eficientes das plataformas regionais.
- Sempre que seja possível, deve-se buscar a ação conjunta com as coalizões nacionais e/ou com o centro global.
- Incorporar a aprendizagem institucional como parte dos sistemas de monitoramento e avaliação.

### 2. Desenvolvimento das capacidades

- O desenvolvimento das capacidades dos membros da rede deve continuar sendo uma área chave das atividades. Deve focar-se em um aumento gradual das coalizões (por exemplo, em diferentes países), insistindo na eficiência e na efetividade (por exemplo, a instituição e a capacidade de incidência das coalizões).
- O desenvolvimento das capacidades deve priorizar o fortalecimento institucional com um foco forte nas competências de gestão e nas estruturas democráticas de tomada de decisões.
- O desenvolvimento das capacidades deve ir mais além da capacitação e da formação dos coordenadores e das coordenadoras nacionais, para assegurar a difusão do conhecimento e das competências entre uma ampla gama de membros da coalizão.
- A formação técnica é importante, mas deve ser oportuna e com um foco definido e não deve depender demais das oficinas regionais, que poderiam não ter um efeito de generalização no nível dos países.

### 3. Incidência de alto nível

- O lobby nas conferências regionais e/ou internacionais requer um planejamento considerável; é importante levar em conta que a maioria das decisões são tomadas antes de que ocorra realmente a reunião e o lobby deve ser planejado de acordo com isso.
- As conferências regionais e/ou internacionais podem constituir um espaço valioso para criar relações com o governo e com os doadores e aumentar a visibilidade das coalizões, da rede ou da CME como movimento global. É importante ter uma ou mais mensagens claras em todo o movimento.

### 4. Fechar a brecha entre as áreas de desenvolvimento, direitos humanos e humanitária.

- Compreender a legislação e os mecanismos no campo dos direitos humanos e fazer um uso efetivo deles.
- Criar relações com os atores externos chave, tal como o Relator Especial sobre o Direito à Educação ou a defensoria nacional de direitos humanos.
- Se for viável, considerar o uso de marcos legais e da justiciabilidade do direito à educação.
- Em situações de desastre nacional, participar e colaborar com as agrupações de educação para assegurar um rápido retorno às aulas.

## Recomendações para o centro global da CME

1. Incrementar os recursos humanos e financeiros para a “construção do movimento” dentro de parâmetros claros de espaço operativo e com responsabilidades e papéis acordados
2. Criar uma linha de trabalho explícita para vincular a incidência nacional com a incidência internacional
3. Criar uma base central de dados que contenha materiais para a aprendizagem coletiva (por exemplo, boas práticas e materiais inovadores de capacitação tais como agendas de oficinas com materiais de apoio, manuais, etc.).
4. Revisar as linhas de trabalhos/projetos para ajustar as estratégias em relação aos objetivos organizacionais e à inter-relação dos projetos
5. O Conselho da CME deve desenvolver mecanismos para se envolver mais em profundidade em todos os projetos, incluindo as pequenas subvenções tais como as do PIP II, e aumentar a visibilidade de sua participação no trabalho.

## Material de referência

### Bibliografia

Amnesty International 2005. 'Human rights for human dignity : A primer on economic, social and cultural rights'. Amnesty International, London

Bivens, F, Moriarty, K and Taylor P. 2009. 'Transformative Education and its Potential for Changing the Lives of Children in Disempowering Contexts'. IDS Bulletin January 2009. , UK.

Brehm, V. 2001. INTRAC NGO Policy Briefing Paper No.4, April 2001

Carreira, D and Rezende Pinto, JM. 2007. 'Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil', Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Brazil.

Claasen, M. 2009. Making the Budget Work for Education: Experiences, achievements and lessons from civil society budget work” 2009, Commonwealth Education Fund. London.

Coe J, and Mayne, R. 2008. 'Is Your Campaign Making a Difference', NCVO, London.

Collier, P et al. 2003. 'Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy', World Bank and Oxford University Press. US

Culey C, Martin A, and Lewer D. 2007. Global Campaign for Education: 2007 Mid-term Review. Firetail, London.

Freire, P. 1970. 'Pedagogy of the Oppressed'. Continuum Publishing Company.

Gaventa, J and Mayo, M. (2009) '[Spanning Citizenship Spaces Through Transnational Coalitions: The Case of the Global Campaign for Education](#)', *IDS Working Paper 327*, Brighton: IDS

Green, D. (2008). From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World. Oxford, UK.

GTZ. 2009 'Getting the basics right: Contribution of Early Childhood Development to quality, equity and efficiency in education'. Deutsche Gesellschaft für, Germany.  
Institute of Development Studies 2010 'Annual Report', University of Sussex, UK.

Hoop J, Grant L, Novelli M & Verger A. 2010. 'Social Movements and Education for All: Comparative Analysis of the Global Campaign for Education'. University of Amsterdam Power point presentation. WCCES, Istanbul, June 15th, 2010

Hoop, J. 2009. Master's Thesis. University of Amsterdam. Netherlands (available online at <http://educationanddevelopment.wordpress.com/publications/>)

IDS. 2010. 'Global Knowledge for Global Change: Annual Report 2010' IDS, UK.

O'Flynn, M, 2009 'Tracking Progress in Advocacy: Why and How to Monitor and Evaluate Advocacy Projects and Programmes' M&E Paper 4: INTRAC, UK.

O'Malley, B, 2010, "Education Under Attack: A global study on targeted political and military violence against education staff, students, teachers, union and government officials, aid workers and institutions", UNESCO, Paris.

Oswald, K and Moriarty, K. 2009. 'Transforming Children's Lives Through Innovation in Quality Education: Implications for Policy and Practice'. IDS, UK.

RWS Final narrative 2003-2005 (GCE Internal)

RWS II annual reports 2006, 2007, 2008, 2009. (GCE Internal)

SALIN Grant Application 2005 (GCE)

Smith, F et al, 2007. Networks for Change: Civil Society Networks Campaigning for Change in Southern Africa. Umhlaba Development Services, South Africa.

Tomaševski, K. 2006. 'The State of the Right to Education Worldwide Free or Fee: 2006 Global Report'. Copenhagen 2006

Tomlinson, K and Macpherson, I. 2009. 'Driving the bus: The journey of national education coalitions', CEF, London.

UNESCO, UNICEF, The State of Qatar and Save the Children, 2010. 'The Central Role of Education in the Millennium Development Goals'.

UNESCO 2000. 'Dakar Framework for Action. Education for All: Meeting our Collective Commitments'. UNESCO, Paris.

UNESCO EFA Global Monitoring Report 2006: 'Literacy for Life'. UNESCO, Paris.

UNESCO EFA Global Monitoring Report 2007 'Strong foundations Early childhood care and education'. UNESCO, Paris.

UNESCO EFA Global Monitoring Report 2010. Reaching the marginalized. UNESCO, Paris.

UNESCO 2010. , 'Concept paper on the Impact of the Economic and Financial Crisis on Education'. Meeting of the Working Group on Education for All (EFA). Paris, 9-11 December 2009



## **Anexo 1: Nota sobre a metodologia**

Os estudos de caso constituíram o método principal utilizado no processo de documentação e avaliação, para permitir um exame em profundidade das estratégias e conquistas do PIP II, assim como dos aprendizados que surgiram a partir de sua implementação. Dada a teoria da mudança, cujo fundamento teórico serve de base ao PIP II, considerou-se apropriado que esse tipo de pesquisa qualitativa do projeto fosse a mais válida. Foram selecionados doze estudos de caso (4 de cada região) de um total de 51 coalizões possíveis. Os estudos de caso foram selecionados pela Secretaria da CME e pela equipe da Rede Regional de acordo com os seguintes critérios: representação geográfica, tipo de intervenção e temas abordados. O processo dessa amostra para os estudos de caso específicos, incluindo a identificação de informantes chave (escolhidos entre múltiplos atores) e o tamanho da amostra, foi realizado individualmente por cada pesquisador/a regional com a orientação e a contribuição do grupo de referência do PIP.

A pesquisa se baseou em dados primários e secundários, e se realizou o trabalho de campo entre os meses de julho e setembro de 2010. Foram dedicados de 4 a 5 dias aproximadamente para a recopilção de dados primários em cada país, usando uma combinação de entrevistas pessoais e discussões de grupos focais. Durante esse mesmo período também foram feitas entrevistas telefônicas assim como uma enquete. A pesquisa esteve a cargo de quatro pesquisadores/as independentes (ver Apêndice 2): dois homens e duas mulheres da África, da América Latina, da Ásia e da Europa respectivamente. Foi contratada uma quinta pesquisadora adicional para o estudo de caso da Colômbia, com o objetivo de evitar qualquer conflito de interesses já que o pesquisador principal para a região da América Latina havia estado envolvido diretamente com a Coalizão colombiana durante a implementação do PIP.

Anteriormente ao início da recopilção de dados, a diretora da pesquisa desenvolveu um marco metodológico para o projeto, com contribuições das pesquisadoras e dos pesquisadores regionais. Estabeleceu orientações para os processos padronizados de recopilção de dados nas diferentes locações para permitir a identificação de aprendizados globais. Isso incluiu: (a) compreensão dos objetivos centrais do PIP II e do caso de estudo relevante. Para tal fim, concedeu-se o acesso a documentação global e regional sobre o PIP, incluindo documentos de planejamento, relatórios anuais, e cópias de outras publicações relevantes sobre os objetivos de Dakar e o estado do direito à educação, etc. para consulta; (b) um acordo sobre procedimentos de campo básicos, tais como fontes de informação, considerações éticas, etc.; (c) Perguntas acordadas para a pesquisa que pudessem ser adaptadas localmente segundo a necessidade, dependendo do contexto e do informante que estava sendo entrevistado; (d) orientação na apresentação dos dados (resumo, formato do narrativo).

Os integrantes dos grupos de referência trabalharam com os pesquisadores e as pesquisadoras em suas respectivas regiões, pondo à disposição cópias de documentação e de antecedentes onde e quando fosse necessário. Além das principais perguntas da pesquisa estabelecidas no documento marco, os pesquisadores desenvolveram ferramentas específicas de pesquisa para ajustar-se ao contexto.

### **Recopilção de dados**

A recopilção de dados para cada estudo de caso e para a análise geral do PIP II envolveu vários métodos de levantamento de dados.

**1. Revisão da literatura:** Incluiu uma revisão da literatura relevante global, regional e local por parte de cada investigador com a orientação da equipe de gestão do PIP e incluiu: políticas

internas, declarações, relatórios e publicações; literatura relevante externa sobre a EPT; literatura externa sobre o ativismo da sociedade civil, etc.

**2. Recopilação de dados de campo (resultados e o impacto percebido):** Entrevistas semi-estruturadas, discussões grupos focais, oficinas e enquetes com: (i) equipe/ativistas; (ii) beneficiários; (iii) funcionários do governo local e nacional, financiadores; (iv) outras organizações da sociedade civil; (v) fundações (direitos humanos, educação); e (vi) funcionários da ONU. As ferramentas para a recopilação de dados (perguntas das entrevistas, guia para o grupo focal, questionário para enviar por correio eletrônico, agenda das oficinas) foram desenvolvidas pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras individualmente sobre a base das perguntas centrais da pesquisa acordadas no marco metodológico

**3. Análise das políticas internas e externas:** Análise da política interna e dos enfoques das coalizões e de como vão mudando como resultado da influência do PIP II. Análise das políticas de governo ou da legislação relevante, e as mudanças produzidas como resultado da atividade apoiada pelo PIP II. Um exame das estruturas institucionais das coalizões, seus planos e atividades. Revisão dos indicadores de educação relevantes, por exemplo, a porcentagem do orçamento destinado à educação, cifras de acesso, permanência, deserção escolar, cifras de acesso aos programas de alfabetização de pessoas adultas, etc.

### **Limitações**

Os estudos de caso usados nesta pesquisa entram na categoria de “Estudos de caso de Efeito do Programa” e, como seu nome indica, são usados para determinar o impacto de um programa de trabalho em particular, nesse caso o PIP, nos contextos específicos. O uso de tais estudos de caso apresenta preocupações metodológicas em relação a generalizar os achados, especialmente no momento de tirar conclusões gerais e princípios de boas práticas. Com o objetivo de abordar algumas dessas limitações, a equipe de pesquisa se esforçou para sistematizar a recopilação de dados de todos os estudos de caso e de triangular através da recopilação de dados adicionais para ajudar na verificação dos achados identificados nos estudos de caso. Isso incluiu o exame dos dados externos, dos relatórios e da literatura relevante, assim como a consulta com outros atores externos.

A amostragem intencional usada para selecionar só 12 de 51 estudos de caso possíveis (nos quais os próprios pesquisadores não estiveram envolvidos) faz com que a pesquisa seja vulnerável à acusação de ter sido parcial na seleção dos melhores casos. Também limita a confiabilidade dos achados surgidos desse relatório, já que mais de 75% do PIP II não foi submetido a um exame minucioso.

## **Anexo 2: Informações biográficas sobre a equipe de pesquisa**

### **Kate Moriarty: diretora da pesquisa e autora do relatório**

Kate é consultora independente que trabalha na área de desenvolvimento internacional e direitos humanos. É especialista no campo da educação, com experiência em políticas e incidência em uma ampla gama de temas de educação, incluindo: qualidade, educação e cuidados na primeira infância, educação em Estados frágeis e em situação de emergência e financiamento. Kate possui uma vasta experiência em incidência e educação em direitos humanos, adquirida ao longo de 15 anos de trabalho com agências internacionais de direitos humanos e desenvolvimento, tais como Anistia Internacional e Save the Children. Kate é bacharel em Sociologia pela London School of Economics e um mestrado em Estudos Latino-Americanos sobre o Desenvolvimento. É uma docente qualificada especializada em necessidades educativas especiais e sociologia.

### **Omar Ousman Jobe: pesquisador regional para África e co-autor**

Omar é especialista em Estudos de Desenvolvimento e Gestão. Atualmente é Chefe de Programa e Analista de Política e Orçamento do Grupo de Incidência a Favor das Pessoas Pobres (Pro-PAG, por sua sigla em Inglês), uma ONG de Gâmbia especializada em trabalhos sobre orçamentário (análise do orçamento, orçamento participativo, orçamento para a infância, orçamento com enfoque de gênero, etc.), responsabilidade social e monitoramento dos Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza (DERP). Também é professor a tempo parcial da disciplina Estudos de Gestão e Desenvolvimento da Universidade da Gâmbia e trabalha como consultor internacional. Omar estudou na Universidade de Paris/Pantheon-Sorbonne e no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios (CNAM) de Paris e tem um Mestrado em Desenvolvimento Local e Dinâmica Territorial em países do Terceiro Mundo, uma pós-graduação de Filosofia em Economia do Desenvolvimento, outra em Geografia e Prática de Desenvolvimento em Países do Terceiro Mundo e um Mestrado em Ciências de Gestão.

### **Barbara R. Fortunato: pesquisadora regional para Ásia e co-autora**

Barbara trabalha de forma independente no campo do desenvolvimento, em Filipinas. Dedica-se a atividades de pesquisa, redação, edição, formação e avaliação.

### **Ilich Leon Ortiz Wilches: pesquisador regional para América Latina e co-autor**

Ilich é economista com Mestrado em Filosofia na Universidade Nacional da Colômbia e outro em Economia do Desenvolvimento na Universidade de Bordeaux, na França. Atualmente realiza um Doutorado em Economia no laboratório GRETHA-CNRS em Bordeaux. Por mais de uma década, Ilich trabalhou com organizações sociais, ONGs, organizações de cooperação internacional e agências governamentais em torno à relação entre políticas públicas, macroeconomia e direitos sociais na América Latina. É membro fundador da Escola para o Desenvolvimento, um centro acadêmico sediado na Colômbia que busca fortalecer os movimentos sociais e a incidência da sociedade civil por meio da pesquisa acadêmica. Seu trabalho é estreitamente vinculado à produção de conhecimento para os debates sobre políticas públicas e financiamento da educação a partir de uma perspectiva de direitos humanos.

### **Yenny Carolina Ramirez: pesquisadora para Colômbia**

Yenny tem um Mestrado em Sociologia pela Universidade Nacional de Colômbia. Integra a Escola de Desenvolvimento e é uma pesquisadora com experiência em temas relacionados a direitos e primeira infância. Yenny trabalhou como coordenadora no desenvolvimento de um simulador de custos associados à implementação dos direitos da primeira infância na Colômbia. No âmbito acadêmico, trabalhou como docente na Universidade Nacional da Colômbia, no campo da sociologia teórica e publicou artigos sobre temas relacionados ao conceito de

individualismo na sociologia clássica. Sua última pesquisa enfocou o desenvolvimento da subjetividade em tempos de neoliberalismo.

### **Anexo 3: Coalizões que participam no Projeto de Incidência Política**

#### **Ásia:**

1. Bangladesh: Campaign for Popular Education (CAMPE)
2. Camboja: NGO Education Partnership (NEP)
3. Índia: National Coalition for Education (NCE)
4. Indonésia: E-Net for Justice
5. Nepal: National Coalition for Education in Nepal (NCEN)
6. Paquistão: Pakistan Coalition for Education (PCE)
7. Papua Nova Guiné: Papua Education Advocacy Network (PEAN)
8. Filipinas: Civil Society Network for Education Reforms (E-Net Philippines)
9. Ilhas Salomão: Coalition for Education in Solomon Islands (COESI)
10. Sri Lanka: Coalition for Educational Development (CED)
11. Vietnã: National Education Coalition in Vietnam (NECV) – país em expansão em 2009 para o programa PIP

#### **África:**

1. Angola: Rede de Educação Para Todos
2. Benin: Coalition Béninoise des Organisations pour l'EPT
3. Botsuana: Botswana Coalition on Global Campaign on Education
4. Burkina Faso: Cadre de Concertation pour l'Education de Base (CCEB)
5. Burundi: Bafashebige
6. Camarões: Cameroon EFA network CEFAN
7. Cabo Verde: Rede Nacional da Campanha de Educação Para Todos
8. República Centroafricana: Focal point (Sindicato de Docentes)
9. Costa do Marfim: Focal Point SNEPPCI (Sindicato de Docentes)
10. Djibuti: Forum des Associations pour le Développement de l'Education
11. Etiópia: Basic Education Association BEA
12. Gana: Ghana National Education Campaign Coalition (GNECC)
13. Guiné Bissau: Rede de Educacao Para Todos –GB
14. Quênia: Elimu Yetu Coalition
15. Lesoto: Campaign for Education Forum
16. Libéria: Liberian Technical Committee on EFA LETCOM
17. Malauí: Civil Society Coalition for Quality Basic Education (CSCQBE)
18. Mali: Coalition des Organisations de la Société Civile pour l'Education Pour Tous (COSCEPT)
19. Moçambique: Movimento Para Educação Para Todos (MEPT)
20. Níger: Coalition EPT du Niger
21. Nigéria: The Civil society action coalition for EFA (CSACEFA)
22. República Democrática do Congo: Coordination Nationale pour l'EPT
23. Senegal: Forum de la société civile pour le suivi du PDEF (CONGAD/COSIDEP)
24. Serra Leoa: Sierra Leone EFA Network
25. Sudão: Sudanese Network for EFA
26. Suazilândia: Swaziland Network Campaign for Education For All
27. Tanzânia: Tanzania Education Network Mtandao wa Elimu (TEN/MET)
28. Gâmbia: The Gambia EFA Net
29. Togo: Coalition Nationale pour la Campagne Mondiale du Togo (CN/CMT)
30. Uganda: Forum on Educational NGO's in Uganda (FENU)
31. Zâmbia: Zambia National Education Coalition (ZANEC)

## **América Latina**

1. Argentina – Campaña Argentina por el Derecho a la Educación (CADE)
2. Bolivia – Foro Educativo Boliviano (FEB)
3. Brasil – Campanha Brasileira pelo Direito à Educação
4. América Central – as atividades foram desenvolvidas pela CLADE, incluindo trabalho com o Colectivo de Educación para Todos y Todas de Guatemala tal, como se descreve na Parte 2 deste relatório.
5. Chile – Colectivo de Educación de Calidad para Todos y Todas
6. Colômbia – Coalición Colombiana por el Derecho a la Educación
7. Ecuador – Contrato Social por la Educación en el Ecuador
8. Haiti – Reagrupación por la Educación para Todos y Todas (REPT)
9. México – Incidencia Civil en la Educación (ICE)
10. Peru – Campaña Peruana por el Derecho a la Educación (CPDE)

GLOBAL CAMPAIGN FOR  
**EDUCATION**

[www.campaignforeducation.org](http://www.campaignforeducation.org)

**Postal address:**

PO Box 521733, Saxonwold, Johannesburg 2132, South Africa

**Physical address:**

26 Baker Street, Rosebank, Saxonwold, Johannesburg, South Africa

**Telephone:** +27 (0)11 447 4111

**Fax:** +27 (0)11 447 4138

**Email:** [info@campaignforeducation.org](mailto:info@campaignforeducation.org)

**Website:** [www.campaignforeducation.org](http://www.campaignforeducation.org)



ANCEFA Regional Coordinator

Amitié III, Villa 4566B

BP 3007 Yoff

Dakar, Senegal

Tel: +221 33 824 2244

Fax: +221 33 824 1363

Email: [ancefa@sentoo.sn](mailto:ancefa@sentoo.sn)

Website: [www.ancefa.org](http://www.ancefa.org)



ASPBAE Secretariat Office

C/o MAAPL 9/F Eucharistic Congress Bldg 3

5 Convent St, Colaba, Mumbai - 400 039 India

Tel +91 22 2202 1391/ 2281 6853

[www.aspbae.org](http://www.aspbae.org)



Campaña Latinoamericana

**por el Derecho a la Educación**

Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE)

Rua Costa Carvalho 79

05429-130

São Paulo - Brasil

Tel. (55-11) 3853-7900

[campana@campanaderechoeducacion.org](mailto:campana@campanaderechoeducacion.org)

[www.campanaderechoeducacion.org](http://www.campanaderechoeducacion.org)